



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO NUNES SOARES

**CAMPANHAS POLÍTICAS E REPRESSÃO POLICIAL:
as pichações na cidade do Recife (1979-1985).**

RECIFE
2012

THIAGO NUNES SOARES

**CAMPANHAS POLÍTICAS E REPRESSÃO POLICIAL:
as pichações na cidade do Recife (1979-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

RECIFE

2012

S676c Soares, Thiago Nunes.
Campanhas políticas e repressão policial: as pichações na cidade do Recife (1979-1985) / Thiago Nunes Soares. – Recife: O autor, 2012.
212 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Ditadura militar. 2. Direitos políticos. 3. Anistia. 4. Eleições. I. Montenegro, Antonio Torres. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2012-91)

THIAGO NUNES SOARES

**CAMPANHAS POLÍTICAS E REPRESSÃO POLICIAL:
as pichações na cidade do Recife (1979-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Orientador)
Depto. de História - Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Examinadora Interna)
Depto. de História - Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Marcília Gama da Silva (Examinadora Externa)
Depto. de História - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Suplente Interna)
Depto. de História - Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Suplente Externo)
Depto. de Ciências Sociais - Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE

2012



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO THIAGO NUNES SOARES

Às 10h. do dia 15 (quinze) de junho de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Thiago Nunes Soares** intitulada **"CAMPANHAS POLÍTICAS E REPRESSÃO POLICIAL: as pichações na cidade do Recife (1979-1985)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Marcilia Gama da Silva. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 15 de junho de 2012.

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Profª. Drª. Marcilia Gama da Silva

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

À minha família, que sempre acreditou em mim e me incentivou a lutar para realizar todos os meus sonhos. Em especial, a minha mãe, Maria José Nunes de Menezes.

À memória de todas as mulheres e homens que durante a ditadura militar dedicaram e arriscaram a sua vida em defesa da democracia e do respeito aos direitos humanos no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Durante o período em que cursei o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, vivi momentos de grandes aprendizagens, alegrias e realizações profissionais e pessoais. Fui bem acolhido nessa instituição, que, muitas vezes, tornou-se a minha segunda casa. Saí transformado.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que durante toda a Pós-Graduação e parte significativa da graduação financiou os meus estudos. Sem esse investimento, a pesquisa não poderia ser realizada.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Antonio Torres Montenegro, sempre presente, crítico, ético e atencioso, ajudou-me a trilhar os primeiros passos nessa minha incipiente trajetória de aprendiz de historiador. Enquanto orientando e aluno, muito aprendi com ele, que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Desde a graduação fui admirador de seus textos; ao ter a oportunidade de conhecê-lo no mestrado, passei também a admirá-lo como professor, orientador e pessoa.

Aos outros docentes com quem tive a oportunidade de estudar na UFPE: Prof^o Dr. Antonio Paulo Rezende, Prof^a Dra. Isabel Guillen, Prof^o Dra. Rosa Godoy e Prof^a Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima. Em especial, pelo maior contato, ao Prof^o Dr. Antonio Paulo. Acolhedor, sensível, afetuoso e extremamente didático, possibilitou-me novas possibilidades de pensar a História e ministrou aulas maravilhosas com retórica e conhecimento fascinantes.

À Prof^a Dra. Socorro Abreu, por saber conciliar, com maestria, os atributos competência, simplicidade e profissionalismo. Sempre disposta a ajudar, ela teve um papel importante nesta dissertação, pelas contribuições nas aulas, pelo material emprestado, contatos para entrevistas e pela leitura extremamente minuciosa deste trabalho desde a qualificação.

À Prof^a Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto, com quem aprendi bastante, ao ler os seus textos e ao escutá-la durante os eventos e bancas de defesa e qualificação na universidade. Ao Programa de Pós-Graduação em História, representados também pelos coordenadores e corpo administrativo. Especialmente, à secretária Sandra Albuquerque, pela dedicação em suas atividades.

À Prof^a Dra. Marcília Gama da Silva, uma das responsáveis pelo desenvolvimento deste projeto desde o seu início. Enquanto funcionária do Arquivo Público, contribuiu com a indicação de documentos para pesquisa. Quando se tornou professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, orientou a minha monografia de conclusão de curso¹. A sua participação na qualificação e na defesa do trabalho foi bem importante, pela leitura atenta, pelas sugestões de leitura e pela disponibilidade em ajudar. Diante disso, nutro um sentimento de gratidão, afeto e admiração.

Às Professoras Dras. Valéria Severina Gomes e Mari Noeli Kihel Iapechino, minhas orientadoras da bolsa de iniciação científica. Sempre presentes, dedicadas, simples, éticas, companheiras e competentes, participaram de diversas formas do desenvolvimento deste trabalho desde o início. São referências de excelentes profissionais e pessoas.

À minha primeira orientadora de graduação, Prof^a Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, com quem tive a oportunidade de aprender bastante quando fui seu bolsista da Bolsa de Incentivo Acadêmico e pesquisador voluntário do projeto de Educação Patrimonial em Alagoinha/PE. Aos outros docentes da UFRPE, especialmente, pelo maior contato, Profas. Dras. Alcileide Cabral, Suely Almeida, Giselda Brito, Suely Luna e Ângela Grillo.

Aos funcionários de todas as instituições pesquisadas. No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano representados por Ana Paula, Frederico, Helisângela Ferreira, Lindembergue Santos, Marcela Almeida e Márcio Mourato. No Museu da Cidade do Recife, por Maria de Betânia Corrêa de Araújo, Sandro Vasconcelos, Simone Reis e Jadson Barros. No Movimento Tortura Nunca Mais, por Amparo Araújo. Na Associação 64-68 Anistia, por Célio Miranda e Mário Miranda. Na Associação Pernambucana de Anistiados Políticos, por Antônio Carlos Leal de Campos.

Aos entrevistados Alci Galindo Florêncio, Eduardo Chaves Pandolfi, Edval Nunes da Silva Cajá, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Izabel Cristina de Araújo Cordeiro, Lenilton Duarte de Souza, Lilia Gondim, Marcelo de Santa Cruz Oliveira, Marcelo Mário de Melo, Maria do Amparo Almeida Araújo, Rinaldo Cardozo Ferreira, Ricardo Cavani Rosas e Vera Regina Paula Baroni, pela disponibilidade em compartilhar as suas memórias e experiências de vida que foram tão relevantes para a realização da pesquisa.

¹ SOARES, Thiago Nunes. *Do chumbo ao spray: controle social, resistências e cotidiano nos muros da cidade de Recife (1979-1985)*. Monografia (Licenciatura em História) – DLCH, UFRPE, Recife, 2009.

Aos companheiros da Coordenação Pedagógica da Unidade Acadêmica de Educação à Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco e à equipe da Escola Municipal Professor Luiz Pessoa, pelo incentivo.

Foi possível também contar com a colaboração de pessoas que cederam os seus acervos pessoais para estudo, como foi o caso do historiador Márcio André Martins de Moraes e dos ex-militantes políticos Marcelo de Santa Cruz Oliveira, Edval da Silva Nunes Cajá, Maria do Amparo Araújo da Silva e Maria do Socorro Diógenes. Os arquivos pessoais utilizados constituíram-se de conjuntos documentais bastante diversificados que foram acumulados e produzidos por e/ou sobre essas pessoas ao longo da sua trajetória de vida. Foi o caso de prontuários policiais individuais, fotografias, cartas, documentários e recortes de jornais.

A Diogo Xavier, pela revisão ortográfica e de ABNT da dissertação. A Juliana das Oliveiras, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

À minha família, por tudo, especialmente à minha mãe, Maria José Nunes de Menezes, e a Márcio Luna.

Os amigos também foram fundamentais nessa trajetória, ao estarem presentes e compartilharem momentos de alegria, aprendizagem, estresse, euforia, insegurança e entusiasmo. Eles me incentivaram e ajudaram bastante, cada um da sua forma e dentro de suas possibilidades, por meio de apoio, conversas, leitura dos textos, indicação de fontes, empréstimos de livros, companhia nas aulas, eventos, barzinhos, visitas a minha/nossa casa, entre tantos outros momentos inenarráveis.

Por tudo isso e muito mais, agradeço aos amigos/companheiros: André Carlos dos Santos, Augusta Falcão, Augusto Neves, Airton Silva, Cícera Patrícia Alcântara, Claudenice Santana, Cristhiane Andrade, Daniele Ferreira, Deborah Callender, família Andrade, Flávia Souza, Francisco Oliveira, Frederico Alves, Frederico Toscano, Giuliana da Matta, Grasiela Moraes, Greyce Falcão, Gustavo Gomes, Israel Ozanan, Humberto Miranda, Izaac Vasconcelos, João Cavalcanti, Juliana de Andrade, José Britto, Lúcio Renato Lima, Luiz Domingos, Kássia Soares, Jaime da Silva, Leandro Patrício, Marcela Wanderley, Márcio Moraes, Márcio Vilela, Olga Mendonça, Osmar Moraes, Pablo Porfírio, Raissa Paz, Pedro Pacheco, Raquel Borges, Raquel Florêncio, Rosely Tavares, Rômulo Oliveira, Sandro Silva, Tássia Brandão, Tatiana Moura, Walquíria Farias, Wellington Pastor, entre outros, que o espaço textual limitado e os lapsos da memória me fizeram esquecer; mas que, nem por isso, foram menos importantes.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Jaques Le Goff

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Italo Calvino

SOARES, Thiago Nunes. Campanhas políticas e repressão policial: as pichações na cidade do Recife (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RESUMO

Entre os anos de 1979 e 1985, em Recife, pichar foi a prática de escrever, geralmente com spray, tinta e pincel, frases em paredes, muros e outros espaços da cidade. Na maioria das vezes, essas escritas possuíam discursos de forte cunho político, ao registrarem, sobretudo, a luta pelo fim da ditadura civil-militar, com o intuito de formar opiniões e mobilizar a população para lutar por melhorias sociais e pelo retorno à democracia no país, cerceada desde 1964. Essa atividade realizada por diversos segmentos sociais foi bastante perigosa de ser executada, pois foi proibida por leis e vigiada e reprimida pela polícia. Na presente dissertação analisamos o uso de pichações durante três campanhas políticas em Recife: a primeira foi a luta pela aprovação da Lei da Anistia em 1979; a segunda foram as eleições de 1982, quando após muitos anos a sociedade reconquistou o direito de poder escolher, por via direta, quase todos os seus candidatos, exceto presidente da República e prefeitos de capitais e de áreas consideradas de segurança nacional. A terceira foi a mobilização nacional pelo direito de escolher diretamente o presidente do Brasil, por meio da campanha das Diretas Já (1983-1984). Além disso, discutimos a respeito dos instrumentos de combate às pichações, com ênfase na criação dos Murais da Crítica, nas leis que proibiram essas atividades e na atuação da polícia política do DOPS-PE.

Palavras-chave: Pichações. Recife. Política. Ditadura Civil-Militar. Leis. Direitos. Polícia. Anistia. Eleições. Diretas Já.

RESUMO

Between the years 1979 and 1985, in Recife, graffiti was the practice of writing, usually using spray, paint and brush on walls and other spaces of the city. Most of the times, these writings featured discourses of strong political nature when registering, particularly, the struggle for the end of the civil-military dictatorship, with the intention of forming opinions and mobilize the population to fight for social betterments and for the return of the country's democracy, suppressed since 1964. This activity performed by several social segments was quite dangerous in its execution, for it was forbidden by laws and watched and repressed by the police. In the present dissertation we analyze the use of graffiti during three political campaigns in Recife: the first was the struggle for the approval of the Amnesty Law in 1979; the second were the elections of 1982, when after many years society retook the right of choosing, by direct means, almost all of the candidates, except for the President of the Republic and capital cities mayors and of areas considered to be of national security. The third was the national mobilization for the right to directly choose the president of Brazil, by means of the Direct Now campaign (1983-1984). Besides that, we discuss the instruments of combating the graffiti, emphasizing the creation of the Walls of Criticism, in the laws that forbade these activities and in the action of the political Police of the DOPS-PE.

Palavras-chave: Graffiti. Recife. Politics. Civil-Military Dictatorship. Laws. Rights. Polícia. Amnesty. Elections. Direct Now.

LISTA DE IMAGENS

Fotografia 01 Pichações que exigiram a prisão de Lenivaldo Lacerda.....	34
Fotografia 02 Convite para homenagem a Fernando Santa Cruz, em Olinda, 23/02/1984.....	42
Fotografia 03 Pichações na UFPE para denunciar a prisão de “Cajá”	46
Fotografia 04 Cartaz manifestação pelos direitos humanos em Casa Amarela, 1978...	48
Fotografia 05 Lançamento do CBA-PE no auditório do DCE da UFPE, 18/04/1979...	56
Fotografia 06 Pichação no centro do Rio de Janeiro/RJ, 1979.....	61
Fotografia 07 Reportagem Anistiar terrorista: sim ou não?.....	62
Fotografia 08 Pichações reivindicando punição aos torturadores. Recife, 1980	64
Fotografia 09 Convite para ato público pela anistia na Praça do Diário, Recife, 02/07/1979.....	65
Fotografia 10 Ato público pela aprovação da Lei da anistia ampla, geral e irrestrita....	66
Fotografia 11 Pichações alusivas ao apoio à greve de fome e à luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.....	68
Fotografia 12 Caricatura “Saiu a Anistia!!”	76
Fotografia 13 Charge embates no Congresso Nacional sobre o pluripartidarismo e a Anistia.....	82
Fotografia 14 Pichações comemorativas à legalização do PT.....	90

Fotografia 15 Charge “Posso pixar Roberto Magalhães 82?”	95
Fotografia 16 Pintura mural da Brigada Portinari, 1982	99
Fotografia 17 Pichação de pintura da Brigada Vanguarda Lula Cardoso Ayres, Olinda, 1982	100
Fotografia 18 Outdoor do PDS pichado e com colagens.....	101
Fotografia 19 Igreja da Madre de Deus pichada, centro de Recife, 1983.....	104
Fotografia 20 Panfleto Diretas Já!.....	110
Fotografia 21 Cartaz do Comício de 27/01/1984, no Largo do Amparo, Olinda/PE...	113
Fotografia 22 Comício em prol da campanha das Diretas Já em Olinda, 27/01/1984..	115
Fotografia 23 “Caminhada Democrática” pelas Diretas Já. Recife, 17/02/1984.....	116
Fotografias 24 e 25 Carnaval das Diretas Já, Olinda, março de 1984.....	119
Fotografia 26 Comício de 05/04/1984, em Santo Amaro, Recife, pelas Diretas Já.....	120
Fotografia 27 Comício em Casa Amarela, após a reprovação da Emenda Dante de Oliveira.....	125
Fotografia 28 Propaganda educativa para a utilização dos Murais da Crítica.....	131
Fotografia 29 Mural da Crítica, Recife, 1980.....	131
Fotografia 30 Pichação “BASEADO MEU AMOR”, 1980.....	132
Fotografia 31 Pichações contra aumento das mensalidades na UNICAP, 1980.....	133

Fotografia 32 Pichações anticomunistas, 1981.....	138
Fotografia 33 Murais da Crítica sem pichações e com colagens.....	140
Fotografia 34 Pichação no muro do Hospital da Restauração, em 1976.....	145
Fotografia 35 “Código Q”	165
Fotografia 36 Ação repressiva da polícia durante a realização de uma manifestação estudantil em Recife, sem data.....	166
Fotografia 37 Relatório diário do uso de veículos para evitar pichações nos muros da SSP/PE.....	171
Fotografia 38 Termo de Declaração prestado por Izabel Clementina Braga Campos.....	173
Organograma 01 Diagrama da repressão de 1968 a 1972, na perspectiva do DOPS-PE.....	143
Mapa 01 Planejamento de pichações pelo PCBR, sem data.....	144
Tabela 01 Resultados gerais das eleições de 1982 em Pernambuco.....	105
Tabela 02 Índices de absolvição nos julgamentos por crimes contra a segurança nacional nos tribunais militares regionais, por tipo de acusação, Brasil, 1964-1979....	159

LISTA DE SIGLAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
AC	- Ato Complementar
AI	- Ato Institucional
APML	- Ação Popular Marxista Leninista
APEJE	- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
CBA	- Comitê Brasileiro de Anistia
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CENIMAR	- Centro de Informações da Marinha
CIE	- Centro de Informações do Exército
CIEx	- Centro de Informações do Exterior
CISA	- Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DCDP	- Divisão de Censura e Diversões Públicas

DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
DPF	- Departamento de Polícia Federal
DPPS	- Delegacia de Polícia Política e Social
ESG	- Escola Superior de Guerra
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ	- Fundação Joaquim Nabuco
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IML	- Instituto Médico Legal
IPES	- Instituto de Pesquisas Sociais
MCR	- Museu da Cidade do Recife
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
ME	- Movimento Estudantil
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MFPA	- Movimento Feminino pela Anistia
MTNM-PE	- Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	- Partido Comunista Brasileiro

PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCR	- Partido Comunista Revolucionário
PDS	- Partido Democrático Social
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	- Partido Popular
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	- Serviço Nacional de Informações
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
STM	- Superior Tribunal Militar
TFP	- Tradição Família e Propriedade
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNICAP	- Universidade Católica de Pernambuco
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução.....	20
1. O PODER DAS PALAVRAS: as pichações como um instrumento de expressão e de disputas políticas em Recife.....	33
1.1. A luta por direitos civis, políticos, sociais e humanos durante a ditadura civil-militar.....	33
1.2. Gritam os muros: “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”	52
2. RECIFE E AS ELEIÇÕES: a propaganda político-eleitoral nos muros da cidade.....	80
2.1.As leis e as práticas eleitorais do governo Geisel ao de Figueiredo.....	80
2.2 As eleições de 1982.....	91
2.3 Diretas Já!.....	107
3. O DIFÍCIL COMBATE: as pichações como um problema de ordem política e social em Recife.....	128
3.1 Os Murais da Crítica.....	128
3.2 A atuação do DOPS-PE na coleta, produção e difusão de informações sobre as pichações.....	141
3.3. Leis proibitivas das pichações.....	149
3.4. A atuação da polícia militar no combate às pichações.....	161
Considerações Finais.....	177
Referências.....	181
Instituições Pesquisadas e Fontes	190
Anexos	198

INTRODUÇÃO

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver* urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitat em proximidade propicia².

O texto da historiadora Sandra Pesavento serviu como parâmetro para refletirmos sobre o uso de pichações na cidade do Recife nas décadas de 1970/1980. Um espaço em que essas escritas registraram, expressaram e representaram, sobretudo, tensões, conflitos e embates políticos em um momento em que foram marcantes a esperança, o desejo e a atuação de inúmeras pessoas pelo retorno da democracia ao Brasil.

Este trabalho analisou como as pichações foram utilizadas em Recife, entre 1979 e 1985, com destaque para as seguintes campanhas políticas: as lutas pela aprovação da Lei da Anistia em 1979, as disputas políticas e eleitorais em 1982 e, a mobilização da sociedade para reivindicar o direito de escolher diretamente o presidente da República, por meio da campanha nacional das Diretas Já (1983-1984).

Durante esses anos foram intensos os embates pelo retorno da democracia no país, cerceada com o golpe civil-militar de 1964, que instaurou uma ditadura que findou apenas em 1985³. No período pesquisado houve censura, vigilância e repressão às pessoas que realizaram atividades políticas contra a ditadura, como foi o caso das pichações. Diante disso, outro ponto do nosso trabalho foi discutir como a polícia militar combateu essas escritas urbanas.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista brasileira de história. São Paulo, v. 27, nº 53, jan.-jun., 2007, p. 14. (grifos da autora).

³ Para maiores informações acerca do golpe civil-militar de 1964, consultar: REIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 29-52. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 151-183. CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas*. Recife: CEPE, 2008. Vol. 1. CLIO. *Revista de pesquisa histórica*. nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz, Editora da UFPE, 2006.

Buscamos desnaturalizar os discursos⁴ que as associaram a meros atos de subversão, vandalismo e poluição visual urbana, tendo como foco de análise o uso dessas escritas enquanto instrumento de embates políticos, expressão de comunicação e registro do cotidiano. Diante disso, discutimos as seguintes problemáticas: como se pichava durante esse período? O que era registrado nos muros da cidade? Quais eram os principais autores dessas atividades? Como as pichações foram vigiadas, censuradas e reprimidas pela polícia militar?

Pichar durante o final da ditadura militar configurou-se como a ação de escrever com spray, tinta, pincel, carvão e/ou outros materiais, textos em diversos lugares (muros, praças, residências, etc.) geralmente de madrugada e com frases curtas e inteligíveis⁵, tornando-se um registro do cenário político, social, econômico e cultural do país⁶. As pessoas geralmente optaram por pichar textos curtos com os objetivos de passar uma mensagem objetiva e de fácil assimilação para os leitores e de tornar mais rápida a elaboração escrita, diminuindo os riscos da ação política.

Destacamos que a monocromia (uso de apenas uma cor) prevaleceu e utilizava-se preferencialmente o *spray*, por possibilitar mais liberdade dos movimentos e maior precisão e agilidade nos traços. Conforme discutimos ao longo deste trabalho, durante a ditadura, várias pessoas picharam em Recife e parte significativa delas estava vinculada a algum partido político e/ou organização social, como foi o caso de Alci Galindo Florêncio, Izabel Cristina de Araújo Cordeiro, Edval Nunes da Silva Cajá, Maria do Amparo Almeida Araújo, Vera Baroni, entre outros.

⁴ De acordo com Eni Orlandi, “[...] o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 17.

⁵ Atualmente, muitas pichações possuem uma estética que inúmeros leitores não conseguem entender os significados dos seus textos. Daí um dos fatores que contribuem para essas atividades sejam concebidas como “meros atos de vandalismo que nada comunicam” por inúmeras pessoas. O que acontece é que essas escritas são elaboradas com códigos de linguagem que apenas alguns leitores/transeuntes conseguem decifrar, sendo uma comunicação restrita a grupos específicos. Situação bem diferente do período militar, pois nesse momento devido à censura, à vigilância e à repressão vigentes, pichar tornou-se um canal comunicativo fundamental para uma parcela significativa da sociedade, sobretudo, para os setores de oposição à ditadura. Para maiores detalhes acerca disso, ver: Acervo Pessoal de Thiago Nunes Soares. Diário de Pernambuco, 24/07/2011, Entrevista: Thiago Nunes, Caderno Aurora, p. 8.

⁶ Ao analisarmos a atuação da rede de vigilância durante o período ditatorial, buscamos discutir como a sociedade não se reduziu a ela por meio de resistências diversas, a exemplo de protestos por meio de pichações. Isso porque levamos em consideração que “[...] procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 41.

As pichações foram utilizadas, muitas vezes, de forma transgressora, ao serem proibidas por leis e vistas como poluição visual pelo Estado, pelos jornais consultados, pela polícia política e por uma parcela da sociedade que foi atingida por essas escritas. Além disso, as pichações foram usadas com o objetivo de comunicar, expor pensamentos, chamar a atenção e influenciar a opinião dos transeuntes com relação aos discursos das temáticas pichadas, que foram bem diversificadas.

Na pesquisa também verificamos que os discursos presentes nos muros foram criados com intuítos distintos: criticar as arbitrariedades cometidas pelo governo, denunciar os problemas sociais, combater o comunismo, fazer propaganda comercial, declarações de amor, denegrir a imagem de pessoas e elaborar frases irônicas e aparentemente com “pouco sentido”. Na dissertação enfatizamos a análise das pichações de cunho político.

Acreditamos que a escolha do espaço pichado pelos militantes foi importante, pois, quanto maior a visibilidade dos discursos escritos nos muros da cidade, melhor o alcance dessa expressão política para os leitores. No caso de um espaço público, geralmente houve um cunho mais transgressor que um privado, tendo em vista tratar-se de uma ação política em um patrimônio do Estado com discursos contra ele, que além de ter a sua imagem criticada, precisou apagar as pichações, causando prejuízos financeiros.

Durante o período militar, houve censura, vigilância e repressão da sociedade. Por outro lado, os setores de oposição à ditadura, como partidos e organizações políticas, a imprensa alternativa, artistas e estudantes resistiram e lutaram pelo retorno à democracia e pelo direito de se expressar, sendo comum e importante nessa arena política o uso de pichações, o que gerou muitos embates sociais.

A análise do *corpus* documental permitiu estudar diversos discursos das/sobre essas escritas. A polícia política buscou combatê-las com base em leis e em medidas coercitivas por considerá-las uma ação subversiva. Por outro lado, segundo os discursos dos jornais pesquisados (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio), uma parte significativa da sociedade criticou a existência de pichações, alegando diversos motivos: prejuízos financeiros com pintura dos patrimônios públicos e privados “depredados”, “sujeira” e “poluição” da cidade e pelo fato de ter a sua imagem atingida com os discursos escritos nos muros. Todavia, ainda que poucos, houve casos de defesa dessa

atividade, a exemplo da matéria publicada no jornal *Diario de Pernambuco* em 1979 “Pichar muro é uma forma de protesto”⁷.

Ao levarmos em consideração todas essas questões concernentes ao uso de pichações em Recife durante o período pesquisado, acreditamos que essa cidade pode ser vista como um texto⁸. Assim, nos inspiramos no semiólogo francês Roland Barthes, quando ele afirmou que “[...] a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos a nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a”⁹.

Quanto ao desenvolvimento metodológico da pesquisa, acreditamos ser relevante uma reflexão acerca da operação historiográfica. Segundo Michel de Certeau, “[...] em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”¹⁰. No nosso caso não foi diferente.

Durante a nossa incursão na pesquisa, encontramos diversos tipos de fontes do final do período militar, que após esse levantamento, foram selecionadas, analisadas, cruzadas e relacionadas à historiografia para compor a narrativa do trabalho. Houve a necessidade, inclusive, de retornar a arquivos para pesquisar novamente alguns documentos e fazer mais entrevistas devido às novas problemáticas de estudo suscitadas durante o desenvolvimento da investigação.

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), pesquisamos os jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, que registraram o cotidiano, o cenário político, econômico, social e cultural do Recife e casos de pichações sobre as campanhas políticas pesquisadas. Ao analisarmos essas fontes, levamos em consideração aspectos como: periodicidade, público leitor, a presença de imagens e os cadernos onde foram publicadas as notícias¹¹.

⁷ Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco. *Diario de Pernambuco*, 19/12/1979, Local, p.7.

⁸ Ao desenvolver um trabalho específico e aprofundado acerca das relações entre Cidade e História, o historiador José D’Assunção salientou a necessidade do diálogo entre diferentes campos do saber. Ele destacou que a cidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, entre elas, a urbe como um texto. Além disso, o autor discutiu a respeito da perspectiva multifatorial da cidade, com ênfase nos seguintes fatores: historicidade, população, econômico, político, organização, forma, cultura, imaginário e função. BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

⁹ BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001, p. 224.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 81. (grifo do autor).

¹¹ Para tanto, seguimos como parâmetro metodológico LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

Esses dois jornais com periodicidade diária tiveram grande circulação em Pernambuco e as suas linhas políticas e editoriais de um modo geral não foram de oposição incisiva contra a ditadura militar, apoiando-a frequentemente de forma implícita ou explícita, conforme verificamos na pesquisa. Ambos publicaram reportagens sobre pichações em Recife e outros locais do Brasil e do exterior, geralmente com discursos críticos a essa prática.

O registro dessas escritas urbanas estampou espaços distintos, conforme é possível visualizar ao longo do texto, estando presentes em matérias de Capa e dos cadernos: Polícia, Política, Local, Cidade, Opinião, Geral, Últimas Notícias, etc. Na maioria das vezes não foram publicadas imagens de pichações e, quando elas apareciam, frequentemente eram acompanhadas de legendas que criticaram essa escrita¹².

No APEJE, a documentação do Acervo do Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco (DOPS-PE) de um modo geral está dividida em duas grandes partes: os prontuários individuais e os prontuários funcionais. Os prontuários são conjuntos documentais coletados, apreendidos, produzidos e difundidos entre vários órgãos militares brasileiros a nível regional, nacional e por vezes internacional. Esse material foi oriundo, sobretudo, da atuação de agentes policiais durante o trabalho de censura, vigilância e repressão social.

Os prontuários individuais, como a própria nomenclatura sugere, são constituídos por documentos concernentes à vida de uma determinada pessoa. O seu acesso é limitado ao prontuariado e aos seus familiares em caso de morte, podendo o pesquisador estudá-los, caso haja uma autorização legal¹³. Enquanto os prontuários funcionais foram uma espécie de dossiê sobre inúmeras temáticas de interesse político-social do DOPS-PE, como foi o caso do comunismo, dos partidos políticos, das Eleições de 1982 e da campanha das Diretas Já.

Esses prontuários foram constituídos por fontes bastante variadas, como: termos de declaração, ofícios, relatórios, pedidos de busca, recortes de jornais, mapas, livros, panfletos, fotografias, cartazes, planos de segurança, exemplares da imprensa

¹² Como foi o caso das seguintes legendas: “O tipo de pichações mostra que os ‘decoradores’ querem só anarquia”. Hemeroteca – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Diário de Pernambuco, 23/07/1981, Geral, p. 12. APEJE. “Os pichadores estão passíveis de punição no Código Penal”. Diário de Pernambuco, 09/03/1982, Cidade, p. 10.

¹³ Para maiores informações a respeito do direito à informação dos arquivos da ditadura militar, consultar: COSTA, Célia Maria Leite. *O direito à informação nos arquivos brasileiros*. In: FICO, Carlos; *Et al.* (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 17-26.

alternativa. Diante dessa riqueza documental, encontramos muitas fontes sobre as pichações e as campanhas políticas pesquisadas. Segundo a historiadora Marcília Gama da Silva, o acervo do DOPS representa a maior coletânea de documentos iconográficos e textuais da história do Brasil Republicano¹⁴.

Pesquisamos alguns arquivos do Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado, que estão sob a guarda do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco (MTNM-PE). Nessa instituição há uma documentação bastante significativa e variada, composta por arquivos doados por ex-militantes da ditadura militar, com destaque para coleções completas ou semi-completas de jornais da imprensa alternativa.

O Centro de Documentação e Memória da Associação 64-68 Anistia, localizado em Fortaleza/CE, é detentor de um considerável conjunto documental doado por ex-militantes políticos que atuaram no Nordeste durante a ditadura, com destaque para os Estados do Ceará e Pernambuco¹⁵. Foi-nos disponibilizado o acesso à lista de ex-presos, cópias de recortes de jornais, informes e alguns processos de pessoas que foram presas por picharem no início dos anos 1970.

A documentação oriunda de regime repressivo “[...] está permeada por práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes, gera informações imprecisas”¹⁶. Durante a ditadura militar, por exemplo, foi comum a polícia forjar provas para incriminar pessoas. Nesse sentido, tornou-se relevante indagar esses documentos, analisá-los, procurar o dito e o não dito, cruzá-los com outras fontes, discutir quem, quando, como e com quais objetivos foram produzidos.

Outro núcleo de documentação é o Museu da Cidade do Recife (MCR), que detém um significativo acervo fotográfico. Ao consultá-lo, tivemos a oportunidade de visualizar inúmeras pichações realizadas em Recife e acompanhar as principais atividades das gestões municipais dessa cidade.

¹⁴ GAMA, Marcília. *Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão*. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) 1964: o golpe passado a limpo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 158.

¹⁵ “A Associação 64/68 Anistia, fundada no ano de 2000, fruto do Movimento Anistia 20 Anos, é uma entidade sem fins lucrativos que reúne pessoas vítimas das violências políticas praticadas pelas ditaduras que já vigoraram no Brasil, em particular a de 1964, aberta, porém, à participação de qualquer pessoa que concorde com seus estatutos”. Disponível em: <<http://anistia6468.blogspot.com.br/>>, acesso em: 20/03/2012. (grifos do site).

¹⁶ GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. *Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 177.

Como quaisquer outros documentos, as imagens não são neutras. Polissêmicas, são resultantes de seleções, intenções e técnicas que, juntas, possibilitam construir simulacros da realidade retratada¹⁷. De acordo com Lucia Santaella e Winfried Nöth, “[...] o signo da imagem se constitui de um significante visual [...], que remete a um objeto de referência ausente e evoca no observador um significado (interpretante) ou uma idéia do objeto”¹⁸.

Diante disso, considerarmos a fonte imagética como uma linguagem/mensagem visual repleta de signos que suscitam interpretações e significações diversas, havendo a necessidade de contextualizá-las e problematizar os seus discursos durante as análises¹⁹. Essas foram algumas questões metodológicas que buscamos desenvolver ao longo do nosso trabalho.

Outros documentos analisados foram as fontes orais resultantes de entrevistas com ex-militantes que durante o período militar realizaram pichações (consultar relação no final da dissertação). Salientamos que não defendemos a existência de uma história oral enquanto uma forma particular de história, mas como uma metodologia de pesquisa com o mesmo rigor crítico de outros tipos de documentos. Acreditamos que os relatos de memória em sua estrutura narrativa são reveladores de traços de experiências históricas resultantes de práticas sociais, ampliando as possibilidades de interpretação do passado²⁰.

Nessa perspectiva, o testemunho oral ganhou um espaço relevante durante o trabalho, ao ser concebido como parte integrante do núcleo da investigação, e não como acessório²¹. Eles foram bastante elucidativos sobre diversas questões, sobretudo, das trajetórias individuais dos entrevistados, das campanhas políticas estudadas e das

¹⁷ LEITE, Miriam Moreira. *Texto visual e texto verbal*. In: FELDMAN-BIANCO, Belo; LEITE, Miriam Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 37-49.

¹⁸ SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 38.

¹⁹ “[...] abordar ou estudar certos fenômenos em seu aspecto semiótico é considerar seu *modo de produção de sentido*, ou seja, a maneira como provocam significações, isto é, interpretações. De fato, um signo só é ‘signo’ se ‘exprimir idéias’ e se provocar na mente daquele ou daqueles que o percebem uma atitude interpretativa”. MARTINE, Joly. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 29. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

²⁰ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carlini & Caniato; Ed. UFMT, 2006, pp. 45-46.

²¹ Outra referência importante em que nos baseamos para trabalhar com história oral foi o texto FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 169-186. Para a realização, tratamento e análise das entrevistas, seguimos como parâmetro metodológico ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

práticas de pichar durante a ditadura militar. Sobre as relações entre Memória e História, o historiador Antonio Torres Montenegro destacou aspectos que consideramos importantes durante o desenvolvimento da pesquisa:

[...] A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que o fato ocorreu. A forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante. [...] a história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador²².

No que concerne à historiografia sobre pichações no Brasil durante a ditadura militar, até o momento não encontramos nenhum trabalho específico e aprofundado sobre essa temática no país. A maioria das pesquisas sobre pichações e grafites concentram-se nas áreas de Sociologia, Linguística, Antropologia, Artes e Educação.

Entre elas, destacamos o livro *O que é graffiti*, de autoria do artista plástico Celso Gitahy²³. Foi uma das primeiras publicações que analisaram detalhadamente essas escritas urbanas no Brasil e serviu-nos como parâmetro para pensar sobre as práticas de pichar e grafitar, ao discutir aspectos como: técnicas, diversidade temática, expressão ideológica, cunho transgressor e historicidade das atividades.

Ao levarmos em consideração esses e outros pontos, buscamos historicizar como se pichava durante a ditadura militar em Recife, apesar do trabalho se voltar para o final desse período, tendo em vista as especificidades dessa prática nesse cenário histórico, conforme será possível verificar ao longo da dissertação.

Nos últimos anos, cresceu significativamente o número de publicações acerca da ditadura militar no Brasil. Em Pernambuco, a maior parte das pesquisas tem se concentrado, sobretudo, na década de 1960 e na primeira metade dos anos 1970²⁴. São,

²² MONTENEGRO, 2007, Op. Cit., pp. 19-20.

²³ GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).

²⁴ Entre esses trabalhos, destacamos: PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora da UFPE, 2009. CUNHA, Diogo. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão*: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Recife: Editora da UFPE, 2008. ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) *1964: o golpe passado a*

portanto, poucos os trabalhos que contemplam o período compreendido entre os anos de 1979 e 1985 no Estado. Abaixo, destacamos alguns deles.

A tese de doutorado da historiadora Marcília Gama da Silva *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)* analisou o funcionamento e a montagem da polícia política em Pernambuco enquanto instrumento integrante de uma rede de informações que serviu de base para a ditadura militar. O seu trabalho nos ajudou a entender a atuação do DOPS nas atividades de vigilância, segurança e repressão à sociedade. Nesse sentido, a autora ressaltou que:

através do uso da *informação*, recurso fundamental de monitoramento da sociedade, são identificadas as possíveis práticas de contestação/subversão, antecipando para os órgãos de segurança e de informação os possíveis focos que precisam ser controlados. A informação produz estereótipos da subversão, cria o perfil do ‘inimigo’, ajuda a identificá-lo, elabora os controles, e atua, esquadrihando os que se colocam contra o regime²⁵.

Diante disso, discutimos como a polícia política do DOPS-PE, por meio da coleta, produção e difusão de informações, conseguiu identificar diversas pessoas, partidos e organizações que picharam durante a ditadura e, a partir daí, conhecer como desenvolviam essa atividade para combatê-la através de ações planejadas (Planos de Vigilância), preventivas (rondas policiais) e coercitivas (prisão e tortura).

A pichação foi considerada uma ameaça à “segurança nacional” pelos órgãos policiais porque muitas vezes essa escrita serviu como um instrumento de comunicação para disseminar ideias contrárias à ditadura civil-militar diante do cenário de censura e repressão social²⁶.

limpo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007. DIDIER, Maria Thereza. *Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76)*. Recife: Ed. UFPE, 2000. NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. *Inventários dos feitos modernizantes na cidade de Recife (1969-1975): sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente de Recife, e o romance: A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins. Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2004. CLIO. *Revista de pesquisa histórica*. nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz, Editora da UFPE, 2006. CLIO. *Revista de pesquisa histórica*. nº 26, 2009. Apresentação Maria do Socorro de Abreu e Lima, Editora da UFPE, 2006. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

²⁵ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007. p. 46. (grifos da autora).

²⁶ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar*

Recentemente foi defendida, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a tese de doutorado de Joana D’Arc de Sousa Lima. Nesse trabalho ela traçou e discutiu uma cartografia das artes plásticas em Recife nos anos 1980. Nesse cenário, ressaltamos a importância da participação de artistas pernambucanos nas Eleições de 1982. Eles apoiaram principalmente candidatos políticos de Recife e Olinda por meio da atuação em Brigadas que realizaram pinturas murais como instrumento de propaganda eleitoral em um momento de censura, como foi o caso da Brigada Portinari. De acordo com a autora:

Depois de anos sem poder se manifestar nas ruas, as Brigadas recuperaram, de certa forma, os atos públicos de liberdade e de construção democrática. [...] A Brigada Portinari pode ser considerada uma organização composta por artistas que construíram coletivamente uma nova pintura no Recife, num espaço mediado pela política e que possibilita a experimentação da pintura sem cavaletes, sem regras, sem dimensões, sem os procedimentos rigorosos que os normalmente os artistas tinham em seu ateliê²⁷.

Dessa forma, as Brigadas tiveram um papel importante nas disputadas eleições de 1982, configurando-se em mais um espaço de luta democrática e politização do campo artístico, possibilitando também outras possibilidades de expressão artística e de combate às pichações, conforme foi possível verificar nos discursos dos jornais locais estudados²⁸.

Outro texto importante para esta pesquisa é o livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves²⁹. Ela analisa a ditadura militar com ênfase na dialética entre o Estado e os setores de oposição, ou seja, no processo dinâmico pelo qual ele estruturou-se a partir de suas relações com os segmentos opositores. De acordo com a autora, o Estado buscou novas formas de se legitimar ao longo desse período, dividido por ela em três fases de institucionalização estatal que foram discutidas minuciosamente.

A primeira fase foi correspondente aos anos de 1964 a 1968, quando, durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, foram lançadas as bases do Estado de

e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), p. 180. SILVA, 2007. *Op. Cit.* p. 105; p. 139.

²⁷ LIMA, Joana D’Arc de Sousa. *Cartografia das artes plásticas no Recife dos anos 1980: deslocamentos poéticos entre as tradições e o novo*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2011, p. 304.

²⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 26/08/1982, Cidade, p. 6. “Brigada Portinari”. Diário de Pernambuco, 19/08/1982, Política, p. 4. “Pichação será evitada”, entre outras matérias.

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Segurança Nacional, corporificado na Constituição de 1967, que foi bastante autoritária. A segunda foi entre 1967 e 1973, quando durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici desenvolveu-se a economia e o aparato repressivo estatal, ampliando o quadro legal da repressão e das práticas coercitivas no país.

Com as crescentes dificuldades econômicas no início dos anos 1970, o governo construiu outros instrumentos para buscar apoio político e social. Daí um dos fatores que impulsionaram o projeto de *distensão política* iniciado durante o mandato do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), que inaugurou a terceira fase de institucionalização do Estado. Esse projeto foi ampliado pelo general João Batista Figueiredo (1979-1985) com a abertura política. Segundo Maria Helena Moreira Alves:

Como a política de ‘distensão’, a de ‘abertura’ compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado. Seria aberto um espaço político suficiente para conter a oposição da elite, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior estabilidade e apoio. Por outro lado, os parâmetros da ‘democracia forte’ eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a posição aceitável, e qual é intolerável. Grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses, fossem seculares ou ligados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática. Outros setores, que não eram considerados suficientemente organizados para configurar ‘antagonismo’ ou ‘pressão’ – tal como são definidos na Doutrina de Segurança Nacional –, puderam organizar-se e participar das decisões governamentais. Era esta a política de ‘mão estendida’ do General Figueiredo³⁰.

Assim, essa autora foi relevante para a nossa dissertação e levamos em consideração que houve no país uma busca de institucionalização de estruturas do Estado com o objetivo de ampliar o apoio político ao governo e de concomitantemente tentar controlar a sociedade e as lutas políticas pelo retorno da democracia no país.

O livro de Alberto Tosi Rodrigues, *Diretas Já: o grito preso na garganta*³¹ é relevante para o nosso trabalho, pela sua discussão sobre a campanha das Diretas Já. Ele salienta que essa campanha eminentemente política que tinha o objetivo de romper com as eleições indiretas para o presidente do Brasil surgiu diante de um cenário de lutas sociais e crises do governo.

³⁰ ALVES, 2005, *Op. Cit.*, p. 273.

³¹ RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Desde meados da década de 1970 e, sobretudo, no início dos anos 1980, a economia brasileira estava em crise diante da depressão econômica que contribuiu para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e para elevar ainda mais os índices de inflação. Além disso, nesse período houve o surgimento e maior atuação de diversos segmentos sociais no combate à ditadura e na reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, a exemplo de sindicalistas, Movimento Estudantil³², associações de moradores e partidos políticos³³. Alberto Tosi Rodrigues destacou outro fator que influenciou o cenário político da emergência e do decorrer das Diretas Já, que foi:

[...] a própria estratégia desencadeada pelos articuladores políticos do regime para a transição, que visava mantê-la, tanto quanto fosse possível, sob controle. Essa estratégia consubstanciava-se num jogo de concessão e restrições alternadas, que envolvia normatizações referentes aos partidos, aos processos eleitorais e, especialmente, à composição do Colégio Eleitoral que elegeria o presidente. Se as Diretas ganhassem, tal estratégia iria por água abaixo³⁴.

Dessa forma, conforme discutimos na dissertação, essa campanha foi marcada por uma série de lutas, em que o Estado buscou exercer sempre que possível o controle da situação, sendo uma das estratégias o jogo de concessão e restrições políticas. Foi o que aconteceu durante outras duas campanhas políticas: a da aprovação da Lei da Anistia em 1979 e as Eleições diretas de 1982 para a escolha de todos os cargos, exceto presidente e prefeitos de capitais e de áreas consideradas de segurança nacional. Os resultados dessas campanhas contribuíram para a composição da arena de embates políticos para decidir como seria a escolha do presidente do Brasil.

No primeiro capítulo do trabalho, *O PODER DAS PALAVRAS: as pichações como um instrumento de expressão e de disputas políticas em Recife*, analisamos a luta por direitos civis, políticos, sociais e humanos durante a ditadura militar, tendo como fio condutor da narrativa o uso de pichações nessas manifestações políticas.

³² Utilizamos a nomenclatura Movimento Estudantil na dissertação, mas não o concebemos como algo homogêneo, tendo em vista as individualidades, os conflitos e a diversidade dos projetos políticos e das lutas de seus integrantes. Houve durante a ditadura militar a participação de estudantes secundaristas e universitários. Na pesquisa, encontramos mais documentos sobre a atuação política dos universitários.

³³ Para um aprofundamento acerca da atuação desses movimentos sociais, ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora da UFPE, 2005. ARAÚJO, Maria Paula. *A luta democrática contra o regime militar na década de 1970*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 161-175. DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

³⁴ RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 14.

Destacamos na discussão a relevância dessas escritas na campanha pela aprovação de uma anistia ampla, geral e irrestrita em 1979, quando foi bastante intensa a luta pelo fim da ditadura e pelo respeito aos direitos humanos.

No segundo capítulo, *RECIFE E AS ELEIÇÕES: a propaganda político-eleitoral nos muros da cidade*, tivemos como lócus das nossas discussões a realização de pichações nas eleições de 1982 e na campanha das Diretas Já (1983-1984). Para tanto, historicizamos as leis e as práticas eleitorais que vigoraram nesse período, a busca do Estado em exercer um controle da sociedade num momento de crise ditatorial e as principais manifestações políticas em prol dessas duas reivindicações sociais que foram fundamentais para o retorno da democracia no Brasil.

No terceiro capítulo *O DIFÍCIL COMBATE: as pichações como um problema de ordem política e social em Recife*, analisamos os diversos instrumentos de combate às pichações: as leis proibitivas; a construção dos Murais da Crítica; a atuação do DOPS-PE nas atividades de coleta, produção e difusão de informações sobre essas escritas; a repressão policial; termos de declaração que foram prestados no DOPS-PE por pessoas que tiveram a residência pichada. Além disso, discutimos como, mesmo diante desses instrumentos combativos, ainda foi bastante intenso o uso dessas escritas em Recife. Foram registros/expressões de como setores de oposição à ditadura continuavam atuantes, vencendo o aparato repressivo, denunciando as arbitrariedades existentes e mobilizando a sociedade a lutar pelo retorno da democracia ao país.

CAPÍTULO 1

O PODER DAS PALAVRAS:

as pichações como um instrumento de expressão e de disputas políticas em Recife.

1.1. A luta por direitos civis, políticos, sociais e humanos durante a ditadura civil-militar.

Para uma maior inteligibilidade a respeito do período estudado e da prática de pichar em Recife, entre os anos de 1979 e 1985, acreditamos ser relevante discutirmos primeiro a respeito de quatro questões fundamentais: direitos sociais, direitos políticos, direitos civis e direitos humanos.

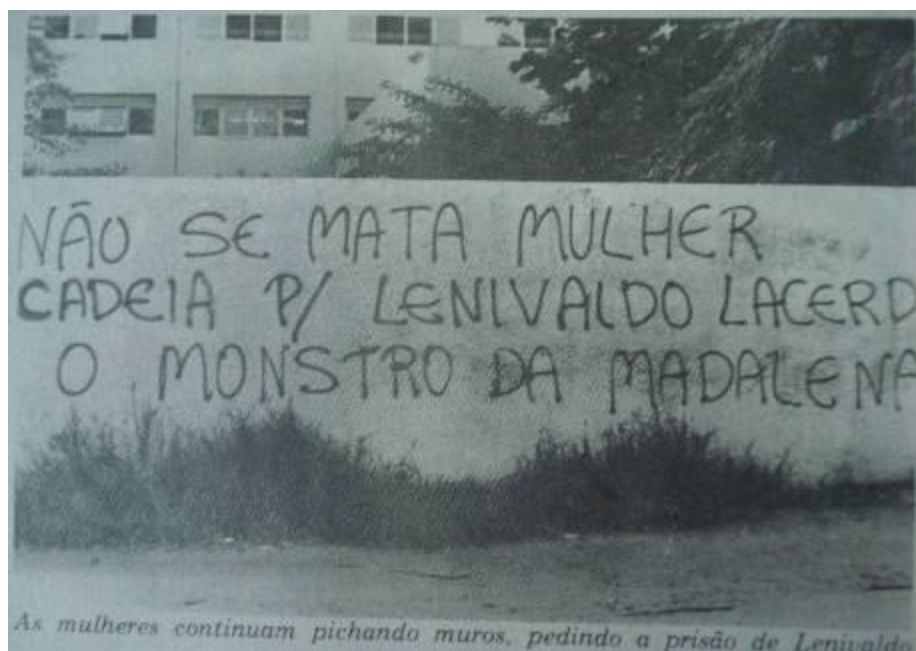
Durante a ditadura militar, esses direitos, que são cruciais para o exercício da cidadania, foram negados, expandidos de forma limitada e reivindicados por setores sociais, como: trabalhadores urbanos e rurais, políticos, estudantes, operários e intelectuais. Muitos deles foram autores de pichações, escritas que serviram como registros cotidianos e instrumentos de expressão da luta pelo pleno exercício da cidadania.

Segundo José Murilo de Carvalho, os direitos civis são cruciais à liberdade, à vida, à igualdade perante a lei, ou seja, uma forma de garantir aos cidadãos os direitos de ir e vir, manifestar pensamento, organizar-se, ter respeitada a inviolabilidade de residência e de correspondências, não ser condenado sem processo regular legal e ser preso apenas por autoridade competente que deverá estar respaldada em leis³⁵.

A fotografia 01 é concernente ao uso de pichações que reivindicaram o direito do respeito à vida, ao denunciarem o assassinato da professora Maria Izabel Sobral Baracho em 04/03/1983, pelo seu marido, o estudante de engenharia Lenivaldo Barbosa. O crime ocorreu no apartamento do casal, localizado no bairro da Madalena,

³⁵ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 10.

em Recife. A legenda da reportagem registrou como essas escritas foram utilizadas continuamente para exigir a prisão do homicida³⁶.



Fotografia 01 Pichações que exigiram a prisão de Lenivaldo Lacerda³⁷.

Em depoimento, Lenivaldo Barbosa teria afirmado: “Tive uma crise emocional muito grande, quando ela me confessou que o filho que esperava não era meu, daí ter deixado seu corpo no banheiro, porque achei que era o lugar que ele merecia ficar”³⁸. Chamou-nos a atenção a frieza da sua declaração, pelo fato de não demonstrar arrependimento do crime.

Segundo essa reportagem, durante as três horas em que Lenivaldo depôs ao juiz da 1ª Vara do Juri, ele ouviu o coro de mais de 200 mulheres em frente ao prédio do Fórum Paula Batista que gritavam: “Na cadeia o assassino” e “Assassino na cadeia”. Elas eram representantes da Federação de Mulheres do Estado de Pernambuco, Sindicato dos Professores, Casa das Mulheres do Nordeste, Associação dos Psicólogos e S.O.S. Corpo, entre outros setores que também distribuíram panfletos e pediram justiça. No dia 09/05/1983, foi decretada a prisão preventiva do universitário³⁹.

³⁶ Hemeroteca – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Diário de Pernambuco, 09/05/1983, Polícia.

³⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 09/05/1983, Polícia.

³⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 04/05/1983, Polícia, p. 15.

³⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 10/05/1983, Polícia, p. 19.

No que diz respeito aos direitos políticos, eles são concernentes à participação do cidadão na sociedade, ou seja, sua atuação em atividades políticas: organizar partidos, votar e ser votado. Salientamos que pode haver direitos civis sem direitos políticos, mas não o inverso, pois:

Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdos e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno⁴⁰.

Quanto aos direitos sociais, estão incluídas questões como o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à aposentadoria, à segurança pública e ao salário justo. A efetivação deles possibilita para uma sociedade organizada politicamente, a diminuição de desigualdades e entraves sociais produzidos pelo capitalismo e um aumento da qualidade de vida⁴¹. A história a seguir é referente à utilização de pichações para denunciar problemas de segurança pública em Recife.

A matéria “Recife escuro, ladrões a solta”, de 23/02/1983 é concernente a um dos problemas dessa cidade, a precariedade da iluminação pública. Ao tratar dessa questão, o jornal fez referência a uma pichação de um mural que ficava na esquina da Avenida Mario Melo e da Rua da Aurora. Nesse local foi escrita a seguinte frase: “Convidamos toda a população para assistir todas as noites, na Rua da Aurora, o maior exercício de guerra, Super Black-out; o maior desde a Segunda Grande Guerra. Patrocínio: a Prefeitura (que não cuidou mais da iluminação pública)”⁴².

Essa pichação de cunho satírico serviu como um dos pontos de discussão do jornal sobre a precariedade da iluminação pública, um dos fatores que contribuiu para o aumento do número de assaltos na cidade. O Diário de Pernambuco procurou o diretor de Operações da Empresa de Obras da Secretaria de Transportes Urbanos e Obras da Prefeitura de Recife, Manoel Eleno Filho, que reconheceu o problema e anunciou que a Divisão de Eletricidades tinha a previsão de receber entre final de fevereiro e início de março luminárias e reatores recém-adquiridos que poderiam amenizar essa situação⁴³.

⁴⁰ CARVALHO, 2011, *Op. Cit.*, p. 10.

⁴¹ Para um maior aprofundamento acerca dos direitos sociais, consultar: TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

⁴² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/02/1983, Cidade, p.7.

⁴³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/02/1983, Cidade, p.7.

Segundo a reportagem de 23/02/1983, “Diariamente chegam cartas à redação deste jornal portadoras de queixas relativas a essa situação. Na prefeitura também são muitos os abaixo-assinados a respeito [desse assunto]”. O profissional liberal Francisco Lima reclamou no jornal *Diário de Pernambuco* que o problema da violência urbana estava relacionado à crise econômica, ao desemprego e à recessão, salientando que “[...] Dentro deste raciocínio, a iluminação pública é prioritária e o que está acontecendo no Recife atualmente é um absurdo”⁴⁴.

Dessa forma, pudemos verificar como as pichações, as cartas enviadas ao jornal *Diário de Pernambuco* e os abaixo-assinados à prefeitura de Recife foram críticas que, em conjunto, contribuíram para que a Divisão de Eletricidades dessa cidade se prontificasse a buscar medidas para solucionar a precariedade da iluminação pública que causou diversos problemas.

Ainda com relação aos direitos sociais, José Murilo de Carvalho ressaltou que em tese eles “podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados na substituição aos direitos políticos. Mas na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários”⁴⁵, como aconteceu durante o período militar. Quanto à concepção do que são os direitos humanos, o advogado João Ricardo Dornelles salientou que ela não é homogênea, porque existem diferentes designações acerca dessa questão:

Para alguns trata-se de direitos inerentes à vida, à segurança individual, aos bens que preservam a humanidade. Para outros é a expressão de valores superiores que se encarnam nos homens. Outros, ainda, entendem que são o produto da competência legislativa do Estado ao reconhecer direitos e estabelecer um equilíbrio na sociedade. Uns entendem serem direitos inerentes à natureza humana; outros afirmam serem a expressão de uma conquista social através do processo de luta política. [...] É, portanto, fundamental entender que os direitos humanos, antes de qualquer coisa, apresentam claro conteúdo político⁴⁶.

Como é possível constatar, a noção de direitos é bastante ampla e tange outros direitos anteriormente discutidos, tendo forte conteúdo político relacionado a um

⁴⁴ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 23/02/1983, Cidade, p.7.

⁴⁵ CARVALHO, 2011, *Op. Cit.*, p. 10.

⁴⁶ DORNELLES, João Ricardo W. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos), p. 9; p. 11. Para maior aprofundamento acerca dos direitos humanos, vale a pena também a visita ao site: <<http://www.dhnet.org.br/>>, acesso em: 15/01/2012.

determinado momento histórico e variando também de acordo com cada sociedade⁴⁷. Entre os direitos fundamentais à pessoa humana, destacam-se os direitos à vida, à liberdade e à segurança⁴⁸.

Segundo Norberto Bobbio, “[...] sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia, não existem as condições mínimas para a solução dos conflitos”⁴⁹. Durante a ditadura militar brasileira, uma das práticas cometidas para violar os direitos humanos foi a tortura. Diante disso, a participação da Anistia Internacional foi importante para denunciar essas arbitrariedades.

Essa instituição foi fundada em Londres, em 1961, tendo como base da sua filosofia de ação os artigos 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que destacam a relevância da liberdade de pensamento e de expressão. Destacamos que, durante os primeiros anos da ditadura, essa entidade manteve-se em silêncio quanto à violação dos direitos humanos no Brasil. Todavia, principalmente a partir de 1966/1967, as suas atividades em defesa dos presos políticos foram bastante significativas⁵⁰, pois:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos⁵¹.

O excerto do Livro *Brasil: nunca mais* discute o exercício da tortura no país, que foi efetivado por meio de diversos instrumentos e modos, como: “pau-de-arara”, “choque-elétrico”, “pimentinha”, “afogamento”, “cadeira do dragão”, “geladeira”,

⁴⁷ Sobre a história dos direitos humanos, consultar: DORNELLES, 1989, *Op. Cit.* BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. TAMAS, Elisabete Fernandes Basílio. *A tortura em questão: a disputa de memórias entre militares e militantes*. Tese (Doutorado em História) – PUC/SP, São Paulo, 2009, pp. 28-79.

⁴⁸ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que são direitos das pessoas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos), pp. 22-58.

⁴⁹ BOBBIO, 2004, *Op. Cit.*, p. 1.

⁵⁰ GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 208-209.

⁵¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 43.

“insetos e animais”, “produtos químicos” e outros tipos de lesões físicas e/ou psicológicas⁵².

Destacamos a importância da obra *Brasil: nunca mais* como um documento histórico resultante do projeto homônimo que contribuiu para denunciar e investigar a negação dos direitos humanos durante a ditadura militar. Esse projeto iniciou-se pouco tempo depois da posse do presidente João Batista Figueiredo, em agosto de 1979⁵³. Um trabalho realizado em cinco anos de forma arriscada, discreta e sigilosa por especialistas diante da conjuntura política do momento, com base em documentos produzidos pelo Estado: os processos que transitaram pela Justiça Militar brasileira no período de abril de 1964 a março de 1979⁵⁴.

Durante essa pesquisa, foi possível reunir cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos que, juntos, ultrapassaram um milhão de páginas microfilmadas em duas vias. Uma delas foi guardada fora do país, por motivos de segurança. Dessa forma, a partir desse conjunto documental foi elaborado um

⁵² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, *Op. Cit.*, pp. 34-42

⁵³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, *Op. Cit.*, pp. 21-22.

⁵⁴ Nesse período, “A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia, veio [...] fornecer o pretexto necessário para acessar o material do STM [Superior Tribunal Militar], pois foi permitido que os advogados retirassem as pastas dos processos por 24 horas para preparar a petição de anistia em nome de seus clientes presos ou exilados. A partir disso, puderam fotocopiar uma amostra do arquivo do STM e estabelecer as bases para um estudo sobre a tortura no Brasil. [...] A retirada do material ocorreu por três anos, e os responsáveis pelas cópias trabalhavam dez horas por dia, sete dias da semana. [...] A publicação do livro estava marcada para 15 de março de 1985, mas a equipe resolveu aguardar a posse do presidente civil eleito, Tancredo Neves. ‘Eles não queriam arriscar-se a provocar o cancelamento por militares, subitamente assustados, da posse’. Foi suspensa a publicação, juntamente com o livro, da lista dos 444 torturadores identificados, tendo sido divulgada alguns meses depois. Silenciosamente, no dia 15 de julho de 1985, os 25 mil exemplares da tiragem oficial foram chegando às prateleiras das livrarias. Isso, entretanto, não significava que o livro tinha passado despercebido. Os juízes militares ficaram irritados com a falha na segurança dos arquivos e cogitaram a possibilidade de invocar a Lei de Segurança Nacional para barrar o livro, mas mudaram de ideia ao saber que a publicação também seria lançada nos Estados Unidos e do material microfilmado existente fora do país. O livro *Brasil: Nunca Mais* foi manchete em vários jornais e revistas. A lista com o nome dos 444 torturadores foi liberada no dia 21 de novembro de 1985 e, no dia seguinte, jornais do país inteiro a publicaram. ‘Os nomes são de militares divididos entre Exército, Marinha e Aeronáutica, além de integrantes das Polícias Militares estaduais, Polícia Federal e Secretarias de Segurança Pública e Civil que trabalhavam no DOPS. [...] Em 1987, Dom Paulo doou o acervo do Projeto Brasil: Nunca Mais para o arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas (UNICAMP), após ter oferecido o material para a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e para a Universidade de São Paulo (USP), sendo que essas universidades não aceitaram por temerem represálias”. ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009, pp. 19-23. (grifos da autora). Taiara Souto Alves discutiu de forma detalhada a história do projeto *Brasil: Nunca Mais*, destacando a participação de diversas pessoas nesse trabalho, entre elas: os advogados dos presos políticos Luís Eduardo Greenhalgh, Luís Carlos Sigmaringa e Eny Raimundo Moreira; o Reverendo Presbiteriano Jaime Wright; Charles Roy Harper, membro da equipe do Conselho Mundial de Igrejas (CMI); os ex-presos políticos Frei Beto e Paulo Vannucchi; e o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, autor do prefácio do livro.

minucioso relatório (Projeto “A”) com cerca de cinco mil páginas⁵⁵ e o livro *Brasil: nunca mais* (Projeto “B”)⁵⁶.

Essa publicação, além da discussão crítica e detalhada acerca da tortura, registrou e analisou a montagem e ação do sistema repressivo, destacando os perfis dos que foram atingidos por ele, com destaque para as organizações de esquerda, os militares, os sindicalistas, os estudantes, os políticos, os jornalistas e os religiosos. O livro também citou as atividades visadas pela ditadura, como foi o caso do crime de “propaganda subversiva”⁵⁷.

Nesse tipo de crime bastante amplo, foram enquadradas várias atividades cujos conteúdos pudessem ser considerados proibidos, como: pichações de paredes, panfletagens, expressões artísticas, publicações e edição de livros. Para uma discussão sobre os direitos humanos, analisemos os dois casos a seguir:

Rio, 8 de abril de 1974

Senhora Lucy Geisel

Nossa representante como primeira dama desta Pátria e pela sua figura calma, serena e digna já sentimos uma defensora das mães brasileiras. ***Não sei se esta carta lhe será entregue, pois na situação angustiante em que me encontro não consigo me dirigir protocolarmente. Há quase dois meses não tenho notícias de meu adorado filho Fernando Augusto de Santa Cruz.*** Ele foi detido no dia 23 de fevereiro do corrente ano, sábado de carnaval, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, por elementos pertencentes aos órgãos de Segurança Nacional, conforme presenciado por outras pessoas. Desde então, tenho percorrido em uma verdadeira maratona, todos os órgãos de segurança do Rio e São Paulo, em busca de informações e tenho recebido respostas evasivas de que não consta ainda da relação de presos. ***Fernando Augusto, é funcionário público [...], tem 26 anos, é casado e pai de uma adorável criança de 2 anos, que não cessa de chamar pelo pai, que saiu de casa e não mais retornou. Não preciso dizer que a cada resposta negativa, minhas lágrimas correm sem cessar, só conseguindo suavizar meu desespero a grande fé em Deus que tenho.*** Sou como a senhora, cristã fervorosa e consciente. [...]

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/pbnm.asp?REfresh=2009050503331924475807&Pagina=pbnm&Titulo=Projeto%20Brasil%20Nunca>>, acesso em: 22/01/2012.

⁵⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, *Op. Cit.*, pp. 21-22.

⁵⁷ “Do ponto de vista do enquadramento técnico, a capitulação dos ‘crimes’ variava bastante, podendo ser invocados diversos artigos da Lei de Segurança Nacional. Do ponto de vista filosófico, entretanto, ficou evidente que se partia de uma definição arbitrária daquilo que seria ‘subversão’. As autoridades do Regime Militar utilizaram esse conceito, abusivamente, como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado. Seu raciocínio continha uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da Nação, tentar mudá-lo é, pois, delito. E todo o delito merece punição. O conceito genérico de ‘subversão’, em alguns processos aparece referido como ‘doutrinação comunista’; outras vezes como ‘incitação à luta de classes’ ou ‘pregação do ódio entre as classes’. Outras vezes, ainda falava-se em ‘atos de guerra psicológica adversa’. E quase sempre as peças de acusação fazem referência à instigação da animosidade contras as Forças Armadas e autoridades constituídas”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, *Op. Cit.*, p. 159.

Meu filho foi criado por Deus, como todos nós, à semelhança divina. ***Estou inteiramente desesperada com a falta de notícias, e peço a sua interferência magnamine junto às Autoridades Responsáveis pela segurança da Nação no sentido de indicar o local onde ele se encontra detido e que seja suspensa a sua incomunicabilidade.*** Num destes últimos três domingos ouvi chorando as parábolas de São Lucas, capítulo 15. Nas três parábolas: do filho Pródigo [,] da ovelha Desgarrada [e] da Dracma Perdida São Lucas, fez questão de acentuar que Jesus dirigiu-as aos fariseus e escribas. Em todas elas vemos a tônica comum: A misericórdia Divina, pela alegria da volta do que estava longe. Este é o espírito de comunidade, a alegria verdadeiramente compartilhada. [...] ***É uma mãe que pede a outra mãe, notícias de seu filho, para podermos ter certeza que vivemos realmente onde se prega a Paz, a Justiça, o Perdão, onde mães luteranas e católicas têm certeza que podem confiar no futuro.*** Confiante na sua generosidade, atenciosamente sub[s]crevo-me. Elzita Santos de Santa Cruz⁵⁸.

De acordo com Marcelo Santa Cruz (irmão do desaparecido político acima citado), em uma conversa após a defesa da nossa dissertação, essa carta foi entregue ao arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns, que teve uma atuação bastante significativa em prol da luta contra a ditadura militar e conseguiu fazer com que esse documento chegasse às mãos de Lucy Geisel.

A história de Elzita Santos de Santa Cruz, em alguns aspectos, se assemelha à de muitos familiares de pessoas que militaram contra a ditadura militar: é repleta de dor, desespero, angústia, indignação, força, esperança e luta para ter de volta entes queridos que sofreram com as arbitrariedades cometidas pelo Estado. Isso porque muitos desses militantes foram torturados, mortos e/ou desaparecidos políticos em todo o país⁵⁹.

A narrativa dessa carta é repleta de signos emotivos e sensibilizadores, com destaque para a valorização da maternidade e da religião, com o intuito de mobilizar Lucy Geisel, esposa do presidente recém-empossado, Ernesto Geisel, para ajudá-la a encontrar o seu filho. Diante de tanto sofrimento e desespero, ao não ter notícias de seu

⁵⁸ Acervo Pessoal de Marcelo de Santa Cruz Oliveira. (grifos nossos).

⁵⁹ Consultar: MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008. BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Direito à verdade e à memória: luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo: Global Editora, 1987.

filho e de presenciar o seu neto sofrer com a ausência do pai, foi feita mais uma tentativa de encontrá-lo⁶⁰.

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira nasceu em Recife/PE, em 20 de fevereiro de 1948, Estado onde atuou no Movimento Estudantil Secundarista, entre 1964 e 1968. Ele chegou a ser preso em 1966, juntamente com Ramires Maranhão do Vale, devido a uma manifestação de rua contra os acordos MEC/USAID⁶¹.

Em 13 de dezembro de 1968, Fernando mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, em 1972. No ano seguinte, mais especificamente em um sábado de carnaval, no dia 23 de fevereiro, foi preso com o pernambucano Eduardo Collier por agentes do DOI-Codi/RJ. Os dois eram militantes da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e, atualmente, são alguns dos integrantes da lista de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar⁶².

Os familiares e os advogados de Fernando Santa Cruz recorreram ao Superior Tribunal Militar e a várias autoridades brasileiras e estrangeiras em busca de justiça. Esse caso teve repercussão social, ao serem noticiadas reportagens sobre ele em vários periódicos, como: *Revista Latin America*, *O Príncipe*, *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* (Pernambuco), *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *Süddeutsche Zeitung* (jornal alemão de circulação nacional), *O Dia* (Rio de Janeiro), *Folha da Manhã* (Porto Alegre/RS) e *The New York Times* (Estados Unidos)⁶³. Em

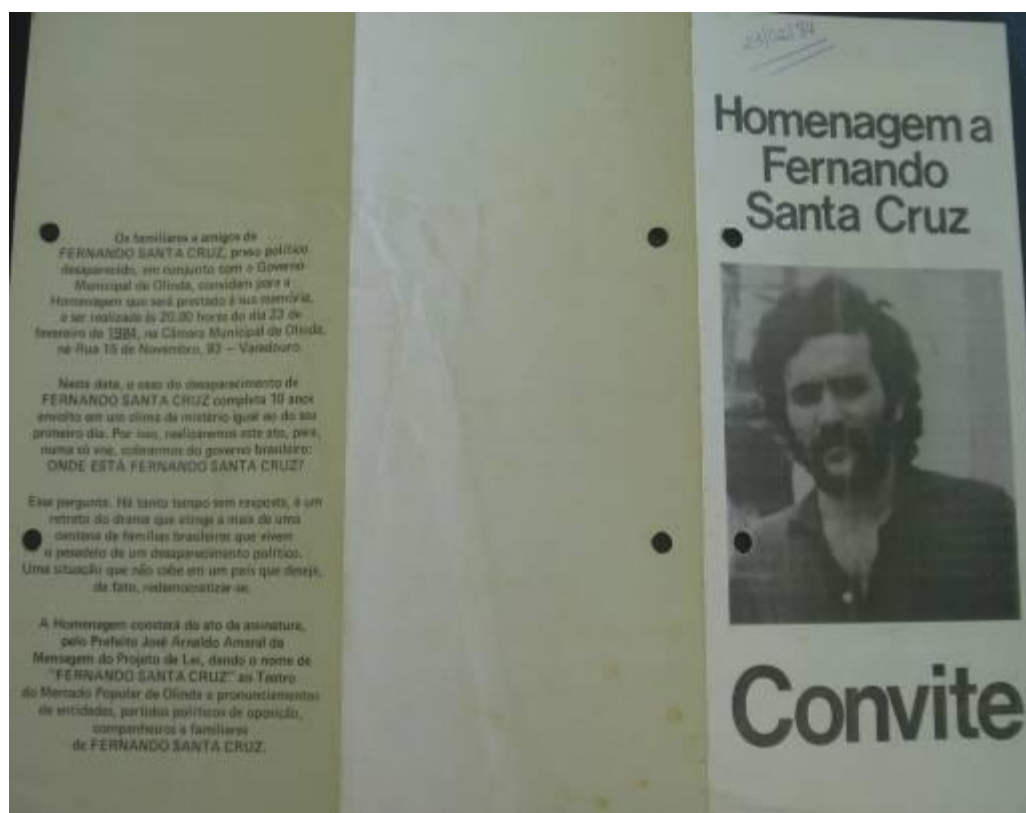
⁶⁰ Para maior aprofundamento acerca de histórias de crianças e mulheres que sofreram com as arbitrariedades cometidas pela ditadura, consultar: 15 FILHOS. Direção de Maria Oliveira e Maria Marta Nehring. Brasil: 1996. DVD (18min), son., color. AMPARO ARAÚJO: a luta de uma mulher. Direção geral de Kelly Madalena de Moura. Trabalho realizado por Áurea Catarina Alves da Costa, Kelly Madalena de Moura e Marcelo Flávio Paulino do Nascimento, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Brasil. 2005. DVD (35min), son., color. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

⁶¹ Ramires Maranhão do Vale nasceu em 21 de novembro de 1950, em Recife, foi militante do Movimento Estudantil Secundarista e, posteriormente, atuou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ele foi desaparecido em 27 de outubro de 1973. Para maiores detalhes, ver: BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. 2009, pp. 480-481.

⁶² Eduardo Collier nasceu em 05/12/1948, em Recife e “[...] estudava na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi expulso pelo decreto 477, em 1969. Foi preso e indiciado em inquérito policial pelo DOPS/SP, em outubro de 1968, por ter participado do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP. Transferido para Salvador, foi um dos últimos a ser libertado. A 11 de setembro de 1972, Eduardo foi julgado como revel na 1ª Auditoria da Aeronáutica da II Região Militar, em São Paulo. Nesse processo, foi condenado a dois anos de reclusão sob a acusação de pertencer à APML, enquadrado no art. 14 da LSN ‘por filiação a organizações clandestinas’”. BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. 2009, *Op. Cit.*, p. 539.

⁶³ Conforme foi possível descobrir, ao consultar o Arquivo Pessoal de Marcelo de Santa Cruz Oliveira.

1985, foi publicado o livro *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*⁶⁴, para denunciar esse caso de violação dos direitos humanos.



Fotografia 02 Convite para homenagem a Fernando Santa Cruz, em Olinda, 23/02/1984⁶⁵.

Passados dez anos do desaparecimento de Fernando e em plena efervescência da campanha das Diretas Já, foi realizada uma homenagem a esse desaparecido político (fotografia 02). No dia 23 de fevereiro de 1984, os amigos e familiares dele, em parceria com o Prefeito de Olinda, José Arnaldo Amaral, conseguiram fazer com que o Teatro Popular de Olinda passasse a ser nomeado de Fernando Santa Cruz. Esse espaço juntamente com o monumento *Tortura Nunca Mais*, inaugurado em 1993, em Recife⁶⁶,

⁶⁴ ASSIS, Chico de; *Et al.* *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção documentos da democracia brasileira; v. 6).

⁶⁵ Arquivo Pessoal de Marcelo de Santa Cruz Oliveira.

⁶⁶ O projeto dessa obra remonta ao ano de 1988, quando foi idealizado por integrantes do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, instituição fundada em 29 de agosto de 1986, pelos ex-militantes Amparo Araújo, Marcelo de Santa Cruz Oliveira, Marcelo Mário de Melo, Francisco de Assis e Alberto Vinícius. Localizado na Praça Padre Henrique (alusão ao padre assassinado em 1969), na Rua da Aurora, esse monumento só foi inaugurado em agosto de 1993, quando foi lembrado o décimo quarto ano da promulgação da Lei da Anistia. Segundo o Diário de Pernambuco, Recife foi a primeira capital do Brasil a ter um monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Acervo Pessoal de Marcelo de Santa Cruz Oliveira. Diário de Pernambuco, 25/07/1993, Vida Urbana, p. 10. Ver também <http://amparo_araujo.blog.uol.com.br/>, acesso em: 29/01/2012. O Diretório Central

tornaram-se *lugares da memória* sobre os mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar⁶⁷.

A experiência coercitiva do período ditatorial contribuiu para a formação de memórias traumáticas, conforme expressa abaixo o relato de Tessa Moura Lacerda, filha de Gildo Macedo Lacerda e Mariluce Moura⁶⁸. Ela perdeu o seu pai antes de nascer e não pôde materializar essa morte, possuindo dificuldades para lidar com essa história dolorosa:

E até hoje, é difícil você aceitar uma morte que não é material, que você não tem. Mais que isso, mais que essa imaterialidade da morte, pra mim é ainda a imaterialidade da vida, porque eu não tenho ... eu não conheci né ... o meu pai. Então é absolutamente pirante você tentar por um lado imaginar como o seu pai era; e por outro, aceitar que isso que você imaginou morreu [*sic*]⁶⁹.

Segundo Fábio Konder Comparato, o desaparecimento forçado foi uma violação grave dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, conforme a Resolução nº47/133, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1992. Ele destacou que o Estado brasileiro apenas cumprirá as suas obrigações internacionais quando investigar com seriedade as circunstâncias em que ocorreram os desaparecimentos, identificar e processar todos os responsáveis pela eliminação dessas

dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense e o Diretório Acadêmico da Universidade Católica de Pernambuco também têm o nome de Fernando Santa Cruz.

⁶⁷ “Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. NORA, Pierre. *Entre memória e história: as problemáticas dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10, dezembro de 1993, p. 13.

⁶⁸ Gildo Macedo Lacerda nasceu em 1949, em Ituiutaba, no município de Veríssimo, Minas Gerais. “Deslocou-se, em 1972, para Salvador, Bahia, quando fazia parte da direção Nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo ano, casou-se com Mariluce Moura. [...] Gildo e Mariluce foram presos em 22 de outubro de 1973, em Salvador, no Quartel do Barbalho, pelo Exército e imediatamente conduzidos às câmaras de tortura. Mariluce, que estava grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu. Gildo foi transferido para o DOI-CODI do IV Exército, no Recife, onde foi torturado até a morte, em 28 de outubro de 1973”. BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. 2009, *Op. Cit.*, pp. 484-485. “Com o nascimento de Tessa, 8 meses após a morte do pai, Mariluce travou incansável batalha judicial, que se arrastou por 18 anos, para que a paternidade de Gildo fosse reconhecida. Gildo, enterrado como indigente no cemitério da Várzea no Recife, teve seu corpo necropsiado e seus restos mortais foram enterrados em valas comuns do ‘Buraco do Inferno’ (1986) e depois no Cemitério das Flores, sem jamais chegar a sua família”. ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois*. Psic. Clin. Rio de Janeiro, Vol. 20, n.2, pp. 80-81, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a06v20n2.pdf>>, acesso em: 30/01/2012.

⁶⁹ 15 FILHOS. Direção de Maria Oliveira e Maria Marta Nehring. Brasil: 1996. DVD (18min), son., color. Relato iniciado em 16 minutos e 22 segundos e concluído em 17 minutos e cinco segundos.

vítimas, comprometer-se em localizar os corpos delas e indenizar os familiares dos mortos e desaparecidos políticos⁷⁰.

Ao longo de todo o período ditatorial, a luta pela justiça aos mortos e desaparecidos políticos foi bastante intensa, sendo um dos pontos da campanha nacional pela aprovação de uma Lei da Anistia ampla, geral e irrestrita, conforme discutiremos mais adiante. Ainda hoje, a responsabilização do Estado por essas arbitrariedades e a punição aos torturadores é uma reivindicação social.

Outra história de violação dos direitos humanos e que também está associada à luta pela Anistia foi a de Edval Nunes da Silva Cajá. Nascido em 06 de dezembro de 1950, na zona rural de Bonito de Santa Fé, Sertão da Paraíba. Ele foi membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, integrante da Pastoral da Juventude Católica, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, fez parte do Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura; da Comissão Pró ENE (Encontro Nacional de Estudantes) para reabrir a União Nacional de Estudantes (UNE) e militou pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁷¹.

Segundo Cajá, a sua iniciação política ocorreu no município de Cajazeiras-PB, no dia 22 de agosto de 1967, data comemorativa à emancipação dessa cidade. Foi enquanto militante do Movimento Estudantil Secundarista que, juntamente com outros estudantes, participou de uma passeata e realizou pichações contra o imperialismo estadunidense, que através do projeto Aliança Para o Progresso exercia influência na educação brasileira⁷².

No dia 12 de maio de 1978, quando estava na então Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), Edval Nunes foi sequestrado por agentes da polícia federal de Pernambuco e, posteriormente, preso, torturado e mantido incomunicável por alguns dias. Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por meio do Decreto

⁷⁰ COMPARATO, Fábio Konder. A responsabilidade do Estado brasileiro na questão dos desaparecidos durante o regime militar. In: TELES, Janaina (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000, pp. 54-55.

⁷¹ “O PCR foi a primeira dissidência do PC do B, surgida em 1966, e ficou circunscrita a Pernambuco e estados vizinhos do Nordeste. Reuniu antigos militantes das Ligas Camponesas, como Amaro Luís de Carvalho (*Capivara*) e lideranças do movimento estudantil. Em termos de concepção geral, não se distinguia no essencial do PC do B, mas defendia a tese peculiar ‘de que o Nordeste constitui o ponto mais agudo da contradição entre imperialismo norte-americano e o povo brasileiro’ (...) e, portanto, deve ser ‘a área principal de atuação dos comunistas revolucionários’”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, *Op. Cit.*, p. 230.

⁷² Entrevista concedida por Edval da Silva Nunes Cajá a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

nº898/1969, ao ser acusado de organizar o PCR, um dos partidos políticos considerados pelo Estado como uma ameaça à soberania nacional⁷³.

Cajá teve os seus direitos de cidadão negados pelo Estado. Ressaltamos que ele, apesar de possuir uma atuação considerada clandestina, possuía uma vida legal, com residência fixa e carteira de trabalho registrada. Diante disso, a polícia federal, se quisesse, poderia interrogá-lo de forma legal, ao enviar um oficial de justiça com mandato para que prestasse esclarecimento⁷⁴.

Segundo esse integrante do PCR, os agentes policiais optaram pelo sequestro, pela captura e pelo uso da tortura durante três dias porque acreditavam que ele confessaria tudo o que desejariam, ao estarem respaldados pelo Artigo nº 59, do Decreto-Lei nº898, de 29 de setembro de 1969, mais conhecido como Lei de Segurança Nacional de 1969⁷⁵. Apesar de todo esse sofrimento físico e psicológico, Cajá nos relatou que permaneceu em silêncio e não deu nenhuma informação sobre as ações desenvolvidas por seus companheiros.

Caso isso tivesse acontecido, várias pessoas provavelmente seriam presas, torturadas e assassinadas, e a própria atuação e organização das atividades políticas estariam comprometidas, pelo conhecimento que a rede de informações teria sobre elas. A prisão dele teve grande visibilidade na mídia e muitos setores da sociedade lutaram pela sua liberdade, o que gerou muitos embates políticos e a vigilância desse cenário de conflitos por agentes do DOPS-PE⁷⁶.

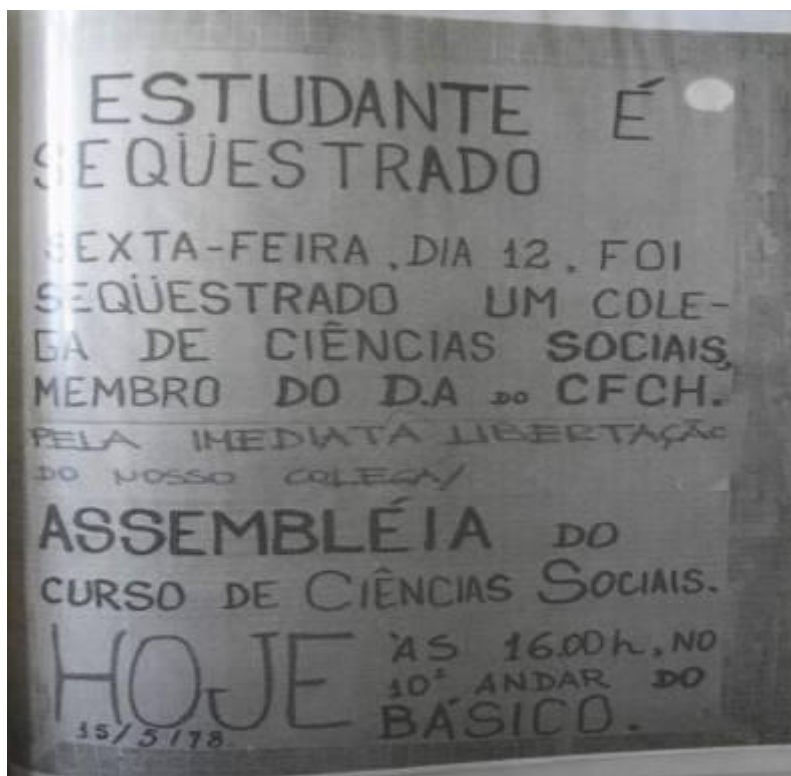
Uma das formas de protestar contra essas arbitrariedades e denunciá-las para a sociedade foi o uso de pichações na cidade do Recife. Um dos espaços selecionados foram os muros do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal de Pernambuco, prédio onde Cajá estudava (fotografia 03).

⁷³ Conforme o Arquivo Pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá.

⁷⁴ Entrevista concedida por Edval da Silva Nunes Cajá a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

⁷⁵ “Art. 59. Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou. § 1º O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares. § 2º Se entender necessário, o Encarregado solicitará dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observadas as disposições do art. 149 do Código da Justiça Militar *[sic]*”. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 10/07/2011.

⁷⁶ Ver Arquivo pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá, jornais do período, principalmente o Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio e os prontuários funcionais do Acervo do DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, a exemplo dos prontuários nº 30976 e nº 32100.



Fotografia 03 Pichações na UFPE para denunciar a prisão de “Cajá”⁷⁷.

As pichações foram um relevante instrumento para denunciar a sua prisão e mobilizar várias pessoas em prol de sua soltura. Destacamos que Cajá era um militante muito visado por órgãos policiais e possuía relações políticas e sociais intensas com segmentos bastante atuantes na defesa dos direitos humanos, como foi o caso do MDB-PE e da Igreja Católica, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo arcebispo dom Hélder Câmara⁷⁸. Essa mobilização também ocorreu em um momento de grande

⁷⁷ Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá

⁷⁸ Hélder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, no dia 07/02/1909, cidade onde se ordenou padre aos vinte e dois anos. No início da década de 1930, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento de inspiração fascista no Brasil, abandonando-o alguns anos depois, quando passou a trabalhar no Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e teve atritos com o arcebispo dom Sebastião Leme. Na década de 1950, Hélder Câmara foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, realizou trabalhos assistencialistas e tornou-se um dos responsáveis pela Fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição relevante nas transformações ideológicas da Igreja Católica no país. Devido ao falecimento do arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Coelho, ele foi nomeado para assumir esse cargo, desembarcando em Recife, logo após o golpe civil-militar de 1964. Diante da sua intensa atuação na luta em defesa dos direitos humanos e do combate à ditadura militar, foi bastante perseguido pela ditadura, ganhou notoriedade internacional e recebeu vários títulos, prêmios e distinções. Além de ter sido indicado a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, nos anos 1970. Dom Hélder permaneceu à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife até em 1985, quando se aposentou. Faleceu em 1999, decorrente a problemas de saúde. CONTINENTE DOCUMENTO. *Dom Hélder: o pastor da liberdade*. Recife: Editora CEPE, 2005. LEÃO, Jordana Gonçalves. *Fragmentos de um 'diário': a correspondência pessoal de Hélder Pessoa Câmara (1944-1952)*. Dissertação (Mestrado em História) – DLCH, UFRPE, 2010.

resistência contra a ditadura, durante a política de distensão do governo do presidente Ernesto Geisel⁷⁹. Sobre essa história, Edval Nunes recordou o seguinte:

Na minha prisão existiu muita pichação. Nas manifestações tinham “greve amanhã”, “passeata amanhã”, “Cajá está preso, você vai a aula?”, [...] pegaram papel de cartolina, emendaram várias cartolinas e picharam “Cajá está preso, você vai a aula?” e colaram na parede. O [jornal] *Diário [de Pernambuco]* fotografou. [Os estudantes] passaram o dia escrevendo e no dia seguinte saiu na capa do jornal. A partir desse dia suspenderam a tortura e começou a greve [estudantil]. Então foi uma pichação levada para não pichar o prédio, pra não dar confusão [...] colaram lá. [...] Mas eu creio que o tiro saiu pela culatra, o prejuízo saiu muito maior. O movimento que eles [os agentes da polícia federal] queriam frear, ao contrário, cresceu. Foi a primeira greve que aconteceu de 69 para cá, não tinha tido outra. E a greve se espalhou até a [Universidade] Federal do Paraná. Queriam intimidar o trabalho de dom Hélder, da Igreja [Católica], das Comunidades [Eclesiais] de Base e ao contrário, elas se politizaram mais com a minha prisão mais, passaram a ter uma atuação mais política. O Setor Jovem e o próprio MDB, até o grupo chamado de autêntico, passou a se manifestar com discurso em Brasília e aqui na Assembléia [Legislativa de Pernambuco], então a tática deles foi equivocada⁸⁰.

Essa assembleia estudantil na UFPE dificilmente passaria despercebida pela lógica de vigilância dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O relatório s/n de 16 de maio de 1978, com grau de sigilo confidencial⁸¹, registrou que eles tentaram gravar esse ato, mas ocorreu um defeito técnico no transmissor⁸². Todavia conseguiram a informação de que compareceram cerca de trezentas e cinquenta pessoas na assembleia, que durou das 16:00 horas até as 17:15 horas.

Destacamos que essa manifestação foi convocada por membros de diversos segmentos sociais, como foi o caso dos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Associação dos

⁷⁹ Ver ALVES, 2005, *Op. Cit.*

⁸⁰ Entrevista concedida a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

⁸¹ “Um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. [Os documentos] [...] se classificam da seguinte maneira: (a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). Somente algumas autoridades podem atribuir tais categorias aos documentos”. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001, pp. 25-26.

⁸² Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório s/n de 16 de maio de 1978, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

Sociólogos de Pernambuco, da Ordem dos Advogados de Pernambuco e do Movimento Feminino Pela Anistia de Pernambuco⁸³.

Uma das decisões dos participantes foi o início de uma greve geral dos discentes da UFPE até a quebra da incomunicabilidade e libertação de Cajá⁸⁴. A adesão do Movimento Estudantil em prol dessa paralisação foi bastante intensa, e praticamente todos os cursos da UFPE paralisaram as suas atividades, com a adesão do CFCH, do Centro de Artes e Comunicação, do Centro de Tecnologia parcialmente, assim como dos mestrados em Sociologia, Economia, Psicologia, Antropologia, Desenvolvimento Urbano e das Pós-Graduações em Educação e Física⁸⁵. Posteriormente, ocorreram diversos protestos em prol dessa mesma causa. O cartaz da fotografia 04 foi coletado/apreendido pelo DOPS/PE e divulgou um deles:



Fotografia 04 Cartaz manifestação pelos direitos humanos em Casa Amarela, 1978⁸⁶.

⁸³ Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório s/n de 18 de maio de 1978, Confidencial, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

⁸⁴ Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório s/n de 16 de maio de 1978, Confidencial, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

⁸⁵ Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório s/n de 18 de maio de 1978, Confidencial, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

⁸⁶ Acervo do Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco (DOPS-PE) - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Prontuário Funcional nº 29747: Trabalho de Agitação (Propaganda).. Data: 08/1968 a 09/1980. 76 documentos.

O evento foi promovido por vários segmentos sociais: Pastoral da Juventude, Comissão de Justiça e Paz e Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Olinda e Recife; Diretórios Centrais dos Estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal da Paraíba; Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, Comitê Brasileiro de Anistia de Pernambuco e de Alagoas; Movimento Feminino Pela Anistia de Pernambuco, Ação Católica Operária de Pernambuco, Centro de Estudos e Ação Social do Recife, Instituto de Arquitetos do Brasil-PE, Associação dos Sociólogos de Pernambuco, Associação Nacional dos Médicos Residentes e Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁸⁷.

Essa manifestação, ocorrida em 22 de dezembro de 1978, reuniu aproximadamente duas mil pessoas no Morro da Conceição, bairro de Casa Amarela, Recife/PE. Ela esteve estreitamente ligada à prisão de Edval da Silva Nunes Cajá e à luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, mas estendeu-se à defesa de outros direitos humanos, quando se comemorou o trigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem⁸⁸.

Nesse momento leu-se uma lista de pessoas atingidas diretamente pela ditadura militar em Pernambuco, composta pelos nomes de nove desaparecidos e dezoito mortos. Foram feitas dramatizações para denunciar a violação dos direitos humanos, e, entre os presentes, citamos o arcebispo de Olinda e Recife dom Hélder Câmara, o senador Marcos Freire e o deputado Jarbas Vasconcelos⁸⁹.

Os manifestantes também elaboraram faixas que abarcaram diversas questões, como: “Libertem Cajá”, “Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, “Queremos Comida”, “Brasília Teimosa ... A Terra é de Todos”, “Maria, cantora da liberdade derruba os poderosos dos tronos e levanta os humildes”⁹⁰. Os discursos dessas faixas expressaram a marcante participação da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “[...] que serviram para dinamizar as paróquias e sustentar uma participação mais ativa dos fiéis no desempenho de variadas tarefas incluindo desde evangelização,

⁸⁷ Hemeroteca - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Diário de Pernambuco, 21/12/1978, Local, p. 7.

⁸⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/12/1978, Capa.

⁸⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/12/1978, Capa.

⁹⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/12/1978, Capa.

alfabetização, politização e mobilização das classes populares”⁹¹. Edivaldo Vieira afirmou que a CEB do Morro da Conceição foi uma das mais atuantes em Recife⁹².

Diante de uma intensa rede de mobilização social em nível nacional, da repercussão no Brasil e no exterior da sua história, do eficiente aparato jurídico dos seus advogados Eduardo Pandolfi, Edibal Piveta e Pedro Eurico de Barros e Silva, Cajá conseguiu ser solto para responder o processo em liberdade. Todavia, pouco tempo depois voltou a ser preso, sob a alegação de que não soube fazer uso desse momento. A sua libertação definitiva ocorreu apenas no dia 01 de junho de 1979, durante o início do governo do presidente João Batista Figueiredo⁹³. Sobre a repercussão e as consequências de sua prisão, ele lembrou o seguinte:

O Secretário de Segurança Pública, o superintendente daqui, foi removido para uma cidade muito inferior e mais complicada, que foi Uruguaiana; o auditor que me julgou [e condenou] foi transferido para Manaus. Galdino, o delegado da Polícia Federal que era o diretor do inquérito foi afastado do cargo e nomearam um delegado especial para cuidar do caso, Paulo Sete Câmara, tão ruim quanto o outro. E os policiais que me prenderam, eu fiz um processo, abri um processo contra eles [...]. Naturalmente não tinha acusação que fosse favorável, arquivaram por falta de prova testemunhal. Eu levei prova documental, inclusive do IML [Instituto Médico Legal], mas o conjunto da Auditoria Militar: um Conselho de Guerra composto pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, um juiz e advogados concluíram que eu tinha prova apenas documental e faltava prova testemunhal, ou seja, um torturador teria que testemunhar a meu favor. De maneira que eles saíram fragilizados, desmoralizados vamos dizer assim, e o movimento cresceu bastante e ajudou a impulsionar a campanha da Anistia. É inegável que ajudou a campanha da Anistia e a campanha de abertura da UNE, para poder dar um Congresso mais ousado em Salvador. Eu mandei uma carta manuscrita do presídio para ser lida pelo líder do Congresso em Salvador na abertura [...], essa carta está nos anais da UNE⁹⁴.

Conforme foi possível discutir, ao longo da ditadura militar brasileira, diversos direitos foram cerceados por meio da censura, vigilância e repressão às pessoas que, ao se contraporem ao Estado, sofreram diversas penalidades: cassação de direitos políticos, aposentadorias forçadas de funcionários civis e militares, torturas sistemáticas, exílios

⁹¹ CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Ed. Claridade, 2011, p. 55. (Coleção Saber de Tudo).

⁹² SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira de. *A Igreja Progressista no Recife: limites e possibilidades da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) Recife-PE, 1973 a 1985*. Dissertação (Mestrado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2006, p. 89.

⁹³ Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. *Sobre o Movimento Estudantil*. 2ª Ed. Ilustrada e Ampliada. Recife: Edições Manuel Lisboa, 2005, pp. 81-83.

⁹⁴ Entrevista concedida a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

forçados, assassinatos, prisões arbitrárias e forçadas, liberdade de opinião castrada, desrespeito à inviolabilidade do lar e das correspondências com o respaldo de um aparato legal⁹⁵.

Dessa forma, o país passou a viver desde 1964 sob um estado de exceção: “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”⁹⁶. Esse estado de exceção foi constituído legalmente principalmente por meio da aprovação de Atos Institucionais, Inquéritos Policiais Militares e mudanças na Constituição⁹⁷.

Isso porque, sob o discurso da defesa da democracia, o Estado buscou uma legitimidade social a partir de uma base legal. Daí a preocupação em editar uma nova Constituição e manter o funcionamento do Congresso, visando uma boa recepção e repercussão da chamada “revolução”. Buscou-se, dessa forma, construir uma aparência de normalidade para a vida política e social que pudesse impedir o reconhecimento do regime sob a perspectiva da excepcionalidade e da arbitrariedade, incorporando um traço dos regimes totalitários⁹⁸.

Diante desse cenário, ganharam fôlego, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, as lutas sociais pelo retorno à democracia ao país, com destaque para o uso de pichações como um instrumento de expressão e de disputas políticas. Ao longo da dissertação discutimos como pichar foi uma prática utilizada por várias pessoas para a reivindicação de direitos humanos, direitos civis e direitos sociais.

Todavia, no trabalho, destacamos o uso dessas escritas urbanas para exigir direitos políticos em três campanhas de suma relevância para o fim da ditadura no país: a) as lutas pela aprovação da Lei da Anistia em 1979; b) as eleições diretas de 1982 para a escolha de quase todos os cargos, com exceção de presidente e prefeitos de capitais e áreas de segurança nacional e c) os protestos em prol da campanha das Diretas Já, que possuía o objetivo da sociedade readquirir o direito de escolher por via direta o presidente do Brasil.

⁹⁵ CARVALHO, 2011, *Op. Cit.*, pp. 155-195.

⁹⁶ AGANBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 78-79; p. 15.

⁹⁷ CARVALHO, 2011, *Op. Cit.*, pp. 155-195.

⁹⁸ SANTOS, Roberto Lima. *Crimes da ditadura militar: responsabilidade internacional do estado brasileiro por violação aos direitos humanos*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010, pp. 26-30.

1.2. Gritam os muros: “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

“Pichar muro é uma forma de protesto”. Essa matéria do Diário de Pernambuco de 19/12/1979 foi um dos poucos documentos que não associaram as pichações à práticas de vandalismo, poluição visual e incivilidade que nada comunicam. Na reportagem essa escrita é vista como um meio de baixo custo para se fazer propaganda política e protesto contra diretrizes governamentais⁹⁹.

Entre as temáticas mais recorrentes nos muros e paredes nesse período, o jornal destacou as denúncias de torturas e a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita¹⁰⁰. A campanha nacional pela aprovação da Lei da Anistia abarcou várias questões, como: os diferentes projetos de lei; a atuação do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), de partidos políticos e de inúmeras pessoas para que retornassem ao país os exilados brasileiros e para que muitos presos políticos reconquistassem a liberdade perdida devido à repressão do Estado¹⁰¹.

Logo após o golpe de 1964, já era possível ouvir algumas vozes isoladas clamarem pela anistia, como foi o caso da crônica de Carlos Heitor Cony publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 18 de abril desse ano e da entrevista concedida à revista *Manchete* pelo general Pery Bevilacqua, em 1966. Todavia, a criação de organizações voltadas especificamente para reivindicar a aprovação de uma lei de anistia política remonta a 1975, com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia¹⁰².

Esse movimento fundado por um grupo de mulheres em São Paulo foi liderado pela advogada e ex-presa política Therezinha Godoy Zerbine, sendo marcante o lançamento e a divulgação do *Manifesto da Mulher Brasileira*. Um documento que registrou o anseio de uma anistia ampla e geral e a convocação da participação feminina em prol dessa campanha¹⁰³.

⁹⁹ Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco. Diário de Pernambuco, 19/12/1979, Local, p.7.

¹⁰⁰ Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco. Diário de Pernambuco, 19/12/1979, Local, p.7.

¹⁰¹ GRECO, Heloisa Amélia. *Memória vs. esquecimento, instituinte vs. instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita*. In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 193-214.

¹⁰² RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 17.

¹⁰³ PORTO, Fabíola Brigante Del. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2002, p. 83.

Salientamos que essa ação ocorreu durante o Ano Internacional da Mulher, proposto pela Organização das Nações Unidas, e contou com a colaboração de dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo que possuiu uma atuação relevante em defesa dos direitos humanos. Logo no início de sua organização, o MFPA buscou articular-se com mulheres de outros Estados, com a Igreja Católica, com o Movimento Democrático Brasileiro e com a Ordem dos Advogados do Brasil¹⁰⁴.

Pouco tempo depois, o Movimento Feminino Pela Anistia de São Paulo ganhou mais força, conseguindo contribuir para a formação de núcleos em outras partes do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina¹⁰⁵.

A luta pela anistia ganhou uma grande dimensão com a crescente adesão de muitas pessoas e setores da sociedade a partir da segunda metade da década de 1970. Isso porque, alguns anos antes, a atuação estava circunscrita basicamente aos familiares dos atingidos, principalmente as mulheres, em prol da defesa dos presos políticos e da busca dos desaparecidos¹⁰⁶. Foi o caso dos parentes de Fernando Santa Cruz, cuja história analisamos no tópico anterior.

Na segunda metade dos anos 1970, também começaram a ser criadas entidades pró-anistia fora do país, como foi o caso do Comitê Brasil de Anistia pelo Brasil, fundado em Paris, e o Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil, com sede em Lisboa. Em julho de 1979, existiam 30 comitês no exterior¹⁰⁷. Nos Estados Unidos também houve protestos contra a ditadura brasileira, sendo marcante a atuação de exilados políticos

¹⁰⁴ ODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE 2011, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁰⁵ GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – FAFICH, UFMG, 2003, p. 69. Diferentemente do CBA-PE, durante a pesquisa obtivemos poucas informações acerca do MFPA-PE. Isso se deveu ao fato do surgimento e atuação desse Movimento serem anteriores ao período por nós investigado, o que demandaria outra pesquisa. Além disso, geralmente os documentos consultados não se detiveram aprofundadamente sobre a ação desse segmento social, ao não mencionarem, por exemplo, quais eram os seus integrantes. Outra problemática é a escassa historiografia sobre a história política de Pernambuco do final da ditadura militar, principalmente sobre os anos de 1979 a 1985. Acreditamos que o MFPA-PE e o CBA-PE merecem um estudo específico sobre eles, devido à relevância da sua atuação na campanha pela anistia, com destaque para a participação feminina. Destacamos que é importante levar em consideração as relações de gênero entre homens e mulheres e como isso influenciou o cenário sócio-histórico. A elas, por exemplo, houve maior permissividade para expressar, mesmo durante o auge da repressão ditatorial, os seus sentimentos sobre a difícil situação dos mortos, desaparecidos, exilados e presos políticos. Não é por acaso a expressiva e significativa participação feminina na luta em defesa dos mortos e desaparecidos políticos e da aprovação da Lei da Anistia sem restrições, pois muitos dos atingidos pela ditadura foram familiares dessas militantes. Esperamos que futuramente, com novos estudos, esse hiato historiográfico possa ser diminuído.

¹⁰⁶ GRECO, 2003, *Op. Cit.*, p. 69.

¹⁰⁷ ODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE 2011, *Op. Cit.*, p. 106.

brasileiros, professores de várias universidades estadunidenses, religiosos, jornalistas e universitários norte-americanos¹⁰⁸.

Entre os dias 28 e 30 de junho de 1979, foi realizada, em Roma, a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil¹⁰⁹. Esse evento ocorreu próximo à data da aprovação da Lei da Anistia e conseguiu reunir exilados e comitês de anistia de vários países. Entre os presentes, destacamos: Gregório Bezerra¹¹⁰, Francisco Julião¹¹¹, Apolonio de Carvalho¹¹², dezessete deputados do MDB, representantes do movimento pela anistia do Brasil e líderes sindicais¹¹³. A resolução final da conferência foi resultante da síntese dos trabalhos de seis comissões: política, sindical, jurista, agricultura, mulheres e comitê dos desaparecidos. Ela rejeitou a proposta de anistia parcial apresentada pelo governo brasileiro, com os seguintes posicionamentos:

Denunciar o caráter restritivo da proposição de anistia da ditadura e lutar até o fim por uma anistia ampla, geral e sem restrições. [...] lutar pela revogação de toda a legislação repressiva do regime, pela dissolução dos organismos de repressão política, pela apuração dos crimes que cometeram e a punição dos criminosos'. [Também foi declarado] [...] apoio ao movimento popular democrático que luta no Brasil pelo fim do regime ditatorial e pela conquista das mais amplas liberdades, particularmente para os trabalhadores brasileiros que,

¹⁰⁸ Ver GREEN, 2009, *Op. Cit.*

¹⁰⁹ A conferência foi “[...] organizada pela Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos e [contou] com ampla participação do jurista Louis Joinet. [...] O interesse pelo Brasil, mais uma vez, justificava-se por sua posição-chave na instauração de ditaduras e no sistema imperialista na América Latina”. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999, p. 248.

¹¹⁰ Nasceu em 1900, em Paelas/PE. Em 1930, ingressou no o Partido Comunista do Brasil (PCB), tendo cinco anos depois se tornado um dos dirigentes da Ação Nacional Libertadora (ANL). Em 1945, foi anistiado e atuou na reorganização do PCB. Passados dezenove anos, sofreu com outra ditadura, ao ser em 1964, preso, torturado e arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, em Recife. Em 1969, conseguiu se exilar no México, seguindo depois para outros países. Voltou ao Brasil em 1979, quando lançou o livro *Memórias*, falecendo quatro anos depois. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Edição ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 610-611.

¹¹¹ Nasceu em Belo Jardim/PE, em 1915. Esse advogado teve uma participação importante durante a atuação das Ligas Camponesas no Brasil, nos anos 1950/1960. Em 1962, elegeu-se deputado federal, mas foi preso e cassado em 1964. Diante desse cenário político, exilou-se no México em 1965, retornando ao país em 1979. A partir de então passou a atuar no Partido Democrático Trabalhista (PDT), falecendo em 1999. Para maiores informações, consultar o artigo VILELA, Márcio A. F.; PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Memória e política: a trajetória de Francisco Julião*. Revista história oral. Rio de Janeiro, v. 11, n.1-2, p. 61-84, jan-dez, 2008.

¹¹² Nasceu em 1912, em Corumbá/MS e foi militante político desde os anos de 1930. Foi um dos integrantes do PCB até 1967, quando participou da formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e assumiu a função de secretário-geral dessa organização. Foi preso em 1970, ano em que se exilou em Argel. Em 1979, retornou ao Brasil e, no ano seguinte, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo nomeado vice-presidente. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2005, aos 93 anos. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: a trajetória e um revolucionário: Apolonio de Carvalho*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, s/d, pp. 4-5.

¹¹³ ROLLEMBERG, 1999, *Op. Cit.*, pp. 248-249.

certamente, afastarão para sempre o arbítrio, a prepotência e a opressão¹¹⁴.

Dessa forma a luta pela anistia abarcou questões muito mais amplas, que foram além da aprovação da lei. Ela significou também o combate à ditadura militar e todo o seu aparato repressivo, a punição aos torturadores e o apoio a segmentos sociais como os trabalhadores. Exigia-se, assim, uma *anistia ampla* para todas as ações de oposição à ditadura; *geral* para todas as pessoas que foram vítimas da repressão e *irrestrita*, ou seja, sem restrições e discriminação aos atingidos pelo estado de exceção.

Essa campanha ganhou mais força em 1978, quando se formaram os primeiros Comitês Brasileiros pela Anistia, nas capitais e outras cidades do Brasil. Nesse momento diversos setores participaram dessa luta, como: estudantes, artistas, trabalhadores, bancários, operários, professores e membros da Igreja Católica.

O Comitê Brasileiro de Anistia, núcleo de Pernambuco (CBA-PE), atuou inicialmente de forma não oficial e começou a organizar-se no segundo semestre de 1978, com a realização de espetáculos artísticos e atos públicos, com destaque para a manifestação em prol dos direitos humanos realizada no Morro da Conceição¹¹⁵. Diante da efervescência das lutas políticas, da intensa participação social, dos debates sobre a aprovação da Lei da Anistia e de uma maior organização e ação dessa instituição, o CBA-PE foi lançado oficialmente às 20:00 horas, do dia 18/04/1979.

¹¹⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 01/07/1979, Capa.

¹¹⁵ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 17/04/1979, Caderno I, p. 5.



Fotografia 05 Lançamento do CBA-PE no auditório do DCE da UFPE, 18/04/1979¹¹⁶.

A fotografia 05 registrou esse evento ocorrido no auditório da sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, localizado na Rua do Hospício, centro do Recife. A faixa expressou o principal objetivo da campanha, o respeito aos direitos humanos, ao exigir liberdade para os brasileiros que sofreram com as arbitrariedades da ditadura, com a aprovação de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Ao centro está o primeiro e único presidente do CBA-PE, o deputado do MDB, Eduardo Pandolfi. Além dele, compuseram essa mesa: o ex-preso político Aybirê Ferreira, a presidente do DCE da UFPE Alzira Mindelo, o presidente regional da Ordem dos Advogados do Brasil Dorany Sampaio, o presidente regional do MDB Jarbas Vasconcelos, o deputado federal Roberto Freire (respectivamente a segunda, a terceira, a sétima, oitava e nona pessoas da esquerda para a direita), o ex-preso político Alani Cardoso e Marcelo de Santa Cruz Oliveira, irmão do desaparecido Fernando Santa Cruz¹¹⁷.

O espaço ficou lotado, sendo marcante a presença de estudantes de diferentes universidades, líderes religiosos, familiares de presos e desaparecidos políticos, além

¹¹⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco 19/04/1979, Capa.

¹¹⁷ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio 19/04/1979, Capa. SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia: memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007, p. 261.

dos ex-presos políticos Alani Cardoso e Aybirê Ferreira já citados¹¹⁸. Os periódicos *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, ao anunciarem a programação desse ato, salientaram a participação de representantes dos jornais da imprensa alternativa *Em Tempo*, *Movimento*, *Versus* e *Jornal dos Bairros*, do Movimento Feminino Pela Anistia de Pernambuco e de Sergipe, de associações profissionais e de bairros, do CBA de Campina Grande, de diretórios estudantis e outros segmentos sociais¹¹⁹.

Além disso, constou na programação a realização de uma feira de arte para arrecadar fundos para o Comitê, devido à doação de obras de diversos artistas, como: Bajardo, João Câmara, Delano, Alves Dias, Adolfo Sérgio, Paulinho de Olinda, Montez Magno, Nazareno Petrúcio. Durante a reunião houve espaço para a leitura de um texto escrito por Edval da Silva Nunes Cajá e de cartas elaboradas por outros presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo e da Colônia Penal Feminina Bom Pastor¹²⁰.

No que tange à estruturação do CBA-PE, após uma eleição, os membros elegeram a seguinte diretoria provisória: Eduardo Chaves Pandolfi como presidente, Marcelo Cavalcanti como vice-presidente, Luzineide Brandão como primeira secretária, Lia Parente Costa como segunda secretária e Cesário como tesoureiro¹²¹. Destacamos que outras pessoas possuíram uma participação importante no comitê, a exemplo de Nadja Brayner, que também chegou a exercer a função de vice-presidente¹²².

Segundo Eduardo Pandolfi, essa foi uma instituição civil sem fins lucrativos e com uma estrutura de atuação simples. As reuniões eram semanais para decidir questões políticas, e cada membro possuía uma função sem muitos detalhamentos de atribuições e dava a sua contribuição financeira para a campanha política¹²³.

Esse advogado também lembrou que cada CBA era independente, existindo uma relação de fraternidade e não de subordinação entre eles. Além disso, ressaltou que foi marcante o incentivo e a ajuda de membros do CBA do Rio de Janeiro para o surgimento do comitê pernambucano¹²⁴.

¹¹⁸ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio* 19/04/1979, Capa.

¹¹⁹ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio* 17/04/1979, Caderno I, p. 5. *Diario de Pernambuco* 18/04/1979, Capa.

¹²⁰ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio* 18/04/1979, Capa.

¹²¹ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio* 17/04/1979, Caderno I, p. 5.

¹²² Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=43638:ufpe-marca-presenca-na-comissao-estadual-da-memoria-e-verdade&catid=488&Itemid=72>, acesso em: 02/09/2012.

¹²³ Entrevista realizada com Eduardo Pandolfi em 28/01/2012, por Thiago Nunes Soares. Esse advogado elegeu-se deputado estadual pelo MDB no final da década 1970, período em foi um dos fundadores e o primeiro e único presidente do Comitê Brasileiro de Anistia, núcleo de Pernambuco.

¹²⁴ Entrevista realizada em 15/12/2011, por Thiago Nunes Soares.

Marcelo de Santa Cruz Oliveira foi uma das pessoas importantes para essa fundação. Ele participou da formação do Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro em 01 de fevereiro de 1978, o primeiro do país¹²⁵, atuando na *Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, que realizou atividades associadas às *Comissões Exilados e Perseguidos* e *Presos e Torturados*. Além disso, foi articulador em nível nacional da formação de vários Comitês, a exemplo de São Paulo¹²⁶.

Em depoimento, Marcelo de Santa Cruz Oliveira narrou que o contato com Pernambuco foi intenso, tendo em vista o fato de alguns membros de família e outros companheiros manterem relações bastante próximas antes da ditadura e posteriormente, ao serem integrantes do CBA-PE. Assim como em outras regiões do Brasil, essa instituição foi composta por familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos e por pessoas que possuíam um sentimento de defesa da democracia e da liberdade contra o arbítrio. Além disso, esse advogado lembrou que:

O Comitê de Pernambuco, do Rio [de Janeiro], de São Paulo, todos eles obedeciam mais ou menos o mesmo formato. O Comitê tinha uma comissão de coordenação ou poderíamos chamar de uma comissão executiva, que era formada geralmente por um presidente, por um secretário e por uma pessoa encarregada pela mobilização, outro encarregado pela questão dos levantamentos dos documentos e tinham as comissões. As comissões em relação aos presos políticos que se encontraram em muitas greves de fome que ocorreram e era importante o comitê se mobilizar junto às pessoas e entidades que estavam solidários com aquela luta, para que os companheiros não fossem mortos e conseguissem sobreviver às condições precárias que se encontravam no sistema carcerário [...] e também a questão dos mortos e desaparecidos políticos que era outra comissão do Comitê que tinha um trabalho muito importante, porque na época de 1971 até meados de 1975 ocorreram vários desaparecimentos¹²⁷.

¹²⁵ Posteriormente, surgiram os CBAs da Bahia e de Goiás em abril de 1978, os CBAs de São Paulo, Londrina/PR e do Rio Grande do Norte em maio de 1978 e os CBAs de Santos, São Carlos e Brasília em junho de 1978. GRECO, 2003, *Op. Cit.*, p. 88.

¹²⁶ Marcelo de Santa Cruz Oliveira nasceu em 14 de janeiro de 1944, em Recife/PE. Participou da manifestação de rua de 01 abril de 1964, nessa capital, contra a deposição do governador Miguel Arraes, quando presenciou o assassinato dos estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Enquanto estudante de Direito da Universidade Federal de Pernambuco foi atingido pelo Decreto –Lei nº 477/1969, sendo obrigado a exilar-se em vários países da Europa. Em 1971, voltou ao Brasil, residindo no Rio de Janeiro, onde foi um dos fundadores do CBA-RJ. Ele é irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz (caso discutido no tópico anterior) e voltou a morar em Pernambuco em 1981, após a aprovação Lei da Anistia, ajudando a formar o Movimento Tortura Nunca Mais desse Estado em 1986. Atualmente, é vereador de Olinda pelo Partido dos Trabalhadores, militante dos Direitos Humanos e coordenador adjunto do Centro dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. Entrevista realizada em 15/12/2011, por Thiago Nunes Soares. BARROS, Marisa. *Jonas! Presente ... agora e sempre!*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2009, pp. 43-44.

¹²⁷ Entrevista realizada em 15/12/2011, por Thiago Nunes Soares.

Nesse sentido, tendo em vista o fato dos CBAs apresentarem uma estrutura de organização e atuação semelhantes entre si, do seu surgimento ser influenciado pelo CBA-RJ e de não encontrarmos o estatuto do CBA-PE, acreditamos que o estatuto do comitê carioca pode contribuir para maior inteligibilidade dos objetivos e atuação das pessoas que se organizaram por meio dessa instituição pernambucana, pelo rico detalhamento de informações (ver Anexo I).

No Anexo II, o documento produzido e difundido pelo CBA-PE que foi coletado/apreendido pelo DOPS-PE também é relevante para maior conhecimento dos objetivos e da ação dessa organização civil. O texto é crítico à ditadura e à precária situação social do país (desemprego, arrocho salarial e instabilidade do trabalho) para mobilizar e esclarecer a população sobre a importância de uma anistia sem restrições, que foi vista como sinônimo de liberdade da sociedade naquele momento.

Ressaltamos que, apesar de várias pessoas estarem ligadas por meio de uma rede de solidariedade, união e ação política com o objetivo de aprovar uma lei da anistia ampla, geral e irrestrita e de exigir do Estado o respeito aos direitos humanos quanto à questão dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, havia conflitos entre elas. Isso ocorreu porque não se tratou de um grupo homogêneo e pela existência de embates por poder entre os militantes, ou seja, havia disputas e discordâncias sobre quem deveria estar na vanguarda dessa campanha e como ela deveria ser conduzida. No que concerne a essa questão, Eduardo Pandolfi lembrou:

Nós decidimos, então, como um passo importante, formar o Comitê Brasileiro Pela Anistia dentro da sede do Partido do Movimento Democrático Brasileiro [na época MDB], isso criou um problema muito grande, muita gente ficou irritada, [afirmando] que não podia ser, que a atuação do Comitê tinha que ser fora, não podia ser dentro, principalmente o Partido Comunista Brasileiro não aceitava, mas nós criamos dentro, porque nós não tínhamos facilidade financeira [...]. Além do mais, nós tínhamos a noção que a luta pela anistia era um aspecto restritivo da luta política do povo brasileiro que era representada pelo PMDB, o PMDB era o geral e a Anistia era o particular, era assim que nós víamos basicamente a questão. [...] [Sobre o pouco diálogo entre o MFPA-PE e o CBA-PE] O Movimento Feminino Pela Anistia surgiu antes e queria que os homens exercessem um papel apenas de auxiliares [da luta] pela anistia. E os homens por sua vez queriam exercer uma função de comando, de direção. Daí surgiu [sic] os conflitos¹²⁸.

¹²⁸ Entrevista realizada em 28/01/2012, por Thiago Nunes Soares. *Op. Cit.*

Apesar desses conflitos partidários e de gênero, a união entre os segmentos que atuaram em prol da Anistia foi muito grande, possibilitando uma mobilização nacional em defesa das liberdades democráticas. Nesse momento, foram marcantes os diversos encontros que possibilitaram maior organização, articulação e ação política dessa campanha, quando participaram diversos núcleos do MFPA e CBA e vários setores da sociedade, como: Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos, partidos políticos, associação de moradores, Movimento Estudantil, sindicatos e movimentos culturais¹²⁹.

Diante desse cenário de lutas em que diversos segmentos sociais exigiram uma anistia sem restrições, a proposta do projeto de Lei da Anistia do presidente Figueiredo foi concedê-la às pessoas que tiveram seus direitos políticos negados e que cometeram crimes políticos ou conexos. Também foram incluídos os servidores da administração pública e de fundações vinculadas ao poder público, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo e os militares punidos com base em atos complementares ou institucionais¹³⁰.

Esse projeto gerou muitas discussões sociais e embates políticos, principalmente no que tange a dois pontos. Os segmentos de oposição ao governo criticaram a concessão da anistia às pessoas que cometeram crimes conexos, que na interpretação “[...] dada na época, significava que a medida atingiria todos os membros do aparato repressivo que, a serviço da ditadura, torturaram, mataram, seqüestraram e fizeram desaparecer centenas de pessoas”¹³¹.

O segundo ponto foi a exclusão das pessoas nomeadas de terroristas, ou seja, aquelas que realizaram crimes de assalto, atentado pessoal e sequestro durante ações que estiveram relacionadas à luta pelo fim da ditadura e à sobrevivência diante da atuação do aparato repressivo na sociedade. A fotografia 06 registra como as pichações foram utilizadas para criticar o projeto de Lei da Anistia de Figueiredo, ao defender a ideia de que “TERRORISTA É A DITADURA QUE MATA E TORTURA”.

¹²⁹ Entre esses eventos, destacamos: a 1ª Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia, que aconteceu em Brasília, nos dias 05 e 06 de agosto de 1978; o Encontro Nacional de Movimentos Pela Anistia de Salvador, que ocorreu de 07 a 09 de setembro de 1978; o I Congresso Nacional Pela Anistia, realizado nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Instituto Sedes Sapientiae, entre 02 e 05 de novembro de 1978; o II Congresso Nacional Pela Anistia, Salvador, de 15 a 18 de novembro de 1979; os III e IV Encontros Nacionais de Movimentos Pela Anistia, realizados respectivamente no Rio de Janeiro (15 a 17 de junho de 1979) e São Paulo (07 e 08/07/1979); e a Conferência Internacional Pela Anistia (Roma, entre 28 e 30 de junho de 1979). Para um aprofundamento acerca dessas manifestações, ver: GRECO, 2003, *Op. Cit.*

¹³⁰ ODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE 2011, *Op. Cit.*, pp. 190-191.

¹³¹ ODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE 2011, *Op. Cit.*, p. 191.



Fotografia 06 Pichação no centro do Rio de Janeiro/RJ, 1979¹³².

O deputado Hugo Martins (MDB-PE) criticou o projeto de anistia parcial antes do seu envio ao Congresso Nacional. Ele defendeu que a anistia deveria ser ampla, geral e irrestrita, afirmando que a sociedade brasileira e os setores de oposição ao governo “[...] recebem essa anistia parcial não como uma dádiva, mas sim como fruto das duras lutas que toda a sociedade brasileira travou e trava ao longo desses quinze anos [de ditadura]”¹³³. Dessa forma, esse político viu a concessão da anistia como resultante de lutas sociais e não como um ato de benevolência do Estado.

Ao analisar o encaminhamento do projeto ao Congresso, o ex-prefeito de Recife, Antônio Farias¹³⁴, elogiou a iniciativa do presidente, salientando que “[...] a anistia, além de um gesto político, histórico, faz com que todos os brasileiros conheçam melhor as intenções de um presidente que sempre esteve a sua mão estendida à conciliação”¹³⁵. Boa parte dos políticos da ARENA-PE teve um posicionamento semelhante ao Antônio Farias, tendo em vista serem aliados do presidente Figueiredo.

¹³² Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações, V8 ACE C001244 Apud *Luta pela democratização*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=18>>, acesso em: 12/08/2011.

¹³³ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 10/05/1979, Caderno I, p. 3.

¹³⁴ Eleito por via indireta, foi prefeito de Recife entre os anos de 1975 e 1979. Para maiores informações acerca da sua gestão, ver: BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. UFPE, 1996, pp. 95-98.

¹³⁵ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 29/06/1979, Política, p.3.



Fotografia 07 Reportagem Anistiar terrorista: sim ou não?¹³⁶

Anistiar ou não os presos nomeados de terroristas durante a ditadura? (fotografia 07). Esse ponto do projeto de discussão gerou muitos embates não apenas entre políticos do MDB e da ARENA em Pernambuco, mas também entre diversos setores da sociedade antes, durante e após a tramitação do projeto de Lei da Anistia no Congresso Nacional, conforme foi possível verificar nos jornais locais.

Poucos dias antes da aprovação da Lei, o Diário de Pernambuco entrevistou algumas pessoas para saber a opinião delas sobre esse assunto, devido à visibilidade dessa discussão em diversos jornais do país e à atuação dos movimentos que lutaram por uma anistia ampla, geral e irrestrita.

O presidente da OAB, Seção Pernambuco, Dorany Sampaio contestou o uso do termo terrorista, ao argumentar que diante da repressão violenta do Estado, “com prisões, seqüestros [sic], torturas, desaparecimentos e mortes de pessoas [...] houve por parte de muitos, uma resposta violenta. Eu não chamo isso de terrorismos”¹³⁷. Esses foram alguns dos motivos que fizeram com que ele defendesse uma anistia ampla, geral e irrestrita. Salientamos que esse advogado foi um militante atuante na luta pela anistia irrestrita, estando os seus discursos permeados por esse posicionamento político crítico às arbitrariedades da ditadura militar.

¹³⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Política, p. 6.

¹³⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Política, p. 6.

Sônia Marques, presidenta do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção Pernambuco, também criticou o termo terrorismo para nomear as pessoas que realizaram manifestações de cunho reivindicatório ou contestatório à ditadura, assim como as restrições do projeto da Lei da Anistia. Ela declarou que quem:

[...] fez terrorismo no Brasil, fora[m] os que invadiram as universidades, mataram, feriram, prenderam e torturaram estudantes, professores, profissionais, enfim, todos os setores que se opuseram ao regime injusto e totalitário? O terrorismo partiu dos órgãos oficiais de repressão. Aqueles que responderam a violência com violência, por descrédito em qualquer outra forma de luta – e que foram os que mais bravamente lutaram e sofreram nos tempos difíceis na repressão pós-68, cujo único crime foi defender os interesses do povo brasileiro – não podem ser excluídos da anistia. É bom lembrar o número de mortos que a anistia não devolverá ao nosso convívio¹³⁸.

Conforme foi possível verificar nos jornais pesquisados, o Instituto dos Arquitetos do Brasil esteve bastante presente na reivindicação de uma anistia sem restrições juntamente com outras instituições, entre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Enquanto Joel Sampaio de Arruda Câmara, advogado, empresário, presidente da Associação de Pequenas Empresas, e ex-advogado e líder das Ligas Camponesas até 16/01/1963, foi contra a proposta de conceder anistia às pessoas nomeadas de terroristas. Ele teria afirmado que:

Anistiar terroristas é escarrar na face das suas vítimas, direta ou indiretamente nas pessoas de seus filhos, órfãos e esposos. É um ultraje à Justiça que mantém encarcerados aqueles que furtaram, roubaram por falta de educação e trabalho e o Estado, a Igreja e a Sociedade lhes negaram¹³⁹.

Chamou-nos a atenção como Joel Câmara, uma pessoa cujas práticas políticas estiveram vinculadas a lutas por melhorias sociais que se contrapuseram ao Estado, como foi o caso das Ligas Camponesas em Pernambuco, mudou de posicionamento, ao criticar as pessoas que lutaram contra a ditadura arriscando as suas vidas. A luta dos que foram chamados de terroristas foi compreendida por esse entrevistado como ações contra a família, sem problematizar que muitas delas foram torturadas, mortas e desaparecidas, cujos familiares também sofreram com essas arbitrariedades.

¹³⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Política, p. 6.

¹³⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Política, p. A6.

A tortura foi um dos discursos bastante recorrentes durante a luta pela anistia. O ex-presos político José Adelino Gomes, após sair da Penitenciária Barreto Campelo, quando cumpriu dez anos e três meses de prisão, denunciou que ele e outros companheiros foram torturados pelo médico do Hospital da Aeronáutica, Dr. Ângelo (não mencionou o sobrenome). Relatou que esse profissional controlou o nível de “tortura dos presos a fim de evitar que morressem [e] executou diversas torturas com choques elétricos, queimaduras de cigarro, pau de arara e as diversas pancadarias que o acompanhavam no interrogatório”¹⁴⁰.

José Adelino Gomes denunciou esse médico ao Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, por meio de uma carta assinada por todos os presos que, segundo ele, foram torturados pelo Dr. Ângelo¹⁴¹. Diante das denúncias recebidas por presos políticos, esse órgão abriu inquérito para apurar as denúncias¹⁴². Conforme veremos a seguir, a Lei da Anistia de 1979 beneficiou os torturadores, diante de interpretações equivocadas sobre ela. A pichação da fotografia 08 foi uma crítica a essa Lei, ao exigir a punição a essas pessoas que cometeram arbitrariedades contra os direitos humanos, após a aprovação dessa medida legal.



Fotografia 08 Pichações reivindicando punição aos torturadores. Recife, 1980¹⁴³.

¹⁴⁰ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 18/05/1979, Cidade, p. 9.

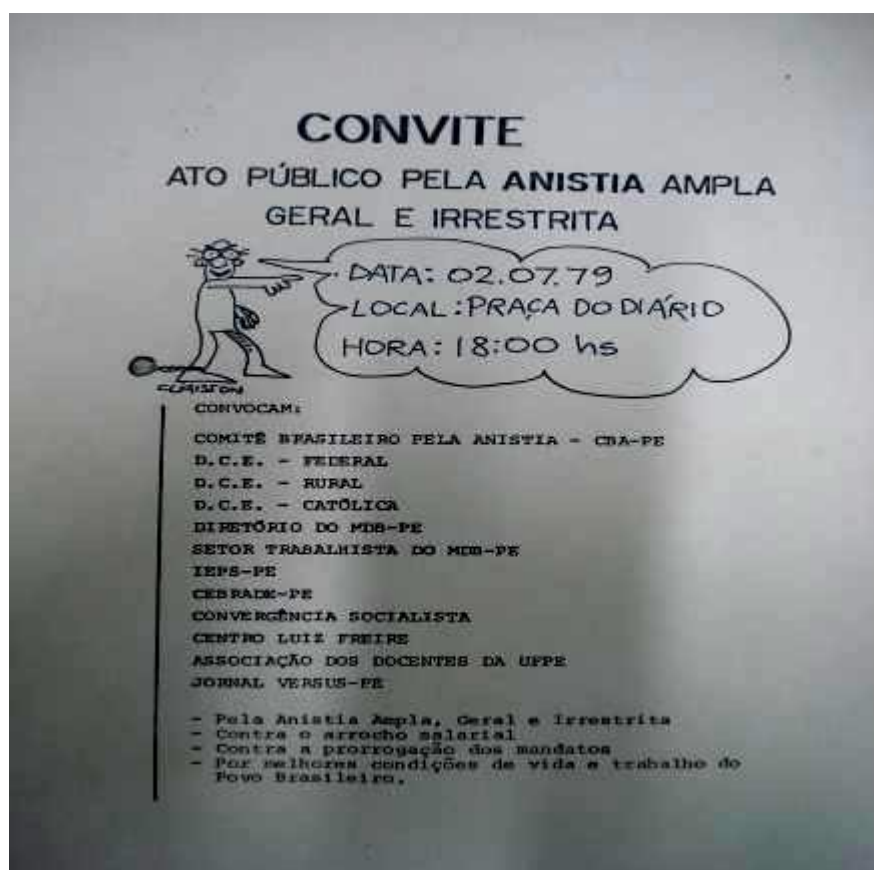
¹⁴¹ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 18/05/1979, Cidade, p. 9.

¹⁴² Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 19/05/1979, Cidade, p. 5.

¹⁴³ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 18. Referência nº 14515. Pichação próxima a um Mural da Crítica. Local não identificado. Data: 03/04/1980. Fotógrafo: Narciso Lins.

Também destacamos que os atos públicos foram um instrumento de resistência na luta pela anistia. No dia 30/04/1979, aproximadamente duas mil pessoas reuniram-se em Olinda, no Largo do Amparo, para exigir uma Lei da anistia que fosse ampla, geral e irrestrita, a convocação de uma Constituinte e o desmantelamento de órgãos de informações como o Serviço Nacional de Informações. Nessa data, várias pessoas discursaram, como foi o caso de Marcílio Domingues, Germano Coelho, Eduardo Pandolfi, Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire e Teotônio Vilela. Nesse ato sete ex-deputados cassados filiaram-se ao MDB¹⁴⁴.

As manifestações públicas em prol da campanha da anistia sem restrições estiveram sob a lógica da vigilância dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco. Eles coletaram/apreenderam uma propaganda política referente ao ato público realizado na Praça do Diário, centro do Recife, no dia 02/07/1979, um espaço em que ocorreram muitas manifestações contra a ditadura, conforme veremos ao longo da dissertação (fotografia 09).



Fotografia 09 Convite para ato público pela anistia na Praça do Diário, Recife, 02/07/1979¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 01/05/1979, Capa. Jornal do Commercio, 01/05/1979, Caderno I, p. 3.

¹⁴⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29747: Trabalho de Agitação (Propaganda). Data: 08/1968 a 09/1980. 76 documentos.

Esse convite registrou quais foram os segmentos sociais que organizaram e convocaram a população para exigir anistia para todos que lutaram contra a ditadura e reivindicaram outras questões, a exemplo de melhores condições de trabalho e vida para os brasileiros. Salientamos que a figura do preso político foi elaborada pelo chargista Clérison, que no jornal de grande circulação *Diário de Pernambuco* elaborou diversas charges cujos discursos geralmente foram combativos à ditadura e/ou apoiaram as reivindicações sociais.

A fotografia 10 é concernente a esse protesto contra as limitações do projeto de Lei da Anistia de Figueiredo. As faixas expressam a amplitude dessa luta, ao denunciar o quantitativo de mortos, desaparecidos e exilados durante quinze anos de ditadura militar e divulgar outro anseio: a libertação dos presos políticos que poderiam ser beneficiados com essa lei. Os bancos da praça tornaram-se um palanque para os militantes discursarem. Se por um lado a estrutura da manifestação foi precária, por outro, ela contribuiu para haver um contato mais próximo com a população presente.



Fotografia 10 Ato público pela aprovação da Lei da anistia ampla, geral e irrestrita¹⁴⁶.

Estiveram presentes nesse dia Dorany Sampaio, presidente da OAB-PE, o presidente regional do MDB, Jarbas Vasconcelos; os deputados federais Marcus Cunha e Roberto Freire, além de deputados estaduais e representantes da União Nacional dos

¹⁴⁶ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco* 02/07/1979, Política, p.3.

Estudantes (UNE). Alzira Medeiros, do DCE-UFPE e integrante da diretoria provisória da UNE leu uma nota de solidariedade que foi enviada pelo Comitê Brasileiro de Anistia de Campina Grande/PB¹⁴⁷.

A campanha pela Anistia também foi ponto de discussão durante o XXXI Congresso da UNE, ocorrido em maio de 1979, em Salvador, tendo em vista que muitos estudantes atuaram nos CBAs e que o debate acerca dessa questão ganhou cada vez mais espaço social¹⁴⁸. Esse encontro foi fundamental para a reorganização do principal órgão de representação estudantil, que foi posto na ilegalidade em 1964. Nesse momento também foi lida uma carta em apoio à soltura do universitário e preso político Edval da Silva Nunes Cajá¹⁴⁹.

Com a aproximação da votação do projeto de Lei da Anistia, outra alternativa de resistência contra a proposição de uma anistia restrita foi a realização de greves de fome. As pichações “APOIO A GREVE DE FOME”, “ANISTIA PARA TODOS” (fotografia 11), “ABAIXO A REPRESSÃO”, “LIBERDADE PARA OS PRESOS DE ITAMARACÁ”, “TODO APOIO À GREVE DE FOME”, “TERRORISTA É A DITADURA” e “NÃO À ANISTIA DO GOVERNO” foram realizadas em bairros periféricos e no centro do Recife com o objetivo de divulgar e buscar apoio social para a greve de fome de nove dos onze presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá/PE, iniciada em 30/07/1979¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 02/07/1979, Política, p.3.

¹⁴⁸ ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Edval da Silva Nunes Cajá a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012. Uma relevante fonte documental desse evento foram as fotografias de Milton Guran publicadas no livro GURAN, Milton. *O Encontro na Bahia: XXXI Congresso da UNE*. Brasília: Galilei, 1979. Para uma análise acerca da experiência desse fotógrafo e das relações entre autoria e engajamento político, vale a pena a leitura do artigo MAUD, Ana Maria. *A UNE somos nós, nossa força, nossa voz ... experiência fotográfica e os sentidos da história no século XX*. Discursos fotográficos. Londrina, v. 6, nº8, jan.jun.p. 169-193, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/3928>>, acesso em: 04/03/2012.

¹⁵⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 30/07/1979, Capa; Política, p.11. Jornal do Commercio, 01/08/1979, Política, p. 23.



Fotografia 11 Pichações alusivas ao apoio à greve de fome e à luta pela anistia ampla, geral e irrestrita¹⁵¹.

Os grevistas foram Alberto Vinicius Melo do Nascimento, José Calixtrato Cardoso Filho, José Edmilson Ribeiro, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Luciano Almeida, Edilson Freire Maciel, Rholine Sonde Cavalcanti, Valmir Costa e Arlindo Felipe da Silva. Os presos políticos Samuel Firmino de Oliveira e Francisco Ferreira de Lima alegaram não ter participado dessa estratégia de resistência por problemas de saúde¹⁵².

Essa não foi a primeira greve de fome dos presos políticos dessa penitenciária¹⁵³, mas a de 1979 teve outro objetivo: repudiar o projeto de anistia parcial e restrita do

¹⁵¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 01/08/1979, p. A3, Cidade. APEJE.

¹⁵² Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 01/08/1979, Polícia, p. 23. Diário de Pernambuco, 31/07/1979, Política, p. 3.

¹⁵³ “A primeira greve ocorreu em 1975 e durou 12 dias. Naquela época, os detentos deflagraram o movimento em protesto pela transferência de Luciano de Almeida e Marcelo [Mário] de Melo que, segundo eles, inexplicavelmente foram retirados da penitenciária para o Quartel de Cavalaria da Polícia Militar de Pernambuco, medida que consideraram punitiva. A greve acabou quando o juiz-auditor José Bolivar Regis e as autoridades penitenciárias se comprometeram a não fazer divisões entre eles e Luciano e Marcelo retornaram à Ilha de Itamaracá. Mas, nesse mesmo ano, em outubro, novo movimento foi deflagrado, quando os presos, durante 25 dias, ingerindo apenas água, passaram a protestar contra a censura a jornais e revistas e por terem tirado o pavilhão onde estão recolhidos um fogão, geladeira e outros utensílios domésticos que eles utilizavam para fazer a própria alimentação. [...] Na ocasião os presos não conseguiram praticamente nada, recebendo outro castigo: o isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti que, condenados à prisão perpétua, deveriam cumpri-la em separado aos demais presos políticos. Eles passaram a apelar às autoridades para que o isolamento fosse quebrado, mas o então secretário de Justiça, sr. Sérgio Higino, citava o artigo da Lei de Segurança Nacional para

governo. Assim como em outros Estados, essa greve ocorreu após a deflagração da greve de fome dos presos políticos do presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro, iniciada em 22/07/1979¹⁵⁴. As mães, irmãs e esposas dos presos políticos de Itamaracá buscaram apoio social por meio da crítica ao projeto de anistia parcial e da defesa da realização dessa greve, ao distribuírem uma carta no dia 01/08/1979:

Nós, familiares dos presos políticos recolhidos à Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá – PE, estamos mais uma vez nos dirigindo a todos os interessados na luta pelos direitos humanos e à população em geral, através dessa carta, a fim de demonstrarmos o nosso mais profundo repúdio à anistia parcial que o Governo pretende dar. – Se mais uma vez nossos familiares e seus companheiros de outros Estados estão em greve de fome, não é porque sintam prazer no sofrimento e sim por rejeitá-lo veementemente. E é por rejeitarmos alguns anos de sofrimento que não podemos aceitar um projeto que ousa receber o nome de anistia, pois por anistia entendemos um ato em que todos os presos políticos sejam postos em liberdade¹⁵⁵.

No dia 04/08/1979, após a permissão do diretor da Penitenciária Barreto Campelo, alguns familiares e os deputados Roberto Freire (integrante da Comissão Mista do Congresso que examinou o projeto da anistia) e Tarcísio Delgado visitaram os presos grevistas para acompanhar o seu estado de saúde, que segundo esses deputados, era bom¹⁵⁶. A alimentação dos grevistas foi à base de dosagens racionadas de sal, açúcar e água.

Em 07/08/1979, o Comitê Brasileiro pela Anistia de Pernambuco, distribuiu panfletos para exigir a anistia ampla, geral e irrestrita, a libertação imediata de todos

justificar a medida. [...] Em abril de 1976, os presos tiveram um novo motivo para continuar protestando, quando José Emilson Ribeiro, José Calicastro Cardoso, José Adeildo Ramos e Cláudio de Souza Ribeiro foram retirados da penitenciária e, segundo ele, levados ao Quartel da Aeronáutica, onde sofreram toda sorte de torturas. Os detentos diziam, inclusive, que isso ocorreu como represália pela participação dos quatro nas greve de fome. Denunciavam a falta de segurança no presídio e acusavam seu diretor, major Jorge Siqueira, de permitir que presos, sob sua responsabilidade, fossem retirados do presídio para serem torturados. Diante disso, em novembro de 1977, nova greve foi deflagrada, novamente em protesto contra o isolamento carcerário de Carlos e Rholine e as condições precárias da prisão. [...] Novamente sem conseguir nada, os presos retornaram à greve em abril de 1978, quando durante 23 dias ficaram sem qualquer alimentação. Ao final, conseguiram que Carlos Alberto e Rholine Sonde voltassem a conviver com eles”. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 26/07/1979, Política, p. 4.

¹⁵⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão da Anistia. FRANTZ, Daniela de; Et. al (Orgs.). *30 anos da luta pela anistia no Brasil: a greve de fome de 1979*. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010. Houve greve de fome de presos políticos em 1979 também em Fortaleza, Natal, São Paulo e Salvador. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/relacao-das-principais-greves-de-fome>> acesso em: 23/11/2011

¹⁵⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 02/08/1979, Política, p. 3.

¹⁵⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 05/08/1979, Política, p. 3.

presos políticos, a volta dos exilados e a reintegração imediata de todos os servidores públicos civis e militares que perderam seus cargos por razões políticas¹⁵⁷.

No dia 11/08/1979, os presos políticos foram transferidos da Penitenciária para o Hospital da Polícia Militar, após a determinação do Secretário de Justiça, Luiz Gonzaga de Vasconcelos, que atendeu às solicitações dos familiares desses detentos¹⁵⁸. Um grupo de companheiras dos grevistas alegou que em Itamaracá, além do isolamento carcerário em si, os detentos só recebiam visitas no sábado. O diretor administrativo desse hospital informou que eles poderiam ser visitados diariamente, entre 14 e 16 horas. Inclusive, receberam, no dia da transferência, a visita de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife que teve uma participação bastante expressiva durante a ditadura militar¹⁵⁹.

Segundo as declarações prestadas por familiares dos nove grevistas, em 13/08/1979, eles apresentaram um estado de saúde satisfatório e estavam dispostos a continuar a greve de fome até que fosse conquistada a anistia ampla, geral e irrestrita¹⁶⁰. No dia seguinte, cerca de 700 pessoas participaram de um ato público pela anistia na Praça do Diário que foi promovido pelo CBA-PE, em que novamente apoiaram a luta dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo¹⁶¹.

Participaram desse protesto o presidente do CBA-PE, deputado Eduardo Pandolfi, Fernando Lira, Hugo Martins, Sérgio Longman, o estudante Edval Nunes da Silva Cajá (recém libertado da prisão) e integrantes da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Centro Brasil Democrático, UNE e Diretórios Estudantis da UFRPE, UFPE e UNICAP¹⁶².

Em 18/08/1979, a situação de saúde dos detentos estava pior, pois aumentou para três o número de pessoas que passaram a tomar soro: Arlindo Felipe da Silva, Rholine Sonde Cavalcante e Edmilson Freire Maciel. A situação mais grave foi a de Rholine, que reclamou de dores muito fortes¹⁶³.

O apoio aos grevistas da Penitenciária de Itamaracá ocorreu também fora de Pernambuco. Em Porto Alegre, três manifestantes gaúchos em solidariedade a eles iniciaram, no dia 16/08/1979, uma greve de fome sob uma dieta diária de um litro de

¹⁵⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 08/08/1979, Política, p. 4.

¹⁵⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 12/08/1979, Capa.

¹⁵⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 12/08/1979, Política, p. 3.

¹⁶⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 14/08/1979, Política, p. 4.

¹⁶¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/08/1979, Política, p. 2.

¹⁶² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/08/1979, Política, p. 2.

¹⁶³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Capa.

água, três gramas de bicarbonato, três gramas de sal, comprimidos de vitamina C, cálcio e cloreto de potássio¹⁶⁴.

Todavia, com a aprovação da Lei da Anistia em 22/08/1979, logo em seguida os presos políticos de Itamaracá e do Rio de Janeiro suspenderam a greve de fome¹⁶⁵. Apesar desse movimento grevista não ter obtido uma anistia ampla, os presos políticos conseguiram receber o apoio de diversos segmentos sociais, dar visibilidade aos seus ideais e aos seus manifestos e passaram a ser nomeados de presos políticos e não mais de terroristas¹⁶⁶. Outra questão relacionada à luta pela anistia foi a volta dos exilados brasileiros no exterior. Analisemos o documento a seguir:

Vai, meu irmão/Pega esse avião
 Você tem razão de correr assim
 Desse frio, mas beija/O meu Rio de Janeiro
 Antes que um aventureiro/Lance mão/Pede perdão
 Pela duração dessa temporada
 [Em substituição de Pela omissão um tanto forçada]/
 Mas não diga nada/Que me viu chorando
 E pros da pesada/Diz que eu vou levando
 Vê como é que anda aquela vida à toa
 E se puder me manda/Uma notícia boa [...]¹⁶⁷

O trecho da música acima é um registro repleto de metáforas sobre a ditadura militar brasileira. *Samba de Orly* foi composta por Chico Buarque, Toquinho e Vinícius de Moraes. Após os problemas com a censura, Chico deu início a um “exílio voluntário” na Itália, em 1969, local onde Toquinho o acompanhou em alguns shows a convite dele¹⁶⁸. Essa música foi censurada pela Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), com a alegação de que a letra poderia “transmitir uma mensagem de teor diferente daquela aventada pelo intérprete, dando margem inclusive, a uma versão de cunho político”¹⁶⁹, segundo o processo de censura dessa obra¹⁷⁰.

¹⁶⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/08/1979, Capa.

¹⁶⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/08/1979, Capa.

¹⁶⁶ ODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE 2011, *Op. Cit.*, p. 239.

¹⁶⁷ Para acessar o processo referente à censura da música *Samba de Orly*, consultar: <<http://www.censuramusical.com/documentos.php?inicio=2>>, acesso em: 20/08/2011.

¹⁶⁸ <<http://www.chicobuarque.com.br/vida/vida.htm>>, acesso em: 20/08/2011.

¹⁶⁹ <<http://www.censuramusical.com/documentos.php?inicio=2>>, acesso em: 20/08/2011.

¹⁷⁰ A historiadora Creuza Berg destacou a existência de três níveis de censura durante a ditadura militar. “A censura prévia corresponde à atitude preventiva que atua sobre as causas, no caso o veto aos trabalhos e aos agentes que são proibidos de exibir esse trabalho. A censura punitiva corresponderia à ‘atitude repressiva’, na qual se envolvem as expressões políticas e militares (considerando também as policiais), que [...] atua ‘sobre os efeitos’, ou seja, a divulgação ou apresentação pública de um trabalho já vetado, ou o desrespeito aos cortes dos censores, e ‘sobre os agentes’. Está amparada por um aparato jurídico que gera processos-crime, impedimento pela polícia da apresentação do trabalho e até mesmo a prisão. E, no último nível, encontramos a censura coercitiva, de caráter extralegal, mas que combina perfeitamente com

A letra só conseguiu ser liberada em 14/10/1971, após a substituição da passagem “Pela omissão, um tanto forçada”, por “Pela duração, dessa temporada”. Ela foi gravada pela primeira vez no álbum *Construção*, de Chico Buarque, nesse mesmo ano. Segundo o site censura musical, essa passagem vetada teria sido a única parte elaborada por Vinícius de Moraes, que não teria participado da letra original¹⁷¹.

Além do uso de metáforas nas suas letras para disfarçar os conteúdos dos seus trabalhos, outra estratégia que o compositor Chico Buarque utilizou para livrar-se da censura foi assinar os seus trabalhos com os pseudônimos Leonel Paiva ou Julinho da Adelaide. Ao desconfiar desse artifício, a DCDP exigiu a obrigatoriedade da apresentação do RG e do CIC juntamente com a identificação do compositor¹⁷².

A partir da narrativa de *Samba de Orly* podemos refletir sobre a experiência no exílio do artista Chico Buarque. Assim como ele, muitas pessoas durante os anos 1960 e 1970 tiveram que sair do Brasil principalmente por conta da repressão política; boa parte delas foi para a Europa e países como: Chile, Cuba, Argélia, Angola, Estados Unidos e México¹⁷³. Dessa forma, para Denise Rollemberg, o exílio nesse período foi uma tentativa do Estado de eliminar e afastar pessoas que questionaram e se contrapuseram à ordem ditatorial. Todavia ela salienta que essa foi:

[...] uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis [...], inclusive de traços de personalidade de cada um. Assim, houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outras sucumbiram e vice-versa. E mesmo há quem foi capaz de lutar, bravamente, pela vida em momento de perigo e, passada a ameaça, entraram em processo de autodestruição. Ou seja, as trajetórias no exílio variaram não só de pessoa para pessoa, mas também na mesma pessoa, segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História não dá conta¹⁷⁴.

a ‘atitude operativa’ [...]: eliminar, destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes, cabendo a ação ‘prevalecentemente militar’. Neste nível, que prevê ‘operações similares ao quadro da luta armada’, vale tudo, da tortura ao assassinato”. BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002, pp. 121-122.

¹⁷¹ <http://www.censuramusical.com/resumos_inteiros.php?id=70&voltar=2> Acesso em: 20/08/2011.

¹⁷² BERG, 2002, *Op. Cit.*, pp. 124.

¹⁷³ Para uma discussão sobre a trajetória política dos exilados nordestinos durante a ditadura militar, consultar: CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: UFC, UECE; Recife: EDUFPE, 2005.

¹⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Nômades, sedentários e metamorfose: trajetórias de vida no exílio*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 279-280.

Samba de Orly também nos possibilita refletir acerca de outras questões, como é o caso do sofrimento/choro de muitos exilados que estiveram distantes do seu país de origem, dos familiares e amigos, tendo contato com outras culturas e um direcionamento de vida não desejado.

A passagem “E se puder me manda/Uma notícia boa” pode ser vista como uma referência ao cenário político brasileiro vigente, um período de intensa repressão no país, pelo uso de violência física e psicológica, censura e vigilância da sociedade. Diversas pessoas tiveram, por exemplo, correspondências violadas pela polícia, dificultando a comunicação entre exilados e seus correspondentes.

A letra da música *O bêbado e o equilibrista* é outro referencial para pensarmos a luta pela volta dos exilados e pela aprovação da Lei da Anistia. A sua principal intérprete foi a cantora Elis Regina, que teve um papel relevante na resistência artística brasileira pela abertura política e pelo apoio à campanha da anistia na segunda metade dos anos 1970¹⁷⁵.

[...] E as nuvens!/Lá no mata-borrão do céu
 Chupavam manchas torturadas/Que sufoco! [...]
 Quem sonha com a volta/Do irmão do Henfil
 Com tanta gente que partiu/Num rabo de foguete
 Chora!/A nossa pátria/Mãe gentil/
 Choram Marias/E Clarices/No solo do Brasil .../
 Mas sei, que uma dor/Assim pungente
 Não há de ser inutilmente/A esperança .../
 Dança na corda bamba/De sombrinha/
 E em cada passo/Dessa linha/Pode se machucar.../
 Azar!/A esperança equilibrista/
 Sabe que o show de todo artista/
 Tem que continuar...¹⁷⁶

¹⁷⁵ LUNARDI, Rafaela. *Em busca do “Falso Brilhante”*. Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2011, p. 156. Elis Regina doou, por exemplo, parte da arrecadação do show *Falso Brilhante*, ocorrido no Teatro ICEA, em Salvador para o CBA-BA e chamou três integrantes desse Comitê ao palco para falarem a respeito dessa campanha. ROCHA, Maria Liège Santos. *A Bahia presente*. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (Orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 263. Data do show não informada. Em 1978, participou de uma missa em Recife, em favor da libertação do preso político Edval da Silva Nunes Cajá e dedicou a apresentação do show *Transversal do Tempo* nessa cidade a ele. Para mais informações, consultar: <<http://revistaepoca.globo.com/cultura/noticia/2012/01/elis-regina-dom-helder-e-uma-carta-para-um-presos-politico.html>> Acesso em: 04/03/2012.

¹⁷⁶ Música *O bêbado e o equilibrista*, composta por João Bosco e Aldir Blanc em 1979. DVD Elis Regina Costa Carvalho. Gravadora Trama, 2005.

A música *O bêbado e o equilibrista* é considerada “[...] o hino da luta pela anistia aos presos e exilados pelo regime”¹⁷⁷. Gravada em 1979, por Elis Regina no LP *Elis, essa mulher*, foi bastante cantada durante os protestos em prol dessa causa. Para Marcos Napolitano, a letra da música *O bêbado e o equilibrista* é uma homenagem à resistência da sociedade civil durante o período ditatorial¹⁷⁸. A letra é repleta de elementos poéticos, políticos e metafóricos. Possivelmente ela faz alusão à prática da tortura física e psicológica pelos militares, ao sonho, ao sofrimento e à esperança de muitos brasileiros que desejaram rever parentes e amigos exilados.

Em 1978, durante o final do governo do presidente Ernesto Geisel, foram extintos o coercitivo Ato Constitucional nº 5 (AI-5) e as penas de morte, prisão perpétua e banimento. Diante desse cenário, várias pessoas que foram banidas puderam retornar ao Brasil e foi dado um passo importante na luta pela redemocratização a partir de medidas legais do Estado¹⁷⁹.

No dia 30 de maio de 1979, Maria do Socorro dos Santos regressou ao Recife, após cinco anos e meio de exílio na França. Essa historiadora chegou bastante emocionada ao Aeroporto dos Guararapes, quando reencontrou seus familiares e amigos, como: o advogado de presos políticos Pedro Eurico de Barros, que representou a Comissão de Justiça e Paz e Marcelo Mário de Melo e Nadja Brayner do Comitê Brasileiro de Anistia, núcleo de Pernambuco¹⁸⁰.

Maria do Socorro dos Santos afirmou à Imprensa que a sua saída do país ocorreu devido às perseguições políticas, alegando não estar respondendo nenhum processo policial e nunca ter participado de partido político. Além disso, relatou que a sua pretensão naquele momento foi voltar a trabalhar e reintegrar-se aos costumes brasileiros¹⁸¹.

Em 04/07/1979, o advogado Marcos José de Castro Guerra conseguiu voltar à capital pernambucana, depois de quatorze anos de exílio em Paris. Ele foi preso em

¹⁷⁷ NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 109.

¹⁷⁸ NAPOLITANO, 2006. *Op. Cit.* p. 109.

¹⁷⁹ Ver FICO, 2001, *Op. Cit.* p. 251. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82960-29-dezembro-1978-432175-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05/03/2012. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm> Acesso em: 05/03/2012. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional: Greve de Fome. Fundo SSP Nº 5240. Data: 07/1972. 03 documentos. Jornal da Semana, Edição Dominical do Diário do Comercio. Ano VII, Nº 04, Olinda, 07 a 13/01/1979.

¹⁸⁰ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 31/05/1979, Capa. Jornal do Commercio, 31/05/1979, Cidade, p. 6.

¹⁸¹ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 31/05/1979, Cidade, p. 6.

1964, por ter aplicado o método de alfabetização de Paulo Freire na cidade de Angicos/RN. Após ter passado alguns meses na prisão, conseguiu ser solto por um habeas-corpus e seguiu para a Europa, tendo o seu Inquérito Policial Militar arquivado¹⁸².

Salientamos que em dezembro de 1977, esse advogado tentou retornar ao Brasil, mas teve o seu passaporte negado pela Embaixada Brasileira em Paris. O documento só foi liberado em setembro de 1978, quando Marcos José entrou com um mandado de segurança contra o Ministério das Relações Exteriores¹⁸³. Outros exilados também conseguiram regressar às terras brasileiras.

Com a proximidade do dia da votação da Lei da Anistia, as tensões e as discussões políticas aumentaram, tendo em vista as diferentes propostas de projeto e opiniões da sociedade acerca desse assunto, conforme foi possível verificar nos jornais pesquisados. Uma manifestação bastante marcante ocorreu em 21/08/1979, em Brasília, quando aproximadamente cem pessoas do Comitê Pela Libertação dos Presos Políticos de Itamaracá protestaram contra o projeto de anistia parcial de Figueiredo¹⁸⁴.

Muitas delas vieram de caravanas de diferentes partes do país. O ato foi programado para acontecer em frente às Lojas Americanas, onde estiveram presentes cerca de trezentos soldados, que não interferiram na ação. O grupo de manifestantes fez comícios relâmpagos ao lado do Banco Regional de Brasília, estando bem próximos aos militares. Em seguida, ele cantou o hino nacional e seguiu para as galerias do edifício Arnaldo Villares, onde foram feitos discursos contra a ditadura e convocou-se a população a participar da manifestação no final da tarde nas rampas do Congresso Nacional em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita¹⁸⁵.

No Congresso a situação foi diferente, pois na chegada das caravanas houve conflitos com os seguranças. Eles apreenderam vários panfletos, cartazes e faixas dos militantes; alguns deles com fotografias e nomes de mortos e desaparecidos políticos. Nesse clima de tensão, algumas pessoas também foram proibidas de entrar nesse prédio e deputados do MDB intervieram em defesa delas¹⁸⁶.

¹⁸² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 03/07/1979, Política, p. 4. Diário de Pernambuco, 05/07/1979, Política, p. 3.

¹⁸³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 03/07/1979, Política, p. 4.

¹⁸⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/08/1979, Política, p. 2. Diário de Pernambuco, 22/08/1979, Política, p. 3.

¹⁸⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/08/1979, Política, p. 2.

¹⁸⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/08/1979, Política, p. 3.

Nesse cenário de intensa disputa política, houve muitos debates entre os deputados no dia 22/08/1979, quando o projeto de Anistia foi votado no Congresso Nacional. A sessão foi tumultuada e acompanhada por membros dos Comitês de Anistia e por recrutas das Forças Armadas¹⁸⁷. Analisemos a imagem a seguir:



Fotografia 12 Caricatura “Saiu a Anistia!!”¹⁸⁸.

As caricaturas, assim como as charges, possuem um forte poder comunicativo, tendo em vista a capacidade de sintetizar ideias e discussões do cenário político com discursos que geralmente chegam ao público de forma impactante. A criatividade, a comicidade e o humor também são aspectos marcantes nesse tipo de linguagem, pois o riso muitas vezes é utilizado como arma relevante nas lutas políticas, com o objetivo de enfraquecer os adversários, ao tentar construir uma imagem negativa sobre eles¹⁸⁹.

A caricatura da fotografia 12 registrou um preso político com um dos pés acorrentados que ficou feliz ao saber que foi aprovada em 22 de agosto de 1979, a Lei nº 6.883, conhecida como Lei da Anistia (promulgada em 28 de agosto). Ao tomar

¹⁸⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/08/1979, Capa.

¹⁸⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/08/1979, Opinião, p. 11.

¹⁸⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 181-182.

conhecimento que a ela foi restrita, ficou bastante triste, porque naquele momento não poderia mais conseguir a sua libertação imediata da prisão.

Essa situação pode ser estendida a muitas pessoas que viveram uma situação semelhante. A Anistia não foi ampla, geral e irrestrita, como boa parte da sociedade brasileira almejou, tendo em vista que ela não contemplou todas as pessoas punidas pela ditadura militar, pois “[...] o retorno ou reversão às antigas atividades e aos postos ocupados pelos afastados ou aposentados pelo regime militar (civis e militares) dependia de aprovação da administração competente pelo respectivo cargo”¹⁹⁰, tendo o anistiado que solicitar oficialmente esse tipo de deferimento.

Além disso, essa Lei excluiu as pessoas condenadas por terem cometido crimes considerados ações de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal e o seu artigo 1º foi indevidamente interpretado, tendo em vista que muitos torturadores foram beneficiados por ele. De acordo com esse artigo, foi concedida anistia a todos aqueles que entre 02/09/1961 e 15/08/1979 cometeram crimes políticos ou conexos com estes, ou seja, com motivação política (ver anexo III).

Um exemplo de crime conexo bastante comum foi o de falsidade ideológica, porque muitos militantes precisaram falsificar a sua identidade com o intuito de tentar conseguir desenvolver na clandestinidade as suas atividades políticas devido à intensa perseguição e violência praticada contra os que se contrapuseram contra a ditadura militar¹⁹¹. O texto do jurista e professor universitário de Direito Fábio Konder Comparato é bastante esclarecedor quanto aos problemas de interpretação da abrangência da Lei da Anistia:

A expressão ‘crimes políticos’, obviamente, designa os crimes contra a segurança nacional, definidos e apenados sucessivamente, durante o período determinado na Lei n. 6.683, pela Lei n. 1.802, de 1953, pelo Decreto-lei n. 314, de 1967, e pelo Decreto-lei n. 898, de 1969. Nenhum desses diplomas legais incluiu, entre os crimes contra a soberania nacional, o homicídio praticado por agentes policiais ou militares, a tortura de presos, ou o desaparecimento forçado de pessoas. Se estes últimos crimes não podem ser considerados ‘políticos’, seriam ao menos conexos com os crimes contra a segurança nacional? A conexão delitiva pode ser considerada sob o aspecto material ou procedimental. No primeiro caso, ela é

¹⁹⁰ PORTO, Fabíola Brigante Del. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania*. In: SILVA, Haike R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 66.

¹⁹¹ Ver documentação do Acervo do DOPS-PE do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco e do Centro de Documentação e Memória - Associação 64-68 Anistia do Ceará. Entrevista com Marcelo de Santa Cruz Oliveira.

reconhecida quando existe um liame entre os vários crimes praticados pelo mesmo agente, em concurso material. Esse liame, como foi salientado, pode ser de natureza teleológica, consequencial ou simplesmente ocasional. Mas, obviamente, só se reconhece a conexão material quando o agente ou os agentes criminosos (coautoria) são os mesmos. Não existe concurso algum entre os crimes contra a segurança nacional imputados às vítimas de desaparecimento forçado e prática deste último delito: os agentes são diversos, a motivação é diferente, os objetivos são distintos¹⁹².

Conforme pudemos discutir na dissertação, a luta pela anistia não foi apenas uma oposição à ditadura, mas a reivindicação de direitos em uma campanha nacional que conseguiu mobilizar e unir parte significativa da sociedade. A ex-presa política e professora Maria Amélia de Almeida Teles relatou que a essa reivindicação social significou para ela e para a sua família “[...] a alegria de poder ficarmos juntos com aqueles que sobreviveram, o direito de manifestar nossa saudade, o direito de ter sentimentos, de chorar nossas perdas e de reencontrar pessoas queridas”¹⁹³.

Segundo Rinaldo Cardoso Ferreira, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, ex-autor de pichações e um dos coordenadores da candidatura de Marcos Freire para governador em 1982, o uso de pichações políticas na campanha pela anistia foi bastante importante e mobilizou muitas pessoas a lutarem pelo fim da ditadura, sendo uma ação comum também nas Eleições de 1982 e nas Diretas Já¹⁹⁴.

Ainda hoje, a Lei da Anistia é alvo de muitas discussões e lutas para punir torturadores e militares envolvidos em práticas desrespeitosas aos direitos humanos e exigir justiça e “verdade” sobre as atrocidades cometidas contra a sociedade brasileira durante a ditadura militar¹⁹⁵.

Mesmo diante das limitações, a aprovação dessa medida legal foi uma relevante conquista social, ao permitir, também, que muitas pessoas pudessem exercer uma militância partidária¹⁹⁶ e que retornassem ao Brasil exilados como: Márcio Moreira

¹⁹² COMPARATO, 2000, *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁹³ TELES, Maria Amélia de Almeida. Direito à alegria e à dor. In: MAUÉS; ABRAMO, 2006, *Op. Cit.*, p. 211-212.

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Rinaldo Cardoso Ferreira, por Thiago Nunes Soares, em 16 de dezembro de 2011.

¹⁹⁵ Para maior aprofundamento acerca dessas questões, consultar: GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. MAZORBA, 2006, *Op. Cit.*, RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, *Op. Cit.* e SILVA, Haike R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

¹⁹⁶ ABRAMO, Zilah Wendel. *A continuidade da luta*. In: MAUÉS; ABRAMO, 2006, *Op. Cit.* p. 211-212.

Alves, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Francisco Julião, Gregório Bezerra e Miguel Arraes, que almejavam e lutaram por um espaço no cenário político nacional.

Ao voltar para o Brasil, em 29/09/1979, Gregório Bezerra lançou o livro *Memórias*, escrito durante o exílio. Nele ficou marcante o seu desejo de regresso: “Estou com 78 anos, mas ainda me sinto forte. [...] Espero não só poder voltar para o Brasil, como, na ocasião da volta, achar-me em condições de retomar o meu posto na luta ao lado das massas sofridas”¹⁹⁷.

No caso do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, ele desembarcou no Rio de Janeiro no dia 15/09/1979, com a esposa Madalena Arraes e seus quatro filhos, sendo recebidos por líderes políticos, estudantes, artistas, intelectuais e representantes da imprensa nacional e internacional. Logo em seguida, viajou para o Ceará, onde reviu os familiares. No dia seguinte, voltou ao Recife para participar de um comício no bairro de Santo Amaro, que contou com a participação de aproximadamente sessenta mil pessoas¹⁹⁸.

Pelo que pudemos verificar na pesquisa, com a volta dos exilados e com o fim bipartidarismo em 1979, um novo e acirrado cenário de disputas políticas configurou-se em Pernambuco. Esses embates foram mais intensos durante as eleições de 1982, quando as pichações foram um instrumento de propaganda política e eleitoral bastante utilizado apesar de proibido por leis, combatido pela polícia e pelo Tribunal Regional Eleitoral e criticado por muitas pessoas que consideravam essa escrita como um ato de vandalismo, condenando-a.

¹⁹⁷ BEZERRA, 2011, *Op. Cit.*, p. 591.

¹⁹⁸ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, pp. 113-114.

CAPÍTULO 2

RECIFE E AS ELEIÇÕES: a propaganda político-eleitoral nos muros da cidade.

2.1. As leis e as práticas eleitorais do governo Geisel ao de Figueiredo.

Diferentemente de outros países da América do Sul que tiveram os Legislativos fechados, partidos políticos proscritos e eleições canceladas durante regimes militares, a exemplo da Argentina (1973-1983), Chile (1973-1990) e Uruguai (1973-1985), no Brasil os legislativos nacional, estadual e municipal mantiveram-se funcionando, ainda que com poderes limitados¹⁹⁹.

Além disso, de acordo com Antonio Carlos do Rego, durante a ditadura militar brasileira, deu-se continuidade ao calendário eleitoral do período pré-golpe (1946-1964), com a existência de eleições legislativas a cada quatro anos (1966, 1970, 1974, 1978, 1982), embora com limitações e mudanças nas leis e nas práticas eleitorais. Grande parte do sistema partidário desse momento originou-se do Ato Complementar nº4 (AC-4), decretado logo após o Ato Constitucional nº 2 (AI-2), em 1965.

Em 27/10/1965 foi criado, pelo presidente Castelo Branco, o AI-2, “[...] documento [que] dava ao governo poderes de abolir os partidos existentes e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governador”²⁰⁰. A partir de então, o sistema político-eleitoral passou a ser bipartidário oficialmente, sendo permitida legalmente apenas a existência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira representava o governo, enquanto o segundo reunia uma parcela da oposição de forma controlada.

Ademais, esse Ato permitiu legalmente ao presidente outras prerrogativas: dissolver o parlamento, decretar estado de sítio, intervir nos Estados, demitir funcionários militares e civis e reformar o judiciário. Assim juízes militares passaram a julgar civis em causas concernentes à segurança nacional.

¹⁹⁹ REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 12.

²⁰⁰ SKIDOMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004, p. 99.

Com relação à atuação e relevância do Congresso Nacional para o governo e para os setores de oposição depois do golpe de 1964, o cientista político Antonio Carlos do Rego, destacou os seguintes aspectos:

[...] o Congresso brasileiro continuou a desempenhar o papel conciliatório no sistema político, que incluía a articulação de interesses [...] e sobretudo a [busca de] legitimação do regime. O Congresso desempenhou também um papel importante na transição para a democracia, quando foi implantado um programa de descompressão política iniciado e administrado pelo regime, e que incluiu o fim da censura à imprensa, anistia política e reforma partidária. O Congresso agiu como um fórum para a busca de acordos entre os representantes do governo e da oposição, e foi o local que permitiu aos oposicionistas moderados uma atmosfera que levasse à viabilização de ações de natureza conciliatória²⁰¹.

Assim, o Congresso Nacional desempenhou um papel importante no cenário político e eleitoral durante o regime, conforme veremos a seguir. As eleições de 1974, ocorridas durante o governo Geisel, foram um grande divisor de águas do sistema bipartidário. Isso porque os resultados foram considerados surpreendentes não apenas para muitos setores de apoio ao presidente, mas também para os segmentos ligados à oposição²⁰².

O MDB praticamente dobrou a sua bancada na Câmara dos Deputados e elegeu quase três vezes mais senadores que a ARENA, ganhando um espaço/poder político até então nunca conquistado, o que foi um fator de grande preocupação para os militares. Numa tentativa de conter o avanço das críticas e das conquistas da oposição, o governo criou a Lei nº 6.339/1976, conhecida como Lei Falcão²⁰³.

A nomenclatura dessa lei é uma referência ao ministro da Justiça Armando Falcão, que a subscreveu. Essa legislação vigorou durante o pleito de 1982 e impôs fortes restrições às campanhas eleitorais. “A presença no vídeo e a voz no rádio, dos candidatos e líderes dos dois partidos, deixou de existir, que foram substituídas pela voz

²⁰¹ REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 18.

²⁰² SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 45.

²⁰³ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 45.

neutra do locutor da emissora e a figura parada do candidato, presente enquanto era lido o seu currículo”²⁰⁴.

Como nas eleições de 1978 seriam renovados dois terços das cadeiras do Senado Federal, conforme previa o princípio constitucional da renovação alternada, o regime militar resolveu alterar a legislação eleitoral, com a Emenda Constitucional nº8, de 14/04/1977, através do “Pacote de Abril”, quando o Congresso foi posto em recesso por tempo indeterminado pelo presidente Ernesto Geisel. Foi criada então, a figura do “senador biônico”, que se configurou como a eleição indireta de um senador para cada Estado da federação, enquanto o segundo foi escolhido diretamente pela sociedade²⁰⁵.

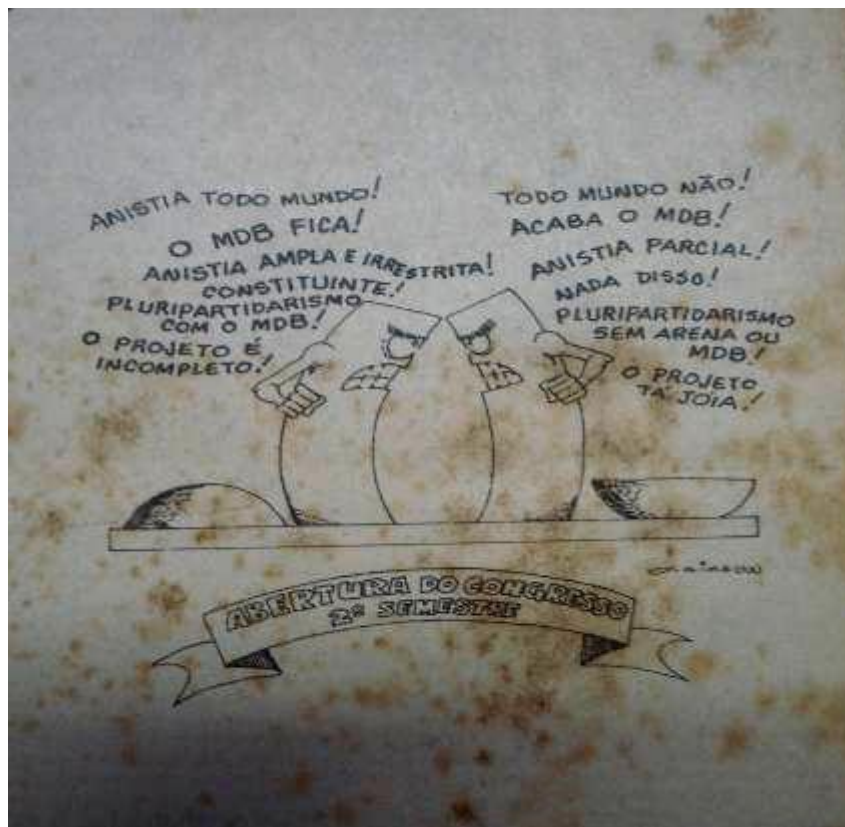
Apesar dessas mudanças nas leis e nas práticas eleitorais, não foi possível conter o avanço dos segmentos opositores. Assim como em 1974, o MDB e a ARENA novamente dividiram praticamente de forma paritária as cadeiras na Câmara dos Deputados. Entretanto, a ARENA conseguiu reverter a tendência favorável ao MDB nas disputas para o Senado²⁰⁶.

Outro ponto de discussão que constituiu a arena de disputas políticas foi o fim do bipartidarismo, com destaque para os primeiros meses do governo do presidente João Batista Figueiredo. Conforme registrou a charge da fotografia 13, nesse período o Congresso Nacional estava bastante dividido em decorrência dos intensos embates e diferentes opiniões no tocante a duas questões fundamentais para o retorno à democracia do Brasil: o projeto de Lei da Anistia e a proposta do sistema eleitoral pluripartidário.

²⁰⁴ REIS, Palhares Moreira. *Período autocrático: ARENA X MDB em Pernambuco; 1966-1978*. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, p. 151.

²⁰⁵ “As reformas impostas pelo executivo no pacote de abril de 1977 foram amplamente criticadas pelos órgãos representativos da sociedade civil. No Congresso, o líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado (que foi cassado dois meses depois), destacava que aquelas reformas iam contra os objetivos da distensão, e que se permanecesse a violência, o povo passaria a crer na força e não na lei”. REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 2001, p. 222.

²⁰⁶ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 45.



Fotografia 13 Charge embates no Congresso Nacional sobre o pluripartidarismo e a Anistia²⁰⁷.

Em 09/06/1979, o deputado estadual do MDB-PE Assis Pedrosa declarou à imprensa que estava esperando apenas a decretação da anistia restrita anunciada pelo presidente Figueiredo, para que ele e outros políticos pernambucanos pudessem organizar prontamente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Estado²⁰⁸. Essa é uma questão importante de ser destacada, tendo em vista que o MDB serviu como uma espécie de “guarda-chuva” para muitos militantes e políticos que tinham nesse partido o único espaço legal de oposição partidária à ditadura²⁰⁹.

Em maio de 1979, os deputados estaduais Paulo Andrade Lima (MDB-PE) e Carlos Caribé (ARENA-PE) defenderam a ideia de que novos partidos deveriam ser criados. Todavia, a opinião deles não foi um consenso. O primeiro expressou que isso deveria ocorrer apenas após uma assembleia constituinte, enquanto, para o segundo, precisaria acontecer logo, em poucos meses²¹⁰. Além disso, Paulo Lima afirmou que o

²⁰⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 01/08/1979, Opinião, p. 10.

²⁰⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 10/06/1979, Política, p. 6.

²⁰⁹ ARAÚJO, Maria Paula. *Lutas democráticas contra a ditadura*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), p. 348.

²¹⁰ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 12/05/1979, Caderno I, p. 3.

fim do bipartidarismo foi uma manobra da ARENA para dividir a posição representada pelo MDB, que nas últimas eleições teve resultados positivos²¹¹.

Nesse cenário de discussões políticas, somente após a aprovação da Anistia, o AC-4/1965 foi extinto pela Lei nº 6.767, aprovada em 20 de dezembro de 1979, possibilitando a reformulação de diversos dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A principal alteração foi a mudança para o sistema político-eleitoral pluripartidário, com o objetivo maior de tentar dividir a oposição e controlar o processo nomeado de abertura política. Todavia, essa ampliação do direito político de representação partidária, requeria uma série de exigências:

Teriam direito a funcionamento os partidos que, por um lado, conseguissem, na eleição seguinte para a Câmara dos Deputados, 5% dos votos nacionais e 3% em nove estados diferentes e, por outro, tivessem entre os seus fundadores 10% dos deputados federais e 10% dos senadores. O princípio da fidelidade partidária não seria aplicável à fundação de novos partidos. Mas para possibilitar a organização de partidos que tivessem dificuldades em cumprir os requisitos acima, a Lei nº 6.767 também estipulou que, até o final de 1983, qualquer número de congressistas poderia se agrupar em blocos parlamentares e requerer o registro de partido político²¹².

Segundo Rogério Schmitt, essa reformulação do sistema partidário demorou quase seis meses para ser concluída e foram excluídos dele os partidos comunistas, considerados uma ameaça para os militares. A nova legislação eleitoral também exigiu que todos os novos partidos iniciassem com a palavra *partido* na legenda. Entre os meses de janeiro e maio de 1980 surgiram seis novos partidos políticos que foram organizados no Congresso e registrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sucedeu o antigo MDB²¹³. O seu lançamento oficial em Pernambuco ocorreu na Assembleia Legislativa,

²¹¹ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 19/05/1979, Política, p. 4. Jornal do Commercio, 28/06/1979, Política, p. 4. Esses foram apenas alguns dos divergentes posicionamentos políticos sobre o fim do bipartidarismo no país. Para maior acompanhamento dessas questões, consultar os jornais locais.

²¹² SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 48.

²¹³ “Em suma, ao longo de sua trajetória, o MDB deu abrigo e serviu de canal de expressão para diferentes segmentos da esquerda, de revolucionários a moderados, de intelectuais a sindicalistas. O partido foi uma espécie de laboratório para militantes de organizações políticas e de movimentos sociais, que à falta de outra opção institucional usaram o MDB para expressar sua insatisfação com o regime militar, bem como para divulgar suas propostas e popularizar suas lideranças. A partir do início dos anos 1980, com a saída paulatina dos quadros e grupos de esquerdas, o (P)MDB foi ficando cada vez mais “destró”. [Embora alguns tenham permanecido até 1985, como o PCB, o PCdoB e MR-8, quando os partidos comunistas puderam organizar-se legalmente]. Porém, vale lembrar, o capital político que ele tem desfrutado desde então, em boa medida, foi construído e acumulado graças aos esforços de suas alas de esquerda”. MOTTA, Rodrigo Patto. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), p. 300.

em 23 de janeiro de 1980. Estiveram presentes cerca de quatrocentas pessoas, entre elas: os deputados cassados Maurílio Ferreira Lima e Egídio Ferreira Lima; o líder comunista Gregório Bezerra, o ex-militante do PCR “Cajá” e os deputados federais Roberto Freire e Fernando Lira. Nesse momento discursam vários políticos, como: os deputados Sérgio Longman e Cristina Tavares, o estudante Ivanildo Machado, o presidente nacional do Partido, senador Ulisses Guimarães, o ex-governador Miguel Arraes, o presidente regional do PMDB Jarbas Vasconcelos e o senador Marcos Freire²¹⁴.

O Partido Democrático Social (PDS) foi constituído pela maior parte dos membros da extinta ARENA, tornando-se, juntamente com o PMDB, os dois partidos com maior força e representatividade política até o final da ditadura militar. O PDS pernambucano foi lançado também na Assembleia Legislativa, em 1980. Nesse evento compareceram muitas pessoas, entre elas: o governador Marco Maciel, o vice-governador Roberto Magalhães e presidente nacional do PDS, José Sarney²¹⁵.

O Partido Popular (PP) conseguiu aglutinar políticos do MDB e alguns dissidentes da ARENA, tendo os fundadores Magalhães Pinto e Tancredo Neves como nomes de maior destaque. “O PP pretendia ser uma legenda equidistante [*sic*] da situação pedessista e da oposição peemedebista”²¹⁶, contando, inclusive, com considerável apoio econômico de seus integrantes²¹⁷.

A legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi alvo de disputas no Tribunal Superior Eleitoral por dois grupos, tendo em vista a sua trajetória que remetia ao legado do trabalhismo do ex-presidente Getúlio Vargas. O grupo liderado por Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio) ganhou a causa, e o liderado por Leonel Brizola acabou fundando o Partido Democrata Trabalhista (PDT)²¹⁸.

²¹⁴ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 6117. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Data: 1980-1987. 59 documentos. Parte de serviço sem número da Secretaria de Segurança Pública que foi encaminhada ao Bacharel Ednaldo Agra, Diretor do Centro de Informações (CI). Segundo Marcília Gama da Silva (2007, p. 54), esse tipo de documento “constitui uma espécie de escrita policial feita diretamente pelo investigador, através desse procedimento é fixado o resultado do que foi observado pelo investigador durante um período, a respeito do objeto investigado. Essa ‘impressão’ era produto de dias, às vezes meses de acompanhamento do ‘elemento’ suspeito. Nesse procedimento, a pessoa ficava exposta na maioria das vezes sem saber, a um olhar vigilante permanente, que estaria pronto para observar e registrar qualquer indício de suspeição. O alvo, que ficasse a mercê do agente, fatalmente sobre si, lhe recaia os indícios, as anotações feitas pelo investigador, que iriam figurar na abertura de um prontuário ou dossiê processo a respeito do suposto envolvido”.

²¹⁵ BARRETO, Túlio Velho; MONTENEGRO, Sérgio; SCARPA, Paulo Sérgio. *A nova república: visões da redemocratização*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2006, p. 120.

²¹⁶ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 49.

²¹⁷ ALVES, 2005, *Op. Cit.*, p. 329.

²¹⁸ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 49.

O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) esteve bastante relacionado à atuação dos movimentos operários e de suas lideranças de São Paulo no final da década de 1970, com destaque para o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. O fato de ter sido fundado e composto por muitos trabalhadores fez com que ele se tornasse a única das legendas partidárias cujas principais lideranças não eram oriundas da classe política tradicional²¹⁹.

Além de trabalhadores, estiveram presentes militantes da esquerda católica e grupos remanescentes de organizações que lutaram contra a ditadura militar, como: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, a Ação Libertadora Nacional e a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil²²⁰. O PCBR, juntamente com outras forças políticas, organizou o PT de Pernambuco, que teve como seu primeiro presidente Bruno Maranhão²²¹. Isso ocorreu no momento em que ele voltou de um exílio na França, quando foi aprovada a Lei da Anistia, em 1979, ao contar com a colaboração de outros companheiros de militância, a exemplo de Marcelo Mário de Melo²²².

O governo de Figueiredo, com o discurso de que os novos partidos ainda não se encontravam preparados para disputar as eleições municipais de 15 de novembro de 1980, aprovou a Emenda Constitucional nº 14, de 9 de setembro de 1980, também conhecida como Emenda Anísio de Souza, uma alusão ao deputado que a elaborou²²³.

Essa Emenda determinou a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, até janeiro de 1983, sendo alvo de inúmeros protestos. Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, alguns deputados se posicionaram contra ela, a exemplo de José Queiroz e Eduardo Pandolfi²²⁴.

Cerca de dois meses antes da aprovação desse documento, houve uma reunião na sede do PMDB em Recife, na Avenida João de Barros, para um planejamento de pichações nessa cidade, cujas temáticas foram referentes às eleições para prefeito e

²¹⁹ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, p. 49. REIS, Daniel Aarão. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 505-507.

²²⁰ REIS, 2007, *Op. Cit.*, pp. 506-507.

²²¹ ABREU E LIMA, 2005, *Op. Cit.*, p. 95.

²²² Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal de Pernambuco. Projeto de pesquisa *Marcas da Memória*, coordenado pelo Profº Dr. Antonio Torres Montenegro. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2011, por Iana Araújo, com a presença de Mariana Rodrigues. Marcelo Mário de Melo foi um dos organizadores do PCBR de Pernambuco no final dos anos 1960, preso político na década de 1970 e participou da fundação do PT no Estado.

²²³ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura - Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 282.

²²⁴ “Ata da Nonagésima Segunda Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Nona Legislatura, realizada em 03 de setembro de 1980”. Anais da ALEPE. Documento disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anaais/pdf/004_09-1-002-1-092.pdf>, acesso em: 08/09/2011.

vereador de 1980, com os objetivos de alertar a população para a possibilidade do seu adiamento, de denunciar as desigualdades socioeconômicas do Brasil e de protestar contra a vinda do presidente João Batista Figueiredo a Recife²²⁵.

Alci Galindo Florêncio foi um dos participantes dessa reunião e convidou, para participar da ação política, outras pessoas, que estavam ligadas, por exemplo, ao setor feminista e trabalhista do PMDB. Cada uma deveria comprar um tubo de *spray*. No primeiro momento o grupo de autores de pichações foi composto por 15 pessoas e, posteriormente, foi aumentado, em virtude da chegada de mais material para pichar. O planejamento espacial das pichações também foi alterado, devido à quantidade de pessoas disponíveis, havendo a divisão de quatro grupos compostos por quatro pessoas²²⁶.

Cada um foi responsável por pichar uma área da cidade no final da noite de dezessete de julho de 1980. As principais frases escolhidas foram: “QUEREMOS ELEIÇÕES EM NOVEMBRO”, “MAIS ARROZ E MAIS FEIJÃO”, “XÔ FIGUEIREDO”, “EXIGIMOS ELEIÇÕES EM 80” e “ABAIXO A INFLAÇÃO”. O grupo composto por Alci Galindo Florêncio, Amaro Fernando da Silva, Marcos André Fernandes de Paiva e Ingeborg Simma²²⁷ foi o único preso pela polícia, tendo cada um deles que prestar um termo de declarações²²⁸. Quanto às memórias dessa experiência política, Alci Florêncio narrou o seguinte:

²²⁵ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos. Termos de declaração prestados por Alci Galindo Florêncio, Amaro Fernando da Silva, Marcos André Fernandes de Paiva e Ingeborg Simma.

²²⁶ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos. Termos de declaração prestados por Alci Galindo Florêncio, Amaro Fernando da Silva, Marcos André Fernandes de Paiva e Ingeborg Simma.

²²⁷ Alci tinha 24 anos, era universitário, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ex-integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Amaro Fernando da Silva, 55 anos, era conhecido como “Amaro Sapateiro”, sabia ler e escrever, filiado ao PMDB e ex-integrante do Partido dos Trabalhadores Nacional e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), chegou a distribuir panfletos alusivos à chegada de Miguel Arraes do exílio (1979), liderou a Associação de Defesa dos Trabalhadores do Campo em Timbaúba/PE, participou de uma greve em 1963 e foi condenado a oito meses de prisão pela sua atuação na zona rural em 1964. Marcos André Fernandes de Paiva, 16 anos, era estudante secundarista e filiado ao PMDB. Enquanto Ingeborg Simma, 23 anos, alemã, namorada de Alci e residente em Olinda, veio a primeira vez ao Brasil em 1977, ficando na residência de amigos em Porto Alegre. Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos. Termos de declaração prestados por Alci Galindo Florêncio, Amaro Fernando da Silva, Marcos André Fernandes de Paiva e Ingeborg Simma.

²²⁸ O termo de declaração é “o procedimento mais completo e temido por parte do suspeito. Uma vez que neste estágio, não existem apenas os indícios que os apontam e os incriminam como ‘subversivos’. O Termo de Declaração já configura em outro grau de comprometimento, ‘é a prova da confissão e consequente[*sic*] do crime’. É produzido nas dependências das delegacias, onde a polícia de posse de uma gama considerável de ‘provas’ busca no interrogatório, a contradição. O produto dessa acareação,

Nós organizamos essa pichação porque vinha pra cá o general Figueiredo. [...] Então nesse dia, eu e a Ing, nós morávamos juntos, éramos namorados e eu pedi para ela não ir, porque ela era estrangeira. Se eu fosse preso, o máximo que dava era eu ir ser solto no outro dia e ficar fichado. **No caso dela, se ela fosse presa, poderia ser expulsa e eu tinha medo que ela fosse expulsa e foi o que realmente aconteceu, a gente ia se separar.** [...] Aí ela veio e eu botei ela na minha equipe já para ter mais cuidado, mas foi justamente a nossa equipe que quando tava pichando aqui perto da Católica [Universidade Católica de Pernambuco], ... aí passou um ... eu nunca mais me esqueço, é como se fosse quase por acaso ... [...] que [os policiais] viram a gente pichando com *spray* e a gente estava num canto meio escuro e mais na frente. Um deles notou que tava havendo uma pichação, aí deram uma ré e aí uma coisa que eu sempre me lembro era a zoadá da marcha-ré, tim ... e parou de frente a gente [que estava] com *spray* na mão. Aí viram que eu era o líder daquele grupo então me botaram à parte. **Chamaram outra veraneio junto com outros policiais e eles começaram lá dentro a me agredir [...] levei pequenos socos na barriga, querendo saber qual era a organização clandestina que eu fazia parte [...] e eles me fizeram até chegar no DOPS numa pressão muito grande, ameaçando até de matar, torturar, essas coisas e tal.** [Ainda sobre esse caso pichação] [...] uma parte [do grupo] vigiava [o local] e quem tinha uma letra melhor pichava. Eu sempre pichei mais porque eu tenho uma letra muito boa, sempre eu tive uma noção boa de espaço pra pichar²²⁹.

Esse relato nos possibilitou conhecer informações que não foram registradas no termo de declaração policial, ao narrar sobre a organização e elaboração de pichações e a respeito do trabalho de coerção da polícia política em relação a esse tipo de prática, que fez uso de violência física e psicológica. A equipe ficou bastante surpresa com a chegada da polícia, que visualizou a ação durante a realização da ronda, não conseguindo livrar-se da prisão. No caso de Alci, um dos pontos que o favoreceram a ser líder do grupo na pichação foi a qualidade da sua grafia e a experiência na escolha e utilização dos espaços para pichar.

Chamou-nos também a atenção como a vida política e pessoal poderiam estar intrinsecamente interligadas. Devido ao grau de envolvimento afetivo entre o Alci e a Ingeborg, ela optou por acompanhá-lo na sua atuação partidária. A prisão de Ingeborg Simma teve muita visibilidade nos jornais de Recife. Essa alemã foi enquadrada no artigo 100, inciso IV, da Lei de Estrangeiros, que proibia a participação de estrangeiros

confronto, realizado entre o interrogador e o interrogado, na presença do delegado e escrivão, corresponde à legitimação e a implicação do suspeito em culpado” (Silva, 2007, *Op. Cit.*, p. 55).

²²⁹ Entrevista realizada no dia 06/10/2010 por Thiago Nunes Soares. (grifos nossos).

em atos considerados atentatórios à soberania nacional, tendo a Polícia Federal dado prontamente início ao processo de sua expulsão do país.

Em 31/08/1980, Ingeborg foi expulsa do Brasil, após a assinatura do decreto pelo presidente João Figueiredo. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, o ministro da Justiça Abi-Ackel justificou essa penalidade “[...] com base na participação de Ingeborg em reuniões estudantis realizadas na sede do PMDB e por encontrar a acusada no País, em condição de turista”²³⁰. Considerando também “o envolvimento da estudante na pichação de ruas como um atentado à tranqüilidade e a *[sic]* moral pública”²³¹.

Conforme pudemos verificar, o Estado negou a essa alemã o direito de expressar livremente as suas ideias políticas através da autoria de pichações, atividade proibida por lei e reprimida pela polícia, tendo que sair do país contra a sua vontade. Situação que provocou o término do seu relacionamento com Alci Galindo Florêncio.

Ainda no que concerne à Emenda Constitucional nº 14/1980, de acordo com esse documento, em 1982 deveriam ocorrer eleições diretas para vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. Entretanto a escolha do presidente e prefeitos de capitais e áreas consideradas de interesse da segurança nacional continuou sendo indireta, na medida em que a sociedade ficou castrada do direito de decidir quais seriam as pessoas que ocupariam esses cargos, de acordo a legislação eleitoral vigente²³².

No dia 25 de novembro de 1981, o governo Figueiredo anunciou o projeto de alteração do sistema eleitoral que foi encaminhado ao Congresso em regime de urgência, para “[...] melhorar a posição do PDS nas eleições gerais de novembro do ano seguinte. Apesar de deliberadas coincidências das eleições municipais com outras, para favorecê-lo, as pesquisas e estudos mostravam perspectivas sombrias”²³³.

Essas medidas eleitorais ficaram conhecidas como “Pacote de Novembro”, que foi aprovado por decurso de prazo em 19 de janeiro de 1982, com a criação da Lei nº 6.978²³⁴. Esse “Pacote” determinou que o eleitor deveria votar em candidatos de um único partido para todos os cargos em disputa, ou seja, de vereador a governador, sob pena de nulidade, caso fizesse o contrário. Isso poderia favorecer o PDS, que assim

²³⁰ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 01/08/1980, Capa.

²³¹ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 01/08/1980, Capa.

²³² COUTO, 1998, *Op. Cit.*, p. 282.

²³³ COUTO, 1998, *Op. Cit.*, p. 307.

²³⁴ COUTO, 1998, *Op. Cit.*, p. 307.

como a antiga ARENA, controlou o processo eleitoral em boa parte dos municípios e Estados do país²³⁵.

O fato dos partidos de oposição não poderem se coligar estimulava uma competição entre eles e o lançamento de chapas completas, em vez de lançarem forças conjuntas para se contrapor ao PDS. Além disso, segundo essa Lei, um candidato só poderia renunciar à candidatura caso houvesse a desistência do partido na eleição, impedindo as desistências para dar apoio a outros candidatos. Ou seja, mais uma maneira de driblar a vinculação de votos²³⁶.

Outra cláusula que destacamos do “Pacote de Novembro” foi que um partido apenas estaria autorizado a concorrer às eleições se lançasse candidatos para todos os cargos em disputa, sob a penalidade de não poder concorrer ao Estado da federação que não contemplasse esse requisito. Esse ponto da lei favoreceu ao PDS e ao PMDB, pelo histórico de participação política, porque detinham um quantitativo bem maior de filiados e simpatizantes que os demais partidos.

Para se ter uma ideia dos impactos dessas medidas, em 1982, apenas esses dois partidos conseguiram se organizar e concorrer às eleições em todos os vinte e cinco Estados do Brasil. Enquanto o PDT, apenas em treze; o PTB em dez e o PT em vinte e três. Em fevereiro desse ano, o PP optou pela extinção da legenda para se fundir com o PMDB durante a convenção nacional do partido. Segundo Rogério Schmitt, isso ocorreu porque o PP constatou que, se fosse participar das eleições, o seu desempenho seria provavelmente muito prejudicado em virtude do voto vinculado e da exigência de lançar candidatos para todos os cargos²³⁷.

Como pudemos verificar, atender às condições para a organização e candidatura de um partido em 1982 exigia uma mobilização política em nível nacional. A fotografia a seguir é um registro da comemoração da legalização do Partido dos Trabalhadores de Recife com a frase “VIVA PT LEGALIZADO”, para comemorar e divulgar essa conquista.

²³⁵ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, pp. 53-54.

²³⁶ COUTO, 1998, *Op. Cit.*, p. 308.

²³⁷ SCHMITT, 2005, *Op. Cit.*, pp. 54-55.



Fotografia 14 Pichações comemorativas à legalização do PT²³⁸.

Salientamos que as mudanças na legislação eleitoral analisadas neste tópico ocorreram em um momento de crise econômica, de greves de diversas categorias profissionais em várias partes do país, de crescente oposição política ao PDS em um sistema pluripartidário e de aumento das lutas contra a ditadura ²³⁹. Em face de uma conjuntura econômica e social bastante desfavorável ao governo Figueiredo, este, por meio dessas medidas legais, buscou dividir a oposição. O cenário dessa arena de embates político-eleitorais será discutido no tópico seguinte, em que destacamos o uso de pichações como instrumento propagandístico pelos partidos.

2.2 As eleições de 1982

A campanha é a parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos

²³⁸ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 21. Referência nº 25845. Mural da Crítica. Local não identificado. Data: 12/12/1981. Fotógrafo: Narciso Lins.

²³⁹ ALVES, 2005, *Op. Cit.*

políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez as relações de forças²⁴⁰.

As discussões de René Rémond a respeito das novas possibilidades de pesquisa na área de História Política nos últimos anos serviram de parâmetro para analisarmos as campanhas eleitorais de 1982 e das Diretas Já, ao destacarem a complexidade de se estudar historicamente uma eleição.

Diante disso, ao longo do nosso trabalho, tendo como fio condutor da narrativa o uso de pichações nesse período, levamos em consideração os aspectos citados no excerto acima, ao refletirmos sobre questões como: as leis e as práticas eleitorais, a atuação do Estado para controlar essas campanhas, a participação social nesses momentos, as disputas políticas, os resultados dos pleitos e a luta pelo retorno à democracia ao país.

Em 1982, as disputas eleitorais foram acirradas, tendo em vista as mudanças no sistema eleitoral ocorridas nos anos anteriores e o fato da população poder finalmente eleger, por via direta, seus candidatos para quase todos os cargos, exceto presidente e prefeito de capitais e áreas consideradas de interesse da segurança nacional. Ressaltamos que, desde 1966, as eleições diretas para governadores foram suspensas pelo governo²⁴¹.

Diante disso, conforme pudemos verificar ao longo da pesquisa, o uso de pichações tornou-se uma opção estratégica para os partidos políticos em Pernambuco, devido à visibilidade e ao baixo custo da propaganda, bem menor que os outdoors. Essa atividade foi proibida por lei e gerou muitas discussões no cenário político entre os candidatos, a população e o Estado (principalmente o Tribunal Superior Eleitoral).

Em 1980, já foi possível encontrar, nos muros de Recife, pichações de cunho político-eleitoral, devido à possibilidade de eleições para vereadores e prefeitos no país em novembro, conforme discutimos anteriormente. Sem mencionar a data do caso, o jornalista Paulo Fernando Craveiro escreveu em julho que “[...] a polícia prendeu, por duas vezes, estudantes anunciando os lançamentos [...] do PDT e do PT”²⁴². Em novembro, o PDT pichou muros dessa cidade, para anunciar a conferência de Leonel

²⁴⁰ RÉMOND, René. *As eleições*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 49.

²⁴¹ CARVALHO, 2011, *Op. Cit.*, p. 166.

²⁴² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 04/07/1980, Visita do Papa, p.6.

Brizola que ocorreu em 06/11/1980²⁴³. Em 1981, Craveiro continuou a registrar o uso de pichações como propaganda eleitoral, considerando-as como exemplos de incivilidade e sujeira²⁴⁴.

O cenário dos embates político-eleitorais de 1982 iniciou-se anos antes. Logo após a aprovação Lei da Anistia de 1979, com a volta dos exilados e reconquista dos direitos políticos, iniciou-se uma disputa pela liderança das esquerdas²⁴⁵. De um lado, havia os políticos que se projetaram no Brasil e atuaram de acordo com as normas legais impostas pelo regime militar. Do outro, os que regressaram ao país com o objetivo de retomar as suas atividades políticas, a exemplo de Miguel Arraes, Leonel Brizola, Francisco Julião e Gregório Bezerra²⁴⁶.

Com a possibilidade da candidatura de Arraes ao governo estadual, os peemedebistas lançaram logo a candidatura de Marcos Freire ao cargo de governador do Estado e Fernando Coelho como vice, com mais de um ano de antecedência das eleições de 1982. Como Cid Sampaio foi escolhido para disputar a vaga do Senado, restou a Miguel Arraes apenas a disputa para deputado federal²⁴⁷.

A candidatura de Marcos Freire foi homologada em 24/07/1982, durante a Convenção do PMDB no Geraldão, reunindo aproximadamente quinze mil pessoas. Nessa ocasião discursaram ele, Arraes e Jarbas Vasconcelos, mas durante o evento surgiu um conflito. Durante os discursos de Freire, cadeiras voavam no meio da plateia, pois “[...] a ala jarbista do PMDB não aceitava a candidatura de Cid Sampaio para o Senado. Cid havia sido responsável pela derrota de Jarbas para senador, em 1978, quando [...] junto com Nilo Coelho, obteve mais votos que Jarbas”²⁴⁸. Diante desse clima de tensões e disputas, o cantor Claudionor Germano desmaiou e a Convenção quase foi anulada.

Houve também conflitos políticos em outros grupos, conforme veremos a seguir. O PDS buscou organizar-se politicamente e buscar apoio social de diversas formas, uma delas foi a partir do intenso contato com líderes populares. Em 18/05/1981, no Palácio Campo das Princesas, sede do governo estadual, vinte e dois presidentes e diretores de Associação de Moradores de Vilas da COHAB da região metropolitana de Recife

²⁴³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 07/11/1980, Geral, p.6.

²⁴⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/11/1981, Política, p.6.

²⁴⁵ Segundo o Artigo 12º, da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, “Os anistiados que se inscreveram em partido legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem em prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei”. Ver Anexo I.

²⁴⁶ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 117.

²⁴⁷ ROZOWYKWIAT, 2006, *Op. Cit.*, pp. 117-118.

²⁴⁸ ROZOWYKWIAT, 2006, *Op. Cit.*, p. 119.

filiaram-se a esse partido²⁴⁹. Essas eram pessoas de grande influência política em bairros periféricos que poderiam angariar votos preciosos nas disputadas eleições de 1982.

Compareceram nessa solenidade o governador Marco Maciel, o vice-governador Roberto Magalhães, os assessores Antônio Braga e Fernando Berenger, os deputados Carlos Porto e Nivaldo Machado e os secretários José Jorge Vasconcelos e Jorge Cavalcante. No discurso do deputado Barreto Guimarães, presidente do PDS, constatamos algumas estratégias do partido para buscar apoio social e eleitoral, por meio de projetos relevantes em várias regiões do Estado:

O PDS, é o partido do futuro, e está representado nas ruas através da administração do Governo Marco Maciel, com a ajuda ao sertanejo (Projeto Asa Branca), aos trabalhadores da Zona da Mata, (Projeto Viver) e o Complexo Industrial de Suape²⁵⁰.

Em 15/11/1981, o prefeito Gustavo Krause foi lançado como candidato a governador do Estado pelo PDS no Largo de Casa Amarela, Recife, por grupos comunitários de 60 bairros da cidade²⁵¹. O evento custou aos organizadores cerca de Cr\$ 1,5 milhão, valor que teria sido arrecadado por meio de um “livro de ouro” e do apoio de empresários, comerciantes e amigos do prefeito. O palanque escolhido foi a carroceria de um caminhão oferecida por um companheiro de Krause, e, segundo o jornal, “[...] todas as escolas de samba da zona sul, clubes e blocos carnavalescos confirmaram presença”²⁵².

Mais de vinte mil pessoas teriam assistido a esse lançamento, e o prefeito contou com o apoio de representantes de Associações de Bairro e dos vereadores Rivaldo Allain Ramos Pedrosa, Braz Batista e Romildo Gomes²⁵³. Por outro lado, o candidato a

²⁴⁹ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 1351. Partido Democrático Social. Data: 03/1980 a 11/1982. 46 documentos. Diário de Pernambuco, 19/05/1981.

²⁵⁰ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 1351. Partido Democrático Social. Data: 03/1980 a 11/1982. 46 documentos. Diário de Pernambuco, 19/05/1981.

²⁵¹ Casa Amarela, localizado na Zona Norte do Recife, foi, até 1988, o maior e mais populoso bairro dessa cidade, possuindo uma grande concentração de moradores de origem popular. Nesse espaço ocorreram manifestações políticas bastante marcantes, como foi o caso do comício realizado pelo líder comunista Luís Carlos Prestes, em 1946, e da luta da população pelo direito à posse da terra, por meio do Movimento Terras de Ninguém, na década de 1970. Cf. MONTENEGRO, 2007, *Op. Cit.* Ao longo da dissertação é possível verificar também outras mobilizações relevantes que estiveram associadas às campanhas da Anistia e das Diretas Já.

²⁵² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Diário de Pernambuco, 15/11/1981.

²⁵³ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Jornal do Commercio, 17/11/1981.

deputado estadual e presidente do PMDB, Manoel Teodósio, criticou Gustavo Krause, afirmando que ele “[...] está se utilizando de líderes biônicos para tentar confundir a opinião pública, insinuando um hipotético respaldo popular, que está muito longe de ter auferido”²⁵⁴.

Em 20/02/1982, Marco Maciel recebeu de mais de quinze líderes de Associações de Bairro de Recife um abaixo-assinado com mais de cem mil assinaturas solicitando a indicação do prefeito Gustavo Krause como candidato do PDS a governador do Estado²⁵⁵. Todavia, o vice-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães foi indicado pelo partido, e Krause teve que aceitar essa situação, participando, inclusive, da campanha eleitoral ao lado de Roberto Magalhães²⁵⁶. A charge de Clériston satirizou esse momento de insatisfação de Krause, ao representar o pedido de um homem para pichar a candidatura de Roberto Magalhães na residência dele.



Fotografia 15 Charge “Posso pixar Roberto Magalhães 82?”²⁵⁷.

²⁵⁴ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Diário de Pernambuco, 15/11/1981.

²⁵⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Jornal do Commercio, 21/02/1982.

²⁵⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio de 31/03/1982.

²⁵⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 09/03/1982. Opinião, p. 8.

No dia 17/04/1982, o PDS indicou oficialmente os seus candidatos para as eleições de novembro: Roberto Magalhães como governador e Gustavo Krause como vice. Em entrevista no dia seguinte, Krause declarou que aceitou a condição de vice por coerência política e que esse cargo não era para ele um prêmio de consolação e sim uma honra do ponto de vista democrático das decisões do partido, afirmando ser amigo e admirador de Roberto Magalhães²⁵⁸.

Do nosso ponto de vista, acreditamos que dificilmente Gustavo Krause afirmaria estar insatisfeito com essa situação, pois isso seria ruim para a sua imagem política e para o PDS. Além disso, a vice-candidatura ao cargo de governador não deixava de ser uma conquista política relevante. Para se dedicar a esse pleito, ele precisou se desvincular da prefeitura, assumindo o seu lugar, no mês de maio, Jorge Cavalcanti, após uma votação na Assembleia Legislativa²⁵⁹.

Outro ponto marcante nesse momento foram as limitações da propaganda eleitoral imposta pela Lei Falcão, criada durante o governo Geisel, situação que impulsionou muitos debates políticos e estratégias de burlá-la entre os candidatos e pessoas que os apoiaram. Uma das formas de descumpri-la foi o uso de pichações, segundo o jornal Diário de Pernambuco, de 29/09/1982²⁶⁰.

Antonio de Farias, ex-prefeito do Recife e candidato a deputado federal pelo PDS, por exemplo, em agosto de 1982 defendeu a necessidade de alterar essa Lei, ao explicitar as restrições da liberdade de expressão e as dificuldades dos candidatos terem acesso aos meios de comunicação²⁶¹.

Nesse cenário de disputas, três meses antes das eleições de novembro de 1982, entraram em cena as brigadas artísticas enquanto instrumento de propaganda político-eleitoral. Salientamos que a palavra brigada possui um sentido bastante associado à concepção de lutas e disputas, e foi esse um dos propósitos de sua utilização por políticos e artistas, que recebiam a autorização do proprietário do imóvel para realizar o trabalho de pintura mural²⁶².

²⁵⁸ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30677. Gustavo Krause (recortes de jornais). Data: 1977, 1981, 1982, 1983, 1986. 54 documentos. Diário de Pernambuco, 18/04/1982.

²⁵⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30725. Jorge Cavalcanti (recortes de jornais). Data: 1982-1983. 05 documentos. Jornal do Commercio, 07/05/1982.

²⁶⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 16/009/1982, Política, p. 4.

²⁶¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 12/08/1982, Política, p. 4.

²⁶² Como é possível verificar, por exemplo, no título da matéria de um periódico de circulação nacional. “**A brigada no ataque:** artistas pernambucanos de oposição entram na guerra eleitoral armados de tinta e

O custo para a elaboração de cada painel mural era aproximadamente vinte mil cruzeiros, bem menor que outros tipos de propaganda. Para a confecção de cento e cinquenta cartazes para outdoor é necessário desembolsar oitocentos mil cruzeiros, além da quantia de duzentos e quarenta mil cruzeiros para exibição diária dos mesmos²⁶³. A pichação, que foi proibida por leis, tornou-se financeiramente o instrumento mais acessível e difundido de todos. Com poucas latas de tinta *spray* e/ou baldes de tinta e pincéis, foi possível escrever muitos textos para fazer uma boa divulgação dos candidatos nos muros das cidades²⁶⁴.

O PDS criou a Brigada Vanguarda Lula Cardoso Ayres, uma referência ao famoso pintor pernambucano. Mas a Brigada pioneira e de maior visibilidade foi a Portinari, do PMDB, cuja nomenclatura foi uma homenagem ao pintor brasileiro Candido Portinari. Ambas tinham o mesmo objetivo, pintar muros em espaços concedidos pelos proprietários dos imóveis para fazer propaganda eleitoral²⁶⁵.

Segundo Luciano Pinheiro, um dos integrantes da Brigada Portinari, a ideia de sua criação surgiu no comitê do PMDB, com Carlos Eduardo (vereador), Roberto Freire (deputado federal) e Hugo Martins (deputado estadual) em uma tentativa de estabelecer diálogos entre arte e política e alterar a linguagem eleitoral utilizada. Luciano lembrou ainda que:

Em agosto de 1982 surge o primeiro painel da Brigada Portinari em um muro da Rua da União na cidade de Recife. [...] Sentia-se no ar um pouco de emoção e nervosismo, talvez medo[*sic*]. No branco arriscam-se os primeiros desenhos, manchas [,] letras, números. Pessoas se aproximam sem entender o que acontecia, afinal, a pichação de muros estava proibida. E aquilo era tudo tão aberto, quase uma festa! Dois dias depois o painel estava vandalizado. [...] A Brigada avança, chegando a pintar mais de 30 painéis espalhados estrategicamente pelos bairros recifenses e 12 em outras cidades como Olinda, Palmares, Caruaru e Itamaracá. [...] É da soma dessas

pincéis”. Revista Veja, nº 730, 01/09/1982, Cidades, p. 68 (grifo do documento). Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, acesso em: 15/03/2012.

²⁶³ Revista Veja, nº 730, 01/09/1982, Cidades, p. 69.

²⁶⁴ Foi o caso de Edval Nunes da Silva Cajá, candidato a deputado federal pelo PMDB, que conseguiu ser primeiro suplente desse partido. Sobre essa questão ele lembrou o seguinte: “[...] então a pichação era a principal arma que eu usava na minha campanha de 82, muita pichação [...] eu não tinha dinheiro, não tinha sequer um carro, eu me lembro que no dia que nós lançamos a candidatura oficialmente no comitê ali na Avenida Manoel Borba tinha vinte um carros para sair para pichação, tudo da [Universidade] Federal, Rural, Católica, tudo estudante universitário. Pichação pra poder comunicar a população que eu era candidato, porque saiu no [jornal] [...], mas quem lê Diário e Commercio? Muita pouca gente [...] e anda todo mundo pelo centro da cidade, [...] então as pichações nos corredores principais sempre funcionam muito, pra mim a minha principal arma de comunicação em 82 foi a pichação. Entrevista concedida a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

²⁶⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 25/09/1982, Sociais, p.3.

experiências que outras brigadas vão surgindo, tais como: Amar Olinda, Gregório Bezerra, Cristina Tavares, Miguel Arraes, Egídio Ferreira Lima, Arthur Lima Cavalcanti ... O PDS contra ataca com a brigada Lula Cardoso Ayres²⁶⁶.

A Brigada Portinari surgiu poucos meses antes das eleições de novembro de 1982, quando artistas, com a aprovação dos proprietários dos imóveis, pintaram propagandas político-eleitorais nos muros. Foi marcante, na memória de Luciano Pinheiro, a elaboração do primeiro painel, um momento que para ele foi repleto de emoções. O trabalho desenvolvido chamou a atenção de diversas pessoas e rapidamente expandiu-se para outras cidades e influenciou a formação de outras brigadas, inclusive nas eleições posteriores.

Roberto Freire, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, afirmou que testemunhou, na década de 1970, a experiência de artistas chilenos que expressaram as suas ideias nos muros de maneira panfletária e que aqui, o objetivo foi“ [...] ‘expressar uma mensagem, mas ao mesmo tempo, deixar um documento histórico e criar uma obra de arte’ ”²⁶⁷. Analisemos agora, o relato de Ricardo Cavani Rosas, outro artista integrante desse movimento artístico.

Durante esse trabalho, a gente podia colocar as ideias próprias dentro desses painéis e eram painéis muito incríveis, enormes [...] e aí nos deslocávamos pros lugares e os carros iluminavam os muros e tinha uma bateria de bebidas e comida para a gente se manter durante todo o tempo e a gente começava e terminava no mesmo momento ... e foi um trabalho muito bom, muito duro, foram muitos trabalhos legais. [...] E [a gente] se inspirava na hora, cada um pintava do seu jeito, às vezes era só um trabalho abstrato, alguma coisa que compunha o muro. Mas a maioria dos trabalhos era ligado diretamente ao que estava acontecendo. [...] Brincavam até comigo porque [diziam] que eu fazia muito trabalho que tinha uma postura de um realismo soviético, que não tinha, não tinha. Em alguns casos poderia até fazer um comparativo. [O fato de] você dar força de guerreiro a um trabalhador, não significa que você está fazendo um realismo socialista sabe²⁶⁸.

A experiência de participar da Brigada Portinari para Ricardo Cavani Rosas foi além da possibilidade de expressar os seus ideais políticos. Foi um momento de lazer e experimentação artística, na medida em que criou na maioria das vezes as temáticas

²⁶⁶ PINHEIRO, Luciano. *Brigada Portinari – uma experiência de arte e política*. Texto apresentado no II Simpósio Nacional de Artes Plásticas, em dezembro de 1982. Acervo pessoal de Luciano Pinheiro.

²⁶⁷ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 12/09/1982, Viver, Seção B, p.1.

²⁶⁸ Entrevista realizada em 01/09/2010, por Thiago Nunes Soares.

registradas nos murais sem muito planejamento e teve a oportunidade de repensar os seus estilos artísticos em um painel até então pouco explorado: os muros da cidade. Participaram dessa Brigada outros artistas além de Luciano Pinheiro e Ricardo Cavani Rosas, como foi o caso de Clériston Andrade, Alves Dias, Sérgio Lemos, Bárbara Kreuzig, Maria Betânia e Lourenço Ipiranga²⁶⁹.

De acordo com Joana Dar’c de Sousa Lima, essa organização realizou um trabalho coletivo, possibilitando a construção de um novo modelo de pintura em Recife, num intrínseco diálogo entre arte e política, sem as regras e procedimentos rigorosos geralmente presentes nos ateliês. Ao gozarem de uma liberdade de expressão, mudaram a linguagem da propaganda eleitoral e a maneira dos passantes verem a cidade com a narrativa pictórica de cenas cotidianas e culturais do Nordeste na perspectiva dos trabalhadores e da população citadina²⁷⁰.



Fotografia 16 Pintura mural da Brigada Portinari, 1982²⁷¹.

A fotografia 16 é concernente a uma pintura da Brigada Portinari realizada no muro de quinze metros da residência do empresário Marcelo Carneiro Leão, eleitor do PDS que foi convencido, pelo seu sobrinho Rodrigo Leão (militante do PMDB), a permitir esse trabalho, como forma de proteger a sua casa que foi alvo de propagandas

²⁶⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 12/09/1982, Viver, Seção B, p.1.

²⁷⁰ LIMA, 2011, *Op. Cit.*, pp. 202-217.

²⁷¹ Revista Veja, nº 730, 01/09/1982, Cidades, p. 69. Fotografia de Manoel Novaes.

eleitorais não autorizadas²⁷². Da esquerda para direita estão Ricardo Cavani, Rodrigo Leão e Luciano Pinheiro. É possível verificar nessa obra artística o nome de alguns candidatos políticos e a diversidade de temáticas retratadas.

Dessa forma, constitui-se uma arena de disputas políticas travadas durante as eleições de 1982 nos muros da cidade. Em Olinda, no dia 14/09/1982, foram pichados os murais que apoiaram os candidatos do PDS e os artistas plásticos pernambucanos que realizaram esse trabalho ficaram revoltados (fotografia 17). O local foi o restaurante Mourisco, na Praça de São Pedro, cedido para a colaboração aos candidatos Roberto Magalhães, Gustavo Krause, José Jorge de Vasconcelos e Barreto Guimarães²⁷³.



Fotografia 17 Pichação de pintura da Brigada Vanguarda Lula Cardoso Ayres, Olinda, 1982²⁷⁴.

²⁷² O tipo de propaganda eleitoral realizada na residência de Marcelo Carneiro Leão não foi especificado pela Revista Veja, nº 730, 01/09/1982, Cidades, p. 69, mas provavelmente os partidos políticos (que também não foram citados na reportagem) lançaram mão do uso de pichações, tendo em vista esta ser uma prática política recorrente nesse período.

²⁷³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/09/1982, Política, p.4.

²⁷⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/09/1982, Política, p.4.

O grupo de artistas que criou esse mural foi formado por Zé Som, Arnaldo Heleno, Mariza, Paulo Neves e Silvia Pontual, que associaram a autoria da “depredação” dos seus murais aos integrantes do PMDB. Silvia Pontual, ao ser entrevistada pelo jornalista do Diário de Pernambuco, elogiou o trabalho desenvolvido pela Brigada Portinari e afirmou que, até aquele momento, o PDS não tinha pichado nenhum mural do PMDB²⁷⁵.

Por outro lado, em 14/09/1982, a sede do Diretório Municipal do PMDB em Barreiros/PE foi violada e, na mesma madrugada, locais próximos a esse imóvel foram pichados com nomes de candidatos do PDS²⁷⁶. Dessa forma, os embates entre esses dois partidos políticos em Pernambuco foram intensos, em que o uso de pichações como propaganda eleitoral foi um instrumento relevante.

Nesse cenário político-eleitoral, pudemos verificar, durante as entrevistas realizadas e em matérias dos jornais pesquisados, que as brigadas muralistas foram associadas constantemente a uma alternativa de combate às pichações e à “poluição visual” da cidade. Essas escritas foram vistas por muitas pessoas como um problema, conforme foi possível verificar nas cartas enviadas aos jornais.

Em 29/05/1982, por exemplo, foi publicado no Diário de Pernambuco o texto *Muro Sujo* enviado por Lamartine Moraes, de Olinda. Nele o autor narrou que começou a época das campanhas políticas e os partidos e candidatos estavam se estruturando para tal, havendo diversos meios legais para se comunicarem: jornal, rádio, comícios, faixas, centros comunitários e até mesmo o bate-papo no dia-dia. Além disso, ele reconheceu as desvantagens dos partidos opositores ao governo no que concerne à “máquina eleitoral”.

Essas argumentações serviram de base para Lamartine afirmar que “[...] as pichações nos muros são inaceitáveis. [...] Sou eleitor desde 1954 [...] e nunca votei em mensagens sugestionadas nos muros”²⁷⁷. Assim, ele condenou essas atividades, buscando deslegitimá-las no que tange uma questão principal de sua realização, a potencialidade de influenciar opiniões.

²⁷⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/09/1982, Política, p.4.

²⁷⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/09/1982, Política, p.4.

²⁷⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/05/1982, Opinião, p. 6.



Fotografia 18 Outdoor do PDS pichado e com colagens²⁷⁸.

Na fotografia 18 estão os três principais candidatos do PDS: Roberto Magalhães (governador), Gustavo Krause (vice-governador) e Marco Maciel (senador), da esquerda para a direita respectivamente. Nem todos os candidatos possuíam recursos para financiar esse tipo de mídia, e, diante disso, muitos lançaram mão do uso de pichações e colagens como propaganda política, danificando inclusive alguns outdoors durante os embates das disputas eleitorais. Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-secretário do Trabalho e Ação Social e então coordenador da campanha de Roberto Magalhães lamentou essas “depredações”, ao destacar que o PDS sofreu prejuízos financeiros com esse tipo de ação²⁷⁹. As tensões, os embates e as ofensas entre os candidatos opositores foram bastante intensos, conforme é possível verificar também a seguir:

‘Os cães ladram, mas a caravana passa. E a caravana do PMDB não vai parar para trocar insultos. O que nós fazemos é discutir, em praça pública e a céu aberto, os grandes problemas de Pernambuco e do Brasil. O que queremos é, junto com o povo, buscar as soluções para esses problemas’. Assim o senador Marcos Freire, candidato ao governo do Estado pelo PMDB, referiu-se à campanha de baixo nível contra a sua pessoa, ao discursar, nos primeiros minutos de ontem, no encerramento do comício do Largo do Amparo, em Olinda, perante mais de oito mil pessoas que encheram o largo e espalharam-se pelas escadarias da igreja²⁸⁰.

²⁷⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/09/1982, Política, p. 8.

²⁷⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/09/1982, Política, p. 8.

²⁸⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 02/08/1982, Política, p. 4.

O PT também realizou pichações em Pernambuco. No dia 13/05/1982, o Comitê de Propaganda desse partido reuniu-se para traçar um plano de trabalho de pichações na Região Metropolitana de Recife, já estando presentes nos muros as estrelas de cinco pontas com fundo vermelho²⁸¹.

Poucos dias depois, em alguns pontos de Recife, foram elaboradas diversas pichações com a frase “Manoel da Conceição para governador”, ladeada por desenhos de estrelas vermelhas²⁸². No mês de setembro, a realização dessas escritas pelo PT foi alvo de críticas pelo deputado Newton Carneiro do PMDB, na Tribuna do Legislativo²⁸³. Dessa forma, foram intensos os embates entre os diversos partidos durante o período eleitoral.

As pichações e outros tipos de propaganda também foram vistos como problema por membros da equipe do governo de Gustavo Krause. Segundo Paulo Araújo, diretor do Serviço de Censura Estética de Recife, fiscais desse setor retiraram durante a noite faixas e cartazes colocados ilegalmente. Afirmando que, no que se referiu à pichação de muros, “[...] a orientação é multar os proprietários e posteriormente intimá-los a proceder a limpeza do local. No entanto, esse procedimento não é rígido, pois muitos proprietários são vítimas de pichadores”²⁸⁴.

Nem mesmo as placas de trânsito, faixas de rolamento e abrigos de ônibus ficaram livres das pichações e cartazes eleitorais, também considerados um entrave urbano pelos técnicos do Departamento Estadual de Trânsito e do Departamento de Engenharia de Tráfego. Diante disso, as “[...] placas cobertas com propaganda política [foram] [...] recuperadas pelo pessoal de manutenção do Departamento de Engenharia de Tráfego, trabalho que é realizado diariamente, tal o volume das pichações”²⁸⁵.

As pichações foram vistas como um problema urbano em outras partes do país. Poucos dias antes das eleições, Pedro Palludo, juiz eleitoral de Carazinho/RS, ordenou que o PMDB, PDS, PDT e PT teriam dez dias, a contar de 13/10/1982, para limpar as pichações e retirar os cartazes da cidade, sob a penalidade de suspensão das suas candidaturas²⁸⁶. Enquanto José Rivaldo e Jonalter Vieira, juízes eleitorais de Aracaju/SE, declararam aos diretórios de todos os partidos que eles deveriam deixar a

²⁸¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 14/05/1982, Política, p. 2.

²⁸² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/05/1982, Política, p. 6.

²⁸³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 14/09/1982, Cidade/Transporte, p. 6.

²⁸⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 09/03/1982, Capa.

²⁸⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/09/1982, Cidade, p. 5.

²⁸⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 13/10/1982, Política, p. 3.

cidade limpa de propaganda eleitoral em cinco dias, sob penalidade de processar e cassar o registro dos candidatos que não cumprirem essa determinação²⁸⁷.

Além disso, diversos monumentos e áreas tombadas por instituições ligadas à preservação do patrimônio histórico também foram pichados em Pernambuco. Em Olinda, cidade que recebeu o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em 1982, pela UNESCO, foram alvos a Igreja do Amparo e outras áreas circunvizinhas²⁸⁸. Em Recife, foi o caso do Solar de Apipucos (onde residia na época o sociólogo Gilberto Freire); do casarão colonial de esquina com a Av. 17 de agosto e da Academia Pernambucana de Letras.



Fotografia 19 Igreja da Madre de Deus pichada, centro de Recife, 1983²⁸⁹.

A imagem 19 é referente à pichação da candidatura de Edson de Oliveira na Igreja da Madre de Deus, em 1982 (o prédio foi fotografado e restaurado em 1983, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), durante a execução do Projeto Pró-Memória). Ressaltamos que o nome desse candidato a vereador foi pichado

²⁸⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 10/09/1982, Últimas Notícias, p.10.

²⁸⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/08/1982, Cidade, p.7.

²⁸⁹ Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (IPHAN-PE). Referência nº 5096/83.

em vários locais de Recife, inclusive em outdoors de outros candidatos²⁹⁰. Foi constante entre os candidatos do PMDB o uso do slogan “PMDB neles!”, discursos que contribuíram ainda mais para o acirramento das disputas, ao possuir forte conotação de embates, de uma guerra eleitoral.

Conforme é possível verificar na Tabela 1, as eleições ocorridas em 15 de novembro de 1982 foram bastante acirradas. O PDS conseguiu a maioria dos votos para todos os cargos em disputa, seguido do PMDB, PTB e PT. Dessa forma, Roberto Magalhães Melo e Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho foram eleitos governador e vice-governador respectivamente, Marco Antônio de Oliveira Maciel ganhou a única vaga para o Senado e o PDS foi a legenda que conseguiu eleger mais deputados para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa de Pernambuco.

TABELA 1 - RESULTADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES DE 1982 EM PERNAMBUCO.					
CARGO	PDS	PMDB	PTB	PT	VOTOS NULOS E BRANCOS
Governador e Vice-Governador	Roberto Magalhães Melo e Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho. 913.774 votos.	Marcos de Barros Freire e Fernando de Vasconcelos Coelho. 816.085 votos.	Pe. Antônio Melo Costa e José Heleno de Veiga e Seixas. 7.872 votos.	Manoel Conceição Santos e Antônio Carlos Rios. 4.027 votos	57.052 votos nulos e 154.406 em branco.
Senador	Marco Antônio de Oliveira Maciel. 926.771 votos.	Cid Feijó Sampaio. 788.191 votos.	Hélio José Nunes da Silva 7.061 votos.	Bruno Costa de Albuquerque Maranhão. 3.977 votos	163.912 votos nulos e 163.912 em branco.
Deputado Federal	928.234 votos.	753.812 votos.	7.549 votos.	3.789 votos.	94.858 nulos e 164.974 votos em branco.
Deputado Estadual	927.918 votos.	720.021 votos.	6.901 votos.	3.708 votos.	98.888 votos nulos e 195.720 em branco.
TOTAL DE ELEITORES APTOS A VOTAR: 2.542.935.			TOTAL DE ELEITORES VOTANTES: 1.953.216.		

Tabela elaborada por Thiago Nunes Soares. Fonte: NICOLAU (1998) e TRE-PE (1982).

Destacamos que Miguel Arraes foi eleito o deputado federal “[...] com maior votação no Brasil em termos numéricos”²⁹¹, foram mais de 190.000 votos. Jarbas Vasconcelos também conseguiu se eleger como deputado federal com uma votação

²⁹⁰ Setor de Microfilmagem da FUNDAJ. Jornal do Commercio, 10/10/1982, Capa.

²⁹¹ ROZOWYKWIAT, 2006, *Op. Cit.*, p. 122.

bastante expressiva, mas ficaram de fora políticos como Gregório Bezerra, que conseguiu apenas ser suplente para esse mesmo cargo.

Quanto à escolha de quem assumiria a prefeitura de Recife, conforme a legislação eleitoral vigente, ela ocorreu por via indireta, pelo fato de se tratar de uma capital. Quem sucedeu Jorge Cavalcante entre os anos de 1983 e 1985 foi Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-secretário do Trabalho e Ação Social e coordenador da campanha de Roberto Magalhães, em 1982.

É importante salientar que os resultados do PDS foram positivos em todo o Nordeste, tendo em vista que essa foi única região em que ele conseguiu conquistar “[...] mais da metade dos votos destinados à Câmara Federal (53,6%), bem como elegeu a totalidade de governadores e senadores, além de ter [...] consolidado maioria em todas as Assembléias Legislativas Estaduais”²⁹².

Conforme analisamos neste capítulo, um dos fatores que contribuiu para essa vitória foi a legislação político-eleitoral elaborada com o objetivo de favorecer o partido de apoio ao governo nas eleições. Sendo também relevante a boa estruturação propagandística e financeira desse partido para a campanha, a forte atuação em quase todos os municípios do Estado e a conquista de votos a partir de práticas clientelísticas e da intimidação de eleitores pobres, principalmente em áreas rurais do Nordeste que sofreram com a seca²⁹³. Além disso, Joaquim Falcão e Antônio Lavareda salientam outras questões:

[...] a vitória do PDS para o governo do estado e para a senatoria em 1982 foi em grande parte assegurada pelo seu melhor desempenho nas microrregiões do Agreste (+4%) e na microrregião de Recife (+5%), com relação a 1978. [...] Ademais, em contexto eleitoral mais urbanizado as variáveis de baixa renda e menor nível educacional não são significativamente associados ao voto do PDS. O que por sua vez não implica em necessariamente dizer que o voto dos segmentos eleitorais de baixa renda e de menor nível educacional passam a ser das oposições, isto é, do PMDB. [...] Na verdade, uma explicação para o melhor desempenho do PDS no Recife teria que levar em consideração também, a [...] mistura de coerção, pressão e voluntarismo que interferem na opinião do eleitor. Ao contrário do que se possa imaginar a literatura e a interpretação dominante, o voto

²⁹² FALCÃO, Joaquim; LAVAREDA, Antônio. *A volta das eleições para governador estadual e a vitória do PDS*. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, p. 161.

²⁹³ CAVALCANTI, Luiz Otávio. *Por que o PDS ganhou em Pernambuco*. In: FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. *Nordeste: eleições*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1985, pp. 61-66. ALVES, 2005, *Op. Cit.*, 338-340.

de Recife não se trata, como nunca se tratou, de um voto uniforme e homogeneamente anti-governo estadual ou pró-esquerda²⁹⁴.

Dessa forma, os resultados eleitorais de 1982 oferecem um significativo número de explicações. Ao analisá-los, é preciso levar em consideração diversos fatores, inclusive desnaturalizar algumas questões, como é o caso da visão bipolar homogeneizante da votação em Recife, conforme destacaram Joaquim Falcão e Antônio Lavareda. Os resultados dessas eleições foram de suma relevância para o desfecho de outra luta social que se iniciou no ano seguinte, a campanha das Diretas Já, em prol da realização de eleições diretas para presidente do Brasil. Isso porque, apesar da atuação e das conquistas dos setores de oposição ao governo, o PDS conseguiu manter a maioria no Colégio Eleitoral, que foi decisivo nesse processo político²⁹⁵.

2.3 Diretas Já!

Acreditamos que o cenário histórico para o surgimento da campanha das Diretas Já no início da década de 1980 foi bastante favorável, tendo em vista as experiências políticas da campanha da Anistia e das Eleições de 1982, o efeito negativo das crises econômicas que desgastavam ainda mais a imagem do governo e a própria insatisfação da sociedade, que desejou e exigiu cada vez mais o retorno da democracia ao país e maior espaço para a atuação de diversos segmentos sociais²⁹⁶.

Entre esses setores da sociedade, destacamos as Associações de Moradores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os Movimentos Estudantis e os partidos políticos. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido

²⁹⁴ FALCÃO; LAVAREDA, 1986, *Op. Cit.*, pp. 173-174.

²⁹⁵ O Colégio Eleitoral foi criado em 1967, tendo como uma das suas atribuições a escolha do presidente da República. As sucessivas mudanças constitucionais durante a ditadura viabilizaram a manutenção do seu controle pelos militares. “Por conta de tais mudanças, se em 1977 o voto de um acreano valia no Colégio Eleitoral 16 vezes mais que o voto de um eleitor paulista, em 1982 passou a valer 114 vezes mais. O PDS manteve o controle do Colégio fazendo-se sobre-representar nas regiões mais atrasadas do país, enquanto a oposição crescia eleitoralmente nos maiores centros urbanos”. RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 17.

²⁹⁶ ALVES, 2005, *Op. Cit.* RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*

Democrático Trabalhista (PDT) compuseram o Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas²⁹⁷.

Também tiveram atuação relevante na campanha das Diretas Já outros partidos, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁹⁸ e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)²⁹⁹, que atuavam na ilegalidade e, em termos institucionais, muitos de seus membros eram filiados ao PMDB³⁰⁰.

Segundo Alberto Rodrigues, nesse momento existiu três lógicas distintas para a sucessão de Figueiredo. *Continuidade*, na medida em que a escolha do presidente poderia ser feita através de disputas internas no PDS, em confluência ou não com a atuação de Figueiredo, com a culminância da decisão no Colégio Eleitoral. *Negociação*, com a possibilidade de negociação política entre integrantes do PDS e do governo com

²⁹⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 3), p. 414.

²⁹⁸ “Primeiro partido comunista fundado no Brasil, surgiu em 1922 como resultado do forte movimento operário e sindical do início deste século e do incentivo decorrente do triunfo da Revolução Socialista na Rússia. Organizado com o nome de Partido Comunista do Brasil, dois anos depois ingressou no Comintern (Terceira Internacional Comunista). [...] Participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla de massas em favor de reformas no país, posta na ilegalidade por Getúlio Vargas. Em 1935, o partido tentou liderar um movimento golpista, que levou à prisão a maioria dos seus dirigentes, entre os quais o seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes. Depois da dissolução da Terceira Internacional, devido à aliança entre a União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra contra o eixo nazifascista, o partido mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro, abandonando o “do B”, que o caracterizava como uma seção da Internacional Comunista no Brasil. Com a vitória dos aliados e a redemocratização no país, o PCB voltou à legalidade e elegeu uma bancada de parlamentares para a Constituinte em 1946. Um ano depois, as forças conservadoras e de direita no Congresso Nacional se aliaram e cassaram a legenda dos comunistas, lançando novamente o partido na clandestinidade. No início dos anos 1960, o PCB começou a se dividir, dando origem primeiro ao PC do B e, depois do Golpe Militar de 1964, a diversas outras organizações de esquerda”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, *Op. Cit.*, p. 384.

²⁹⁹ “O PC do B surgiu em 1962, de uma tendência que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em uma ‘Conferência Nacional Extraordinária’ liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, entre outros membros do Comitê Central. Ao assumir o nome original – Partido Comunista do Brasil –, passou a disputar com o PCB a chancela de verdadeiro continuador histórico da agremiação criada em 1922, ao tempo que criticava a chamada ‘linha pacífica’ adotada por ele. Em 1969, lançou o documento *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil* (influenciado pelo processo revolucionário chinês e pelo pensamento de Mao Tsé-Tung). Foi responsável pela Guerrilha do Araguaia [...]”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, *Op. Cit.*, p. 230. (grifos do autor).

³⁰⁰ “Quando puderam afinal organizar-se legalmente, em 1985, os partidos comunistas haviam perdido muito espaço na esquerda, tornando-se organizações secundárias. Esse declínio se deveu tanto a debilidades internas, como divisões intestinas [o PCB, por exemplo, sofreu duas grandes cisões entre 1980 e 1982. Primeiro houve o rompimento com Luís Carlos Prestes, nome mítico no interior do partido, e que levou consigo parte da militância; em seguida, saiu um grupo de influentes intelectuais, chamados eurocomunistas por seus adversários, o que enfraqueceu não só a capacidade de elaboração teórica do PCB, mas também seu prestígio entre a *intelligentsia*.] e perda de visibilidade própria (motivada pela diluição dessas organizações no MDB), como a fatores externos, principalmente o fortalecimento do magnetismo da estrela petista, que capturou a imaginação da jovem esquerda”. MOTTA, 2007, *Op. Cit.*, pp. 300-301. (grifos do autor).

a oposição, sendo a escolha efetuada também no Colégio Eleitoral. *Ruptura*, com a proposta de viabilidade de eleições diretas em 1984³⁰¹.

Um dos pontos principais de discussão das Diretas foi a luta pela aprovação da emenda Dante de Oliveira pela Câmara Legislativa Federal. Essa proposta surgiu em janeiro de 1983, quando Dante de Oliveira, eleito deputado federal pelo PMDB-MT em 1982, resolveu transformar em emenda à Constituição uma temática que se destacou em sua candidatura: a luta por eleições diretas para a presidência do Brasil³⁰².

Isso porque ele verificou que todas as propostas que visavam esse mesmo objetivo tinham sido arquivadas na Câmara. Mesmo sendo pouco conhecido pelos colegas dessa instituição, conseguiu as 160 assinaturas regimentais necessárias para apresentar a sua emenda³⁰³.

No dia 15/06/1983, a campanha das Diretas Já foi lançada oficialmente pelo PMDB, em Goiânia/GO, com a realização do primeiro comício que contou com a participação de aproximadamente 5.000 pessoas. Ele foi estruturado de forma discreta e cautelosa, sob o calor das disputas internas entre os seus organizadores. Segundo Domingos Leonelli e Dante de Oliveira:

Muitas das idéias propostas pela Comissão encarregada de estabelecer as diretrizes do movimento não haviam sido totalmente implementadas. A campanha começava sem que a direção partidária tivesse realizado uma articulação mais profunda com associações, sindicatos e outros setores representativos da sociedade, cujo apoio era imprescindível. Havia também um certo descontentamento pela escolha de Goiânia para o lançamento da campanha. Muitos achavam que o marco inicial deveria ser um discurso de Ulysses na tribuna da Câmara, pela repercussão que os pronunciamentos em Brasília conseguiam nos meios de comunicação³⁰⁴.

A partir desse comício, a campanha das Diretas Já passou a ganhar mais visibilidade e força, com a realização de inúmeros comícios e passeatas em todo o Brasil e maior integração e mobilização social em prol dessa causa. Essa campanha nacional constituiu um movimento suprapartidário que conseguiu coligar inúmeros

³⁰¹ RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, pp. 19-20.

³⁰² RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 41.

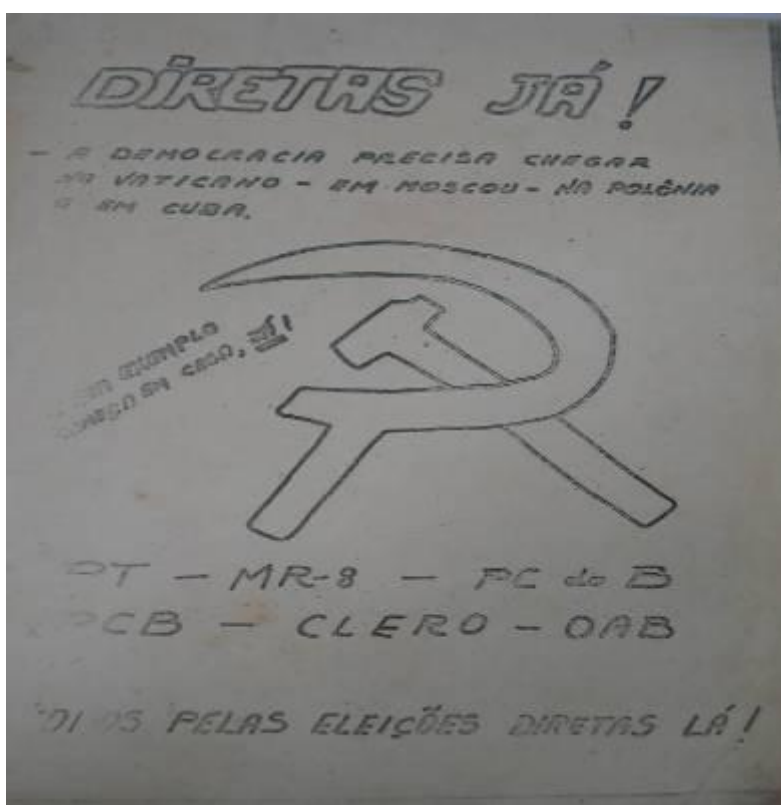
³⁰³ O texto construído foi simples e objetivo, redigido com o auxílio do seu pai, Sebastião de Oliveira, advogado e antigo político da UDN em Mato Grosso, com base na Constituição de 1946. No começo de 1984, já tramitavam no Congresso cinco emendas com a mesma proposta. Diante disso, foi feito um acordo para facilitar os procedimentos dessa luta, ficando apenas a de Dante de Oliveira. RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 42.

³⁰⁴ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 165.

partidos políticos, organizações civis de oposição à ditadura militar e parte significativa da sociedade em defesa dessa bandeira.

Na perspectiva da historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado, essa mobilização teve um cunho heterogêneo e despersonalizado, tendo em vista que não havia um consenso sobre como essa luta deveria ser conduzida, principalmente no tocante ao grau de negociação com o governo³⁰⁵.

Neste trabalho, destacamos a narrativa dos comícios e passeatas que ocorreram em Pernambuco, especificamente Recife e cidades circunvizinhas, levando em consideração diversos aspectos, como: as pessoas e instituições participantes, a organização dos protestos, as diversas temáticas discutidas nessas manifestações, a vigilância da polícia e a elaboração de pichações com fins propagandísticos e mobilizadores para que a sociedade aderisse a campanha das Diretas Já.



Fotografia 20 Panfleto Diretas Já!³⁰⁶

O panfleto da fotografia 20 foi de autoria do PCdoB³⁰⁷, partido que recebeu apoio de entidades envolvidas no Comitê Pró-Diretas: OAB, PT, PCB, MR-8³⁰⁸ (esses

³⁰⁵ DELGADO, 2007, *Op. Cit.*, pp. 414-415.

³⁰⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 7170. Panfletos Diretas Já. Data não mencionada. 2 documentos.

dois últimos atuavam na ilegalidade) e membros do clero da Igreja Católica com o objetivo de divulgar a campanha das Diretas Já. Essa fonte foi coletada/apreendida por agentes policiais do Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco durante o trabalho de vigilância social.

No centro desse documento, está presente o símbolo do comunismo e, em torno dele, textos que defendem a necessidade de expansão da democracia em várias partes do mundo: Vaticano, Moscou, Polônia e Cuba, enfatizando que um bom exemplo democrático poderá ser o Brasil, com a vitória das Diretas Já e com o fim do período ditatorial. Quanto à participação dos estudantes na campanha das Diretas Já, a ex-militante do Movimento Estudantil da UFPE, Izabel Cristina de Araújo, lembrou o seguinte:

[...] a gente formou a chapa “DCE para lutar e não para conciliar” [...] antes de se fazer o conchavo do Colégio Eleitoral [e] era também aquele ano onde se estavam discutindo as Diretas, e aí a gente participou ativamente também desse movimento e foi para todos os comícios que teve aqui em Pernambuco, Caruaru e João Pessoa. A gente foi como político da universidade, como estudantes da universidade para participar. E eu me lembro que a gente fez algumas pichações aqui nos viadutos [próximos da UFPE] e em alguns lugares. E eu como sempre pequena né, então eu ficava observando se vinha alguém, e Paullete na época e o namorado dela, o André, que na época era do Movimento Estudantil pichavam [...] e eu ficava como olheira [...] e a maioria das pichações estavam ligada exatamente a isso: “Diretas Já”! era esse sentimento ... “Democracia para o Brasil” era muito ligado a esse sentimento de redemocratização do país [...]. Sempre as pichações eram em vermelho, a cor então era algo significativo³⁰⁹.

A partir dessa narrativa pudemos compreender como foi intensa a participação dos estudantes em Pernambuco durante as Diretas Já. O grupo constituído por Izabel

³⁰⁷ Segundo a historiadora Marcília Gama da Silva, que durante dezoito anos esteve à frente da Gerência de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, com destaque para o trabalho de pesquisa com o acervo do DOPS-PE. Ela obteve essa informação durante o contato com documentos policiais dessa instituição.

³⁰⁸ “A organização de esquerda que se consolidaria no início dos anos 1970 sob o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro – lembrando a morte de ‘Che’ Guevara, ocorrida na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967 – era conhecida inicialmente como ‘DI da Guanabara’, ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. A nova denominação foi amplamente divulgada quando do seqüestro[sic] do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, operação realizada em conjunto com a ALN. Pouco antes, a repressão comunicara pela imprensa que uma organização denominada MR-8 fora desbaratada em Niterói. Para despistar a autoria do seqüestro[sic] e desmoralizar a façanha política, a dissidência decidiu assumir o nome do grupo que fora recentemente articulado”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, *Op. Cit.*, p. 475.

³⁰⁹ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares, em 06/07/2011.

Araújo, Paullete Cavalcante e André [a depoente não lembra o sobrenome dele] lançou mão de duas estratégias comuns à maioria das pichações durante a ditadura: a opção por trabalhar em equipe e a seleção de espaços de visibilidade, de considerável fluxo de transeuntes/leitores das frases nas paredes e muros. Todavia, a particularidade dessa equipe foi o critério de seleção da “olheira”: a sua baixa estatura, tendo em vista as suas dificuldades para pichar lugares altos como viadutos.

Em Pernambuco, ocorreram vários comícios e passeatas em prol das Diretas Já. Uns tiveram grandes proporções e reuniram milhares de pessoas, enquanto outros, algumas dezenas. Os maiores foram organizados com maior antecedência, tendo em vista a necessidade de maior articulação com forças de âmbito nacional. Os menores, nomeados muitas vezes de comícios relâmpagos, foram mais simples de serem executados e tornaram-se importantes para mobilização social³¹⁰.

A campanha no Estado foi lançada com o showmício ocorrido em 05/01/1984, no Pátio do Mosteiro de São Bento – Olinda -, quando entre quinze e vinte mil pessoas assistiram ao show da cantora Fafá de Belém³¹¹. Todavia, essa não foi a primeira manifestação pelo fim de eleições indiretas para presidente da República. No dia anterior, por exemplo, o comício realizado no Alto da Mina, no bairro dos Bultrins, em Olinda, abriu uma série de quinze atos nessa mesma cidade, até 27/07/1984, data em que foi agendado mais um grande ato público³¹².

Outra questão importante é que a Brigada Portinari reativou as suas atividades iniciadas nas Eleições de 1982 durante a campanha das Diretas Já. Em 03/01/1984 e 26/02/1984, alguns artistas pintaram murais no Cemitério de Santo Amaro, Recife, ao som de conjuntos musicais³¹³. No dia 07/01/1984, em Olinda, um grupo de ex-integrantes dessa Brigada (não foi mencionado o nome deles) inaugurou um imenso placar que registrou o nome dos políticos pernambucanos contrários às Diretas Já e um grande mural na Rua 15 de novembro, com desenhos referentes a essa reivindicação social³¹⁴.

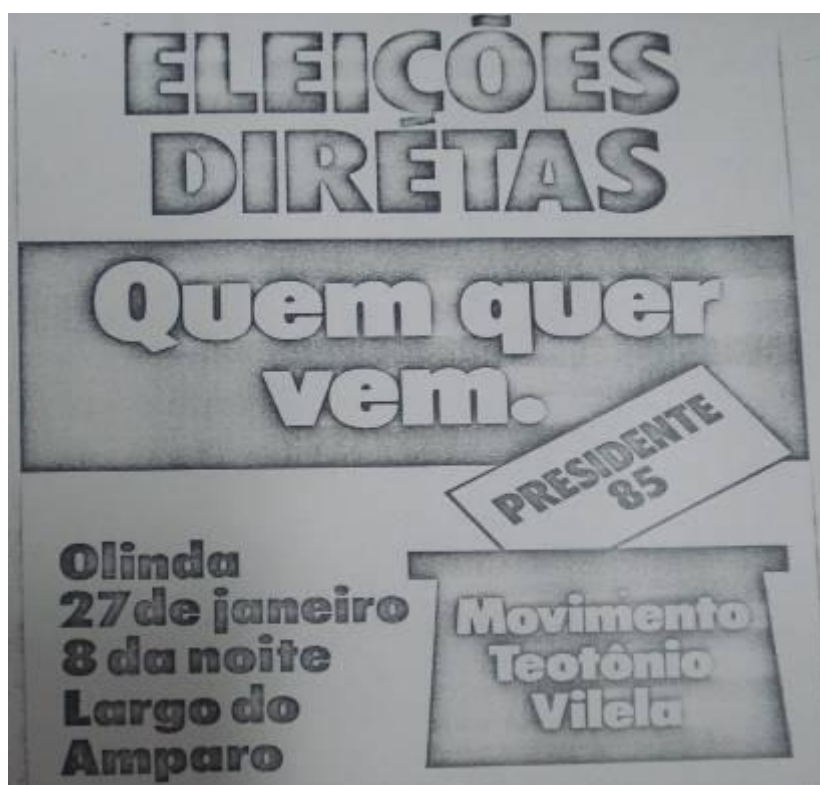
³¹⁰ Como foi possível verificar na documentação pesquisada.

³¹¹ LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 340. Esses autores afirmaram que foram 15.000 presentes, enquanto Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, de 06/01/1984, Capa, um público maior que 20.000.

³¹² Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 04/01/1984, Política Local, p. 5.

³¹³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 04/01/1984, Opinião, p. 7. Coluna de Paulo Fernando Craveiro. Diário de Pernambuco, 26/02/1984, Política, p. 2.

³¹⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 08/01/1984, Capa. Praticamente todas as capitais brasileiras exibiram o seu “Placar das Diretas”, o primeiro foi o de São Paulo e o segundo foi o do Rio de Janeiro. Posteriormente, vieram outros, como foi o caso de Recife, Salvador e Porto Alegre. Essas construções foram um relevante instrumento de comunicação e participação social, pois era uma maneira



Fotografia 21 Cartaz do Comício de 27/01/1984, no Largo do Amparo, Olinda/PE³¹⁵.

O cartaz da fotografia 21 foi coletado/apreendido por agentes do DOPS/PE e serviu como propaganda político-eleitoral para divulgar e mobilizar a sociedade para participar do comício de Olinda do dia 27/01/1984, com o slogan: “Eleições Diretas. Quem quer vem”. Essa foi mais uma ação de articulação nacional do Movimento Teotônio Vilela.

Também foi produzido, para a divulgação desse evento, o panfleto *Sem lutas não haverá diretas*, apoiado pelo jornal Voz da Unidade. Essa propaganda do comício registrou dados sociais bastante expressivos da crise política e econômica do governo, ao tratar de questões como: os índices de desemprego, o aumento do custo de vida, a corrupção, o sucateamento da indústria e a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) no país³¹⁶.

da população pressionar os parlamentares que votaram a Emenda Dante de Oliveira, uma vez que eram divulgados e marcados os nomes dos políticos que eram contra, a favor ou estavam indecisos quanto à aprovação dessa medida. LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 438. Ver também os jornais locais.

³¹⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29837: Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 364. Data: 1983/1984. 90 documentos.

³¹⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos.

As críticas às problemáticas sociais acima citadas serviram de mote para mobilizar o leitor desse periódico a comparecer ao comício e mobilizar-se em prol das Diretas. “Para mudar os rumos que o País foi levado, o caminho que se apresenta é lutar pelo direito de cada um de nós e de todos os brasileiros escolher livre e diretamente o sucessor do general João Figueiredo”³¹⁷. Esse foi um dos argumentos centrais em defesa das eleições diretas para presidente.

O jornal Voz da Unidade era produzido pelo PCB e teve seu comitê de apoio e difusão localizado na Rua do Hospício, 194, Sala 104, no centro de Recife. Esse periódico também apoiou a publicação e difusão do *Guia Prático da Campanha Pelas Diretas*, elaborado para orientar os leitores a participar de forma mais ativa, organizada e mobilizadora das Diretas Já³¹⁸.

A análise dos dez pontos do Guia nos possibilitou verificar como essa campanha foi organizada no Estado. Ocorreu a venda de camisas e adesivos personalizados, a realização de pedágios para arrecadar fundos, abaixo-assinados, debates, distribuição de propaganda, comícios, caminhadas, shows e outras formas de protesto.

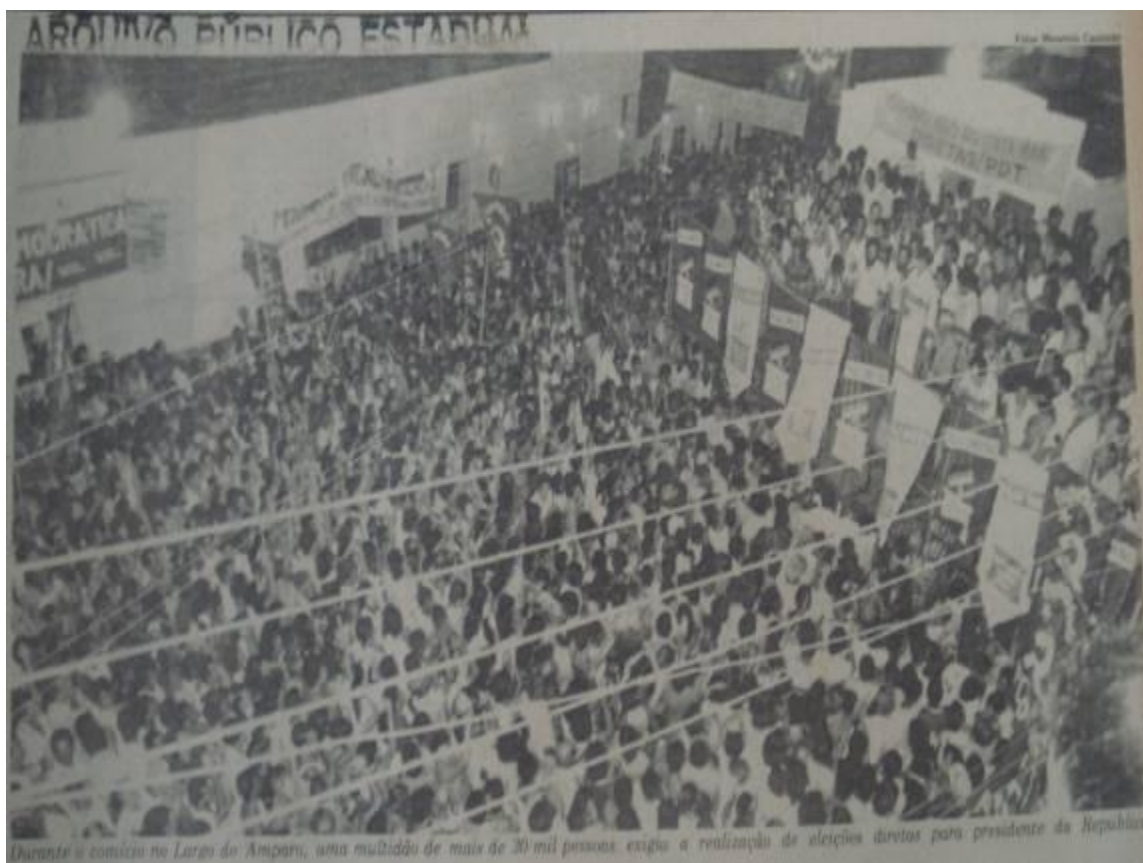
O evento do dia 27/01/1984, no Largo do Amparo, em Olinda, reuniu aproximadamente entre vinte e trinta mil pessoas³¹⁹, entre elas: João Batista Agra, presidente do Comitê Pró-Eleições Diretas, governadores de outros Estados do país, os deputados do PDS Inocêncio Oliveira e José Jorge Vasconcelos; João Paulo de Lima e Silva, Secretário Geral dos Metalúrgicos; o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães; Luís Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT; Luiz de Andrade Lima, presidente do PDT-PE; Francisco Julião, ex-líder das Ligas Camponesas; artistas da Rede Globo de Televisão, além de diversos vereadores e prefeitos de Pernambuco³²⁰.

³¹⁷ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos.

³¹⁸ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos.

³¹⁹ Segundo RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.* p. 106. 20.000 pessoas. Para Hemeroteca - APEJE, Diário de Pernambuco, 28/01/1984, Capa, 30.000 pessoas. De acordo com o agente de informações do DOPS-PE, 7.000 participantes. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29837: Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 364. Data: 1983/1984. 90 documentos. Informe nº2, de 02 de fevereiro de 1984. Confidencial. Diante disso, o quantitativo de manifestantes nos comícios e atos públicos citados ao longo da dissertação servem como parâmetro para termos uma dimensão desses acontecimentos, uma vez que esses números são bastante flexíveis.

³²⁰ Hemeroteca - APEJE. Diário de Pernambuco, 28/01/1984, Capa. Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29837: Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 364. Data: 1983/1984. 90 documentos. Informe nº2, de 02 de fevereiro de 1984. Confidencial.



Fotografia 22 Comício em prol da campanha das Diretas Já em Olinda, 27/01/1984³²¹.

Conforme é possível visualizar na fotografia 22, essa manifestação conseguiu reunir muita gente, pois o fato de ter iniciado no horário noturno (como a maioria dos comícios) possibilitou que mais pessoas pudessem comparecer nessa ocasião após a jornada de trabalho. Além disso, militantes com posicionamentos políticos distintos estiveram presentes no pequeno palanque para discursar, pois optaram por reunir forças em prol de ideais democráticos.

Os comícios das Diretas Já estiveram sob a lógica de vigilância de policiais e informantes colaboradores do DOPS-PE. O informe de 15/02/1984 da Polícia Militar de Pernambuco com grau de sigilo confidencial registrou que em Recife, no dia 13/02/1984, realizou-se uma reunião com aproximadamente trinta e cinco pessoas no auditório do Clube de Engenharia de Pernambuco, para definir o local, horário, percurso e participantes convidados da passeata e do comício pelas eleições diretas em 17/02/1984. Essas informações foram difundidas para outros órgãos militares, entre eles

³²¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 28/01/1984, Capa.

o Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Secretaria de Segurança Pública (SSP)³²².



Fotografia 23 “Caminhada Democrática” pelas Diretas Já. Recife, 17/02/1984³²³.

A manifestação de 17/02/1984 em Recife (fotografia 23) ocorreu das 16:30 às 17:20 horas, com a concentração da passeata iniciada no centro da cidade, em frente à Faculdade de Direito de Recife, no Parque Treze de Maio, seguindo até a Praça da Independência, onde teve como ponto culminante o comício com a participação de 8.000 pessoas, segundo o informante da PM-PE³²⁴.

O Jornal do Commercio salientou que a expectativa quanto ao evento nomeado de “Caminhada Democrática” era de vinte mil pessoas, mas registrou que estiveram presentes cerca de quarenta mil. Além disso, essa expressão atribuiu a ele um sentido de manifestação em prol da democracia, em vez associá-lo a discursos negativos, como vandalismo e subversão. Salientamos que esse evento possuiu um cunho político, popular e festivo, pela presença de faixas representativas de diferentes segmentos

³²² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 032/84, de 15/02/1984. Confidencial.

³²³ Hemeroteca- APEJE. Jornal do Commercio, 18/02/1984, Política Local, p. 5.

³²⁴ Quantitativo bem diferente do noticiado pelo Diário de Pernambuco de 18/02/1984, que estipulou a presença de aproximadamente 30.000 pessoas.

partidários e pela realização de uma passeata que contou com diversas orquestras de frevo³²⁵.

Entre os presentes, o informante da PM-PE, destacou vários nomes: Bete Mendes, deputada federal pelo PT-SP; Cristina Tavares, deputada federal pelo PMDB; Leila Guimarães de Abreu, deputada estadual pelo PMDB, presidente da Federação de Mulheres de Pernambuco e militante do MR-8; e os deputados estaduais do PMDB Sérgio Longman, Hugo Martins, Clodoaldo Torres, Marcus Cunha, Sérgio Guerra e Wilson Campos³²⁶.

Compareceram também Arnaldo do Maraial, prefeito pelo PMDB de Olinda; Francisco Julião, ex-líder das Ligas Camponesas; Francisco Vítório, da Comissão pró-legalização do PCB; Humberto Costa, membro do PT; José Rodrigues da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE); Geraldo Nóbrega, advogado da FETAPE; João Paulo de Lima e Silva, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos; Marcos Freire, presidente Regional do PMDB, etc.³²⁷.

Segundo o informe nº 036/1984, neste dia foram tecidas críticas à ditadura, ao ministro da economia e ao processo vigente de escolha do presidente da República, exigindo-se também maiores informações sobre o desaparecido político pernambucano Fernando Santa Cruz³²⁸. Foram levadas também diversas faixas: “MR/8 - DIRETAS JÁ”, “DIRETAS PARA PRESIDENTE, VAMOS RENASCER DAS CINZAS”, “O TEMPO DO CATIVEIRO PASSOU, QUEREMOS ELEIÇÕES DIRETAS”, etc. Além disso, vários panfletos foram distribuídos. Dessa forma, essa manifestação contou com a participação de importantes lideranças políticas e conseguiu congregiar inúmeras pessoas.

³²⁵ Hemeroteca- APEJE. Jornal do Commercio, 18/02/1984, Política Local, p. 5.

³²⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 036/84, de 20/02/1984. Confidencial.

³²⁷ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 036/84, de 20/02/1984. Confidencial.

³²⁸ Militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML). Atuou no Movimento Estudantil Secundarista em Pernambuco, entre 1964 e 1968. Após o AI-5, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde junto com o pernambucano Eduardo Collier, foi preso em 23/02/1974, por agentes do DOI-Codi/RJ. Caso discutido no capítulo 1, para maior detalhamento consultar: Arquivo Pessoal de Marcelo Santa Cruz. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008, pp. 587-588. BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, pp. 539-543.

No município de Abreu e Lima/PE, iniciou-se, às 20:00 horas de 25/02/1984, um comício pró-eleições diretas para presidente, na Praça da Bandeira, onde compareceram cerca de 80 pessoas, entre elas: líderes sindicais, parlamentares e representantes da associação de moradores. Segundo o informante da PM-PE, foram feitas críticas ao sistema eleitoral, ao sistema financeiro de habitação, ao governador Marco Maciel e ao FMI. Enalteceu-se também as figuras de Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório Bezerra, tendo o protesto encerrado às 22:45 horas³²⁹.

Na noite do dia 29/02/1984 ocorreu uma manifestação pró-eleições diretas para presidente da república na Praça da Bandeira, Arcoverde/PE, que congregou em torno de duas mil e quinhentas pessoas, entre elas políticos ligados aos principais partidos do Estado: PMDB, PT e PDS. Outras questões também foram denunciadas, como: a seca, a inflação, o fechamento de fábricas e o desemprego³³⁰.

Em março desse ano ocorreu uma das principais manifestações festivas do país – o carnaval – e a temática das Diretas Já ganhou destaque nas ruas de Recife e Olinda, num profícuo diálogo entre política, cultura, sátira e participação popular. Os discursos “Diretas Já” e “Não me venham com indiretas” foram recorrentes, sendo apropriados, ressignificados e difundidos por muitas pessoas e grupos carnavalescos, a exemplo da agremiação “Patuscos” (fotografia 24). O anseio de escolher diretamente o presidente da República também foi constantemente representado nas fantasias e camisas confeccionadas para essa campanha (fotografia 25), havendo, inclusive, a participação de crianças em prol dessa causa³³¹.

³²⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 45/84, de 25/02/1984. Confidencial.

³³⁰ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29837. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes numerados de 274 a 364. Data: 1983/1984. 90 documentos. Informe nº 2ª EM/PM – 061/84-SS/3, de 19/03/1984. Confidencial.

³³¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 08/03/1984, Carnaval, p. 22.



Fotografias 24 e 25 Carnaval das Diretas Já, Olinda, março de 1984³³².

Enquanto em Moreno/PE o comício realizado no dia 08/04/1984, na Praça de Moreno, contou com a participação de aproximadamente 1.000 pessoas, entre elas: Marcos Freire, Marcos Nery Sobrinho, representante dos estudantes; Miguel Arraes de Alencar, deputado federal; Geraldo Freire, radialista; Adilson Gomes de Oliveira, presidente do PMDB de Moreno; Edvard Bernardo Silva e Edvaldo Rufino de Melo Silva, respectivamente prefeito e vice-prefeito dessa cidade e Anatólio Julião, militante do PDT e filho de Francisco Julião³³³.

A mobilização pelas Diretas Já aumentou a cada dia em todo o país, tornando-se o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. Os comícios e passeatas que conseguiram reunir o maior número de participantes ocorreram no mês de abril de 1984. Em Cascavel/PR, cerca de 40.000 pessoas (25% da população); Londrina/PR, 50.000; 80.000 em Recife/PE; 100.000 em Natal/RN; 200.000 em Porto

³³² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 08/03/1984, Carnaval, p. 22.

³³³ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 086/84, de 12/04/1984. Confidencial.

Alegre/RS; 300.000 em Goiânia/GO; 1.000.000 no Rio de Janeiro/RJ e 1.500.000, na passeata de encerramento da campanha, dia 16, em São Paulo/SP³³⁴.



Fotografia 26 Comício de 05/04/1984, em Santo Amaro, Recife, pelas Diretas Já³³⁵.

A fotografia 26 foi realizada por um agente policial do DOPS-PE durante o trabalho de vigilância política e social. Ela registrou uma das maiores manifestações sociais da história contemporânea de Pernambuco, o comício de 05/04/1984, que reuniu entre cinquenta e oitenta mil pessoas³³⁶ no Largo de Santo Amaro, em Recife, espaço de grandes mobilizações dos setores de oposição à ditadura³³⁷.

Provavelmente a cena retratada foi um momento emocionante, quando muitos cidadãos levantaram as mãos para expressar publicamente o desejo de escolher o presidente da República por via direta. Uma mobilização como essa seria praticamente inimaginável de acontecer alguns anos antes, tendo em vista a maior repressão da

³³⁴ LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 469.

³³⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 7085. Fotos Diversas (Marechal, Embaixadas). Data: 1970-1978. 431 documentos. Como em outros prontuários do DOPS-PE, a datação e as temáticas das fontes desse não seguiram exatamente a datação e a nomenclatura registradas.

³³⁶ 80.000, 60.000 e 50.000 segundo respectivamente RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 106. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. Jornal do Commercio, 06/05/1984, Capa.

³³⁷ Em 1979, o comício de Miguel Arraes após voltar do exílio reuniu aproximadamente 60.000 pessoas nesse espaço. ROZOWYKWIAT, 2006, *Op. Cit.*, p. 114.

ditadura militar. O povo ganhou cada vez mais espaço nas ruas para expressar suas opiniões, lutar pelos seus direitos, exigir o retorno da democracia no país.

A ditadura militar brasileira estava em crise devido a uma série de fatores: as experiências políticas das campanhas Anistia de 1979 e Eleições de 1982, as crises econômicas que desgastavam ainda mais a imagem dos militares, o anseio da sociedade para o Brasil voltar a ser uma democracia. Além disso, salientamos a importância do intenso movimento de redemocratização na América Latina nos anos 1970/1980, da formulação clara de inserção do Brasil em um Estado de Direito com o *Projeto Geisel-Golbery*, da vitória do MDB nas eleições de 1974, da atuação dos setores de oposição aos militares, da pressão externa que foi representada principalmente pelo governo do presidente estadunidense Jimmy Carter, que no cenário político-ideológico da Guerra Fria destacou a defesa dos direitos humanos após a Guerra do Vietnã (1959-1975)³³⁸.

Com relação à organização e realização do comício de 05/04/1984, segundo o informe nº81/84 da PM-PE, ele teve início às 19h30min e foi promovido pelo PMDB, com a colaboração de várias entidades e partidos, a exemplo do PT, PCB, PC do B, Partido Comunista Revolucionário, MR-8, UNE, Faculdade de Filosofia de Recife, Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, Sindicato dos Metalúrgicos e Delegações dos municípios de Salgueiro, São Bento do Una, Ribeirão, Paudalho, Cabo, Moreno, Igarassu, São Lourenço da Mata e Abreu e Lima³³⁹.

Entre os presentes, os agentes do DOPS destacaram vários nomes: Luciano Siqueira, Hugo Martins e Sérgio Guerra, todos deputados estaduais do PMDB. Os vereadores Roberto Arraes, Pedro Eurico e Edna Costa e os deputados federais, também desse partido, Cristina Tavares, Miguel Arraes, Carlos Wilson Campos, Jarbas Vasconcelos e Freitas Nobre³⁴⁰.

Participaram do comício Hilton Resende Montes, coronel da PM e ex-candidato a deputado estadual pelo PMDB; Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB;

³³⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), pp. 243-282.

³³⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 081/84, de 09/04/1984. Confidencial.

³⁴⁰ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 081/84, de 09/04/1984. Confidencial.

Dorany Sampaio, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; José Richa, governador do Paraná; o economista Celso Furtado; o comunicador Geraldo Freire; os cantores Alceu Valença e Fafá de Belém e os atores Bruna Lombardi e Carlos Alberto Riccelli³⁴¹.

Diversas pessoas discursaram nessa noite e não foram poucos os cartazes e faixas produzidos para o encontro. Dessa forma, estavam reunidos em Recife, vários políticos de Pernambuco e de outros Estados, pessoas e instituições ligadas à Igreja Católica e ao Movimento Estudantil, intelectuais e artistas³⁴² que contribuíram para dar uma conotação política e festiva ao comício, que conseguiu mobilizar muita gente poucos dias antes da votação da Emenda Dantes de Oliveira.

A manifestação finalizou-se por volta das 23:00 horas, quando os participantes cantaram o Hino Nacional iniciado pelo cantor Alceu Valença³⁴³. Esse foi um fato marcante na memória de alguns dos nossos entrevistados, a exemplo da militante política Vera Regina Paula Baroni:

Aí tem muitas coisas que a gente não consegue traduzir, o sentimento, a alegria de naquele momento você se sentir cidadã, fazer um enfrentamento explícito aos militares [...] a expectativa de você ir para Santo Amaro, de juntar com outra pessoa para pagar a passagem de alguém, pra aquela pessoa poder ir também. Daquilo virar comentário de um mês, dois meses, dos detalhes de alguém que você viu lá, da volta de Arraes, de esperar Arraes, de poder cantar: “Arraes tá aí, Arraes tá aí meu povo” entendeu? São coisas difíceis de traduzir [...]. Vou te contar um detalhe desse comício de Santo Amaro [...] muita bandeira vermelha, bandeira vermelha do PT, que estava se constituindo e bandeira vermelha do PC do B, do PC e do PCO³⁴⁴. Só que depois desse comício houve uma guerra de bandeiras entre os

³⁴¹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 081/84, de 09/04/1984. Confidencial.

³⁴² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 081/84, de 09/04/1984. Confidencial.

³⁴³ . Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. Jornal do Commercio, 06/05/1984, Capa.

³⁴⁴ “O Partido da Causa Operária surgiu como um agrupamento de militantes trotskistas rompidos com a Organização Socialista Internacionalista no final de 1978. Naquele momento assumiu o nome de Tendência Trotskista do Brasil (TTB). Em junho de 1979 foi publicado o primeiro número do jornal Causa Operária. Em janeiro de 1980 foi realizado o Congresso de Fundação da Organização IV Internacional. Esta ruptura foi parte de um processo de ruptura no movimento trotskista intern[a]cional, com a cisão entre diversos partidos latino-americanos como Política Obrera (Argentina) e o Partido Obrero Revolucionario (Bolívia) com a organização francesa Organisation Communiste Internationaliste (OCI) pelo seu abandono das mais elementares premissas do programa marxista. Em 1980, esta nova organização política ingressou no PT e se transformou na fração trotskista e revolucionária daquele partido, conhecida pelo nome do seu jornal, Causa Operária”. <<http://www.pco.org.br/pco/index.html>>, acesso em 26/08/2012.

chamados comunistas e os [militantes] do PT e os do PMDB. Foi uma guerra de bandeira, o pau quebrou [...] porque naquele momento quem hegemonizava o movimento? Essa era a briga, quem hegemonizava? [...] Então muitas pessoas, sobretudo as da base da sociedade, dos movimentos comunitários que tinham se vinculado ao PT, mais outras que eram dos PCs e estavam atuando na clandestinidade se manifestaram a partir desse momento. Era a partir [desses momentos] que a foice e o martelo passaram a aparecer explicitamente, e aí tinha briga. A briga era por quem era a liderança, quem é que mandava. [...] aí começa a discussão, aí quando segurava a bandeira e batia na bandeira [risos], foi uma vergonha [risos]³⁴⁵.

A partir desse relato tivemos a oportunidade de conhecer detalhes que não foram registrados pelos jornais locais e narrar essa história a partir da perspectiva e da experiência de quem participou de inúmeros comícios pelas Diretas Já em Pernambuco. A entrevistada narrou a sua expectativa e emoção e as dificuldades de algumas pessoas para integrar essas manifestações, situação que pode ser estendida a muitos participantes.

Além disso, Vera Baroni trouxe à tona em sua memória, uma questão que muitas vezes é silenciada por alguns entrevistados e trabalhos historiográficos, os conflitos e disputas por poder entre as esquerdas. Ao mesmo tempo em que partidos e organizações de oposição à ditadura uniram forças para que o Brasil pudesse voltar a ser um Estado democrático, cada um queria lograr um espaço hegemônico, para saber quem deveria conduzir e comandar esse campo de lutas sociais.

Outra questão a ser discutida é que o comício de Santo Amaro contou com a colaboração do prefeito Joaquim Francisco Cavalcanti, que “[...] cedeu o palanque, a iluminação, o sistema de som e 18 ônibus da Companhia de Transportes Urbanos para fazer o transporte da população”³⁴⁶. Além do fato de seu companheiro do PDS, vereador Eduardo Silvio, da Frente Municipalista Pró-Diretas, ter discursado no palanque com uma camisa amarelo-canário da seleção brasileira de futebol, criticando o Colégio Eleitoral e os “[...] vinte anos de incompetência do governo”³⁴⁷.

O apoio desses integrantes do PDS ocorreu em um momento de crise da ditadura militar, quando muitos políticos pedessistas mudaram os discursos e práticas políticas,

³⁴⁵ Advogada especialista em Direitos Humanos que militou inicialmente na Juventude Operária Católica (JOC), tendo posteriormente, no final da década de 1970, aderido às lutas do movimento sindical e da Associação dos Moradores do Córrego do Jenipapo, em Recife. Participou de inúmeros comícios pelas Diretas Já em Pernambuco nos anos 1980. Atualmente, atua politicamente em prol da luta contra o racismo e pela igualdade de gênero. Depoimento concedido em 13/12/2012.

³⁴⁶ LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 470.

³⁴⁷ LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 470.

com o intuito de continuar no poder, estabelecer novas articulações políticas e obter apoio social e a simpatia dos eleitores, diante da grande mobilização popular pelo retorno da democracia ao Brasil.

Um exemplo disso, é que em 14 de fevereiro de 1984, no auge da campanha das Diretas Já, o prefeito Joaquim Francisco aderiu oficialmente ao movimento em prol dessa reivindicação. Naquele momento, além dele e do vice-governador Gustavo Krause, estavam engajados nessa luta dezesseis deputados estaduais e dois deputados federais do PDS, segundo informações do *Jornal do Commercio*³⁴⁸.

Mais uma manifestação importante ocorreu na madrugada de 19 para o dia 20/04/1984, quando foram pichados diversos pontos da cidade de Garanhuns/PE, com os discursos: “O POVO QUER VOTAR, ELEIÇÕES DIRETAS JÁ”, “DIRETAS JÁ” e “FORA FIGUEIREDO E O REGIME MILITAR”. Além dessas frases, foram pintados desenhos de “[...] bonecos representando os trabalhadores conduzindo uma bandeira vermelha e o símbolo que aparece na bandeira do partido comunista”³⁴⁹. A polícia não conseguiu descobrir quem elaborou essas produções gráficas, mas atribuiu ao Comitê pró-Eleições Diretas a autoria da atividade.

Brasília, 25 de abril de 1984. Chegou o tão esperado momento da votação da Emenda Dante de Oliveira, que se encerrou apenas no dia seguinte. Para a decepção, frustração e tristeza de quase todos os brasileiros, o grito de aprovação das Diretas Já ficou preso na garganta. A Câmara dos Deputados rejeitou a Emenda, pois, mesmo com a obtenção da maioria dos votos, não conseguiu os 2/3 necessários para alterar a Constituição. “Foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram 22 votos [para a sua aprovação]”³⁵⁰.

Apesar das mobilizações e protestos realizados após o veto da emenda Dante de Oliveira, os brasileiros não conseguiram eleger o presidente diretamente em 1984. Mas a campanha das Diretas Já não foi em vão e aconteceram vários protestos no país. Um deles foi o comício ocorrido no dia 10/06/1984, no Pátio da Feira de Casa Amarela, Recife.

³⁴⁸ Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 15/02/1984, Política Local, p. 5.

³⁴⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe nº 509/84, de 07/05/1984. Confidencial.

³⁵⁰ RODRIGUES, 2003. *Op. Cit.*, p. 93.



Fotografia 27 Comício em Casa Amarela, após a reprovação da Emenda Dante de Oliveira³⁵¹.

Um agente do DOPS-PE não identificado esteve infiltrado entre os participantes desse protesto e fotografou-o. Na fotografia 27 foi destacado um grande painel de tecido onde constou o nome dos deputados federais pernambucanos que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, satirizando-os, ao nomeá-los de traidores do povo e ao desenhá-los com uma estética disforme, que lembrou um vampiro que simbolicamente teria sugado a esperança da população³⁵².

Nesse comício compareceram muitas pessoas, e o palanque ficou lotado de políticos que proferiram discursos críticos à ditadura militar, sendo marcante o pluripartidarismo dessa e de outras manifestações (PMDB, PT, MR-8 e PC do B). As faixas elaboradas para essa noite expressaram que as reivindicações sociais não se limitaram à reivindicação de eleições diretas para presidente, ao discutirem outras questões: não pagamento da dívida externa do Brasil ao Fundo Monetário Nacional (FMI), reposição e reajuste salarial e precária estrutura física da UFPE³⁵³.

³⁵¹ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 6117. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Data: 1980-1987. 59 documentos.

³⁵² Para consultar a lista completa dos deputados que se abstiveram ou votaram favoravelmente ou contra a Emenda Dante de Oliveira, ver: LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, pp.592-597.

³⁵³ Conforme foi possível verificar na análise de outras fotografias. Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 6117. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Data: 1980-1987. 59 documentos.

Diante dessa situação, ficou então a dúvida, quem seria o sucessor de Figueiredo? Os embates políticos quanto a essa questão foram intensos e vários políticos queriam ser o próximo presidente do Brasil. Tancredo Neves foi escolhido como candidato do PMDB. O ex-governador de Pernambuco, Marco Maciel; o ministro Mário Andreazza, o vice-presidente do Brasil Aureliano Chaves e o ministro Hélio Beltrão foram pré-candidatos do PDS, mas foram preteridos, pois o partido optou pelo nome do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf³⁵⁴. Entre os pedessistas foi um momento de grandes conflitos, disputas e articulações para a obtenção de poder político, conforme lembrou Marco Maciel:

Assim que esse processo começou a ser deflagrado, veio uma inquietação dentro do partido, porque nós [os pré-candidatos] não aceitávamos Maluf em hipótese nenhuma. [...] Estabelecido o impasse, surgiu a idéia de o candidato do PDS não ser escolhido pela convenção, mas numa prévia em que todos os filiados votassem. Maluf disse que não aceitava e iniciou um trabalho de aliciamento muito grande dos delegados à convenção. Ele ligava oferecendo cargos e benesses. Um negócio terrível! Dias após, o presidente do PDS, senador José Sarney, autorizou a prévia. Pressionado por Maluf, presumo, Figueiredo recuou e, em carta aberta ao senador Sarney, desautorizou a prévia. Sarney, então, reuniu a Executiva do PDS, leu a carta de Figueiredo e renunciou. O senador Jorge Bornhausen, primeiro vice-presidente assumiu. Na reunião subsequente, como não houve avanço, Bornhausen também renunciou, solidário com Sarney. [...] Com a renúncia de Bornhausen, assumiu o senador Amaral Peixoto, ex-ministro, uma figura muito conhecida nacionalmente. Foi quando começaram as discussões sobre como ampliar o nosso arco, saindo do horizonte partidário, quer dizer, dando continuidade às conversas que nós tínhamos sobre a abertura³⁵⁵.

Em 15/01/1985, as disputas no Colégio Eleitoral entre Tancredo Neves (PMDB) e Paulo Maluf (PDS) tiveram fim. Tancredo ganhou o pleito, ao conseguir 480 votos, enquanto Maluf recebeu apenas 180³⁵⁶. Após muitos anos, um civil foi escolhido para assumir a presidência do Brasil, mas, devido às articulações políticas do momento, o vice-presidente escolhido foi José Sarney, que historicamente apoiou os militares.

³⁵⁴ BARRETO; MONTENEGRO, 2006, *Op. Cit.*, pp. 68-71.

³⁵⁵ Entrevista concedida a Túlio Velho Barreto, Paulo Sérgio Scarpa, Laurindo Ferreira, Sérgio Montenegro Filho e Ivanildo Sampaio, em 01/02/2005 e publicada em BARRETO; MONTENEGRO, 2006, *Op. Cit.*, pp. 71-72.

³⁵⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), p. 479.

Pouco antes de tomar posse, Tancredo faleceu, assumindo então José Sarney, que governou o país até 1990.

Diante disso, verificamos que, no período estudado, os militares buscaram exercer um controle social e aumentar as possibilidades de apoio político, visando o exercício do poder em um período de crise ditatorial. Nessa arena de embates políticos, a campanha das Diretas Já possibilitou a participação conjunta de milhões de brasileiros, partidos políticos e diversos segmentos sociais em prol de um ideal comum. Apesar das divergências e heterogeneidade existentes, esse movimento cresceu significativamente a cada comício e passeata que ocorreu em todas as regiões do Brasil, sendo fundamental para o retorno da democracia ao país.

CAPÍTULO 3

O DIFÍCIL COMBATE:

as pichações como um problema de ordem política e social em Recife.

3.1 Os Murais da Crítica

O Prefeito Gustavo Krause inaugura, hoje, no Recife, o ‘Mural da Crítica’ – uma tentativa de concentrar os graffiti urbanos e canalizar a crítica dentro do processo de abertura política, na tentativa de deixar mais limpos os muros da cidade. É uma iniciativa inteligente, e ousada, que vai dar muito o que falar. Uma das características do espírito recifense é justamente a crítica irônica e satírica. O mural - ou murais espalhados pela URB em vários cantos da cidade, inicialmente na Avenida Agamenon Magalhães – vai se prestar inclusive ao aparecimento (ou revelação) de alguns poetas, desses que gostam de fazer quadrinhas e remetê-las aos amigos. Vai dar samba esse mural

³⁵⁷.

O documento acima citado narra de forma naturalizadora os objetivos de criação dos Murais da Crítica, ao repetir os discursos do prefeito Gustavo Krause sobre os motivos que o incentivaram a criar esses murais sem nenhum questionamento³⁵⁸. A principal argumentação foi que esse seria um canal de comunicação para a população expressar a sua opinião diante do processo chamado de abertura política.

Essa proposta pode ser interpretada e analisada de diversas perspectivas. Como a prática política de um prefeito que se posicionou, em parte, favorável à mudança do cenário político-social, diante do crescente desgaste da ditadura militar e da intensa atuação de diversos segmentos da sociedade que reivindicaram liberdade de expressão e melhores condições de vida naquele momento. Foi uma boa oportunidade de Gustavo Krause tentar construir a imagem de um político democrático e tentar angariar a confiança e simpatia do eleitor.

Além disso, essa ação pode ser entendida como mais um mecanismo de combate às pichações e grafites na cidade. Conforme verificamos na pesquisa, essas escritas

³⁵⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 26/02/1980.

³⁵⁸ Esses discursos de Gustavo Krause sobre os Murais da Crítica foram repetidos e difundidos em diversas reportagens nos jornais locais até o final da sua gestão como prefeito, finalizada em 1982. Assim como também durante a entrevista concedida a Thiago Nunes Soares e Pablo Porfírio, em 16/09/2011.

foram proibidas por leis e muitas vezes causaram prejuízos financeiros aos cofres públicos e a alguns proprietários de imóveis, sendo recorrente nos jornais a produção, apropriação e difusão de discursos que associaram essas produções gráficas a atos de vandalismo, incivilidade e poluição visual urbana.

Dessa forma, os murais constituíram-se como uma forma de disciplina, na medida em que algumas pichações e grafites passaram ao controle, enquadramento e disciplinamento do poder público. Isso porque nas “[...] pichações e grafites, a intervenção se dá como ato de transgressão: são manifestações não autorizadas”³⁵⁹.

Conforme veremos a seguir, esses espaços também se tornaram um instrumento de comunicação e expressão de diversas pessoas e segmentos sociais que possuíram posicionamentos políticos bastante variados. Lançaram mão de seu uso: cidadãos para denunciar problemas urbanos, estudantes, anticomunistas, poetas, candidatos políticos e propagandistas.

Durante a gestão de Krause, os murais foram construídos em espaços de grande visibilidade. Uma escolha proposital, ao ser levado em consideração o fluxo de transeuntes que poderiam visualizar as pichações. Neles, qualquer pessoa poderia pichar e/ou grafitar sem nenhuma penalidade, num momento de ilegalidade e menor repressão policial a essas escritas. Cada mural teria custado à prefeitura dois mil cruzeiros e, no dia 21/03/1981, já havia 17 murais que ocupavam uma área livre de 200 m² ³⁶⁰ em vários espaços da cidade, como: Av. Agamenon Magalhães, Rua da Aurora e Av. Mário Melo.

Além disso, esse político encaminhou fotografos para registrar constantemente as reivindicações da população nos murais, com a argumentação de que iria ler e atender os anseios sociais. Muitas dessas fotografias foram analisadas em nossa dissertação, fontes que estão sob a guarda do Museu da Cidade do Recife, instituição inaugurada por Gustavo Krause em 14/01/1982³⁶¹.

Essa instituição tornou-se, portanto, um espaço de preservação, guarda e construção de imagens e memórias da cidade do Recife e das principais ações das gestões municipais de diferentes períodos. Não é por acaso que não encontramos

³⁵⁹ RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Grafite, pichação & cia*. São Paulo: Ed. Annablume, 1994, p. 44.

³⁶⁰ Revista Veja 13/02/1980. Edição 597, p. 30, disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, acesso em: 05/01/2011. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 21/03/1981.

³⁶¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco 15/01/1982, Capa.

nenhuma fotografia dos Murais da Crítica com pichações que criticassem esse prefeito, tendo em vista que esse é um lugar de memória institucional³⁶².

Pelo o que pudemos verificar nos jornais e na entrevista concedida pelo ex-prefeito Gustavo Krause³⁶³, pouco ou quase nada foi feito pela prefeitura a partir das reivindicações dos murais. Como essas escritas continuaram sendo realizadas em outros espaços da cidade, elas ainda foram combatidas pela polícia e consideradas como um problema urbano pela prefeitura.

Durante o governo de Krause, Luís Otávio Cavalcanti foi o Secretário de Planejamento da prefeitura, Paulo Roberto Barros e Silva o presidente da URB (Empresa de Urbanização de Recife) e Edson Rodrigues o diretor de Estética Urbana da URB. Eles participaram do projeto Murais da Crítica, sendo recorrente a opinião deles nos periódicos quanto ao uso dos murais pela população e às políticas adotadas pela prefeitura em relação a essas construções. Em dezembro de 1980, Luís Otávio Cavalcanti afirmou que os murais poderiam ser úteis para uma análise sociológica do comportamento dos recifenses³⁶⁴.

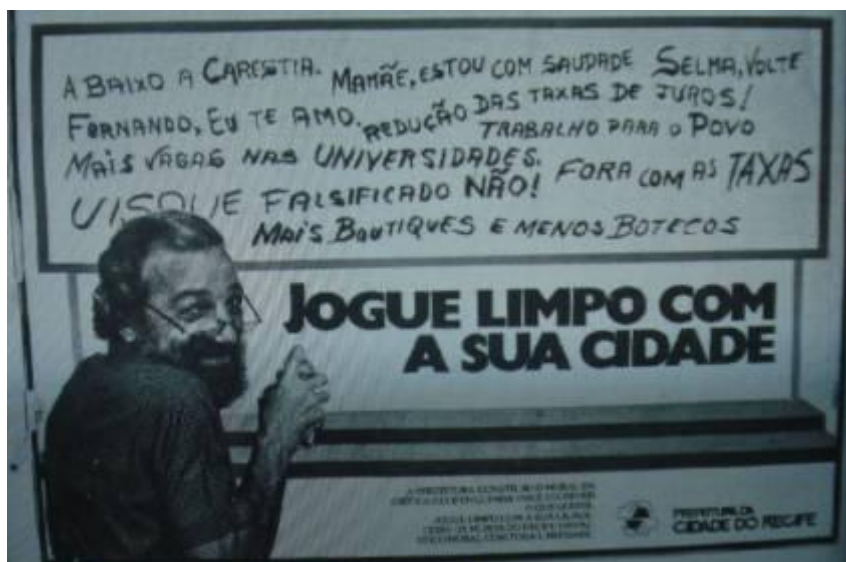
Edson Rodrigues, ao analisar o difícil controle sobre as pichações e colagens irregulares em logradouros públicos, afirmou que: “De nada adianta um cipoal de leis ou um pelotão de fiscais, se não houver conscientização do público e das instituições no sentido de preservar a imagem da cidade”³⁶⁵. Dessa forma, uma das estratégias de trabalho foi a propaganda educativa (fotografia 28), cujo texto base foi: “A prefeitura construiu o mural da crítica recifense para você escrever o que quiser. Jogue limpo com a sua cidade. Deixe os muros de Recife em paz. Use o mural com toda liberdade”.

³⁶² NORA, 1993, *Op. Cit.*, p. 13.

³⁶³ Nasceu em Vitória de Santo Antão/PE, no dia 19 de junho de 1946. Bacharel em Direito pela UFPE, em 1970 começou a trabalhar como técnico fazendário na Secretaria da Fazenda de Pernambuco, após ser aprovado em concurso público. Entre 1975 e 1979 foi Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, durante o governo de Moura Cavalcanti. Prefeito do Recife entre 1979 e 1982 por eleição indireta, vice-governador do Estado de 1983 a 1986, ao ser eleito diretamente em 1982, juntamente com o governador Roberto Magalhães, ambos os mandatos pelo PDS. Entrevista concedida a Thiago Nunes Soares e Pablo Porfírio, em 16/09/2011.

³⁶⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 07/12/1980, Política, p. 6.

³⁶⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/11/1981, Política, p. 6.



Fotografia 28 Propaganda educativa para a utilização dos Murais da Crítica³⁶⁶.

As temáticas registradas nos murais foram bastante diversificadas. A pichação “ESTA CIDADE FEDE” (fotografia 29) traz à tona uma crítica ao problema do fedor da cidade, questão recorrente nos jornais. Há também uma figura cujos traços representam um homem em posição de observação/diálogo com essa frase. As narinas dele estão sob um traço que pode estar protegendo a sua respiração do fedor da cidade³⁶⁷.



Fotografia 29 Mural da Crítica, Recife, 1980³⁶⁸.

³⁶⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 03/03/1980, Local, p. 3.

³⁶⁷ É comum, ainda hoje, a existência de pichações e grafites em um mesmo espaço. Conforme foi possível verificar durante a pesquisa, essa situação foi um dos fatores para que se confundisse nos anos 1970/1980 o que era cada um deles. Por isso, muitas vezes as pichações e os grafites eram vistos como sinônimos nesse período, o que se refletiu nos discursos da documentação.

³⁶⁸ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 18. Referência nº 14529. Mural da Crítica. Local não identificado. Data: 06/10/1980. Fotógrafo: Narciso Lins.

Os discursos da pichação da fotografia 29 se assemelham bastante com as frases citadas abaixo por Julio Cavani:

Na década de 1980, inscrições como “Recifede” e ‘ET was here’ eram clichês entre os pichadores menos criativos, que imitavam uns aos outros, sem tanta preocupação autoral, mas movidos pelo vandalismo ou simplesmente pelo gosto da liberdade.³⁶⁹

Essa citação foi de um artigo que trata da história das pichações e grafites em Recife. A análise desse autor sobre as pichações em Recife nos 1980 nos chamou a atenção, pelo fato dele associar os discursos dessas escritas a ações de vandalismo pouco criativas. Essa crítica de Julio Cavani além de desqualificar, homogeneizar e naturalizar as motivações das pessoas que picharam as frases acima citadas, não atribui um cunho político a essas pichações, que denunciavam o problema do fedor da cidade.

Com relação à autoria dessas escritas, pelo que pudemos verificar nas entrevistas realizadas, durante a ditadura o mais importante era comunicar algo por meio dos discursos escritos nos muros, paredes e murais da cidade. A assinatura muitas vezes era evitada, para que a polícia não identificasse as pessoas que realizaram essa atividade.



Fotografia 30 Pichação “BASEADO MEU AMOR”, 1980³⁷⁰.

³⁶⁹ CAVANI, Julio. *Street Art*. Revista Continente, Recife, nº 99, março/2009, p. 15. (grifo do autor).

³⁷⁰ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 18. Referência nº 14507. Mural da Crítica. Local não identificado. Data: 03/14/1980. Fotógrafo: Narciso Lins.

Conforme é possível visualizar na fotografia 30, os murais foram utilizados também como instrumento de propaganda, com a colagem de um cartaz; e como expressão de liberdade, ironia e sensibilidade, com a frase: “BASEADO MEU AMOR”. Essa pichação possui um sentido polissêmico: uso de drogas (o cigarro da maconha é conhecido popularmente como baseado), em que o cigarro de maconha é o amor da pessoa que pichou ou mesmo o oferecimento de um “baseado” a alguém.

Os estudantes, sobretudo, os universitários, realizaram e foram alvos de diversas pichações desde o início da ditadura³⁷¹. Os temas foram alusivos a inúmeras questões: melhores condições de ensino, críticas ao aumento das mensalidades e taxas universitárias, greves estudantis, melhorias nos restaurantes universitários e críticas à ditadura³⁷².



Fotografia 31 Pichações contra aumento das mensalidades na UNICAP, 1980³⁷³.

³⁷¹ BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2004, p. 256. ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 10. GURAN, 1979, *Op. Cit.*, p. 64. FERREIRA; REIS, 2007, *Op. Cit.* (fotografia dos anexos). Consultar também o acervo DOPS-PE – APEJE.

³⁷² Entrevista concedida por Izabel Cristina de Araújo Cordeiro a Thiago Nunes Soares, em 06/07/2011. *Op. Cit.*

³⁷³ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 21. Referência nº 25075-25077;25080-25082. Murais da Crítica. Locais não identificados. Data: 19/04/1980. Fotógrafo: Antônio Tenório.

As pichações da fotografia 31 são concernentes à luta contra o aumento das mensalidades na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Em 1980, essa universidade passou por uma crise financeira, assim como diversas instituições de ensino superior privado no país, principalmente as católicas³⁷⁴.

Diante disso, em março desse ano, a UNICAP resolveu aumentar o valor das mensalidades em 50%, percentual que foi boicotado pelos estudantes após as assembleias realizadas nos três turnos de ensino pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). O valor pleiteado foi de pagar nada além de 35%, percentual que segundo os discentes, seria o maior índice de aumento autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)³⁷⁵.

Iniciou-se assim um impasse. A universidade publicou uma nota oficial no jornal *Diário de Pernambuco* para criticar esse boicote ao pagamento das anuidades do período letivo e negou a informação de que o MEC autorizou o aumento de apenas 35%, ao declarar que era de 53,6% o acréscimo autorizado pela Comissão de Encargos Educacionais, subordinada ao Conselho Federal de Educação. Dessa forma, alegou que o percentual de 50% foi legal, defendendo os motivos desse valor e alertando os discentes para os problemas que poderão ocorrer devido ao boicote³⁷⁶.

Como não houve acordo com a Reitoria, os estudantes resolveram fazer greve no dia 10/04/1980³⁷⁷. Essa data foi marcada por muita violência. O graduando em Direito Luís Tenório Almeida disse que foi agredido por concluintes do mesmo curso e por um professor que não concordavam com essa paralisação. O reitor padre Antonio Amaral teria falado que “o movimento pretendia transformar a UNICAP em um núcleo de perturbação”³⁷⁸.

³⁷⁴ Foi o caso da Universidade Católica de Minas Gerais, que teria um déficit de Cr\$ 422 milhões. Enquanto a UNICAP possuiria um déficit de Cr\$ 51.000.000,00 previsto para 1980, segundo o reitor Pe. Antonio Paulo Amaral Rosa, S. J. Ele alegou que para a cobertura desses custos, não restaria sequer a possibilidade de recorrer a empréstimos bancários e que “caso o Governo Federal não decida a tempo, conceder uma subvenção correspondente a este déficit a UNICAP poderá ter as suas atividades paralisadas ainda esse ano”. Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 16/03/1980, Problemas Atuais, p. 3.

³⁷⁵ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 28/03/1980, Local, p. 9.

³⁷⁶ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 30/03/1980, Política, p. 3.

³⁷⁷ Segundo o *Diário de Pernambuco*, essa foi a primeira greve da UNICAP desde 1968, “quando vários estudantes foram afastados da Universidade pelo extinto Decreto-Lei 477, os diretórios foram fechados e o movimento estudantil desbaratado”. Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 09/04/1980, Geral, p. 7. Destacamos que em 1980 o Movimento Estudantil em Pernambuco estava mais articulado e atuante, pois em maio de 1979 a União Nacional dos Estudantes (UNE), instituição de maior representatividade estudantil que foi posta na ilegalidade logo após o golpe de 1964 conseguiu se reorganizar, voltar à legalidade e atuar de forma mais intensa, após o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes. Para maiores informações, consultar: ARAÚJO, 2007, *Op. Cit.*

³⁷⁸ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 11/04/1980, p. 5.

Assim, a greve não foi vista pelo reitor como um direito de expressar opinião e lutar por melhorias estudantis, mas como ato de desordem, perturbação. Diante do impasse, ele decretou o recesso das atividades na universidade em 10/04/1980, por tempo indeterminado³⁷⁹. No dia seguinte, dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, recebeu uma comissão de representantes dos 12.000 estudantes grevistas, ao se propor ser um mediador entre eles e a Reitoria³⁸⁰.

No dia 14/04/1980, os muros do DCE da UNICAP e de edifícios vizinhos “amanheceram inteiramente pichados, com frases escritas em vermelho acompanhadas do símbolo marxista representado por uma foice e um martelo entrecruzados. ‘Fora marxistas’, ‘foras comunistas’ e ‘abaixo a greve’ foram algumas das frases escritas”³⁸¹ com tinta vermelha, cuja autoria foi atribuída a estudantes do Movimento Livre Estudantil, que se posicionou contra a greve³⁸².

Dessa forma, essas pichações buscaram associar os signos do marxismo e do comunismo ao movimento grevista, com o objetivo de construir negativamente a imagem dele e criticar os protestos contra as paralisações estudantis. Além disso, essas escritas foram uma resposta contra as pichações nos muros e murais de Recife que defenderam o aumento de apenas 35% das mensalidades, a legitimidade da greve e a união dos estudantes.

No dia 15/04/1980, ao analisar a situação da UNICAP e dos estudantes, o MEC recomendou a volta às aulas e o diálogo entre a Reitoria e os discentes, mas não houve acordo entre eles. Por determinação do juiz Petrócio Ferreira da Silva da 2ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, foi decidido que as aulas deveriam retornar no dia 22/04/1980³⁸³. Todavia, a greve continuou.

Em 17/04/1980, o governador Marco Maciel se comprometeu em intervir junto ao MEC com o objetivo de solucionar a crise econômica e financeira dessa universidade, mas salientou que não poderia contribuir com ajuda financeira. Essas declarações foram feitas em um encontro que contou com a participação de uma comissão de estudantes cujo líder foi o presidente do DCE, Francisco Vitório, além da

³⁷⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 11/04/1980, Política, p. 2.

³⁸⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 12/04/1980, Capa.

³⁸¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/04/1980, Geral, p.13.

³⁸² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/04/1980, Geral, p.13.

³⁸³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 19/04/1980, p.4, Política. Diário de Pernambuco, 19/04/1980, Geral, p. 5.

presença de uma comissão interpartidária constituída pelos deputados Assis Pedrosa (PTB), Harlan Gadelha (PMDB) e Severino Otávio (PDS)³⁸⁴.

Os grevistas lançaram mão de inúmeras estratégias de resistência para continuar a sua luta. Em entrevista, o reitor informou que “os piquetes funciona[ram] na base do bloqueio dos elevadores, de escadas, de portas de salas de aula; de colocação de carteiras e mesas para impedir a entrada dos alunos em sala de aula”³⁸⁵. Além disso, declarou que se formaram inúmeros grupos estudantis que com apitos, tornaram o ambiente ensurdecedor, fazendo um apelo para o fim dos piquetes³⁸⁶.

Apesar de toda essa força e mobilização para protestar, continuar com esse movimento grevista que durava mais de duas semanas tornou-se uma ação cada vez mais árdua. O presidente do DCE, Francisco Vitório, relatou várias dificuldades, entre elas: a) tanto o MEC quanto a UNICAP procuraram defender seus próprios interesses, sem levar em consideração a situação dos estudantes; b) adiamento da reunião do Conselho Superior da UNICAP para julgar as propostas da quinta rodada de negociações da greve (23/04/1980); c) a demora para a reunião desse Conselho foi vista por Francisco como uma manobra para ganhar tempo, para acirrar os ânimos estudantis³⁸⁷.

Em 28/04/1980, houve mais uma assembleia estudantil na universidade para analisar a situação do movimento grevista, que contou com a participação de aproximadamente 350 universitários. Nesse momento, Francisco Vitório ressaltou a pouca experiência de luta dos estudantes da Universidade Católica, devido à repressão política aos mesmos desde 1968. Além disso, informou que como estratégia de luta eles “não podem perder a adesão de uma grande porção de estudantes ainda não exatamente posicionada, e que representa o enchimento de uma torta formada, por um lado, de radicais a favor da greve e, do outro, do retorno imediato às aulas”³⁸⁸.

Diante de tantos impasses, o movimento grevista acreditava que um ponto fundamental para decidir a continuação ou o fim da greve seria uma audiência com o ministro da Educação Eduardo Portella. Há dias os estudantes tentavam agendar uma reunião com Portella e não conseguiam³⁸⁹.

³⁸⁴ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 18/04/1980, Capa.

³⁸⁵ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 24/04/1980, p.17.

³⁸⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 24/04/1980, p.17.

³⁸⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 26/04/1980, Geral, p. 5.

³⁸⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/04/1980, Geral, p. 9.

³⁸⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 29/04/1980, Geral, p. 9. Em 15/04/1980, inclusive, durante a reunião com os mediadores da greve dom Helder Câmara e deputados estaduais Severino

Enquanto esse encontro não ocorria, a situação entre grevistas e não grevistas foi bastante tensa na UNICAP. Em 29/04/1980, o conjunto Quinteto Violado foi impedido realizar “uma apresentação em solidariedade aos alunos grevistas, quando estudantes dos cursos de Engenharia e Direito ameaçaram provocar tumulto quebrando instrumentos e baixando os pneus do ônibus do Quinteto”³⁹⁰. Em contrapartida, aproximadamente 200 alunos permaneceram no campus da universidade até às 22:30 horas em sinal de protesto a esse ato³⁹¹.

Nesse tenso clima de lutas, uma alternativa foi encontrada. Em 30/04/1980, os estudantes resolverem suspender até 06/05/1980, a greve que durou vinte um dias. Essa decisão foi tomada em assembleia geral que ocorreu à noite, devido à confirmação da audiência marcada com Eduardo Portella, em 06/05/1980. Após esse encontro, foram programadas assembleias nos três turnos para a decisão dos rumos do movimento grevista. Para o DCE e Diretórios Acadêmicos da UNICAP, outro fator que motivou o fim temporário da greve foi o seu desgaste, devido à falta de experiência dos grevistas que resultou em desorganização e desgaste físico das pessoas que mantinham as vigílias e os piquetes na universidade³⁹².

Mesmo com essa audiência, os estudantes não conseguiram o seu principal objetivo: o aumento de apenas 35% no valor das mensalidades da UNICAP, que teve as suas contas examinadas pelo MEC. A greve não foi retomada e foi encerrado o boicote ao pagamento dos carnês, mas os alunos continuaram as discussões acerca dos problemas do acréscimo de 50% no valor dos cursos. Concomitantemente, outra luta continuou: a reivindicação da existência de Diretórios Acadêmicos por curso e não por Centros, tendo em vista a existência de apenas três Centros na universidade³⁹³.

Ainda no tange à discussão da diversidade das temáticas presentes nos Murais da Crítica, destacaremos agora as pichações com discursos anticomunistas (fotografia 32). As frases “MORTE AOS COMUNISTAS” e “ABAIXO OS PADRES VERMELHOS”

Otávio (PDS), Harlan Gadelha (PMDB) e Mansueto de Lovor (PMDB), foi criada uma comissão para tentar obter junto ao ministro Eduardo Portella uma solução para o impasse da greve. Essa comissão foi constituída por representantes dos estudantes, da direção da UNICAP, dos professores e da Assembléia Legislativa. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 16/04/1980, Geral, p. 8.

³⁹⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 30/04/1980, Geral, p. 7.

³⁹¹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 30/04/1980, Geral, p. 7.

³⁹² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 01/05/1980, Capa; A14, Geral.

³⁹³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 13/05/1980, Educação, p. 8.

expressam a intolerância e a propagação da violência contra os comunistas e contra os padres cujas práticas são associadas ao comunismo durante o período da Guerra Fria³⁹⁴.



Fotografia 32 Pichações anticomunistas, 1981³⁹⁵.

No dia 19/06/1980, diversas igrejas de Recife amanheceram com seus muros pichados com as frases “ABAIXO A CATEQUESE MARXISTA”, “FORA O BARBUDO VERMELHO” e “SALVEMOS NOSSOS FILHOS”, cuja autoria não foi descoberta. Segundo o jornal de 20/06/1980, essas escritas estavam vinculadas a uma campanha desencadeada contra o padre Ivan Teófilo, sacerdote salesiano membro da Pastoral da Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Paralelamente às pichações, foram espalhados panfletos por toda a cidade, acusando o

³⁹⁴ Para Marcília Gama da Silva, a Guerra Fria foi “um sistema internacional bipolar cujos interesses dividem-se em duas potências, a URSS e os EUA, em que representam ideologias diferentes [o comunismo e o capitalismo respectivamente], ensejando um cenário de disputas políticas no âmbito internacional, em que cada bloco organiza-se na tentativa de conquistar/controlar áreas estratégicas que auxiliem no fornecimento de matérias-primas, mercadorias e suprimentos, inclusive bélicos. Os interesses cada vez mais ambiciosos de consolidar as bases do desenvolvimento capitalista vão exigir dos EUA um intrincado jogo para garantir a hegemonia americana no cenário internacional. Em meio a esse ambiente, propício a disputas, intrigas, segredos, espionagens e tráfico de informações e influência, enseja-se a maior disputa pela demarcação dos territórios e áreas de influências jamais vista na história da humanidade, passando a justificar o controle de nações que se posicionem ao seu favor”. Silva, 2007, *Op. Cit.*, p. 25.

³⁹⁵ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 21. Referência nº 25681. Mural da Crítica Recifense. Local: Avenida Mário Melo. Data: 25/04/1981. Fotógrafo: João Quirino.

padre de ‘em nome da Teologia da Libertação, pregar a luta de classes’, dentro das escolas”³⁹⁶.

Diante desses protestos contra esse padre, a Comissão da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife e a Pastoral da Juventude Regional Nordeste II da CNBB, distribuíram uma nota de repúdio aos autores anônimos dessas ações: “[...] os objetivos deles é impedir o anúncio do Cristo que liberta, é afastar os pastores do seu rebanho, é confundir a opinião pública, é combater a catequese libertadora da Igreja”. Afirmando que “Longe de ficarmos com medo frente a perseguições, continuaremos firmes na luta”³⁹⁷.

Outros membros da Igreja também foram alvo das pichações. O arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, teve a sua residência pichada diversas vezes³⁹⁸. Provavelmente, na maioria das vezes, essas atividades foram realizadas por setores sociais nomeados de direita, representados principalmente pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e pela Tradição Família e Propriedade (TFP).

Muitas dessas disputas políticas surgiram devido às ações desenvolvidas pela maioria dos membros da Igreja Católica que passaram a criticar e combater as desigualdades sociais e as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar. Dessa forma, o posicionamento dessa instituição em relação aos militares foi de forte oposição, situação distinta do período pré-golpe e dos primeiros anos da ditadura³⁹⁹.

³⁹⁶ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 20/06/1980, Geral, p. 6. A Teologia da Libertação foi estruturada por meio da crítica a uma teologia tradicional para quem os pobres deveriam ser objeto de caridade e não agentes da sua própria libertação. “Sendo a categoria ‘pobre’ central no cristianismo, a apropriação do marxismo serviu para desvelar os pobres como oprimidos, cuja pobreza é fruto da acumulação e exploração do seu trabalho e não de uma fatalidade ou desejo divino”. CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), p. 394.

³⁹⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 20/06/1980, Geral, p. 6.

³⁹⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 28/04/1980, Capa. Diário de Pernambuco, 29/08/1980, Política, p.2.

³⁹⁹ Para um aprofundamento acerca do assunto, ver: MONTENEGRO, 2010, *Op. Cit.*, pág. 133-150. CANCIAN, 2011, *Op. Cit.*



Fotografia 33 Murais da Crítica sem pichações e com colagens⁴⁰⁰.

Com o tempo os Murais da Crítica passaram a ser menos utilizados (fotografia 33). Pelo o que pudemos verificar na pesquisa, isso se deveu principalmente pela colagem de cartazes propagandísticos e pelo crescente desinteresse da população em usá-los, possivelmente pelo fato de muitas reivindicações não terem sido contempladas pela prefeitura do Recife. Além disso, uma pichação em espaço público proibido tendia a ter mais força que em um mural autorizado e institucionalizado pelo prefeito, pelo maior grau de transgressão. No tópico seguinte, analisaremos como o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco coletou, produziu e disseminou informações acerca dessas escritas. Além disso, discutiremos quais foram as leis que proibiram essas produções gráficas e como a polícia política combateu os autores de pichações.

⁴⁰⁰ Acervo Iconográfico - Museu da Cidade de Recife. Tombo nº 21. Referências nº 25144 a 25146 e nº 25150 a 25152, respectivamente na ordem da esquerda para a direita e de cima para baixo. Murais da Crítica. Locais não identificados. Data: 28/04/1981. Fotógrafo: Narciso Lins.

3.2 A atuação do DOPS-PE na coleta, produção e difusão de informações sobre as pichações.

Durante toda a ditadura, os setores de oposição aos governos militares foram bastante vigiados, censurados e reprimidos. Inúmeras pessoas foram presas, muitas delas eram jovens que, independente de sexo, se vincularam a organizações, partidos políticos e entidades estudantis para lutar em prol da democracia, sendo a pichação um dos instrumentos constantes e relevantes nas manifestações⁴⁰¹.

Para a construção desse estado de exceção no país pelos militares com a colaboração de civis, foi fundamental para o governo criar uma rede de informações constituída por diversos órgãos de vigilância, de segurança e de repressão para o sustentáculo e uma atuação mais eficaz do aparato repressivo. Foi relevante nesse processo a composição de três forças fundamentais: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG)⁴⁰².

Segundo a cientista política Maria Helena Moreira Alves, a tríade ESG/IPES/IBAD serviu de base para a implantação de uma rede de informações que foi fundamental à centralização do Estado e ao conhecimento e monitoramento de parte significativa da sociedade, antes e depois do golpe civil-militar de 1964. O coordenador desse empreendimento foi o General Golbery do Couto e Silva, e essa rede foi influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na execução do seu trabalho de coleta de informações, planejamento político-econômico dos programas do governo e combate à “subversão”⁴⁰³.

Foram nomeadas de subversivas pelos órgãos de informação todas as pessoas, partidos políticos e segmentos sociais que foram considerados uma ameaça à ditadura e à sociedade, conforme a ótica do próprio Estado. Os militares combateram-nas com a justificativa de defenderem a segurança e o desenvolvimento do país, baseados em uma teoria que abrangia diferentes tipos de guerra. Todavia, salientamos que essa doutrina

⁴⁰¹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitosemoriaeverdadeid.pdf>, acesso em: 27/07/2010.

⁴⁰² ALVES, 2005, *Op. Cit.*

⁴⁰³ ALVES, 2005, *Op. Cit.*, p. 30; p. 42.

precisou adaptar-se durante o período ditatorial em decorrência de lutas sociais e de necessidades dos governos dos presidentes⁴⁰⁴.

Entre os órgãos que compuseram a rede informacional, destacamos: Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); Serviço Nacional de Informações (SNI); Comissão Geral de Investigações (CGI); e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). De acordo com Carlos Fico, essa rede só se consolidou entre 1969 e 1970. Quanto à relevância do SNI, ele ressaltou que:

[...] embora seja compreensível a leitura sobre o SNI que tende a identificá-lo como órgão repressivo [...] ele era, na verdade, precipuamente um órgão de informações. [...] Seu chefe tinha *status* de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar atividades de informação em todo o território nacional. Paulatinamente o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina. Em 1984, ele enviou várias missões de estudos aos países vizinhos. O SNI possuía larga margem de ingerência em diversos assuntos, pois os órgãos de informações sob a sua superintendência espalhavam-se pelos diversos níveis e áreas da administração pública. Em relação aos órgãos dos ministérios militares, porém, o SNI podia exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações. Ele produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios. Porém, o sistema de segurança [...] possuía organização própria, não sendo o SNI o ‘órgão de segurança por excelência’, nem se constituindo em núcleo central coordenador que teria subordinado ‘todos os outros órgãos repressivos’⁴⁰⁵.

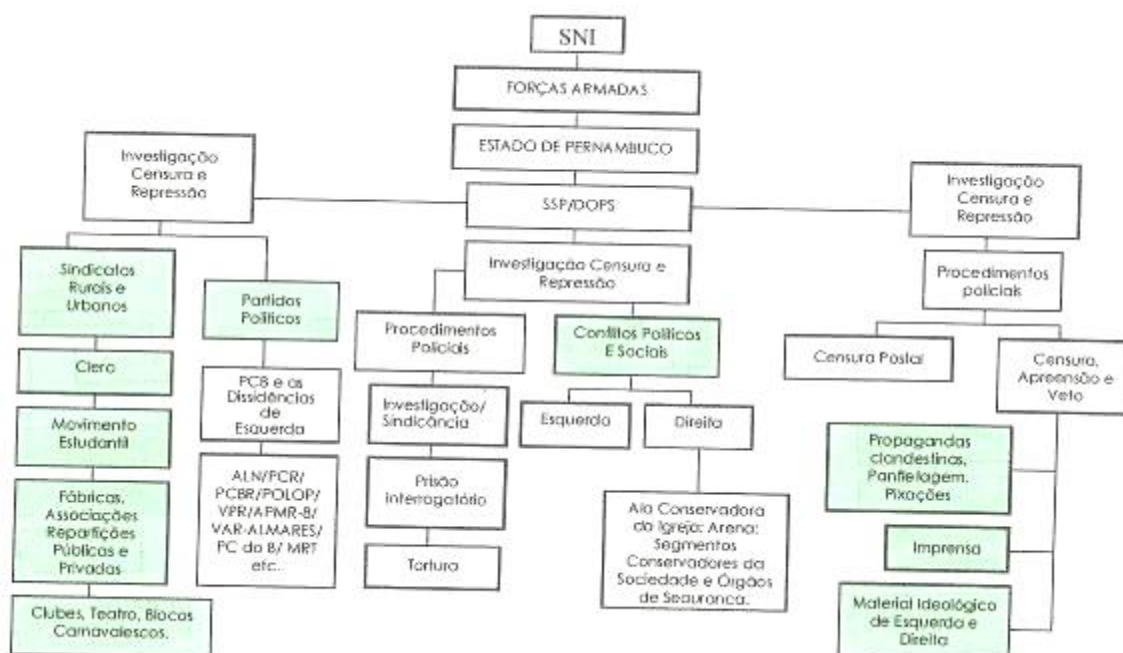
Dessa forma, o SNI tornou-se uma das principais bases de ações do Estado devido à sua expressiva atuação, na qual a informação foi um instrumento de suma importância para monitorar a sociedade, identificar e conhecer o funcionamento das atividades que eram consideradas e apontadas como subversivas pelo governo. Essas informações foram coletadas, produzidas e difundidas entre os diversos órgãos e por vezes fornecidas por pessoas que colaboraram com a ditadura através de denúncias.

⁴⁰⁴ ALVES, 2005, *Op. Cit.*

⁴⁰⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: 2001, p. 43; p. 81. (grifo do autor).

Na dissertação analisamos mais detalhadamente a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão às pichações, tendo em vista o acesso a documentos coletados, produzidos e disseminados por ele. De acordo com Marcília Gama, esse Departamento, além de realizar serviços de vigilância social e de prevenção e repressão ao comunismo, possuía as funções de “[...] proceder inquéritos sobre crimes de ordem política e social, exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços cujos fins estivessem em conexão com a Ordem Política e Social”⁴⁰⁶.

Essa instituição foi inicialmente uma Delegacia de Ordem Política e Social, criada em vinte e três de dezembro de 1935. Em quinze de abril de 1961, aumentou ainda mais os seus sustentáculos, ao transformar-se em um Departamento que foi extinto apenas em vinte e dois de março de 1990, cinco anos após o regime militar⁴⁰⁷.



Organograma 01 Diagrama da repressão de 1968 a 1972, na perspectiva do DOPS-PE⁴⁰⁸.

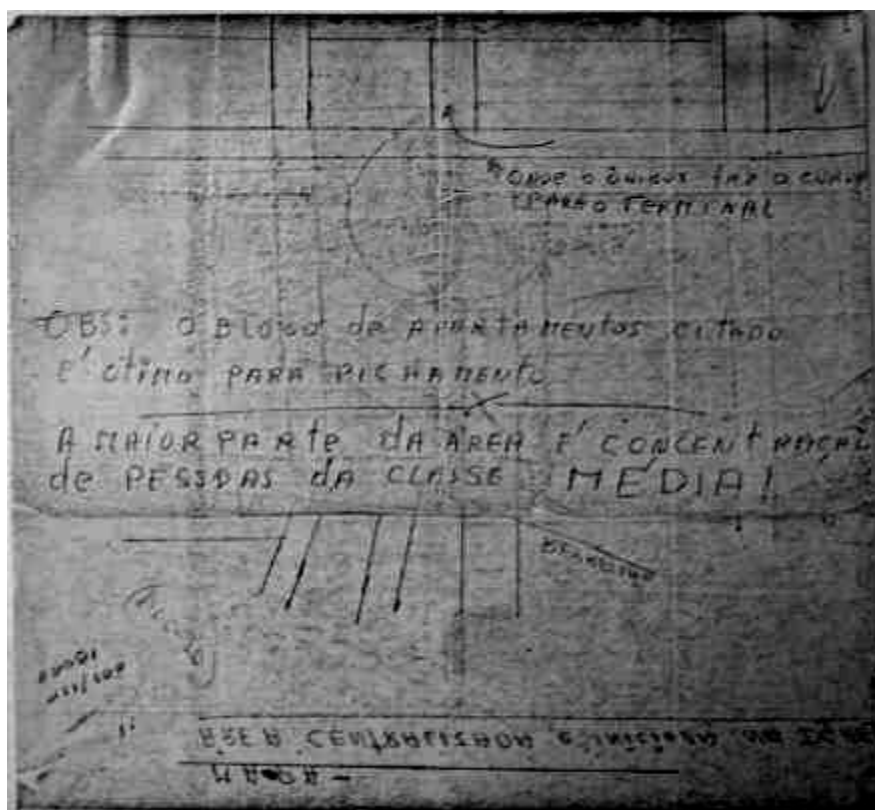
O organograma 01 destaca que durante as ações de investigação, censura e vigilância do DOPS-PE entre os anos 1968 e 1972 (período de grande repressão ditatorial), instrumentos de propaganda política como panfletagem e pichações foram combatidos por esse Departamento, tendo em vista ser uma forma de disseminação de ideias contrárias ao Estado. Entre os segmentos sociais mais visados pelo DOPS-PE,

⁴⁰⁶ GAMA, 2007, *Op. Cit.*, p. 154.

⁴⁰⁷ SILVA, 2007, *Op. Cit.*

⁴⁰⁸ Elaborado por SILVA, 2007, *Op. Cit.*, p. 139.

Marcília Gama citou sindicatos rurais e urbanos, clero, Movimento Estudantil e os partidos políticos.



Mapa 01 Planejamento de pichações pelo PCBR, sem data⁴⁰⁹.

O mapa 01 que foi coletado/apreendido pela polícia política do DOPS-PE possibilitou à rede de informações conhecer o planejamento de uma ação de pichações do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no bairro do Ibura, Recife⁴¹⁰. O espaço escolhido para pichar foi um bloco de apartamentos que concentrou moradores de classe média e estava próximo ao terminal de passageiros. Ressaltamos que a seleção dos locais a serem pichados foi um dos pontos fundamentais dessa

⁴⁰⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº1306. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Data: 1969 a 1974.

⁴¹⁰ Segundo Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, O PCBR surgiu da luta interna do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio de Janeiro, após o golpe de 1964, inicialmente como Corrente Revolucionária com força no Rio de Janeiro e no Nordeste. O PCBR formou-se oficialmente em 1968 e a sua proposta geral foi a de formar um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB sobre a necessidade de ser aliado da chamada burguesia brasileira. A sua estratégia assemelhou-se com a da Ação Libertadora Nacional (ALN), ao selecionar o espaço rural como principal palco de lutas em direção ao 'Governo Popular Revolucionário'. A partir do ano 1969, o PCBR realizou ações armadas urbanas que foram voltadas, sobretudo, para a propaganda nomeada de revolucionária. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008, p. 442-443.

atividade, assim como o próprio tema das frases, tendo em vista o direcionamento, a visibilidade e a luta para expressar o conteúdo dos discursos dessas escritas.

O documento a seguir é um registro de como as pichações foram vigiadas pela polícia em outra fase da ditadura militar em Recife, o período de redemocratização. A informação nº 117/1976, de grau de sigilo confidencial, registrou a realização dessas escritas em 04/02/1976, nos muros do Hospital da Restauração (fotografia 34)⁴¹¹. Essa instituição de grande porte localiza-se em um dos espaços de maior fluxo de transeuntes da cidade: a Avenida Governador Agamenon Magalhães, no bairro do Derby.



Fotografia 34 Pichação no muro do Hospital da Restauração, em 1976⁴¹².

Os discursos “ABAIXO A FOME” podem ser relacionados a outros problemas existentes durante a gestão do prefeito Antônio Farias (1975-1979) que contribuíram para a miséria e a desigualdade social, como é o caso do desemprego, da violência e marginalidade urbana⁴¹³. Poucos meses antes, Recife sofreu com a maior enchente da sua história, segundo Luís Manoel Domingues. Na noite de 17/07/1975, “[...] praticamente toda a planície aluviônica no entorno do Rio Capibaribe [ficou inundada],

⁴¹¹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29747. Trabalho de agitação (propaganda). Data: agosto de 1968 a setembro de 1980. 76 documentos.

⁴¹² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29747. Trabalho de agitação (propaganda). Data: agosto de 1968 a setembro de 1980. 76 documentos.

⁴¹³ BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: EDUFPE, 1996, p. 97-98.

deixando um saldo de 96 mortes e cerca de 10 mil desabrigados, só nas primeiras horas da cheia”⁴¹⁴.

Chama-nos ainda a atenção como, na ditadura militar, especificamente em pleno período intitulado de abertura política, a sociedade não tinha o direito de expressar-se livremente. A frase pichada foi censurada e apagada logo após os agentes policiais chegarem ao local, com o intuito de eliminar a difusão dessas ideias tidas como perigosas pelo aparato repressivo⁴¹⁵.

Esses policiais também buscaram identificar a autoria dessa escrita, mas constataram que isto seria praticamente impossível, pela forma como ela foi realizada: sem assinatura, durante a madrugada e de forma discreta, suspeitando que ela tenha sido elaborada em grupo. Vale destacar que esta frase foi curta e elaborada com *spray*, possibilitando maior rapidez à atividade, um fator importante, pois esse espaço era próximo à delegacia do Departamento de Ordem Política e Social, localizada na Rua da Aurora, nº 405, Boa Vista, Recife.

A cor vermelha da pichação (não destacada na fotografia, mas informada pelo agente policial) é repleta de um poder simbólico, por ser representativa do comunismo, tão combatido pela polícia política durante esse período. Esse documento foi difundido para vários órgãos públicos, prática comum do aparato repressivo, que buscou coletar, produzir e disseminar informações acerca da sociedade.

A Ordem de Serviço nº 14/1979⁴¹⁶ do Departamento de Operações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE) registrou como a polícia política buscou prevenir, por meio de rondas, em 06/09/1979, pichações, distribuição de panfletos e outras práticas consideradas subversivas que poderiam “empanar o brilho das festividades” do dia seguinte, data comemorativa à Independência do Brasil (1822).

Caso tenha sido realizado, esse trabalho ocorreu por meio de rondas iniciadas à noite, baseadas em seis itinerários que contemplam os espaços de maior fluxo de pessoas em Recife e Olinda. Os itinerários foram: Nº 01 – Av. Dantas Barreto, Av. Sul,

⁴¹⁴ NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. *Inventários dos feitos modernizantes na cidade de Recife (1969-1975)*: sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente de Recife, e o romance: A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2004, p. 189.

⁴¹⁵ Salientamos que, na rede de informações, nem sempre os conteúdos subversivos das mensagens apreendidas eram apenas de cunho subversivo, pois existiam hierarquias diferenciadas para o crime político. Eram consideradas perigosas as mensagens que levassem o leitor à reflexão, tendo em vista que o receio era criar uma aura de insatisfação na sociedade.

⁴¹⁶ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos.

Cabanga, Av. Conselheiro Aguiar, Praça da Boa Viagem e Av. Barão de Souza Leão. Nº 02 – Aeroporto, Entrada da Imbiribeira, Vila do IPSEP, Av. Recife, Jardim São Paulo e Santa Luzia. Nº 03 – Afogados, Estrada dos Remédios, Av. Abdias de Carvalho, Praça do Derbi e Av. Conde da Boa Vista. Nº 04 – Av. Cruz Cabugá, Varadouro, Praça do Carmo, Avenida Getúlio Vargas, Rua do Sol, Fortim. Nº 05 – Av. Presidente Kennedy, Jardim Brasil, Largo dos Peixinhos, Sítio Novo, Campo Grande. Nº 06 – Av. Rosa e Silva, Estrada do Arraial, Casa Amarela, Estrada do Encanamento, Av. 17 de agosto, Av. Santos Dumont, Av. Norte.

Mas por que essas atividades foram planejadas desta forma? Acreditamos que pelo conhecimento da polícia política sobre a organização, o planejamento e a realização de pichações, panfletagens e outras atividades realizadas por diversas pessoas e segmentos sociais (como foi o caso dos partidos políticos e do Movimento Estudantil). Isso porque essas práticas estiveram sob a lógica da suspeição, vigilância, censura e repressão do Estado há muitos anos, daí o conhecimento acerca delas, conforme as discussões presentes no início desse capítulo.

As pichações geralmente foram planejadas (autores, temas, datas, horários e espaços) para serem realizadas no final da noite ou de madrugada, pelo pouco fluxo de transeuntes e pela menor presença da polícia nas ruas. Pichar e panfletar eram práticas comuns, principalmente para os ingressos na militância política, podendo ser realizadas individualmente ou em grupo por homens e mulheres.

Por se tratar de uma festividade cívica, muito provavelmente os muros da urbe amanheceriam pichados com discursos que criticariam o governo e os problemas sociais durante o desfile dos militares, podendo influenciar a opinião de inúmeras pessoas com críticas à ditadura e aos entraves político-sociais. A Ordem de Serviço nº 14/1979⁴¹⁷ expressou como os policiais deveriam proceder caso encontrassem alguma pessoa e/ou grupo pichando e/ou panfletando: conduzir à delegacia para ser preso e prestar um termo de declarações.

Acompanhemos, agora, o Plano de Segurança da polícia com relação à prevenção a ações de pichações e panfletagens durante as festividades de sete de setembro em dois momentos posteriores: 1980 e 1983. Em 1980, O Plano foi coordenado pelo Departamento de Ordem Política e Social, Centro de Informações e Departamento de Operações, tendo como membro a Delegacia de Polícia Política e

⁴¹⁷ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos.

Social. A “Missão” desses órgãos se configurou em tentar assegurar e manter a ordem pública durante o desfile militar⁴¹⁸.

Para tanto, agentes policiais deveriam infiltrar-se entre a população participante do desfile para evitar distúrbios e a atuação de suspeitos, cumprindo as determinações dos Coordenadores deste Plano, exercendo vigilância e controle dos edifícios das imediações dos palanques das autoridades militares. Deveria haver também “Policimento preventivo através de rondas diárias nos dias 05 e 06/09, para evitar pixamentos, distribuição de panfletos, etc.”⁴¹⁹. Em 1983, o Departamento de Operações da Secretaria de Segurança Pública ficou responsável por regular o policiamento móvel durante o desfile de sete de setembro, buscando atender aos seguintes pontos:

[...] 2. OBJETIVOS

2.1. Apoiar as ações policiais do DOPS;

2.2. Assegurar o acesso do público ao local do desfile das Organizações Militares, livre da presença de marginais ou elementos de conduta duvidosa;

2.3. Evitar manifestações pela utilização de placas ou faixas e ainda outro tipo de manifestação que vise empanar o brilho do desfile;

2.4. Apoiar o sistema de segurança do desfile na condução das pessoas detidas;

2.5. Evitar e conter com maior atenção o pichamento de muros, nas proximidades dos palanques oficiais, localizados na Av. Conde da Boa Vista;

2.6. Das 2200 horas do dia 06 até às 0500 horas do dia 07, deverá ficar uma guarnição fazendo rondas contínuas na Av. Conde da Boa Vista, Av. Guararapes, Av. Manoel Borba e Praça do Derby; [...]

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. Recomenda-se a todos os policiais o tratamento urbano com o público, considerando acima de tudo que o policiamento tem caráter preventivo;

7.2. Qualquer detenção ou apreensão de material de propaganda adversa deverá ser imediatamente comunicado ao Comando Operacional;

7.3. A Delegacia de Polícia Política e Social, receberá as pessoas detidas, ficando a critério da mesma a solução final dos problemas;

7.4. Na noite do dia 06 para o dia 07 uma guarnição, fará rondas nas áreas constantes no item 2.6., a fim de evitar ações de pichamento; [...]⁴²⁰.

⁴¹⁸ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos. “PLANO DE SEGURANÇA DURANTE O DESFILE MILITAR, NESTA CAPITAL, NO DIA 07 DE SETEMBRO DO ANO DE 1980”.

⁴¹⁹ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos. “PLANO DE SEGURANÇA DURANTE O DESFILE MILITAR, NESTA CAPITAL, NO DIA 07 DE SETEMBRO DO ANO DE 1980”.

⁴²⁰ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29908. Ocorrências. Data: 03/1981, 08/1982, 1983. 56 documentos (grifo nosso).

Verificamos a existência de um trabalho integrado e colaborativo entre distintos órgãos da rede de informações, com o objetivo de assegurar o acesso do público ao local do desfile com a ausência de pessoas nomeadas de “marginais” e “elementos de conduta duvidosa”. Para tanto, uma das atividades policiais deveria consistir em evitar e conter atentamente ações de pichações nas proximidades onde ocorreria o desfile militar. Afinal, para os militares seria bastante incômoda a presença de frases nos muros que denegrissem a sua imagem e a do governo num momento de celebração e instigação do sentimento de patriotismo.

Chamou-nos a atenção que o Plano de Segurança do desfile militar de 1983, no item 7.1, reforçou de forma mais incisiva que o policiamento deveria ter um cunho mais preventivo. Isso provavelmente pela própria conjuntura política de crise da ditadura, diante do pouco apoio da sociedade e da atuação de segmentos como partidos políticos, estudantes e movimento de mulheres na luta pelo retorno à democracia. Dessa forma, a realização de ações coercitivas em pleno desfile de sete de setembro não seria nada boa para a imagem do governo.

Conforme pudemos verificar na pesquisa, a produção, a apreensão e a difusão de informações tornaram-se condição *sine qua non* para a implantação e consolidação de um governo ditatorial, principalmente para a atuação da rede de informações no tecido social mediante censura, vigilância e repressão para conhecer e tentar controlar a sociedade.

3.3. Leis proibitivas das pichações.

Pichar foi uma atividade combatida pela polícia durante toda a ditadura militar, por isso, discutiremos as leis que a proibiram nesse período. Destacamos que, antes do golpe de 1964, essa prática já era considerada um problema de ordem político-social pelos órgãos policiais⁴²¹. Em 19/09/1961 foi criada a lei municipal de nº 7.427,

⁴²¹ Tomemos como exemplo o período imperial quando existiram os códigos criados pela Câmara Municipal de normatização do uso do espaço público chamados de Posturas. Esses códigos traziam em seu bojo proibições a elaboração de inscrições em casas particulares e em prédios públicos. Entre 1831 e 1832, destacamos o §3.º do título 11- Sobre vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia, e a polícia sobre os pretos. Posturas de Recife (1831-1832). A ação de escrever palavras e desenhos nos muros foi considerada pelas autoridades como algo negativo (“desonesto” e “infrator”), sendo o autor das inscrições proibidas, obrigado a pagar uma multa de 4\$ réis e ser detido por

referente ao Código de Urbanismo e Obras de Recife, que proibiu implicitamente a realização de pichações. Vejamos uma passagem do artigo 937, que estabeleceu multas:

§ 129. Pela colagem de propaganda comercial ou eleitoral em prédios, muros, postes, árvores, monumentos, etc.: de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00. Para cada propaganda, ao responsável. § 130. Pela inscrição de propaganda comercial ou eleitoral em prédios, muros, postes, calçadas, faixas de rolamento, monumentos, etc.: Ao executante e ao responsável, simultaneamente: de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00⁴²².

O artigo expressou uma preocupação da Prefeitura com a estética da cidade, proibindo e punindo a elaboração de inscrições e colagens de propagandas comercial ou eleitoral em monumentos, muros, prédios e outros espaços. Passados mais de vinte anos, a Lei 7.427 ainda estava em vigor, conforme registrou a matéria do Jornal de Pernambuco de 1982:

Pichação é crime de ação popular

A pichação é crime de ação popular, definido no Código de Urbanismo e Obras (Lei 7427/61), passível de punição prevista no Código Penal, por implicar na dilapidação do patrimônio de terceiros. Embora normalmente os pichadores não sejam identificados, existem casos de julgamento, como o caso da estudante Maria Izabel de

24 horas. O dono ou administrador do edifício “pichado” também foi responsável pela preservação da integridade estética do imóvel, tendo a obrigação de mandar apagar as escritas, sob a pena de pagar multa, caso se omitisse. No caso de um imóvel público, seria de responsabilidade do procurador da Câmara a limpeza do local. Setor de Microfilmagem da FUNDAJ. Diário de Pernambuco, data ilegível (dezembro de 1931), nº também ilegível, p. 1072. As posturas municipais de Recife, que vigoraram entre 1868 e 1887, continuaram proibindo essa atividade, com algumas mudanças: 1) o aumento da multa para 10\$ réis para o autor das pichações; 2) a definição da multa para o proprietário do imóvel pichado para 4\$ réis; e 3) a presença da palavra pichações. Essas posturas foram consultadas em MAIA (2007, p. 30). Durante o período intitulado Brasil Republicano as pichações continuaram sendo entendidas pelo governo e pela polícia como um entrave de ordens política e social que deveria ser combatido. Nas décadas de 1930 e 1940, o país vivenciou momentos de intensa efervescência política, diante de questões, como: as disputas partidárias, o combate ao comunismo, o integralismo, o nazismo, os ideais de modernização urbana e a vigência da ditadura do presidente Getúlio Vargas (1937-1945), que teve como interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães. Sobre esse período, consultar ALMEIDA (2001); MONTENEGRO, (2007) e SILVA (2002). No dia 14/10/1933, em Recife, um funcionário da polícia registrou que foram conduzidos à Seção de Ordem Política e Social “pela madrugada [...], vários estudantes que distribuíam boletins [da] Acção Integralista Brasileira e escreviam nos muros palavras que eram contrárias a acção Comunista” (Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 1027). Tratou-se de uma atividade em grupo realizada por estudantes integralistas (segmento político intitulado de direita, que tinha como base de seus ideais a tríade Deus, Pátria e Família), com intuito de denegrir a imagem dos comunistas, que foram seus grandes adversários políticos. Além de combatidas, as pichações foram constantemente vigiadas pela polícia. O investigador de nº 81, por exemplo, informou ao Comissário de Ordem Política e Social que em 18/10/1938, quando passava em Santo Amaro, bairro próximo ao centro de Recife, viu “no muro de uma casa junto a de Nº 710, o nome integralista, em [le]tras maiúsculas.” (Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 1027).

⁴²² Disponível em: <<http://www.legiscidade.com.br/lei/07427/>>. Acesso em: 10/07/2011.

Pontes, presa quando foi flagrada escrevendo em muro, em 1980, ditos políticos que a levaram ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Segundo Paulo Araújo, diretor do Serviço de Censura Estética da Prefeitura de Recife (setor afeto a URB), é muito importante que a comunidade preste queixa de casos de pichação, principalmente os proprietários dos imóveis prejudicados que são considerados responsáveis pela manutenção dos escritos, estando sujeitos a multas, para cobrar das autoridades policiais diligências mais efetivas no sentido de conter a ação dos pichadores.

O artigo 187 do Código de Urbanismo e Obras ‘proíbe a colocação de letreiros (por extensão, das pichações também), quando pintados diretamente sobre qualquer parte das fachadas’. Independente do conteúdo da mensagem escrita, a pichação é uma contravenção, que pode ser punida inclusive com multas e detenção⁴²³.

Essa matéria destacou a pichação como atividade criminosa e proibida, a começar pelo próprio título. Para tanto, ela discutiu de forma mais detalhada a aplicação da Lei 7427/1961 do Código de Urbanismo e Obras, salientando um aspecto importante das pichações: geralmente, não é identificada a sua autoria e, muitas vezes, as pessoas realizavam essas práticas sem serem presas pela polícia.

É relevante destacar a existência do Serviço de Censura Estética, que foi dirigido por Paulo Araújo e tinha como uma de suas principais funções, o cuidado estético com o espaço urbano recifense. O documento também registrou a aplicação da Lei de Segurança Nacional no caso da estudante Maria Izabel de Pontes, mas antes de discutir essa história que teve bastante repercussão na imprensa local, analisaremos essa Lei.

Na esfera nacional, a Lei de Segurança Nacional (LSN) aprovada pelo presidente Castelo Branco foi aplicada por meio do Decreto-Lei nº 314, de treze de março de 1967, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, um dos principais instrumentos jurídicos da ditadura militar. Dessa forma, com base nesse decreto, o governo pôde:

[...] tornar “legal a noção de ‘guerra interna’ e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de ‘subversivos’ – base jurídica e indispensável para que a linha dura passasse de simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de ‘sistema de segurança’, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política⁴²⁴”.

⁴²³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 09/03/1982, Cidade, p. 10. (grifo do documento).

⁴²⁴ FICO, 2001. *Op. Cit.*, p. 56.

Em vinte e nove de setembro de 1969, essa Lei foi alterada pelo Decreto-Lei nº 898, tornando-se ainda mais rigorosa, com a aplicação de penas de morte e de prisão perpétua. Nos dois decretos as pichações foram proibidas implicitamente, sendo enquadradas como “propagandas subversivas” (em 1967, pelo Artigo nº 38; em 1969, pelo Artigo nº 45).

As penalidades aumentaram com a alteração do Decreto nº 314/1967, devido ao cunho mais repressivo do Decreto nº 898/1969, com o aumento do tempo e alteração do formato de aplicação da pena. Em 1967, a penalidade era de detenção (encarceramento temporário) de seis meses a dois anos e, em 1969, passou a ser de reclusão (privação da liberdade mais rígida que a detenção), de um a três anos e, caso a ação fosse considerada uma ameaça ou atentado à segurança nacional, de dois a quatro anos⁴²⁵.

Conforme já salientamos anteriormente na dissertação, a concepção de propaganda subversiva é bastante ampla, genérica e subjetiva, sendo enquadradas não apenas pichações, mas atividades como panfletagem, publicação e edição de livros proibidos, atividades artísticas e aulas com conteúdo considerado subversivo⁴²⁶.

Os discursos das pichações durante a ditadura geralmente possuíam um cunho crítico e denunciante dos problemas político-sociais e das arbitrariedades cometidas pelos militares, buscando mobilizar a sociedade a lutar pelo retorno da democracia, o que contribuiu para o enquadramento dessas produções gráficas na aplicação da Lei de Segurança Nacional, conforme veremos a seguir.

DENUNCIA CINCO EM SUBVERSÃO

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Os denunciados encontram-se enquadrados em vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional, do Decreto Lei Nº 898 de 29 de setembro de 1969, por terem participado de ações, pichações, distribuição de jornais subversivos e campanha do ‘voto nulo’.

OS ARTIGOS

Estes são os artigos que os indiciados José Adeildo Ramos, Luís Alves Neto e Edmilson Vitorino de Lima se acham incursos: 23, 43 e 45, itens I, II, III, V, VI e seu parágrafo único; Severino Quirino de Miranda está incurso nos artigos 43 e 45 itens I e VI e seu parágrafo único, e José Henrique de Souza Filho, no artigo 45, item I, do Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969 da Lei de Segurança

⁴²⁵Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 10/07/2011. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 10/07/2011.

⁴²⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, *Op. Cit.*, p. 159.

Nacional. O interrogatório dos cinco denunciados está marcado para o dia 4 de junho próximo[*sic*]⁴²⁷.

No caso da matéria citada acima, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional alguns integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em um dos períodos de maior coerção da história do Brasil. Além de realizarem pichações, também distribuíram jornais proibidos pela polícia e realizaram ações (termo amplo, podendo ser desde colagens de cartazes, fixação de faixas com conteúdo político, assaltos para a obtenção de recursos para o partido, entre outros).

A própria organização do PCBR já era considerada uma atividade ilegal, pela tentativa dos seus integrantes de tentar organizar ou mesmo fazer funcionar um partido considerado pelo Estado como uma ameaça à segurança nacional (artigo nº 43). Quanto à questão do voto nulo, foi uma temática bastante recorrente em pichações desse partido em diversas cidades do Nordeste, a exemplo de Fortaleza e Recife.

Em novembro de 1970, os integrantes do PCBR Maria do Socorro Diógenes, Pedro Paulo e Pedro Henrique participaram de uma ação de panfletagem e pichações no bairro de Atapu, Fortaleza/CE (área escolhida pelo partido), com discursos que buscaram convencer a população a votar nulo, diante das eleições que se aproximaram⁴²⁸.

Ainda segundo esse termo de declarações prestado por Maria do Socorro Diógenes, foi comum a pichação: “ELEIÇÃO É TAPEAÇÃO – LUTA ARMADA É A SOLUÇÃO”, juntamente com o desenho de um retângulo com a letra X ao centro, simbolizando um voto nos muros e ônibus. Com essa ação, diversos transeuntes visualizaram esses escritos. Posteriormente, a Lei de Segurança Nacional foi alterada mais duas vezes e continuou proibindo essas escritas:

[Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978]

Art. 42 - Fazer propaganda subversiva:

I - **utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social**, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

⁴²⁷ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 30976. Recortes de Jornais. Jornal do Commercio, 29/05/1973.

⁴²⁸ Centro de Documentação e Memória - Associação 64-68 Anistia. Pasta de Maria do Socorro Diógenes. Termo de declaração de 27/04/1972.

IV - realizando greve proibida;
 V - injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;
 VI - manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.⁴²⁹

[Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983]

Art. 22 - Fazer, em público, propaganda:

I - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social;

II - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa;

III - de guerra;

IV - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: detenção, de 1 a 4 anos.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço quando a propaganda for feita em local de trabalho ou por meio de rádio ou televisão.

§ 2º - Sujeita-se à mesma pena quem distribui ou redistribui:

a) fundos destinados a realizar a propaganda de que trata este artigo;

b) ostensiva ou clandestinamente boletins ou panfletos contendo a mesma propaganda.

§ 3º - Não constitui propaganda criminosa a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas.⁴³⁰

Em 1978, a pichação continuou implicitamente enquadrada como propaganda subversiva juntamente com outras atividades propagandísticas correlatas citadas: panfletagem, comícios, jornais, revistas, boletins, etc., com o mesmo tempo de pena de 1969, só que mais coercitiva: reclusão de um a três anos.

Segundo Cátia Faria, a LSN foi alterada novamente em 1978, porque nesse momento estavam bastante intensas as discussões sobre o projeto da Anistia, sendo necessária a sua readequação para que ela não pudesse beneficiar as pessoas nomeadas de terroristas que foram condenadas por “crimes de sangue”⁴³¹. Como realmente aconteceu, conforme discutimos no primeiro capítulo da dissertação.

Além disso, essa autora afirmou que outro objetivo dessa mudança legal foi diferenciar em seu texto os crimes políticos de crimes comuns, para evitar que as pessoas presas por crimes comuns condenados pela LSN pudessem receber algum benefício que poderia ser atribuído aos presos políticos⁴³².

⁴²⁹ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128355/lei-de-seguranca-nacional-de-1978-lei-6620-78>>, acesso em: 12/07/2011. (grifos nossos)

⁴³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm>, acesso em: 12/07/2011. (grifos nossos).

⁴³¹ FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, UFF, Niterói, 2005, p. 7.

⁴³² FARIA, 2005, *Op. Cit.*, p. 7.

Com as alterações na Lei de Segurança Nacional de 1978, vários presos políticos tiveram a sua pena reduzida no Brasil. No dia 06 de agosto de 1979, em Pernambuco, o juiz-auditor Theódulo Rodrigues de Almeida concedeu um pacote de redução da pena de cinquenta processos, beneficiando, inclusive, seis presos políticos que fizeram greve de fome na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá/PE, para exigir a aprovação de uma Lei da Anistia que fosse ampla, geral e irrestrita⁴³³.

Todavia, salientamos que, anteriormente, outros presos políticos foram beneficiados com essas medidas, como foi o caso de Francisco Peixoto de Carvalho, da Penitenciária Barreto Campelo. Esse ex-integrante da Ação Libertadora Nacional, que foi condenado a vinte e quatro anos de prisão, teve a pena reduzida para quatro anos em maio de 1979. Como já tinha cumprido sete anos de penalidade, o Superior Tribunal Militar (STM) ordenou que ele deveria ser libertado prontamente⁴³⁴.

Em 1983, a proibição de pichações na Lei de Segurança Nacional continuou implícita, mas deixou de ser vista como propaganda subversiva, para apenas propaganda, assim como a panfletagem e os boletins. A pena passou a ser de detenção e o tempo dela foi maior: de um a quatro anos, podendo ser aumentada em um terço quando for realizada em espaço de trabalho ou através de televisão ou rádio⁴³⁵.

Em Recife, os jornais locais deram grande visibilidade ao caso da autora de pichações Maria Izabel de Pontes, estudante de Direito de 19 anos enquadrada na Lei de Segurança Nacional, pela realização dessa prática política em 1980, na cidade de Guarabira/Paraíba. Ela escreveu nos muros da cidade frases que criticavam a expulsão do Brasil do padre italiano Vitor Miracapillo, que se recusou a celebrar uma missa de

⁴³³ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 07/08/1979, Política, p. 4.

⁴³⁴ Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 10/05/1979, Capa. “O sistema de justiça militar responsável por julgar os presos políticos era formado por diversos atores. Os agentes de segurança, em geral pertencentes às polícias militar e civil, prendiam os suspeitos. Advogados de defesa eram então chamados pelos familiares dos presos para, primeiro, descobrir o paradeiro dos entes queridos, que costumavam desaparecer nos meandros do aparato de segurança, e defendê-los em tribunal, se necessário. Os procuradores civis do Ministério Público Militar – que eram advogados concursados e passíveis de serem promovidos a juiz – instruíam os casos para a instauração de processo. Os juízes civis, também servidores públicos de carreira, tinham grande influência sobre as decisões judiciais, uma vez que os colegas de tribunal eram oficiais militares servindo por períodos de três meses. [...] O Superior Tribunal Militar (STM) era o tribunal militar de recursos, para onde eram encaminhados os casos julgados em primeira instância nos tribunais militares regionais. Acima do STM estava o Superior Tribunal Federal, da justiça civil. E, por fim, uma rede de grupos da sociedade civil acompanhava as decisões dos tribunais e pressionava por mudanças. Os mais importantes desses grupos eram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs)”. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 127.

⁴³⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm>, acesso em: 12/07/2011.

Ação de Graças à Independência do Brasil, prevista para sete de setembro de 1980, na Matriz de Sant'Ana, em Ribeirão/Pernambuco⁴³⁶.

Ao defender Maria Izabel, o advogado Pedro Eurico de Barros argumentou que “seria ridículo que algumas pichações em paredes de uma cidadezinha do interior da Paraíba causassem qualquer reação psicológica ou de insatisfação popular, que pudessem comprometer os pilares da segurança nacional”⁴³⁷, ressaltando que a pichação foi feita à noite e apagada por ordem do prefeito Antonio Roberto de Souza Paulino.

Foram muitos os embates e discussões na mídia e no Judiciário sobre esse caso. O prefeito testemunhou a favor dela e “afirmou que as pichações de apoio ao padre Vitor Miracapillo não causaram qualquer tumulto ou transtorno na cidade que administra”⁴³⁸. Pelo fato de Maria Izabel ser ligada ao grupo jovem da Arquidiocese de Guarabira, a Comissão de Justiça e Paz também agiu em sua defesa⁴³⁹. Após muita luta, ela conseguiu ser absolvida por unanimidade de votos em seu julgamento, pela insuficiência de provas. Todavia, a juíza responsável pelo caso expressou a sua opinião quanto ao ocorrido, analisando-o de forma negativa⁴⁴⁰.

Em Recife, o padre Reginaldo Veloso também protestou contra a expulsão de Vitor Miracapillo, ao escrever um poema que criticou essa decisão tomada pelo Superior Tribunal Federal (STF): “Onze juízes/Um tribunal/O Supremo, coito venal/Vergonha nacional/Pisam o direito/Celebram o mal”. Por conta disso, foi condenado inicialmente pela Auditoria Militar de Recife a dois anos de reclusão, mas posteriormente, a pena foi diminuída para um ano⁴⁴¹.

Para termos um panorama mais amplo das pessoas processadas por terem realizado atividades de “propaganda subversiva” no país, analisamos os 32 casos dessa natureza registrados no livro *Projeto Brasil Nunca Mais: perfil dos atingidos*⁴⁴², resultante do projeto homônimo que compilou e analisou 707 processos de diversos crimes políticos do período de 1964 a 1979. Desses trinta e dois processos, seis foram

⁴³⁶ Após mais de trinta anos de sua expulsão, ele retornou a Pernambuco em 03/01/2012, para renovar o seu visto permanente, após a concessão do Ministério da Justiça. A sua chegada ao aeroporto foi bastante calorosa, sendo recebido por ex-paroquianos, amigos e jornalistas. Acervo Pessoal de Thiago Nunes Soares – Jornal Folha de Pernambuco, 04/01/2012, Capa e p. 6.

⁴³⁷ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 15/08/1981, Política, p.5.

⁴³⁸ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 21/07/1981, Política, p.4.

⁴³⁹ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 31/03/1981, Política.

⁴⁴⁰ Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 23/09/1981, Política, p.4.

⁴⁴¹ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 79.

⁴⁴² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil Nunca Mais: perfil dos atingidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, pp. 284-303.

referentes a casos de pichação: 01 do Rio de Janeiro/RJ, 01 de Inhapim/MG, 01 em Goiânia/GO, 01 em Jataí/GO, 01 de Ponta Grossa/PR e 01 de Fortaleza/CE.

No Rio de Janeiro, por exemplo, foram processados Cezar Romero Jacob, Luiz Victório Belvedere e Maria Luíza de Carvalho. Luiz foi excluído, por ter sido menor na época, e os outros dois absolvidos. A pichação ocorreu em 15/02/1968, e eles foram presos no dia seguinte. Chamou-nos a atenção a demora de um ano para o início do inquérito, tendo o julgamento ocorrido apenas em 1971. Situação diferente de Ruy Barbosa, que pichou em 1969 em Inhapim e teve o inquérito aberto na mesma data. Em 1971, ele conseguiu ser absolvido⁴⁴³.

Enquanto a situação de Ademir Lima e Silva, estudante de 18 anos não teve o mesmo desfecho. Preso em 24/10/1969, na cidade de Goiânia, pela distribuição de panfletos e por estar portando uma lata de tinta *spray* para pichações. Ele estava acompanhado pelos secundaristas Cergio Said Esteves e Marcos Antônio Dias Baptista (15 anos) que conseguiram escapar. Marcos passou a atuar como militante político na VAR-Palmares e posteriormente foi dado como desaparecido político. Até hoje a sua família não teve o direito de ao menos, encontrar os seus restos mortais⁴⁴⁴. Em 14/12/1970, Ademir foi condenado a 8 meses e Cergio absolvido⁴⁴⁵.

Em março de 1975, o marceneiro Paulo Alves de Souza, 24 anos, estava embriagado e pichou em alguns muros, portões e num caminhão da cidade de Jataí, as frases “Fidel Castro tem razão” e “Brasileiros, marchai para o comunismo”. Ele foi surpreendido pela polícia quando estava escrevendo uma delas neste veículo, sendo então submetido a um inquérito conduzido pela polícia federal de Goiânia. Após serem escutados depoimentos de algumas pessoas que teriam influenciado Paulo nessa atividade e do réu ter deposto em juízo e declarado arrependimento, o mesmo conseguiu ser absolvido em 1976⁴⁴⁶.

Em Recife, no dia 19 de junho de 1969, um grupo de estudantes secundaristas e universitários pichou alguns ônibus nas proximidades da Avenida Sul e da Rua Imperial (uma área central da cidade), para protestar contra a ditadura militar e o capitalismo dos EUA, simbolizado para eles, pela chegada do governador de Nova York Nelson

⁴⁴³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1988, *Op. Cit.*

⁴⁴⁴ Para maiores informações sobre esse caso, consultar: BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, pp. 197-198. MIRANDA; TIBÚRCIO, *Op. Cit.*, pp. 524-525.

⁴⁴⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1988, *Op. Cit.*

⁴⁴⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1988, *Op. Cit.*

Rockfeller em Pernambuco⁴⁴⁷. Sobre essa experiência, Lilian Maria Pinto Gondim, lembrou o seguinte:

Eram dois grupos de 5 e a gente ficava na parada de ônibus, [...] e quando o ônibus parava a gente pegava o spray e pichava [...] "Fora Rockefeller!", "Abaixo a ditadura!", "Abaixo o imperialismo!", e o ônibus circulava por toda cidade. Então, a visibilidade era muito maior do que você pichar uma parede fixa. Quando a gente tava pichando [o ônibus] desceu um policial armado [...] e deu voz de prisão. Então, o meu grupo correu. Os dois grupos correram. [...] Então, a gente [...] deu parada no ônibus que vinha sentido contrário, todo mundo subiu no ônibus e o policial atrás da gente. Aí ele subiu e disse ao motorista: "Fecha a porta que isso é tudo ladrão!", eles chamaram... (...), se ele dissesse que a gente é estudante ele ia ter a população contra ele, né? Então, a gente era ladrão. Aí a gente pegava a carteira de estudante "Não, a gente é estudante, abra a porta!", aí o motorista abriu a porta pra gente descer, aí ele desceu atrás, e a gente pegou um taxi. Pegamos dois taxis. Ele pegou ajuda de um policial do DETRAN, pegou outro taxi, veio atrás e, por azar, [...] o motorista do taxi da gente também era policial. Então, quando ele cortou a gente e parou os taxis e disse o que é que tava acontecendo, o cara... já levaram a gente direto pro DOPS [...] Lá a gente passou uns 5 ou 6 dias⁴⁴⁸.

A estratégia de pichar ônibus foi comum durante a ditadura militar e possibilitou geralmente maior visibilidade que os espaços dos muros da cidade. Todavia, ela era ainda mais arriscada de ser realizada, pela maior exposição das pessoas envolvidas. O excerto acima nos possibilitou entender como foi planejada essa atividade e destaca os “acazos” da história, tendo em vista em que as pessoas envolvidas na ação foram surpreendidas pela ação policial durante a pichação e a fuga. Ressaltamos também o poder da linguagem, quando o policial nomeou os estudantes de ladrão para que o motorista não abrisse as portas para eles entrarem.

Os jovens envolvidos nessa manifestação políticas foram Lilian Gondim (18 anos), Roberto Franca Filho (18 anos), Eridan Moreira Magalhães (18 anos), Eleonora Garcia Cardoso (21 anos) e Carol (14 anos), não teve o sobrenome citado nas fontes

⁴⁴⁷ DUQUE, Débora. *Mulheres do Bom Pastor*: histórias das presas políticas que passaram pelo presídio pernambucano durante o regime militar. Monografia (Comunicação Social –Jornalismo) – CAC, UFPE, Recife, 2011, p. 16.

⁴⁴⁸ Nasceu em Recife, no dia 31 de outubro de 1950 e quando foi presa, em 1969, era militante da Ação Popular (AP). Em 2011, participou do documentário sobre as presas políticas da ditadura militar em Pernambuco intitulado *Vou contar para os meus filhos*. Laboratório de História Oral e da Imagem da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista realizada em 31 de outubro de 2011, por Suzane Araújo, com a participação de Tásso Araújo e transcrição de Raissa Paz. Projeto de pesquisa *Marcas da Memória*, coordenado pelo Profº Dr. Antonio Torres Montenegro.

consultadas. A última foi liberada pouco tempo depois e entregue aos pais, enquanto os demais responderam ao processo e foram condenados a um ano de prisão (Anexo IV).

No Anexo IV, é possível visualizar a relação dos presos políticos de Pernambuco entre 12 de maio de 1968 e 13 de maio de 1970, período correspondente ao início da vigência dos principais aparatos legais coercitivos da ditadura militar: o AI-5 e Lei de Segurança Nacional de 1967 e de 1969. Verificamos que a maioria deles estava no auge da juventude, na faixa dos vinte anos. Muitos foram estudantes secundaristas e universitários que atuaram em organizações bastante combativas à ditadura por meio da luta armada, a exemplo da AP, PCR, PCBR, ALN e VAR-Palmares.

Nessa lista também constam outros crimes dos quais essas pessoas foram acusadas, condenadas ou absolvidas, como foi o caso da participação nesses grupos, panfletagem e distribuição de boletins e subversão. A discussão dos dados da tabela 02 também contribuiu para refletirmos acerca do desfecho dos casos dessas pessoas processadas pela realização de “atividades subversivas”.

TABELA 02

<i>Acusação</i>	<i>Casos</i>	<i>Réus</i>	<i>Índice de absolvição (%)</i>
Roubo	2	4	25,00
Assassinato	2	69	28,98
Filiação a organização proscrita ^a	5	58	32,75
Insubordinação militar	30	561	39,92
Destruição de propriedade	2	2	50,00
Propaganda subversiva ^a	114	577	57,53
Assalto	2	13	69,23
Atividade sindical	37	386	78,75
Desacato a autoridade ^a	26	34	79,41
<i>Total</i>	<i>220</i>	<i>1.704</i>	<i>54,99</i>

^a Crimes introduzidos ou redefinidos pela legislação de segurança nacional durante o regime militar.

Índices de absolvição nos julgamentos por crimes contra a segurança nacional nos tribunais militares regionais, por tipo de acusação, Brasil, 1964-1979. Fonte: PEREIRA, 2010, p. 136.

A tabela 02 foi construída pelo pesquisador Anthony W. Pereira a partir da compilação de informações quantitativas de casos de diversos estados que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM), entre 1964 e 1979, baseada nas fotocópias de

documentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, organizada pela Arquidiocese de São Paulo durante anos. Dos 707 casos envolvendo 7367 acusados, Anthony compilou informações sobre 257 casos (36% do total) e 2109 acusados (29% do total).

A análise dessa tabela possibilitou-nos visualizar uma cartografia da absolvição dos crimes contra a segurança nacional. No de propaganda subversiva, que concentrou o maior número de casos e de réus (114 e 557 respectivamente), podem ser incluídas diversas atividades, entre elas a realização de pichações.

Esse tipo de acusação possuiu um dos maiores índices de absolvição, sendo relevante ressaltar que os crimes de propaganda subversiva, desacato a autoridades e atividade sindical foram introduzidos ou redefinidos pela legislação de segurança nacional adotada durante a ditadura militar, não fazendo parte do sistema penal tradicional⁴⁴⁹.

Nesse sentido, acreditamos que a punição às pichações e a outras práticas políticas durante o período ditatorial não buscou apenas reprimir e combater a realização delas, mas pode ser entendida também como uma das alternativas de busca de legitimação do Estado nesse momento. Isso porque o governo, diante da necessidade de combater os entraves considerados de ordem política e social em nome da segurança nacional e do desenvolvimento do país, alegou a necessidade de medidas mais coercitivas contra segmentos nomeados de subversivos, o que acontecia geralmente com o respaldo legal, com destaque para a aplicação da LSN. Daí também a produção, difusão e apropriação de discursos negativos contra as pichações.

Por outro lado, a luta contra a existência de um estado de exceção e arbitrário que negou o respeito ao exercício de direitos básicos como o de livre comunicação e das lutas a favor de melhorias sociais foram alguns dos motivos que impulsionaram a realização de pichações. Dessa forma, é o discurso da ordem *versus* o do caos, uma vez que o “caos é [...] a negação de tudo o que a ordem se empenha em ser. [...] Mas a negatividade do caos é um produto de autoconstituição da ordem [...]. Sem a negatividade do caos, não há positividade da ordem; sem caos, não há ordem⁴⁵⁰.”

Acreditamos que esses mecanismos coercitivos do Estado não foram apenas instrumentos de combate e negação às ações de pichações, mas também uma forma de

⁴⁴⁹ PEREIRA, 2010, *Op. Cit.*, p. 137.

⁴⁵⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 15.

produzi-las. Isso também porque, onde há a disciplina e o exercício de poderes, há resistências e vice-versa⁴⁵¹, conforme é possível verificar no documento a seguir:

Na luta pela anistia também foi utilizada largamente a pichação nas greves de fome dos presos políticos e nas campanhas políticas que vieram a posterior, principalmente em 1982 e nas Diretas Já. Você verifica que era um instrumento importante utilizado. As pichações eram feitas com esquema de segurança, ficava uma pessoa pichando, duas pichando e ficava um carro na esquina e outro na outra esquina observando se aproximava alguém. E ficava também como respaldo uma equipe de advogados, principalmente o pessoal recém-formado que estava identificado com a luta pela democracia e de plantão para que pudesse interceder em caso que houvesse qualquer tipo de prisão. Mas era feita com relativa segurança, era uma operação de guerra toda vez quando ia botar um grupo de pichação. E quem praticava pichação era praticamente todo mundo, as lideranças inclusive participavam também, mas sempre com uma segurança e com um planejamento que era feito com certa antecedência e com muito cuidado para que as pessoas não fossem presas, porque sabiam que estavam exercendo uma atividade ilegal, inclusive com uma conotação política que podia ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. E algumas pessoas foram presas pichando e ficaram muito tempo [na prisão]⁴⁵².

O depoimento de Marcelo de Santa Cruz é bastante elucidativo quanto às estratégias de planejamento, segurança e execução de pichações durante as três campanhas políticas analisadas durante o nosso trabalho. Ele destacou como várias pessoas que realizavam essas escritas estruturavam-se e respaldaram-se em uma equipe de advogados, para defendê-los da acusação de uma ação proibida por leis que muitas vezes foram burladas. Dessa forma, as leis proibitivas foram um instrumento de combate e de produção dessas escritas.

3.4. A atuação da polícia militar no combate às pichações.

[...] Alô, alô, marciano/
A coisa tá ficando russa/
Muita patrulha/Muita bagunça/
O muro começou a pichar⁴⁵³.

⁴⁵¹ CERTEAU, 2008, *Op. Cit.*

⁴⁵² Entrevista realizada com Marcelo de Santa Cruz Oliveira, por Thiago Nunes Soares, em 15/12/2011. *Op. Cit.*

⁴⁵³ CD Elis Regina. Novo Millennium, s/d.

A música acima foi composta por Rita Lee e Roberto de Carvalho e teve como sua principal intérprete a cantora Elis Regina. A passagem pode ser interpretada como uma tentativa dos autores dialogarem com o ouvinte para denunciar/criticar a difícil situação vivida pela sociedade brasileira durante a vigência da ditadura militar, diante da negação da democracia e do desrespeito aos direitos humanos.

Durante esse período houve uma intensa atuação da rede de informações, com destaque para o trabalho da polícia política que buscou investigar e reprimir quaisquer atividades políticas consideradas subversivas, perigosas e bagunceiras. Por outro lado, os autores da música também salientaram que apesar do intenso patrulhamento policial, a sociedade resistiu contra os militares, destacando a relevância das pichações.

Para uma maior inteligibilidade do trabalho de atuação da polícia no combate a essas escritas, acreditamos ser relevante também refletir sobre este ofício e sua estrutura de trabalho, o que foi possível a partir do cruzamento de diversos documentos estudados durante a pesquisa.

Geralmente os policiais militares ingressavam jovens na profissão, na faixa dos vinte anos, com baixa escolaridade e oriundos de classe social popular. Poucos possuíam sequer o ensino médio e o ensino superior foi algo ainda mais raro. Logo após o golpe de 1964, muitos deles ingressaram nessa atividade após concurso público e foram inseridos em um universo distinto do que a maioria da população estava habituada⁴⁵⁴.

Muitos desses policiais se depararam com novos valores que lhes foram apresentados e até impostos: a intensa obediência às ordens disciplinares superiores (mesmo que contra a vontade do indivíduo que na maioria das vezes possuía poucas informações das motivações e justificativas das ações policiais) e a defesa do que era considerado moral, de bons costumes e de ordem social, ao comungarem com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e combaterem ideias e ações nomeadas de subversivas e comunistas⁴⁵⁵.

Esses profissionais em diversos momentos tiveram que se submeter a situações perigosas, arriscando a própria vida, agindo como se estivessem literalmente em uma guerra, ao combater os que eram considerados inimigos da nação, em defesa da soberania nacional e do respeito à ordem político-social. Para tanto, não mediram

⁴⁵⁴ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares com o ex-policial e ex-sargento e sargento da Polícia Militar de Pernambuco durante a ditadura militar, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011.

⁴⁵⁵ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares com o ex-policial e ex-sargento e sargento da Polícia Militar de Pernambuco durante a ditadura militar, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011.

esforços, obedecendo a ordens e respeitando hierarquias, infiltraram-se entre pessoas e setores da sociedade vigiados para a obtenção de informações durante as investigações⁴⁵⁶.

A polícia militar tinha duas atividades principais: a meio e a fim. A primeira é referente à parte administrativa, tudo aquilo que qualquer órgão precisa para se auto-gestionar: questões funcionais, férias, escalas de serviço, etc. A segunda é concernente à finalidade dessa instituição, que é policiar, investigar, censurar e reprimir⁴⁵⁷. Foi comum o uso da violência durante o trabalho policial, em parte, o uso e a imposição da força eram relevantes ferramentas de trabalho, com destaque para a prática da tortura, assassinato e outros tipos de violências psicológicas e físicas⁴⁵⁸.

Foi prevalecente entre os policiais o incentivo não apenas ao uso da força bruta, mas também à obediência, ao respeito à hierarquia e ao exercício da disciplina. A preocupação com a disciplina do corpo policial, a imagem da polícia e o controle quanto à utilização dos uniformes destes profissionais foi uma constante durante a ditadura, conforme pudemos verificar no trecho a seguir do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar de Pernambuco de 1976:

**[...] DA CLASSIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO E USO DE
UNIFORMES BÁSICOS, INSÍGNIAS, DISTINTIVOS E PEÇAS
COMPLEMENTARES**

CAPÍTULO I

Das Normas Gerais

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade prescrever os uniformes da Polícia Militar de Pernambuco, bem como regular seu uso, posse e confecção.

Art. 2º - O uniforme é o símbolo da autoridade e seu uso correto é elemento primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal da Polícia Militar, constituindo-se em importante fator para o fortalecimento da disciplina, o desenvolvimento do espírito de corpo e o bom conceito da Corporação no seio da Opinião Pública.

⁴⁵⁶ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares com o ex-policial e ex-sargento e sargento da Polícia Militar de Pernambuco durante a ditadura militar, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011.

⁴⁵⁷ GAMA, 2007, *Op. Cit.*, p. 153.

⁴⁵⁸ Para maiores informações sobre as arbitrariedades cometidas pela polícia política durante o período ditatorial, ver: MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *BRASIL: nunca mais*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Documento: manual do interrogatório. História: questões & debates*. Curitiba, nº 40, pp. 201-240, 2004. Este texto de autoria desconhecida foi reproduzido e distribuído para as polícias políticas estaduais do país pelo SNI durante a ditadura. Ele foi citado na íntegra nessa revista e pode ser baixado no site: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2742/2279>>, acesso em: 30/07/2011.

Art. 3º - Constitui obrigação do policial-militar zelar por seus uniformes, bem como pela apresentação dos seus subordinados, em qualquer ocasião.

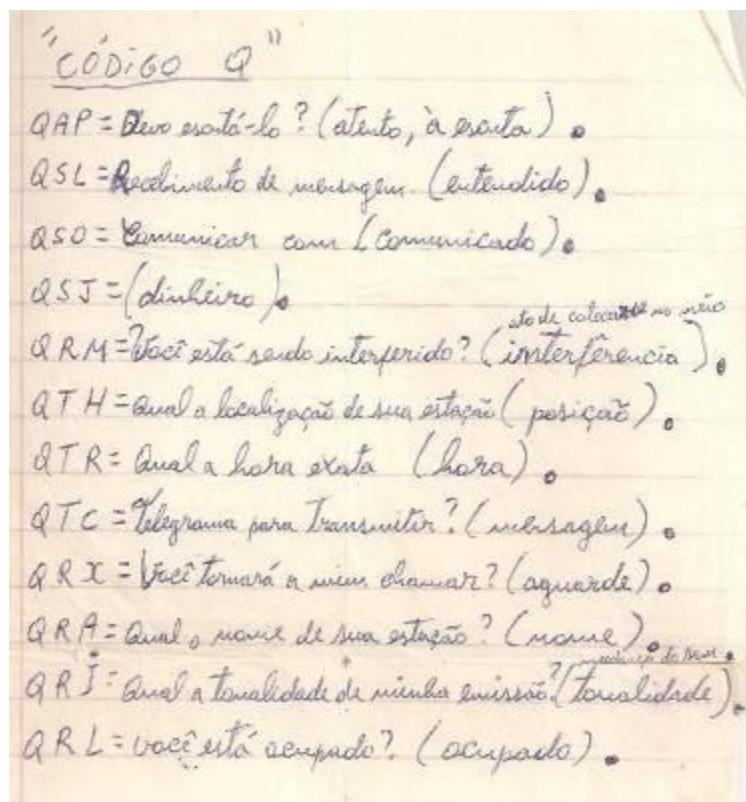
Art. 4º - Os uniformes perscritos neste Regulamento, bem como as peças complementares, insígnias, distintivos e cores nele estabelecidos ou regulados são de exclusividade da Polícia Militar, considerados de uso **privativo**.

Art. 5º - O Governador do Estado, ouvido o Estado-Maior do Exército, regulamentará através de Decreto o uso de condecorações, bem como a instituição de distintivos, estandartes, insígnias de comando e flâmula a serem adotadas pela Corporação⁴⁵⁹.

Dessa forma, esse regulamento buscou controlar o uso, a posse e a confecção desses uniformes. Essa vestimenta foi considerada pela Polícia Militar como um símbolo de autoridade, daí um dos objetivos de disciplinar os corpos dos militares, na medida em que estes deveriam ser submetidos a zelar pela sua apresentação e usá-lo de acordo com as determinações desse documento. Além disso, o fardamento militar deveria ser usado exclusivamente por policiais, sendo um mecanismo de controle para evitar possíveis problemas para a imagem da corporação, caso uma pessoa não autorizada o utilizasse e cometesse alguma infração.

Dentro da publicação Regulamento de Uniformes da Polícia Militar de Pernambuco de 1976 que pertenceu ao Sargento G. C. S. encontramos uma folha de papel pequena e amarelada pela ação do tempo, onde consta o “Código Q” e a assinatura desse sujeito (fotografia 35).

⁴⁵⁹ Acervo pessoal de Márcio André Martins de Moraes. Regulamento de Uniformes da Polícia Militar de Pernambuco de 1976, p. 6. (grifos do documento).



Fotografia 35 “Código Q”⁴⁶⁰.

Segundo o entrevistado Lenilton Duarte de Souza, o “Código Q” foi utilizado em vários países durante o trabalho policial, aeronáutico e marítimo e o seu conhecimento limitou-se a poucas pessoas. Inclusive, nem todos os membros dessas corporações sabiam decifrá-los, o que eventualmente gerou conflitos entre alguns policiais e seus superiores por conta dessa situação. Esse código possibilitou maior rapidez e sigilo das comunicações que foram baseadas em siglas cujos significados foram alusivos a frases voltadas para diferentes ações: escuta, fala, interferência, localização das viaturas, transmissão de informação e recebimento de propina⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ Acervo pessoal de Márcio André Martins de Moraes.

⁴⁶¹ Existem alguns informes com grau de sigilo confidencial concernentes a infrações cometidas por agentes policiais civis e suplentes de delgados em 1984, que podem ser consultado em: Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos.



Fotografia 36 Ação repressiva da polícia durante a realização de uma manifestação estudantil em Recife, sem data⁴⁶².

A fotografia 36 é bastante impactante. Um dos raros registros da atuação da polícia política contra manifestantes. Neste caso, ela visou reprimir, castrar um direito básico da humanidade: a liberdade de expressão. A análise das expressões faciais das pessoas fotografadas nos possibilita imaginar que foi um momento bastante tenso, em que se misturaram e proliferaram sentimentos de medo, desespero, surpresa, raiva, tristeza e indignação.

O policial localizado do lado esquerdo estava prestes a agredir alguém com um cassetete; ao lado dele, um jovem correu, buscando sair do local. Enquanto o policial situado à direita, aparentou estar mandando os estudantes recuarem, que estão encostados no muro. Uma das heranças do período ditatorial foi o cunho repressor da polícia, na medida em que ela, ainda hoje, atua frequentemente com ações coercitivas.

Salientamos que a lógica da suspeição e vigilância da polícia também se fez presente entre os seus próprios integrantes. Vejamos o caso de um agente da polícia federal de Pernambuco que teve a sua vida investigada.

⁴⁶² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 1576. Fotografias. *Apud* Silva, 2007. Buscamos mais informações sobre essa fotografia no referido prontuário, mas a imagem não estava lá.

O AGT da Polícia Federal, com o nome próprio de Plínio, que se encontra à disposição do DOI do IV Exército, estudou no Colégio Estadual de Beberibe o seu 2º Ciclo, nos anos de 1966 a 1970, aproximadamente, vivia escrevendo acintosamente frases alusivas ao COMUNISMO e também fazendo desenhos do símbolo do Nazismo e da Rússia e colocando abaixo ‘VIVA III REICH’⁴⁶³.

Esse documento data de 06/05/1976 e registrou como Plínio foi vigiado por Fred, outro agente policial a serviço da Assessoria de Segurança e Informações, vinculada à Companhia de Eletricidade de Pernambuco. Quando foi estudante, Plínio realizou acintosamente pichações com temáticas referentes ao comunismo e desenhou símbolos nazistas e russos.

A frase “VIVA III REICH” é concernente à celebração ao período de 1933 a 1945, quando a Alemanha viveu um governo nazista, liderado por Adolf Hitler. Essa frase e a palavra comunismo foram destacadas no documento provavelmente para dar maior visibilidade à ação e aos discursos dessas escritas.

De acordo com Lenilton Duarte de Souza, foi comum policiais realizarem pichações como forma de expressão de insatisfações financeiras e de trabalho, “[...] por não terem uma voz para citar o problema dele[s] [...] e ele[s] utiliza[m] a pichação como estudante utiliza, como todo mundo usa, é um meio de comunicação, é o grito”⁴⁶⁴.

Além disso, recordou que viu “[...] nas portas do quartel, do banheiro mesmo, muitas coisas escrita[s] e um elemento foi identificado e foi para a rua”⁴⁶⁵, mas não informou quem foi esse policial exonerado do cargo por pichar. Passados mais de vinte e cinco anos do final da ditadura militar, as memórias acerca desse período muitas vezes ainda são silenciadas, tendo em vista tratar-se de um período recente e que algumas informações podem gerar muitas discussões e problemas para os depoentes.

No caso da entrevista concedida por Lenilton Duarte de Souza, ex-policial e ex-sargento da Polícia Militar de Pernambuco, os seus relatos de experiência trouxeram informações bastante relevantes para a pesquisa. Todavia, o seu depoimento está permeado pela preocupação em não citar nomes, mas apenas as experiências, sem entrar em detalhes sobre as atividades repressivas da polícia, aspectos que também não buscamos incluir nas perguntas durante a entrevista.

⁴⁶³ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 32100. Relatórios AISs – CELPE. Data: 1973 a 1977.

⁴⁶⁴ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares com o ex-policial e ex-sargento e sargento da Polícia Militar de Pernambuco, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011. *Op. Cit.*

⁴⁶⁵ Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares com o ex-policial e ex-sargento e sargento da Polícia Militar de Pernambuco, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011. *Op. Cit.*

Dessa forma, pudemos verificar que membros da Polícia Militar combateram as pichações e concomitantemente usaram essas escritas proibidas por leis como instrumento de comunicação e resistência social. Ressaltamos também que havia entraves e conflitos entre os próprios membros do aparato policial, principalmente no tocante à questão da indisciplina e da falta de respeito à hierarquia.

O agente de polícia, Edgar, por exemplo, enviou no dia 06/01/1985 um documento para o delegado e comissário da Delegacia de Polícia Política e Social, vinculada a SSP/PE. O assunto foi referente a queixas contra o agente Jair, que segundo ele, não estaria cumprindo ordens de serviço e que quando foi alertado sobre isso teria sido “ofensivo” e “desrespeitoso” com o chefe da turma policial. Edgar ressaltou que Jair não tem condições de trabalhar com ele “[...] por ser êle incorréto[sic] em suas obrigações”.

No verso desta fonte encontramos o seguinte despacho: “Adverti o agente que caso se repita o fato o mesmo será punido. Em 08/01/1985. Arquive-se”. Além da advertência da punição, destacamos os inúmeros “erros” ortográficos do texto Edgar, que foram sublinhados por quem recebeu esse documento, o que dá indícios do seu baixo grau de escolarização⁴⁶⁶.

Com relação ao aparelhamento e a capacitação da polícia política em Pernambuco, a historiadora Marcília Gama discutiu questões bem importantes. Antes do golpe de 1964 já existia o objetivo de preparar os órgãos policiais para desempenhar com eficácia suas funções de controle e vigilância, para o gerenciamento ideológico da sociedade.

Essa autora destacou um acordo firmado entre os EUA e alguns Estados para o patrocínio da segurança pública brasileira no início dos anos 1960. Esse apoio ocorreu através da promoção de cursos, palestras e viagens de estágio para o exterior, que contribuíram para a formação e qualificação técnico-científica da polícia pernambucana, tomando como padrão o policiamento estadunidense.

Essa situação foi criticada por Miguel Arraes, logo depois de ele ser eleito governador, em 1962. Com sua deposição desse cargo em 1964, a Secretaria de Segurança Pública recebeu ainda mais investimentos financeiros estadunidenses para aprimorar os seus serviços de vigilância, após queixar-se da falta de condições de

⁴⁶⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29954. Ordem de detenção disciplinar, escoltamento de preso, TELEX, registro de prisão, mandado de prisão, etc. Data: 1985, 1987, 1988. 61 documentos.

trabalho. Ela recebeu recursos para a aquisição de equipamentos de escuta e telefonia, melhoria de suas instalações, aprimoramento da Escola de Polícia, entre outras ações⁴⁶⁷.

Contudo esses financiamentos não foram suficientes para resolver o problema das precariedades no que tange às condições materiais e humanas de trabalho da polícia política durante os anos seguintes. Foi o que pudemos verificar ao analisarmos o detalhado Relatório de 10/01/1980, da Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS), que foi concernente às atividades desenvolvidas por esta instituição em 1979 e enviado ao Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, Edvaldo Mota Cruz.

[...] SITUAÇÃO DO MATERIAL

Dispondo a Delegacia de apenas 3 (três) celas, comportando 10 (dez) presos ao todo, pois esta ESPECIALIZADA dispõe instalações onde possam deixar indivíduos, no período de averiguação, como também local destinado à detenção de funcionários policiais, face o que se estabelece no Estatuto da Polícia Civil, e o cumprimento de tal medida punitiva vir sendo feito através desta Delegacia.

A deficiência de Instalações para custódia de presos, se agrava ainda mais, com o recebimento através de determinação superior, de presos pertencentes a outras Delegacias. A fim de ter uma idéia de tal situação, basta verificar no item: 'Dados Estatísticos' "que enquanto as prisões pela DPPS foram na ordem de 50 os presos oriundo de outras Delegacias, somam 375.

SITUAÇÃO DO PESSOAL

Com relação ao pessoal, existe na DPPS, 57 funcionários, na verdade dispõe apenas de 34 policiais para o serviço de polícia propriamente dito, vez que os 23 restante estão assim distribuídos.

SEÇÃO ADMINISTRATIVA [5 funcionários] [...] SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES [5 funcionários] [...] SEÇÃO DE PERMANÊNCIA E CARCERAGEM [1 funcionário] [...] SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO [6 funcionários] [...] SEÇÃO DE CARTÓRIO [2 funcionários] [...] Permanentes [3 funcionários] [...]

C_O_N_C_L_U_S_Ã_O

Esta ESPECIALIZADA, não está suficientemente aparelhada, para fazer face aos seus encargos, seja no aspecto material, seja no que diz respeito a situação de pessoal. Por sua vez, vale salientar que contendo atualmente a DPPS, com um efetivo de 20 (vinte) agentes diariamente na prática, subtraindo-se o pessoal que se encontra de férias, conforme plano anual, além dos que se encontram de licença, seja para o tratamento da saúde, ou prêmio, ficam em média; 11 (onze) Agentes, em efetivo serviço, o que é um número irrisório para fazer face às inúmeras tarefas sob a responsabilidade desta ESPECIALIZADA.

Algumas necessidades [...] nos apresenta de maior importância; Aumento do efetivo, viaturas com condições operacionais e material de expediente, além de arquivos de aço e fichários, etc.

Todavia, em face das deficientes e dificuldades acima assinaladas, as tarefas que nos foram confiadas, foram realizadas, de maneira satisfatória, graças aos esforços dos que fazem esta Delegacia.

⁴⁶⁷ Silva, 2007, *Op. Cit.*, pp. 58-64.

a) Bel. Fernando Gibson Cunha

D_E_L_E_G_A_DQ⁴⁶⁸

A análise desse documento nos possibilitou refletir acerca da estrutura de trabalho da polícia política, que era bastante precária para o desenvolvimento de suas atividades. A DPPS dispunha de poucas celas e funcionários para o exercício do serviço policial propriamente dito, tendo que receber, por determinação de “ordens superiores”, presos de outras delegacias, que também não tinham condições materiais para o pleno desenvolvimento das suas atividades.

Os dados estatísticos desse Relatório registram como principais atividades da DPPS o recebimento de presos de outras delegacias e o recebimento, expedição e produção de documentos diversos. Foram efetuadas apenas 50 rondas policiais e 05 diligências⁴⁶⁹. Chamou-nos a atenção a existência de 15 sindicâncias⁴⁷⁰, um quantitativo considerável e que sugere a existência de irregularidades e/ou problemas no desenvolvimento do trabalho de policiais civis. Isso porque essa delegacia era o local onde eles deveriam ser detidos, conforme estabelecia o Estatuto da Polícia Civil, segundo esse relatório.

Quanto aos pontos que seriam de maior importância para melhorias no funcionamento dessa instituição, o delegado destacou questões básicas e fundamentais para o seu exercício: aumento do efetivo, viaturas com condições operacionais e material de expediente, além de arquivos de aço e fichários. Além disso, o delegado Fernando Gibson ressaltou, para o diretor do DOPS, a dita qualidade dos esforços dos funcionários da DPPS no exercício de suas funções. Possivelmente uma tentativa de enaltecê-los.

Acreditamos que um dos fatores para que muitas vezes os autores de pichações não fossem presos nem identificados foi os problemas estruturais da polícia política, que comprometeram, em parte, a qualidade o seu trabalho. Ela, inclusive, foi alvo da ação dessas escritas, conforme expressa o relatório diário do uso de veículo de 17/11/1984, da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (fotografia 37).

⁴⁶⁸ Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 29932. Registro de presos. Data: janeiro a dezembro de 1980. 353 documentos.

⁴⁶⁹ “Providência determinada pelo juiz ou ministro para esclarecer alguma questão do processo. Pode ser decidida por iniciativa do juiz (de ofício) ou atendendo requerimento do Ministério”. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295976/diligencia>>, acesso em: 31/07/2011.

⁴⁷⁰ “Processo administrativo sumário para apurar irregularidade ou fato nocivo ao interesse público”. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/292763/sindicancia>>, acesso em: 31/07/2011.

Fotografia 37 Relatório diário do uso de veículos para evitar pichações nos muros da SSP/PE⁴⁷¹.

O serviço de ronda neste dia consistiu na permanência de uma viatura na Rua da União, esquina com a ponte Princesa Izabel, para evitar a escrita de frases nos muros do prédio da SSP. Pela necessidade desse trabalho, há fortes indícios de que esse local foi pichado frequentemente, isso devido à visibilidade dos discursos das frases e à maior potencialidade do grau de transgressão dessa atividade, ao se tratar de um espaço público militar.

Diante desse caso, verificamos que a polícia não foi apenas agente repressor e autor de pichações, mas também alvo dessas escritas, havendo a necessidade inclusive de combatê-las com o objetivo de preservar o seu patrimônio e a sua imagem perante a sociedade.

A polícia também muitas vezes não conseguiu prender os autores de pichações, conforme expressa a matéria a seguir. “A polícia prendeu, por duas vezes, estudantes que colocavam cartazes em muros [...]. Mas não conseguiu flagrar as pessoas que picham os muros [...] da residência do arcebispo dom Hélder Câmara”⁴⁷². Os cartazes

⁴⁷¹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29968. Diversos administrativos. Data: 1985. Não mencionada a quantidade de documentos.

⁴⁷² Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 04/07/1980, Política, p. 6.

foram referentes ao lançamento do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista, após o fim do bipartidarismo.

Em outros Estados do país também foi intensa a atuação da polícia política no combate às pichações. Segundo a matéria do jornal *Diário de Pernambuco* de 28/03/1982⁴⁷³, em Belém/PA, teriam sido presos nesse dia, por realizar pichações, o químico-industrial José Ciríaco Pinheiro, o fotógrafo autônomo Luiz Antônio da Silva, o estudante Antônio Pedro de Souza Viana e Arnaldo Jordy.

As frases foram escritas em fachadas, muros e monumentos com discursos referentes à propaganda eleitoral e às acusações ao Partido Democrático Social, ao governo federal e ao senador Jarbas Passarinho. Vejamos mais um caso de repressão policial em outro local:

Magalhães ordena e polícia baiana prende pichadores

SALVADOR – Um dia depois que o governador Antônio Carlos Magalhães anunciou ter determinado à Secretaria de Segurança Pública rigor no combate aos pichadores e coladores de cartazes de propaganda política, 54 pessoas foram presas nesta Capital entre a noite de quinta-feira e a madrugada de ontem, flagradas nesta atividade, sendo que 31 delas chegaram a ser encaminhadas À Polícia Federal.

O número de prisões foi tão grande que os agentes de plantão na Polícia Federal, a certa altura da madrugada, se recusaram a receber um grupo de 23 pessoas que faziam pichações políticas, tanto do PDS como do PMDB, no vale do Ogunjá. Quando o dia amanheceu, o livro de ocorrências da Polícia Federal registrava a entrada de 31 pessoas presas.

As primeiras prisões aconteceram por volta das 22 horas da quinta-feira, quando cinco pessoas que trabalhavam para candidatos a deputado estadual Jairo Santana e a vereadora, Rita Brito, do PMDB, foram detidas por uma viatura da Polícia Militar, encaminhadas à 1ª Delegacia de Polícia e de lá transferidas para a Polícia Federal.⁴⁷⁴

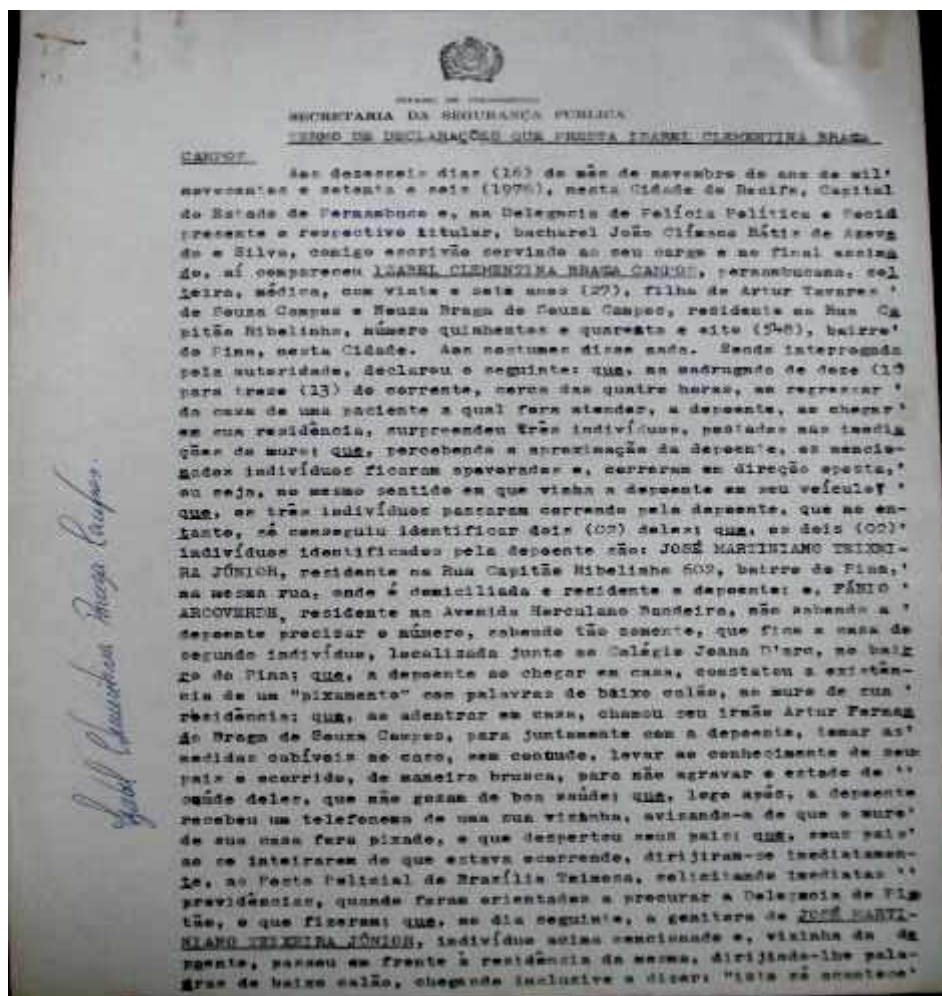
Chamou-nos a atenção o intenso combate da polícia, sob a ordem do governador Antônio Carlos Magalhães, contra as pessoas que picharam ou colaram cartazes propagandísticos em Salvador. O número de presos em menos de 24 horas foi bastante expressivo, distinto da rotina da estrutura de trabalho da Polícia Federal. Possivelmente, essa medida coercitiva ocorreu em virtude do “calor” das disputas políticas durante a efervescência das disputas políticas antes da realização das eleições de 1982, quando,

⁴⁷³ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 28/03/1982, Política, p.3.

⁴⁷⁴ Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 18/09/1982, Política, p.2. (grifo do documento).

em todo o país, foram muito usuais esses tipos de propaganda proibidos por lei, conforme discutimos anteriormente.

Durante a ditadura militar, muitas pessoas procuraram a polícia para prestar queixa contra a autoria de pichações. Em 16/11/1976, a médica pernambucana Izabel Clementina Braga Campos prestou um termo de declarações contra essa prática na Delegacia de Polícia Política e Social (fotografia 38).



Fotografia 38 Termo de Declaração prestado por Izabel Clementina Braga Campos⁴⁷⁵.

Ao retornar do trabalho na madrugada do dia 12 para 13/07/1976, ela viu três homens escrevendo frases nos muros de sua residência. Segundo Izabel Campos, eles ficaram apavorados ao avistá-la e correram em direção ao carro dela. Nesse momento,

⁴⁷⁵ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

ela conseguiu identificar dois deles. Um foi José Martiniano Teixeira Júnior, residente na Rua Capitão Ribelinho, 602, Pina/Recife, a mesma rua em que morava⁴⁷⁶.

O outro foi Fábio Arcoverde, também domiciliado no mesmo bairro, só que na Avenida Herculano Bandeira, junto ao Colégio Joana Dar’c. Pela forma como reagiram ao flagrante, é provável que Martiniano e Fábio fossem pouco experientes na prática de pichar⁴⁷⁷.

A médica constatou que os muros estavam pichados com “palavras de baixo calão” e diante disso, chamou o seu irmão Artur Fernando Braga de Souza Campos para tomar as devidas providências sem avisar aos pais, que não gozavam de bom estado de saúde. Pouco tempo depois, recebeu um telefone de sua vizinha que relatou também ter o muro de casa pichado. Essa situação despertou os pais dela Artur Tavares de Souza Campos e Neuza Braga de Souza Campos, que prontamente buscaram auxílio policial para resolver a situação⁴⁷⁸.

Segundo Izabel, o vigilante Francisco, vulgo “Cangalha”, afirmou ter visto algumas pessoas pintando o muro, mas não tomou nenhuma iniciativa porque pensou tratar-se de uma campanha política. Além disso, relatou que os envolvidos nas pichações encontravam-se diariamente na Rua Capitão Ribelinho, nº545, em frente à residência dela⁴⁷⁹.

Nesse local, moravam George e Romel, supostos integrantes do grupo envolvido nessas escritas e que, de acordo com “Cangalha” (citado por Izabel), também “[...] se postam na calçada da residência citada acima, com gestos indecorosos e proferindo palavras de baixo calão às pessoas que passam”⁴⁸⁰.

No dia seguinte ao ocorrido, a confusão ficou armada. Heloísa, mãe de Martiniano foi à casa de Izabel e defendeu o seu filho, ao afirmar que ele era inocente, por estar dormindo quando foi realizada a pichação e que esse tipo de acontecimento “[...] só acontece em rua que mora puta”⁴⁸¹.

⁴⁷⁶ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁷⁷ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁷⁸ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁷⁹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁸⁰ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁸¹ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

As frases proferidas contra a depoente tiveram o intuito de agredi-la e denegrir a sua imagem. Quando a depoente repeliu a acusação, o seu pai se aproximou do local das discussões. Em seguida, Martiniano negou a acusação, chamou Izabel de mentirosa e foi embora com Heloísa⁴⁸².

Não encontramos mais documentos sobre esse caso, o que nos impossibilitou de acompanhar o seu desfecho. Acreditamos que o maior prejuízo para Izabel e seus familiares não foi o financeiro, pela necessidade de pintar os muros da sua casa e da residência da vizinha, mas moral. Tendo em vista os discursos registrados nas paredes que buscaram denegri-la, as discussões com os envolvidos no ocorrido, a visibilidade da pichação e o possível constrangimento de narrar os fatos à polícia. No termo de declaração, a médica não entrou em detalhes sobre o teor do texto pichado em sua residência, limitando-se a relatar que foram palavras de baixo calão.

Mesmo com o fim da ditadura, as pichações continuaram sendo alvo da polícia. Em julho de 1985, foram apreendidos, em Recife, materiais de propaganda eleitoral, conforme determinação do juiz Itamar Ferreira, do Tribunal Eleitoral⁴⁸³. Esse material foi constituído por três latas de tinta cheias, três latas vazias, três pincéis, um balde plástico e meio saco de cal em pó, que estiveram com Flamínio Barros de Siqueira (Rua da Aurora, nº 107, Santo Amaro), Boniperti Barbachan Albuquerque (Rua Samuel Campelo, nº 372, Espinheiro) e Jorge Alexandre de Queiroz Lins (Rua Hélio Brandão, nº 509, Vila do IPSEP)⁴⁸⁴.

Todos eles fizeram propaganda para o Partido da Frente Liberal (PFL). Nesse ano, concorreram ao cargo de prefeito do Recife: Augusto Lucena (PDC-PDS) conseguiu 8% dos votos; Bruno Maranhão (PT), 1%; João Coelho (PDT), 22,1%; Roberto Freire (PCB), 2,2%; Sérgio Murilo (PMDB-PFL), 27,8%; e, Jarbas Vasconcelos (PSB), 33,2%. O percentual de votos nulos e brancos foi de 5,7%⁴⁸⁵. Após disputas bastante acirradas, Jarbas Vasconcelos conseguiu ser eleito.

⁴⁸² Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 30199. Termos de declaração. Data: 1971, 1972, 1976 e 1977. 55 documentos.

⁴⁸³ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29954. Ordem de detenção disciplinar, escoltamento de preso, TELEX, registro de prisão, mandado de prisão, etc. Data: 1985, 1987, 1988. 61 documentos. Ofício nº 315/85, de vinte de julho de 1985.

⁴⁸⁴ Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29954. Ordem de detenção disciplinar, escoltamento de preso, TELEX, registro de prisão, mandado de prisão, etc. Data: 1985, 1987, 1988. 61 documentos. Ofício nº 315/85, de vinte de julho de 1985.

⁴⁸⁵ LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio; SÁ, Constança; MARKAN, Rejane. A eleição municipal de 1985 no Recife: o impacto da campanha. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, p. 183.

Conforme pudemos verificar ao longo da dissertação, mesmo diante da atuação da rede de informações e da polícia política durante o trabalho de vigilância, censura, repressão às pichações, os autores dessas escritas conseguiram burlar muitas vezes esse aparato disciplinar do Estado, através de *estratégias* e *táticas* de resistência que foram singulares e plurais⁴⁸⁶.

Dessa forma, as pichações foram vistas pela polícia como propaganda política subversiva, por ser um tipo “pernicioso” de expressão política contrária aos interesses do governo. Ela foi considerada perigosa porque essas escritas localizavam-se em áreas de grande circulação pública e de relevante visibilidade, cujas temáticas inúmeras vezes contribuíram para formar a opinião de diversos transeuntes.

Em muitos momentos, o planejamento e os cuidados na realização dessa atividade proporcionaram um maior controle da situação por parte dos autores de pichações, porque na maioria das vezes eles conseguiram executar as suas ações sem serem presos e identificados. Por outro lado, em diversas situações isso não foi possível, pelo planejamento e ação da polícia política no combate a essas escritas, que surpreendeu, reprimiu e puniu diversas pessoas.

⁴⁸⁶ CERTEAU, 2008a, *Op. Cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da trajetória de construção desse trabalho que visou analisar o significado histórico do uso de pichações em Recife, entre os anos de 1979 e 1985, especificamente durante três campanhas políticas. Além disso, discutimos como essas escritas foram proibidas por leis, vistas como um problema urbano e combatida pela polícia política do DOPS-PE.

No período estudado houve repressão, censura e vigilância das atividades consideradas subversivas pelo Estado, como foi o caso das pichações. Pichar configurou-se então como a prática de escrever principalmente com *spray*, pincel, tinta, carvão e/ou outros materiais frases em muros e demais espaços da cidade, sendo bastante perigosa de ser realizada devido à atuação desse aparato coercitivo.

Diante disso, o planejamento das pichações foi importante. Na maioria das vezes as ações foram feitas de madrugada, em datas estratégicas e em grupo, com a divisão das atividades (seleção e escrita dos textos, vigilância dos espaços, dirigir o carro que transportava os militantes e portar e utilizar armas para a defesa da equipe, em caso de necessidade), sendo comum opção por espaços de intenso fluxo de transeuntes. A assinatura frequentemente foi evitada, para que a polícia não identificasse quem elaborou a atividade.

Esses registros citadinos foram bastante utilizados por diversos setores da sociedade (políticos, estudantes, anticomunistas, policiais, propagandistas, etc.) e muitas vezes seus discursos possuíram um forte cunho crítico à ditadura e denunciante de problemas sociais. Eles registraram fatos cotidianos, tensões, embates e conflitos políticos e tiveram a finalidade de expressar opiniões e mobilizar pessoas a lutar e/ou apoiar a luta pelo retorno da democracia no Brasil.

Dessa forma, as pichações serviram como fio condutor da narrativa das campanhas políticas estudadas. A luta pela aprovação de uma Lei de anistia ampla, geral e irrestrita adquiriu uma grande dimensão no final dos anos 1970, pois a mobilização não ficou mais basicamente circunscrita às mulheres e familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Nesse cenário político foram importantes a realização dessas escritas e a formação e atuação de organizações voltadas especificamente para lutar em prol dessa causa, como foi o caso do MFPA, do CBA e das entidades pró-anistia do exterior. Além

da participação de inúmeras pessoas e segmentos sociais em todo o Brasil, com destaque para os partidos políticos, OAB, Igreja Católica, trabalhadores urbanos e rurais, artistas, estudantes, professores e associações de bairros.

As formas de reivindicação foram múltiplas, sendo marcantes os atos públicos, comícios e greves de fome. Destacamos que nessa campanha a sociedade não exigiu apenas uma *anistia ampla* para todas as práticas políticas de oposição à ditadura; *geral* para todas as pessoas que foram vítimas da repressão e *irrestrita*, ou seja, sem restrições e discriminação aos atingidos pelo estado de exceção. Foi uma grande mobilização em nível nacional em defesa dos direitos humanos e da democracia, ao clamarem pelo fim da ditadura, por punição aos torturadores, pelo combate ao aparato repressivo do Estado e por justiça às pessoas que sofreram com as arbitrariedades do Estado.

Com a aprovação da Lei da Anistia em 1979, constituiu-se um novo cenário de disputas e embates políticos. Vários exilados puderam retornar ao Brasil e retomar as suas atividades políticas, como foi o caso de Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório Bezerra. Além disso, após essa medida o presidente João Batista Figueiredo pôs fim ao sistema eleitoral bipartidário, com o objetivo de dividir os partidos de oposição, ampliar as possibilidades de poder político do governo e tentar manter um controle social.

Dessa forma, após vários anos de castração dos direitos políticos desde o início da ditadura, foram realizadas eleições diretas para quase todos os cargos em 1982, exceto presidente da República e prefeitos de capitais e áreas consideradas de segurança nacional. As disputas foram bastante acirradas, havendo conflitos internos nos partidos políticos e embates entre os candidatos, sendo bastante relevante nesse momento o uso de diferentes tipos de propaganda eleitoral.

Devido à censura imposta pela Lei Falcão, o uso de pichações foi bastante difundido entre todos os partidos políticos, mesmo sendo proibido por leis, combatido pelo Tribunal Superior Eleitoral e DOPS-PE e visto como um ato de vandalismo e poluição visual por alguns eleitores, que chegaram inclusive, a enviar textos aos jornais para denunciar e criticar essas escritas. Pichar também foi o instrumento propagandístico de menor custo, sendo comuns também os outdoors, panfletos, colagens de cartazes, programas de rádio e TV e as pinturas murais das brigadas artísticas, sendo marcante a atuação da Brigada Portinari.

Os resultados das eleições de 1982 foram fundamentais para o desfecho de outra manifestação nacional que ganhou força no ano seguinte, a campanha das Diretas Já, que defendeu o direito da sociedade brasileira poder readquirir o direito de escolher por

via direta o presidente da República. Isso porque, mesmo com a intensa atuação e com as conquistas do PMDB em 1982, o PDS manteve a maioria no Colégio Eleitoral, o que foi decisivo nesse processo político.

O cenário político-social para o surgimento das Diretas Já foi bastante propício, devido à crise da ditadura militar, ao desgaste do governo Figueiredo, às experiências políticas da luta pela anistia e das eleições de 1982 e à maior organização e atuação da sociedade em prol do retorno à democracia no país. A cada comício e passeata, a campanha adquiriu mais força, visibilidade e adesão social, constituindo-se em um movimento suprapartidário que conseguiu unir milhões de brasileiros. Todavia houve conflitos internos nos grupos de oposição e apoio ao governo no tocante à questão de quem deveria conduzir, estar no controle do desfecho dessas lutas.

A pichação foi utilizada frequentemente para exigir o fim da ditadura e mobilizar cada vez mais pessoas para aderir a essa luta, sendo marcantes outras manifestações, como: pinturas murais, venda de camisas e adesivos personalizados, debates, pedágios para arrecadar recursos financeiros, abaixo-assinados, distribuição de propaganda, comícios, caminhadas, shows e atos públicos. No trabalho destacamos a realização de comícios e passeatas em Recife e cidades circunvizinhas.

Conforme pudemos discutir ao longo da dissertação, as três campanhas políticas estudadas mobilizaram várias pessoas que lutaram em defesa da democracia e dos direitos humanos. Muitas vezes elas estiveram sob a lógica da vigilância dos agentes do DOPS-PE, em um momento que o Estado logrou exercer um controle social diante da crise da ditadura militar.

Nesse cenário de embates e conflitos políticos, as pichações foram bastante utilizadas por diversos segmentos sociais, sendo proibidas por leis e combatidas pelo Estado e por algumas pessoas que as consideravam uma ação de vandalismo e poluição visual urbana. Dessa forma, essas escritas tornaram-se um problema de ordem política e social.

Uma das alternativas de combatê-las foi a construção dos Murais da Crítica, durante a gestão do prefeito Gustavo Krause. Esse projeto político oferece um significativo número de explicações, uma delas é que esses murais constituíram-se como uma espécie de disciplina, pois algumas pichações e grafites passaram ao enquadramento, controle e disciplinamento do poder público.

Diante disso, analisamos a elaboração e a aplicação de leis proibitivas de pichações e como a polícia política, por meio da atuação de uma rede de informações,

principalmente o DOPS-PE, coletou, produziu e disseminou informações sobre essas atividades para combatê-las a partir do conhecimento que detinham sobre elas.

Acreditamos que a vigilância, censura e repressão às práticas políticas que se contrapuseram à ditadura não foram apenas uma forma de combatê-las, mas um instrumento de busca de legitimação do Estado, que, sob o discurso da necessidade de eliminar esse tipo de ação, defendeu a necessidade de exercer medidas arbitrárias em nome da segurança nacional e do desenvolvimento do Brasil com um respaldo legal.

Todavia salientamos que esses meios coercitivos não foram apenas uma maneira de eliminar as pichações, mas uma forma de produzi-las. Isso porque essas escritas foram práticas transgressoras que se contrapuseram ao que era proibido, controlado e disciplinado pelo Estado.

Conforme foi possível descobrir na pesquisa, muitas vezes as pessoas que picharam burlavam o aparato legal e coercitivo estatal ao planejarem ações com estratégias que dificultavam a ação da polícia política, estando amparadas por equipes de advogados para defendê-las, caso algum militante fosse preso.

Outra questão importante é que, embora os agentes policiais possuíssem uma atuação bastante eficiente, eles depararam-se com uma estrutura de trabalho problemática que dificultou, em parte, as ações contra as pichações, o que contribuiu para que muitas pessoas não fossem presas. Entretanto vários militantes foram presos por escreverem frases nos muros e sofreram com as penalidades de uma polícia autoritária e de um aparato judiciário estruturado para atender os objetivos dos militares.

Além disso, se, por um lado, os agentes policiais do DOPS-PE foram bastante atuantes no combate a essas escritas, por outro, alguns as utilizaram como um instrumento de expressão, para manifestar as suas ideias e reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Conforme também pudemos verificar, a própria polícia também foi alvo dos autores de pichações, tendo em vista que algumas vezes as paredes do prédio da SSP/PE foram alvo de protestos.

Dessa forma, a pichação tornou-se uma prática política singular e plural que foi bastante utilizada durante a ditadura militar, ganhando um espaço relevante nesse período de vigilância, censura e repressão social e de lutas por ideais democráticos. A abordagem do nosso trabalho buscou desnaturalizar os discursos de grande parte dos documentos pesquisados que associaram essas escritas a meros atos de subversão, vandalismo, incivilidade e poluição das cidades.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora da UFPE, 2005.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

AGANBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois*. Psic. Clin. Rio de Janeiro, Vol. 20, n.2, p.75-87, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula. *A luta democrática contra o regime militar na década de 1970*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 161-175.

_____. *Lutas democráticas contra a ditadura*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia. 1964 ...* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 321-353.

_____. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ASSIS, Chico de; *Et al.* *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção documentos da democracia brasileira; v. 6).

BARRETO, Túlio Velho; MONTENEGRO, Sérgio; SCARPA, Paulo Sérgio. *A nova república: visões da redemocratização*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2006.

_____; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2004.

- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.
- BARROS, Marisa. *Jonas! Presente ... agora e sempre!*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2009.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001, pp. 219-231.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Edição ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- _____. Ministério da Justiça. Comissão da Anistia. FRANTZ, Daniela de; Et. al (Orgs.). *30 anos da luta pela anistia no Brasil: a greve de fome de 1979*. Brasília: Comissão de Anistia/MJ, 2010.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: a trajetória e um revolucionário: Apolonio de Carvalho*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, s/d.
- _____. _____. *Direito à verdade e à memória: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- _____. _____. *Direito à verdade e à memória: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
- _____. _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Direito à verdade e à memória: luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.
- BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: EDUFPE, 1996, pp. 73-110.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. *A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica*. In: FERREIRA, Jorge; REIS,

Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 387-408.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Ed. Claridade, 2011. (Coleção Saber de Tudo).

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 7-14; pp. 155-195.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. *Por que o PDS ganhou em Pernambuco*. In: FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. *Nordeste: eleições*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1985, pp. 61-66.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas*. Recife: CEPE, 2008. Vol. 1.

CAVANI, Julio. *Street Art*. Revista Continente, Recife, nº 99, março/2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, pp. 65-119.

_____. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

CLIO. *Revista de pesquisa histórica*. nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz, Editora da UFPE, 2006.

CLIO. *Revista de pesquisa histórica*. nº 26, 2009. Apresentação Maria do Socorro de Abreu e Lima, Editora da UFPE, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A responsabilidade do Estado brasileiro na questão dos desaparecidos durante o regime militar*. In: TELES, Janaina (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000, pp. 47-55.

CONTINENTE DOCUMENTO. *Dom Hélder: o pastor da liberdade*. Recife: Editora CEPE, 2005.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: UFC, UECE; Recife: EDUFPE, 2005.

COSTA, Célia Maria Leite. *O direito à informação nos arquivos brasileiros*. In: FICO, Carlos; *Et al.* (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 17-26.

CUNHA, Diogo. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: Editora da UFPE, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que são direitos das pessoas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 409-427.

_____. *1964: temporalidade e interpretações*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 15-28.

DIDIER, Maria Thereza. *Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76)*. Recife: Ed. UFPE, 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DORNELLES, João Ricardo W. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUQUE, Débora. *Mulheres do Bom Pastor: histórias das presas políticas que passaram pelo presídio pernambucano durante o regime militar*. Monografia (Comunicação Social – Jornalismo) – CAC, UFPE, Recife, 2011.

FALCÃO, Joaquim; LAVAREDA, Antônio. *A volta das eleições para governador estadual e a vitória do PDS*. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, pp. 159-177.

FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF, UFF, Niterói, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 169-186.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), pp. 167-205.

GAMA, Marcília. *Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão*. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.). *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, pp. 151-158.

GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. *Arquivos de regimes repressivos*. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 173-193.

GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – FAFICH, UFMG, 2003.

_____. *Memória vs. esquecimento, instituinte vs. instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita*. In: SILVA, Haike R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 193-214.

GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carlini & Caniato; Ed. UFMT, 2006.

GURAN, Milton. *O Encontro na Bahia: XXXI Congresso da UNE*. Brasília: Galilei, 1979.

LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio; SÁ, Constança; MARKAN, Rejane. *A eleição municipal de 1985 no Recife: o impacto da campanha*. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, pp. 179-210.

LEÃO, Jordana Gonçalves. *Fragmentos de um 'diário': a correspondência pessoal de Hélder Pessoa Câmara (1944-1952)*. Dissertação (Mestrado em História) – DLCH, UFRPE, 2010.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. 5ª Ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEITE, Miriam Moreira. *Texto visual e texto verbal*. In: FELDMAN-BIANCO, Belo; LEITE, Miriam Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 37-49.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Joana D'Arc de Sousa. *Cartografia das artes plásticas no Recife dos anos 1980: deslocamentos poéticos entre as tradições e o novo*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2011.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

LUNARDI, Rafaela. *Em busca do “Falso Brilhante”*. Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Documento: manual do interrogatório*. História: questões & debates. Curitiba, nº 40, pp. 201-240, 2004.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade de Recife, 1865-1915*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007, pp. 18-47.

MARTINE, Joly. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAUD, Ana Maria. *A UNE somos nós, nossa força, nossa voz ... experiência fotográfica e os sentidos da história no século XX*. Discursos fotográficos. Londrina, v. 6, nº8, jan.-jun., p. 169-193, 2010.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (Orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 179-201.

MOTTA, Rodrigo Patto. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia. 1964 ...* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 283-302.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo: Global Editora, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi (Org.). *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. *Inventários dos feitos modernizantes na cidade de Recife (1969-1975): sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente de Recife, e o romance: A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins*. Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2004.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. *Sobre o Movimento Estudantil*. 2ª Ed. Ilustrada e Ampliada. Recife: Edições Manuel Lisboa, 2005.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista brasileira de história. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 11-23. jan.-jun., 2007.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

PORTO, Fabiola Brigante Del. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2002.

_____. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania*. In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 59-79.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil republicano; v. 4), pp. 207-241.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Grafite, pichação & cia*. São Paulo: Ed. Annablume, 1994.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 29-52.

_____. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia. 1964 ...* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 503-540.

REIS, Palhares Moreira. *Período autocrático: ARENA X MDB em Pernambuco; 1966-1978*. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986, pp. 133-157.

RÉMOND, René. *As eleições*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, pp. 37-55.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), pp. 43-91.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

_____. *Nômades, sedentários e metamorfose: trajetórias de vida no exílio*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 277-296.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia: memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil republicano; v. 4), pp. 283-313.

SANTOS, Roberto Lima. *Crimes da ditadura militar: responsabilidade internacional do estado brasileiro por violação aos direitos humanos*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), pp. 243-282.

SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2002.

SILVA, Haike R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SKIDOMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOARES, Thiago Nunes. *Do chumbo ao spray: controle social, resistências e cotidiano nos muros da cidade de Recife (1979-1985)*. Monografia (Licenciatura em História) – DLCH, UFRPE, Recife, 2009.

SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira de. *A Igreja Progressista no Recife: limites e possibilidades da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) Recife-PE, 1973 a 1985*. Dissertação (Mestrado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2006.

TAMAS, Elisabete Fernandes Basílio. *A tortura em questão: a disputa de memórias entre militares e militantes*. Tese (Doutorado em História) – PUC/SP, São Paulo, 2009.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. *Eleições de 15.11.1982: relatório*. Recife: TRE-PE, 1982.

VILELA, Márcio A. F.; PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Memória e política: a trajetória de Francisco Julião*. Revista história oral. Rio de Janeiro, v. 11, n.1-2, p. 61-84, jan-dez, 2008.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES

Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco – Recife

Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife

Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco – Recife

Biblioteca da Pós-Graduação em História (CFCH/UFPE) – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Artes e Comunicação da UFPE – Recife

Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e Setor de Microfilmagem Fundação Joaquim Nabuco – Recife.

Diário de Pernambuco, 1979-1985. Dezembro de 1978. Dezembro de 1831.

Jornal do Commercio, 1979-1985.

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco - APEJE

Prontuários Funcionais: 1306, 1159, 2075, 30331, 30332, 27778B, 27778A, 28804, 1332, 29747, 27594, 29008, 1346, 1593, 29772, 30233, 26932, 6166, 4632, 26938, 27057, 29582, 30976, 1027, 30978, 7458, 1642, 29819, 4032, 31425, 27594, 1079, 29025, 29019, 29765, 28661, 30953, 3886, 1008, 29677, 7167, 30977, 5321, 5344, 27472B, 32100, 26935, 6167, 29025, 29680, 29644, 29788, 27910, 29680, 27531, 1574, 29932, 29982, 29984, 29985, 29986, 29987, 29988, 29989, 28054, 28830, 3905, 29954, 1058, 26981, 27421A, 27421B, 29594, 31076, 30205, 29902, 27033, 31086, 31101, 31100, 31083, 28787, 1576, 29740, 30206, 30199, 29976, 30207, 29948, 29977, 29976, 29951, 29948, 29911, 29974, 29956, 31305, 30189, 29968, 31181, 7170, 30233, 30723, 30677, 29835, 30718, 30725, 1593, 1595, 27339, 27339B, 1097, 27544, 1604, 29837, 6117, 29782, 7085, 29775.

Arquivo do Diretório Central dos Estudantes da UFRPE – Recife

Fotografias, ofícios e recortes de jornais. (acervo não catalogado).

Acervos Pessoais

Edval Nunes da Silva Cajá

Luciano Pinheiro

Marcelo de Santa Cruz Oliveira

Márcio André Martins de Moraes

Maria do Amparo Almeida Araújo

Maria do Socorro Diógenes

Thiago Nunes Soares

Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) - Recife

Anais Diversos. Site: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/004_09-1-002-1-092.pdf>

Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP) - Recife

Jornais da Associação e contatos com entrevistados.

Centro de Documentação e Memória - Associação 64-68 Anistia - Fortaleza/CE

Listas de presos, cópias de recortes de jornais, informes e processos de ex-presos políticos do Nordeste.

Documentos Audiovisuais

15 FILHOS. Direção de Maria Oliveira e Maria Marta Nehring. Brasil: 1996. DVD (18min), son., color.

AMPARO ARAÚJO: a luta de uma mulher. Direção geral de Kelly Madalena de Moura. Trabalho realizado por Áurea Catarina Alves da Costa, Kelly Madalena de Moura e Marcelo Flávio Paulino do Nascimento como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Brasil. 2005. DVD (35min), son., color.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (IPHAN-PE) - Recife

Fotografias do Projeto Pró-Memória (1983).

Laboratório de História Oral e da Imagem da Universidade Federal de Pernambuco - Recife

Entrevistas realizadas com Marcelo Mário de Melo e Lilian Gondim para o Projeto Marcas da Memória, coordenado pelo Profº Dr. Antonio Torres Montenegro.

Museu da Cidade do Recife (MCR)

Acervo Iconográfico. Livros de Tombo nº 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30 e 31.

Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco (MTNM-PE) – Recife.

Ofícios dos anos de 1970, 1971 e 1973.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Alci Galindo Florêncio nasceu em 09 de agosto de 1955, em Caruaru/PE. Ex-integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), filiou-se posteriormente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Pernambuco. Foi preso em 1980, juntamente com outros companheiros de militância, quando pichou, em Recife, algumas frases para protestar contra a chegada do presidente Figueiredo e para denunciar as precárias condições de vida no país. Atualmente, exerce o ofício de advogado. Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2010, em seu escritório de advocacia, localizado em Recife.

Eduardo Chaves Pandolfi nasceu em Recife, no dia 14 de julho de 1947. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e elegeu-se deputado estadual pelo MDB no final da década 1970, período em que foi um dos fundadores e o primeiro e único presidente do Comitê Brasileiro de Anistia, núcleo de Pernambuco. Atualmente é aposentado e mestrando em Filosofia na UFRN. Concedeu a sua entrevista no dia 28 de janeiro de 2012, em sua residência de Recife.

Edval Nunes da Silva Cajá nasceu no dia 06 de dezembro de 1950, na zona rural de Bonito de Santa Fé, Sertão da Paraíba. Ele foi membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, integrante da Pastoral da Juventude Católica, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, fez parte do

Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura; da Comissão Pró ENE (Encontro Nacional de Estudantes) para reabrir a União Nacional de Estudantes (UNE) e militou pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR), tendo realizado pichações políticas durante a ditadura militar frequentemente. Concedeu as suas entrevistas nos dias 04 de fevereiro de 2008 e 25 de janeiro de 2012, na sua residência, em Recife.

Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho nasceu em Vitória de Santo Antão/PE, no dia 19 de junho de 1946. Bacharel em Direito pela UFPE, em 1970 começou a trabalhar como técnico fazendário na Secretaria da Fazenda de Pernambuco, após ser aprovado em concurso público. Entre 1975 e 1979 foi Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, durante o governo de Moura Cavalcanti. Prefeito do Recife entre 1979 e 1982 por eleição indireta, vice-governador do Estado de 1983 a 1986, ao ser eleito diretamente em 1982, juntamente com o governador Roberto Magalhães, ambos os mandatos pelo PDS. Posteriormente, governador de Pernambuco (1986-1987), vereador do Recife (1988-89). Na década de 1990, ocupou diversos cargos: deputado federal, Secretário da Fazenda de Pernambuco, Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco e Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal do governo Fernando Henrique Cardoso. Atualmente trabalha como consultor de empresas. Concedeu entrevista a Thiago Nunes Soares e Pablo Francisco de Andrade Porfírio, em 16 de setembro de 2011, no seu escritório, em Recife.

Izabel Cristina de Araújo Cordeiro nasceu em 24 de fevereiro de 1966, em Olinda. Ex-militante do Movimento Estudantil da UFPE nos anos 1980, instituição onde graduou-se em Educação Física. Participou ativamente da campanha das Diretas Já em Pernambuco e Estados vizinhos, inclusive com a autoria de pichações. Atualmente é professora da Universidade de Pernambuco e cursa o doutorado em História na UFPE. Entrevista realizada em 06 de julho de 2011, no prédio do CFCH-UFPE.

Lenilton Duarte de Souza nasceu em Maceió/AL, no dia em 11 de junho de 1942. Possui o Ensino Médio incompleto. Em 1964, trabalhou no Sindicato dos Portuários em Recife e ficou detido por seis horas nessa instituição no dia do golpe civil-militar, pois a base naval tomou conta desse prédio. Nessa mesma década, ingressou na Polícia Militar de Pernambuco após aprovação em concurso público, tendo desenvolvido as funções de

policial e, posteriormente, de sargento da Polícia Militar de Pernambuco. Atualmente, é aposentado. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2011, na sua residência, Olinda.

Lília Gondim nasceu em Recife, no dia 31 de outubro de 1950. Enquanto militante da Ação Popular, no dia 12 de junho de 1969, foi presa juntamente com outros companheiros de luta, quando picharam um ônibus de Recife para protestar contra a chegada do governador de Nova York Nelson Rockefeller na cidade, sendo condenada a um ano de prisão. Em 2011, participou do documentário sobre as presas políticas da ditadura militar em Pernambuco intitulado *Vou contar para os meus filhos*. Entrevista realizada em 31 de outubro de 2011, por Suzane Araújo, com a participação de Tásso Araújo e transcrição de Raissa Paz. Projeto de pesquisa *Marcas da Memória*, coordenado pelo Profº Dr. Antonio Torres Montenegro.

Marcelo Mário de Melo nasceu em Caruaru/PE, no ano de 1944. Realizou várias ações de pichações durante a sua trajetória política, foi ex-militante do PCB nos anos 1960, um dos organizadores do PCBR no final dessa década, preso político nos anos 1970 e filiado ao PT desde o início de sua formação em Pernambuco. Teve uma atuação na campanha pela anistia em 1979 e foi um dos fundadores do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Atualmente, é assessor de comunicação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Entrevista realizada por Thiago Nunes Soares, em 04 de julho de 2008, na FUNDAJ. Depoimento concedido a Iana Araújo, com a presença de Mariana Rodrigues e transcrição de Suzane Araújo, em 16 de setembro de 2011, para o Projeto de pesquisa *Marcas da Memória*, coordenado pelo Profº Dr. Antonio Torres Montenegro.

Marcelo de Santa Cruz Oliveira nasceu em 14 de janeiro de 1944, em Recife. Ex-autor de pichações; enquanto estudante de Direito da UFPE, foi atingido pelo Decreto-Lei nº 477/1969, sendo obrigado a exilar-se na Europa. Em 1971, voltou ao Brasil, onde foi um dos fundadores do CBA-RJ e contribuiu para a formação de outros CBA's no país, como o de Pernambuco. Ele é irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz e um dos fundadores do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Atualmente, é vereador de Olinda pelo PT, militante dos Direitos Humanos e coordenador adjunto do Centro dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social. Entrevista concedida na Câmara de Vereadores de Olinda, em 15/12/2011.

Maria do Amparo Almeida Araújo nasceu em Palmeiras dos Índios/AL, em 16 de junho de 1950. Realizou pichações com cunho político durante a ditadura militar e foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). O seu irmão, que também integrou essa organização, consta na lista dos desaparecidos políticos desse período, tendo ela também perdido três companheiros que tiveram a vida ceifada pela repressão da ditadura. Foi uma das fundadoras do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Hoje, é Secretária da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da cidade do Recife. Depoimento concedido em 17 de maio de 2008, em sua residência, Recife.

Ricardo Cavani Rosas nasceu em 25 de dezembro de 1952, em Pernambuco. Esse artista plástico trabalhou como ilustrador da *Folha de São Paulo* e em outros periódicos importantes na década de 1970. Ao retornar para Pernambuco no início dos anos 1980, teve uma atuação bastante relevante nas pinturas murais desenvolvidas pela Brigada Portinari durante as Eleições de 1982. Também foi marcante em sua trajetória artística o trabalho com esculturas e desenhos. Atualmente, ministra palestras e oficinas e realiza exposições em vários lugares do Brasil. Entrevista realizada em 01/09/2010, em sua residência de Recife.

Rinaldo Cardoso Ferreira nasceu em 06 de setembro de 1936, em Recife. Graduado em História e Economia pela Universidade Católica de Pernambuco e mestre em Educação, com dissertação sobre o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Foi ex-militante do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco, ex-autor de pichações, um dos fundadores do MDB-PE e um dos coordenadores da candidatura de Marcos Freire para governador, em 1982. Atualmente é professor aposentado da Universidade de Pernambuco e membro da Associação dos Presos e Anistiados Políticos (APAP). Depoimento concedido em 16 de dezembro de 2011, em sua residência, Recife.

Vera Regina Paula Baroni nasceu 1945, no Rio de Janeiro. Advogada especialista em Direitos Humanos, veio do Rio de Janeiro para Pernambuco em 1969, ainda sem formação universitária, onde reside até hoje. Militou inicialmente na Juventude Operária Católica (JOC), tendo posteriormente, no final da década de 1970, aderido às lutas do movimento sindical e da Associação dos Moradores do Córrego do Jenipapo, em Recife. Participou de inúmeros comícios pelas Diretas Já em Pernambuco nos anos

1980. Atualmente, atua politicamente em prol da luta contra o racismo e pela igualdade de gênero. Depoimentos concedidos em 08 e 13 de fevereiro de 2012. O primeiro foi no prédio da Sociedade de Mulheres Negras de Pernambuco e o segundo em sua residência, ambos em Recife.

Revista Veja (On-line)

Exemplares de 1979 a 1985, acessados no site: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>

Sites Citados

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>, acesso em: 27/07/2010.

<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/004_09-1-002-1-092.pdf>, acesso em: 08/09/2011.

<<http://www.censuramusical.com/documentos.php?inicio=2>>, acesso em: 20/08/2011.

<<http://www.chicobuarque.com.br/vida/vida.htm>>, acesso em: 20/08/2011.

<http://www.censuramusical.com/resumos_inteiros.php?id=70&voltar=2>, acesso em: 20/08/2011.

<<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=18>>, acesso em: 12/08/2011.

<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/marcomacieli/principais_atividades.asp>, acesso em: 08/07/2011.

<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, acesso em: janeiro de 2011.

<<http://www.legiscidade.com.br/lei/07427/>> acesso em: 10/07/2011.

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 10/07/2011.

< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 10/07/2011.

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128355/lei-de-seguranca-nacional-de-1978-lei-6620-78>>, acesso em: 12/07/2011.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm>, acesso em: 12/07/2011.

<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/295976/diligencia>>, acesso em: 31/07/2011.

<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/292763/sindicancia>>, acesso em: 31/07/2011

<<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>, acesso em: 15/09/2011.

<<http://www.fpa.org.br/relacao-das-principais-greves-de-fome>>, acesso em: 23/11/2011

<http://amparo_araujo.blog.uol.com.br/>, acesso em: 29/01/2012.

<<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a06v20n2.pdf>>, acesso em: 30/01/2012.

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/3928>>, acesso em: 04/03/2012.

<<http://revistaepoca.globo.com/cultura/noticia/2012/01/elis-regina-dom-helder-e-uma-carta-para-um-presos-politico.html>>, acesso em: 04/03/2012.

<<http://www.dhnet.org.br/>>, acesso em: 15/01/2012.

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82960-29-dezembro-1978-432175-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em: 05/03/2012.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm>, acesso em: 05/03/2012.

<<http://anistia6468.blogspot.com.br/>>, acesso em: 20/03/2012.

<http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=43638:ufpe-marca-presenca-na-comissao-estadual-da-memoria-e-verdade&catid=488&Itemid=72>, acesso em: 02/09/2012.

ANEXOS

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
Av. 13 de maio, 47 - sala 313
tel. 257-3583
Rio de Janeiro

ESTATUTO DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA

1 - DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

1.1 - É instituído, por este documento, e pelas pessoas abaixo
nomadas, o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA)

1.2 - O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA é uma entidade civil sem
fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio
de Janeiro, à av. 13 de maio, nº 47, sala 313.

1.3 - O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA tem por objetivos :

- a - trabalhar pacificamente, e dentro das leis do país, pela
anistia ampla, geral e irrestrita e todas as pessoas atingi-
das por ato de exceção praticado pelo governo, e todos os
presos políticos e a todos os condenados em virtude de pro-
cessos contra si movidos com fundamento nas leis de segu-
rança nacional e na Lei nº 5.250/67.
- b - concorrer para o conhecimento, discussão e resolução dos
problemas referentes à anistia política.
- c - elaborar estudos teóricos sobre a anistia, visando a sua
aplicação prática.
- d - concorrer para o aprimoramento das instituições democráti-
cas, notadamente aquelas empenhadas em pugnar pela adoção
de medidas que promovam a anistia política, ampla, geral e
irrestrita.
- e - trabalhar em prol de uma legislação que regule a anis-
tia política, ampla, geral e irrestrita.

1.4 - Para a consecução dos seus fins, o COMITÊ BRASILEIRO PELA
ANISTIA poderá :

- a - promover reuniões, cursos, seminários e conferências sobre
temas relacionados com os vários aspectos e fatores deter-
minantes da anistia, para seus membros e/ou pessoas inte-
ressadas.
- b - prestar serviços de assessoria a entidades e organismos, de
acordo com o presente estatuto, desde que expressamente so-
licitado.
- c - colaborar com outras instituições em assuntos relacionados
com seus objetivos, mantendo contato com organismos que
trabalham pela anistia no País e/ou no exterior.

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
 Av. 13 de maio, 47 - sala 313
 tel. 252-3583
 Rio de Janeiro

- d - valer-se de estudos e levantamentos realizados sobre condições de vida nas prisões, bem como sobre a saúde e assistência jurídica dos presos políticos.
- e - criar publicações para divulgação, promoção e propaganda dos trabalhos do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA e de temas relacionados com seus objetivos.
- f - organizar e manter um serviço de documentação e informação sobre pessoas presas, cassadas, banidas, exiladas, desaparecidas, mortas e condenadas pelas leis de segurança nacional e pela Lei 5.250/67.
- g - realizar outras atividades, tendo em vista a consecução de seus objetivos, mantendo sempre estreita colaboração com instituições ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, que se ocupem da problemática da anistia política.

2 - FUNDO SOCIAL

2.1 - O Fundo Social será constituído por contribuição estatutária de seus membros, por rendas provenientes de serviços, por auxílios ou subvenções e ainda por doações e legados.

2.2 - Todos os recursos obtidos pela entidade serão aplicados na consecução dos objetivos anunciados nos itens 1.3 e 1.4 e de forma alguma poderão ser remetidos ao exterior.

2.3 - Anualmente será levantado o balanço patrimonial e o Conta de Lucros e Perdas da entidade. Em qualquer caso, ao ser publicado o estado contábil, junto com os competentes relatórios, será divulgada a programação para o período seguinte.

2.4 - O patrimônio do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA é autônomo e não se confunde com o de seus membros.

2.5 - Em caso de extinção da entidade, seu patrimônio, após a liquidação e apuração, será aplicado conforme deliberação de Assembleia Geral convocada especialmente para tal fim.

3 - MEMBROS, DIREITOS E DEVERES

3.1 - O quadro social do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA compreenderá as seguintes categorias :

- a - membros efetivos - aqueles que, identificando-se com os obje-

COMITÊ BRASILEIRO PELA ARISTIA
 Av. 13 de maio, 47 - sala 313
 tel. 252-3583
 Rio de Janeiro

tivos definidos neste estatuto, manifestam desejo de associar-se a esta entidade:

- b - membros honorários - aqueles que, por proposta de membros efetivos, sejam eleitos como tal por Assembleia Geral;
- c - membros remidos - aqueles que, por decisão da Assembleia Geral, sejam liberados de qualquer contribuição em dinheiro;
- d - membros beneméritos - aqueles que, a critério da Assembleia Geral, fizerem contribuição vultuosa para o CBA, em dinheiro ou valores;
- e - membro contribuinte - aqueles que se limitam a contribuir regularmente para o CBA, não postulando ser sócio efetivo.

3.2 - São direitos dos membros efetivos em dia com suas obrigações financeiras, que não respondem pelas obrigações sociais :

- a - participar das Assembleias Gerais;
- b - votar e ser votado;
- c - participar de todas as atividades a que esteja o CBA, direta ou indiretamente ligado.

3.3 - São deveres dos membros efetivos:

- a - acatar os estatutos do CBA;
- b - acatar as decisões aprovadas em Assembleia Geral;
- c - contribuir com o estipêndio financeiro que for fixado por Assembleia Geral;
- d - exercer o cargo para o qual for eleito, salvo se houver motivo de força maior plenamente justificável.

4 - ASSEMBLÉIA GERAL

4.1 - A Assembleia Geral é o órgão supremo do CBA, tendo poderes, dentro dos limites deste estatuto, para tomar toda e qualquer decisão, sendo para tanto soberana, e reunindo-se ordinariamente uma vez de dois em dois meses e extraordinariamente quando convocada por um terço dos membros efetivos.

4.2 - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria oito dias antes de sua realização.

4.3 - Não convocando a Diretoria a Assembleia tal como previsto acima, poderá a mesma ser convocada por membros em número não inferior a um terço dos membros efetivos.

4.4 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que assim o entender a Diretoria, ou um terço dos membros efetivos.

4.5 - Convocada a Assembleia Geral, será a mesma instalada com a verifi-

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA

Av. 13 de maio, 47 - sala 313

tel. - 252-3583

Rio de Janeiro

cação da presença de, pelo menos, um terço dos membros efetivos, que assinarão livro especial. Não sendo completado esse quorum, a reunião será suspensa por mais hora e reaberta em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes.

4.6 - Os membros efetivos comparecerão às Assembleias Gerais pessoalmente, não sendo admitida nenhuma forma de representação, procuração ou votação por grupo.

4.7 - As decisões das Assembleias Gerais serão, em regra, por maioria simples de votos, mas em casos de propostas que envolvem alienação patrimonial, extinção da entidade ou destituição de membros, as decisões serão tomadas em votação que represente, no mínimo, dois terços dos votos.

5 - DIRETORIA

5.1 - A diretoria será eleita por um(1) ano e constituir-se-á de sete cargos efetivos: presidente, dois vice-presidentes, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros.

5.2 - A atual diretoria é composta dos seguintes membros :

- a - Presidente - Eny Raimundo Moreira
- b - Vice-presidente - Arthur Carlos de Rocha Muller
- c - Vice-presidente - Jorge Eduardo Saavedra Durão
- d - 1º Secretário - Iramaya Porancy de Queiroz Benjamin
- e - 2º Secretário - Pedro Cláudio Bocayuva Cunha
- f - 1º Tesoureira - Francisca Abigail Barreto Parenhos
- g - 2º Tesoureira - Iná Meirelles de Souza

5.3 - Compete à Diretoria :

- a - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões tomadas em Assembleia Geral;
- b - encaminhar, em seu devido tempo, os documentos que dependam de exame ou pronunciamento da Assembleia Geral;
- c - propor normas gerais e específicas dos regimentos internos, e da criação, prestação ou extinção de serviços para que sejam votados em Assembleia Geral;
- d - autorizar operações de crédito e aplicações de fundos;
- e - praticar qualquer outro ato necessário à administração do CBA e à consecução de seus objetivos.

5.4 - Compete ao Presidente :

- a - convocar e instalar as reuniões da diretoria;

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
 Av. 13 de Maio, 47 - sala 313
 tel. 752-3583
 Rio de Janeiro

- b - autorizar os trabalhos de comissões criadas;
- c - representar, preferivelmente com outro membro da Diretoria, esta entidade, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele;
- d - expor a nome da Diretoria eleita;
- e - assinar, juntamente com o 1º secretário e o 1º tesoureiro, as cotas de participação dos membros do CBA.

5.5 - Compete aos Vice-presidentes :

- a - substituir o Presidente em seu impedimento;
- b - colaborar com o Presidente em suas tarefas específicas, sempre que isso lhe for solicitado.

5.6 - Compete aos Secretários :

- a - encarregar-se dos serviços de Documentação e Informação, mantendo atualizadas a correspondência e o arquivo do CBA;
- b - assinar, juntamente com o Presidente e o Tesoureiro, as cotas de participação dos membros;
- c - lavrar as atas das Assembleias Gerais;
- d - manter o livro de registro do patrimônio do CBA, nele lançando aquisições, doações, alienações ou baixas.

5.7 - Compete aos Tesoureiros :

- a - ter sob tutela os valores do CBA, bem como papéis e documentação financeira do CBA;
- b - assinar os cheques bancários e autorização de despesas, além das cotas de participação dos membros;
- c - receber doações e subvenções;
- d - emitir recibos, dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos do CBA ou a ele relativos;
- e - preparar a prestação de contas da entidade.

5.8 - Todos os cargos eleivos serão exercidos "pro-honorem", sendo vedada qualquer remuneração, bonificação ou vantagem, sob qualquer pretexto.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

6.1 - A primeira Diretoria eleita elaborará regulamento interno que não poderá colidir com as disposições estatutárias.

6.2 - O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA somente poderá ser dissolvido, ter seu estatuto modificado, ou ainda fundir-se ou incorporar-se a outras entidades por decisão da Assembleia Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

COMPANHEIROS:

O Governo Militar que se instalou no Brasil, a partir de 1964, para defender os interesses de uma minoria, interessada na exploração econômica dos operários, camponeses, e trabalhadores em geral, armou um aparelho de repressão policial e política para garantir a prática de diversas arbitrariedades, desde o arrocho salarial à intervenção nos Sindicatos; da cassação de mandatos de políticos eleitos pelo povo à censura na imprensa, e perseguição a religiosos.

Todos os que lutaram contra essa situação de injustiça social, foram punidos com prisão, tortura, morte, exílio, cassação, fome e desemprego.

O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA, (Núcleo de Pernambuco) vem convidar a todos para unirem-se a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA que significa L I B E R D A D E:

1. para os PRESOS POR MOTIVOS POLÍTICOS - torturados, alguns mutilados e quase mortos, porque lutaram por mais justiça e menos exploração;
2. para todos aqueles que, mesmo fora da cadeia, não são livres; vivem PERSEGUIDOS pelo governo, por suas idéias, sendo impedidos de estudar, trabalhar e sustentar suas famílias;
3. para os EXILADOS- que como o líder das ligas camponesas FRANCISCO JULIANO, e o último governador eleito pelos pernambucanos, MIGUEL ARRAES, foram forçados a pedir exílio a outros países para continuarem a viver, mas, que sofrem muito por não poderem estar em sua terra, junto de sua família e de sua gente;
4. para os BANIDOS- aqueles que foram expulsos do país, como é o caso de GREGÓRIO DEZERRA, cujo sonho é voltar ao Brasil, e, entre sua gente, viver sua velhice;
5. para os POLÍTICOS CASSADOS- por denunciarem, e discordarem das atitudes injustas, corruptas, desonestas e violentas do Governo, contra a população de nosso país, principalmente, contra os operários, camponeses, e trabalhadores assalariados em geral;
6. para os LÍDERES SINDICAIS- afastados, violentamente, de seus postos, para que seus lugares fossem ocupados por pessoas a serviço dos empregadores, que têm por interesse, sufocar as reivindicações dos trabalhadores, tanto da cidade como do campo, condenando-os à fome, à falta de estabilidade no trabalho, ao desemprego, e conseqüentemente, à doença e à miséria.

Sentindo-se ameaçado pelo avanço das lutas populares- GREVES de trabalhadores das Indústrias, professores, médicos, etc...- e pela insatisfação geral, o Governo, pressionado, anuncia uma anistia restrita, com a qual pretende iludir e esvaziar a luta do povo. Essa anistia, beneficiará, apenas, alguns dos punidos. As perseguições, torturas e mortes continuarão, como continuará o desemprego, a instabilidade do trabalhador e o arrocho salarial, confirmado com a vergonhosa fixação do novo salário mínimo.

Fortalecida pela união do povo brasileiro, a LUTA PELA ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA, deve continuar, até a CONQUISTA DA LIBERDADE PARA TODOS.

C.B.A. - PE.

Lei nº 6.883 – de 28 de agosto de 1979

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Públicos Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§º 1º Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§º 2º Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§º 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para reserva ou reformados, poderão nos 120 (cento e vinte dias) seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos, de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data do seu afastamento, condicionado necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§º 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba apreciá-los.

§º 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§º 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§º 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§º 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para reserva ou reformados, contando-se o tempo do afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este pagamento da diferença respectiva como pagamento individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data da vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§º 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§º 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e preferirá,

tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§º 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§º 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a audiência, gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações militares, os que, na época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10º Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitando o disposto no artigo 11.

Art. 11º Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12º Os anistiados que se inscreveram em partido legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13º O poder executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º Revogam-se as disposições em contrário.

João Baptista de Figueiredo – Presidente da República.

Petrônio Portella.

Maximiano Fonseca.

Walter Pires.

R. S. Guerreiro.

Karlos Rischbieter.

Eliseu Resende.

Ângelo Amaury Stábile.

E. Portella.

Murillo Macedo.

Délio Jardim de Mattos.

Mário Augusto de Castro Lima.

João Camilo Penna.

Cesar Cals Filho.

Mário David Andreazza.

H. C. Mattos.

Jair Soares.

Danilo Venturini.

Golbery do Couto e Silva.

Octávio Aguiar de Medeiros.

Samuel Augusto Alves Corrêa.

Delfim Neto.

Said Farhat.

Hélio Brandão.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel (Orgs.). *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. pp, 302-303. (grifos do documento).

ANEXO IV

"SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Pernambuco
Relação de Prêso (sic) Políticos de 12.10.68 a 13.05.70
RECIFE - 15.07.1970".

NOME	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	DATA PRISÃO	SITUAÇÃO JURÍDICA	PRISÃO OU FORAGIDO	ORG.
Ana Maria Macedores da Fonseca	Fem.	30	Estudante	04.10.69	Condenado.	Prêso	Ação Popular
Francisco das Chagas Dias Monteiro	Masc.	30	Idem	17.10.69	Idem	Idem	Idem
Padre Lourenço de Almeida	"	31	Idem	05.10.69	Idem	Idem	Idem
Helena Moreira Serra Azul	Fem.	32	Idem	15.10.69	Idem	Idem	Idem
Hamilton da França	Masc.	31	Idem	04.10.69	Idem	Idem	Idem
Rosalvo Vital Gonzaga Santos	"	36	Idem	10.10.69	Idem	Idem	Subv. Z. Rural
Raimundo de Deus Benifácio	"	58	Lavrador	10.10.69	Idem	Idem	Idem
Arnou Holanda Cavalcanti	"	25	Estudante		Idem	Foragido	Subv. Estudantil
Doralina Rodrigues de Carvalho	Fem.		Universit.		Idem	Idem	
Ieda Maria Lima Tito (Ou de Oliveira Lima)	"	20	Professora	15.10.69	Idem	Solta	Ação Popular
João Rabêlo dos Santos	Masc.	19	Estudante		Idem	Foragido	"
Severino Fernandes da Silva	"	28	Trb. Rural	17.11.69	Em julgtº	Solta	Incendiário
Murenberg Dorja de Brito	"	23	Estudante	08.11.69	P. Prevent.	Prêso	P. U. Revol.
ALANO LUIZ DE CARVALHO, "Bento"	"	39	Tecção	08.11.69	p.Prevent.	Prêso	PC Revolucionário
Manoel Aleixo da Silva	"	39	Operário	26.11.69	Idem	Prêso	Idem
Ricardo Sarattini Filho	F O I		B A N I D O D O P A I S				
Severino Antonio Barbosa "Bode"	Masc.	34	Camponês	21.5.69	Idem	Prêso	Idem
Valmir Costa	"	27	Est. Vet.		Idem	Foragido	Idem
Manoel Lisboa de Moura	"	26	Estudante		Idem	Idem	Idem
Haroldo José da Silva	"	40	Insp. Veícu				Transf.p/J.D.Grime
Ailton Correia de Araujo	27	27	Engenheiro	02.02.70	P. Prevent.	Prêso	PCBR
Frederico José de Meneses Oliveira	"	27	Est.Direito		Idem	Foragido	PCBR
Marcelo Mário de Melo	"	26	Estudante		Idem	Foragido	PCBR
Paulo Fontes da Silva	"	24	Bancário	10.03.69	P.Prevent.	Foragido	PCBR
Grivaldo Tenório	"	36	Soldador	31.03.70	Idem	Prêso	PCBR
Candido Pinto de Melo	"	23	Estudante	12.10.68	P.Prevent.	Prêso	Agit. Estudantil

NOME	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	DATA PRISÃO	SITUAÇÃO Jurídica	PRISÃO OU FORAGIDO	CBS
Roseana Cristina Cavalcanti	Fem.	26	Estudante	25.04.69	Absolvida	Em Libd.	foi presa 2 vezes
Maria Elia de Souza	"	24	Universit.	25.04.69	Em Julgtº	Em Libd.	Panfletagem
Tânia Nóbrega de Medeiros	"	26	"	25.04.69	Idem	Idem	Idem
Roseana Maria Dantas Vilar	"	23	Est. Enghª	25.04.69	Idem	Idem	Idem
Tânia Nóbrega de Medeiros	"	23	Est. Arqt.	25.04.69	Idem	Idem	Idem
Liliana Maria Vilar Campos	"	20	Est. Quim.	25.04.69	Idem	Idem	Idem
Gerlino Magela Monteiro de Melo	Masc.	27	Est. Agro.	26.02.69	Absolvido	Solta	Ação Popular
João Batista Franco Brumond	"	28	Universit.		Em Julgtº	Foragido	Idem
Ana Rita de Castro Almeida	Fem.	24	Universit.	26.02.69	Absolvida	Em Libd.	Idem
Sinão de Almeida Neto	Masc.	26	Estudante			Foragido	Idem
João Roberto Borges de Souza	"	-					Falecido)
Rosa Maria de Araújo Melo	Fem.	23	Est. Filoz.	26.02.69	Absolvida	Solta	Ação Popular
Maria do Socorro Moraes (Ou Fragoso)	"	-		22.02.69		Solta	Panfletagem
Maria Livia Alves Coelho	"	-	Est. Medo.	Idem		Idem	Idem
Roberto Franco Filho	Masc.	19	Secundarista	12.06.69	1 ano Prisão	Flag.	Fixamento
Edrian Moreira Magalhães	"	20	Estudante	Idem	Idem	Idem	Idem
Maria Inês Moreira de Melo	Fem.	18	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Liliana Maria Pinto Gondim	"	20	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Eleonora Maria Cardoso	"	23	Idem	30.05.69	Absolvida	Solta	Subversão Estudantil
Flávia Martins de Albuquerque	"	21	Estudante	13.05.69	Absolvida	Idem	Idem (Presa 2 vezes)
Marcos José Burla de Aguiar	Masc.	22	Idem	26.03.69	condenado	Foragido	Ação Popular (AP):11
Humberto de Albuquerque Câmara Neto	"	24	Idem		Em julgtº	Foragido	Idem
Mair Rosário Barbosa	Fem.	23	Idem	08.08.69	Condenada	Foragida	Distrib. de Boletins
Ivair Gabriel Barreto	Masc.	27	Torn. Mec.	08.08.69		Solta	Idem
Elenaldo Celso Teixeira	"	26	Advogado	17.07.69	Condenado	Prêso	Subversão 2. Rural
Luiz Medeiros de Oliveira	"	25	Estudante	16.07.69	Idem	Idem	Idem
Zacarias Joaquim Gomes	"	61	Trab. Rural		Foragido	Solta	Idem

NOME	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	DATA PRISÃO	SITUAÇÃO JURÍDICA	PRÊSO OU FORAGIDO	OBS.
Carlos Henrique Costa de Albuquerque Maranhão	masc.	23	Universitá.		P.Prevent.	Foragido	PCBR
Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos	"	46	Func. DCT		Idem	Idem	PCBR
Mário Alves de Souza Vieira	"	47	Jornalista		7 anos	Foragido	PCBR
Luciano de Almeida	"	22	Secundarist.	31.03.70	38 anos	Prêso	Terrorismo ALN
Bruno Costa de Albuquerque Maranhão	"	30	Eng. Mec.		P.prevent.	Foragido	PCBR
Parly Cipriano	"	26	Est. Odont.	28.03.70	62,8anos	Prêso	Terrorismo ALN
Samuel Firmino de Oliveira	"	31	Bancário	31.03.70	56,8anos	Prêso	Idem
José Pedro da Silva	"	23	Fundidor	04.04.70	12 anos	prêso	Idem
Francisco Vazante Barreira	"	24	Estudante		Em Julgt.	Foragido	ALN
Maurício Anísio de Araújo	"	22	Estudante	31.03.70	18 anos	Prêso	Terrorismo ALN
Rholine Sonda Cavalcanti Silva	"	25	Estudante	31.03.70	38 anos	Prêso	Idem
Maria Tereza de Lemos Vilaça	fêm.	24	Prof. Filos.	31.03.70	10 anos	Presa	Idem
Carlos Alberto Soares	masc.	27	Estudante		Em Julgt.	Foragido	PCBR (Terror)
Érico Dorneles	"	25	Médico	24.04.70	P.Prevent	Prêso	Trotskyista
Cleusa Maria Aguiar Dorneles	fem.	20	Univ.ers.	24.04.70	Idem	Idem	Idem
José Arlindo Soares	Masc.	22	Professor	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Vera Lúcia Striguini	"	27	Estudante	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Vandevaldo de Miranda Nogueira	"	21	Industriário	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Inocêncio Rodrigues Uchôa	"	25	Comerciário	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Ivanete Barros Falcão	"	25	Comerciário	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Sérgio José Cavalcanti Marques	"	24	Estudante	24.04.70	Idem	Idem	Idem
José Bonifácio Sales Cavalcanti	"	28	Comerciário	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Francisco Ramos Alves	"	20	Est. Medic.	24.04.70	Idem	Idem	Idem
Erlita Rodrigues dos Santos	fêm.	31	Enfermeira		Idem	Foragido	Idem
Júlio Santana da Silva	Masc.	46	agricultor	30.11.62	Idem	Cumprindo	pena 25 anos na CBR
Agaro Felix Pereira	Masc.	27	Idem	26.11.70	Idem	Prêso	Trotskyista
Julio Leopoldo Tavares das Chagas	"	25	ex-militar		P.Prevent	Foragido	Idem

NOME	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	DATA PRISÃO	SITUAÇÃO JURÍDICA	PRISÃO OU PORAGIDO	ORG.
Yara Sadi Oliveira Falcon	Fem.	23	Universt.	01.05.970	P.Preventiva Prêsa		Part.Opér.Comunista
Stefano Brito Lins	Masc.	22	Estudante	01.05.970	Idem	Idem	P. O. C.
Paulo Rodrigues do Nascimento	"	23	Comerciário	01.05.970	Idem	Idem	Idem
Pery Tadeu Oliveira Falcon	"	25	Est. Eng.	01.05.970	Idem	Idem	Idem
Alberto Vinicius Melo do Nascimento	"	23	Estudante		Em julgtº	Foragido	PCBR (Terrorismo)
Ronaldo Dutra Machado	F O I		B A N I D O	D O	P A I S		
Alan Melo Marinho de Albuquerque	Masc.	21	Estudante	13.05.970	A disp. da	Prêso	VAR-Palmares
Zoé Lucas de Brito Filho	Masc.	26	Professor		Auditoria	Idem	ALN
João Roberto Costa Nascimento	Masc.	21	Universit.		Idem	Idem	ALN (?)
Edson Ezequiel de Souza	Masc.	28	Contador		Idem	Idem	ALN
Edvaldo Marques de Souza	Masc.	22	Comerciar.			Idem	ALN (?)

Centro de Documentação e Memória da Associação 64-68 Anistia – Pasta Arquivo Público de Pernambuco – DOPS.